

MULT! DEBATES

A Pesquisa na Iniciação Científica

Revista Multidebates, v.1, n.1
Palmas-TO, setembro de 2017.





**Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda.
Faculdade ITOP**

Presidente da Mantenedora

Muniz Araújo Pereira

Diretor Geral

Muniz Araújo Pereira

Diretora Acadêmica

Ana Lúcia Brito dos Santos

Diretora Administrativo-Financeira

Sandra Maria Barbosa da Silva

Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Ana Lúcia Brito dos Santos

Secretária Geral

Lidiane Vieira

Bibliotecária

Maria Elza Coelho Simões

Editora

Prof.^a Dra. Kyldes Batista Vicente

Comissão editorial institucional

Prof.^a Ma. Cláudia Nolêto Maciel Luz

Prof.^a Dra. Doriane Braga Nunes Bilac

Prof.^a Dra. Edilma Fiel Barbosa

Prof. Me. Fabrício Machado

Prof.^a Ma. Gislene Ferreira da Silva Araújo

Prof.^a Ma. Lourdes Lúcia Goi

Prof. Me. Marcos Rafael Monteiro

Prof. Me. Muniz Araújo Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva, UFMA, Brasil

Prof.^a Dra. Ana Paula Cavalcante dos Santos, ITOP, Brasil

Prof.^a Dra. Darlene Teixeira Castro, Unitins, Brasil

Prof. Dr. Fabio D'Abadia de Sousa, UFT, Brasil

Prof. Dr. José Carlos de Melo, UFMA, Brasil

Prof.^a Dra. Leila Dias Pereira do Amaral, IFTO, Brasil

Prof. Dr. Vitor Hugo Abranche Oliveira, UEG, Brasil

Prof. Dr. Weder Ferreira dos Santos, UFT, Brasil

Leitura de Prova

Prof.^a Dra. Kyldes Batista Vicente

Assessoria de Línguas Estrangeiras

Prof.^a Ma. Cristiane Tavares Jordão de Vasconcelos, Ulbra, Brasil

Prof. Dr. Vitor Hugo Abranche Oliveira, UEG, Brasil

Informações complementares:

Periodicidade: Semestral

Sistema de Submissão: fluxo contínuo

Sistema de Publicação: ahead of print

Contato

Faculdade ITOP

ACSU SE 40, Conj.02, Lote 16, AV. NS 02

Palmas-TO - Fones: (63) 3214-7345 / 3214-7377

POLÍTICA EDITORIAL

Conceitos e opiniões contidos nos trabalhos submetidos à Revista são de responsabilidade de seus autores. Artigos, resultantes de pesquisa com seres humanos, devem informar no corpo do trabalho o número do protocolo de aprovação da comissão de ética a qual foi submetido. Os trabalhos aceitos são publicados somente em meio eletrônico.

SEÇÕES DA REVISTA

Artigos de Iniciação Científica: será a seção que conterà trabalhos de alunos da graduação, acompanhado de um professor.

Artigos científicos: destinada a contribuições teóricas de pesquisa.

Resenhas: espaço reservado de três (3) a cinco (5) páginas a apresentação de resenhas de livros ou partes de livros.

Sínteses e Documentos: Os textos direcionados a essa seção não devem ultrapassar três (03) páginas. Serão aceitas sínteses de dissertações, teses e monografias. Poderão ser enviadas sínteses de pesquisas em andamento.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

No sítio, haverá também uma seção dinâmica, que será constantemente atualizada, mas que não fará parte de cada número da revista, apenas do site. Esta seção está reservada aos membros da Comissão Editorial e conterà dicas de leituras, livros, revistas, obras raras, sites, blogs, livrarias e sebos, relatos de eventos pouco conhecidos e divulgados ou eventos relevantes e interessantes. Terá um caráter dinâmico e será constantemente atualizada no site. Cronograma e Normas de Publicação:

A Comissão Editorial elaborará dois cronogramas semestrais para a Revista. A Comissão fará uma chamada, de aproximadamente 30 dias, para que os interessados enviem seus artigos e trabalhos ao e-mail da Revista. Segue explicação detalhada abaixo, para fins de exemplificação:

Chamada: 30 dias

Nesse período, os autores e interessados enviarão seus artigos e entrarão em contato com a Revista.

Pareceres da chamada: 45 dias

Nesse período os docentes terão que emitir seus pareceres sobre os artigos que foram recebidos através da chamada e devolver para a comissão editorial.

Devolução de artigos, que necessitem de modificações, aos autores: 05 dias

Nesse período, a Comissão Editorial analisará os pareceres dos docentes e enviará os artigos que necessitem de modificações ou foram recusados, de volta aos seus respectivos autores.

Devolução dos artigos com as devidas modificações, à Comissão: 30 dias

Nesse período, os autores deverão fazer as devidas modificações em seus artigos, de acordo com os pareceres dos docentes, e devolver para a Comissão Editorial.

Devolução dos artigos, com as devidas modificações, aos docentes: 05 dias

Nesse período, a comissão deverá devolver os artigos, já modificados, aos respectivos docentes pareceristas.

2º parecer do docente: 25 dias

Nesse período, os docentes reavaliarão os artigos já modificados e emitirão um novo parecer, que determinará se as alterações foram aceitas ou não. Dessa forma, os artigos com alterações aceitas, serão publicados e os com alterações indevidas serão recusados. *Não haverá uma segunda alteração. As Normas de Publicação estarão disponíveis no site para leitura e download, assim como o e-mail para contato. A Revista não aceitará artigos que estejam em desacordo com essas Normas de Publicação, portanto, pediremos para que os autores leiam atentamente as Normas, antes da elaboração e do envio de seus trabalhos.

Haverá 3 tipos de pareceres:

1. Aceitação integral
2. Aceitação com alterações
3. Recusa integral

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais, científicas, não comerciais, desde que citada a fonte.

O artigo científico pode ser:

- a) Original ou divulgação: apresenta temas ou abordagens originais e podem ser: relatos de caso, comunicação ou notas prévias.
- b) Revisão ou sobre a arte: os artigos de revisão analisam e discutem trabalhos já publicados, revisões bibliográficas etc.
- c) Artigos científicos deverão conter, no mínimo, 5 páginas ou próximo de 2.300 palavras, e no máximo 25 páginas, aproximadamente 11.300 palavras.
- d) Resenhas de livros, comunicações de pesquisa, ensaios e outros textos, deverão ter, no mínimo, 2 páginas, ou seja, umas 900 palavras, e no máximo, 5 páginas, 2.300 palavras, aproximadamente.

Os textos devem ser digitados com o processador de texto MSWORD FOR WINDOWS e conter a seguinte formatação:

- a) Fonte da letra Times New Roman;
- b) Tamanho 12;
- c) Espaçamento entre linhas 1,5;
- d) Citações com mais de 3 linhas devem ter recuo de 4 cm da margem esquerda e não devem apresentar recuo na margem direita e nem aspas e devem ter um espaçamento duplo, do corpo do

texto. A fonte da citação deve ser menor que o corpo do texto (tamanho 10) e o espaçamento entre as linhas deve ser simples;

e) Citações com até 3 linhas podem aparecer no corpo do texto e devem apresentar aspas;

f) Palavras estrangeiras escritas em itálico;

g) Os títulos devem ser apresentados em negrito;

•Título e subtítulo devem figurar na página de abertura, no alto, escritos na língua do texto e em inglês. O título deve ser centralizado, em letras maiúsculas e em negrito.

•Nome completo do(s) autor (es) na forma direta, acompanhados de um breve currículo que o(s) qualifique na área do artigo.

•O currículo: nome da instituição de origem, informação sobre a atual situação acadêmica do autor (se é graduando ou graduado), incluindo endereço (e-mail) para contato, deve aparecer em nota de rodapé.

•Resumo na língua do texto: O resumo deve apresentar de forma concisa, os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados, não ultrapassando 100 palavras. Não deve conter citações.

•Resumo na língua inglesa (abstract): obrigatório em todos os textos (caso a língua em que o texto for escrito, seja o inglês, o resumo principal deve ser escrito na língua do texto e o resumo secundário, em português). OBS.: se um trabalho for escrito em outra língua, que não o inglês nem o português, deverá apresentar resumo e palavras-chave em três línguas: a língua do texto, o português e o inglês.

•Palavras-chave na língua do texto: elemento obrigatório deve figurar abaixo do resumo, antecedidas da expressão: Palavras-chave.

•Palavras-chave na língua inglesa: elemento obrigatório deve figurar abaixo do resumo em inglês, antecedidas da expressão: Keywords.

•Introdução: Na introdução deve-se expor a finalidade e os objetivos do trabalho de modo que o leitor tenha uma visão geral do tema abordado.

•Desenvolvimento: parte principal e mais extensa do trabalho deve apresentar a fundamentação teórica, a metodologia, os resultados e a discussão. Divide-se em seções e subseções conforme a NBR 6024, 2003. Os títulos de cada seção devem ser apresentados em negrito.

•Conclusões: as conclusões devem responder às questões da pesquisa, correspondentes aos objetivos e hipóteses; devem ser breves podendo apresentar recomendações e sugestões para

trabalhos futuros; para artigos de revisão deve-se excluir material, método e resultados.

•Notas explicativas: a numeração das notas é feita em algarismos arábicos, sobrescritos no fim da palavra ou expressão dentro do texto, em ordem sequencial, devendo ser única e consecutiva para cada artigo. Não se inicia a numeração em cada página. As notas explicativas, restritas ao mínimo, deverão ser apresentadas no rodapé, com fonte 9.

•Referências: Elemento obrigatório constitui uma lista ordenada dos documentos efetivamente citados no texto. (NBR 6023, 2000);

•Glossário: elemento opcional elaborado em ordem alfabética;

•Apêndices: Elemento opcional. “Texto ou documento elaborado pelo autor a fim de complementar o texto principal”. (NBR14724, 2002, p.2);

•As ilustrações (quadros, figuras, fotos etc.) deverão ser enviadas em arquivos separados, claramente identificadas (ex: Figura 1, Figura 2 etc.), indicando o texto e o local (espaço) onde devem ser inseridas. Sua identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência do texto, em algarismos arábicos, do respectivo título, a ilustração deve figurar o mais próximo possível do texto a que se refere. Conforme o IBGE (1993) as tabelas devem ter um número em algarismo arábico, sequencial, inscritos na parte superior da tabela, à esquerda da página, precedida da palavra Tabela. Exemplo: Tabela 5 ou Tabela 3.5. A fonte deve ser colocada imediatamente em baixo da tabela para indicar a autoridade dos dados e/ou informações da tabela, precedida da palavra Fonte.

•Indicativo de seção: O Indicativo Numérico da seção precede o título [da seção] alinhado à esquerda. “Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer outro sinal após o indicativo da seção ou de seu título”. (NBR 6024, 2003, p.2). Os títulos e subtítulos de cada seção devem estar sem adentramento e numerados em número arábico – apenas a primeira letra do subtítulo deve ser maiúscula.

•Fonte: Conforme a NBR 14724, 2002, deve-se usar a fonte 12 para o texto e para as referências. Para as citações longas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas usar tamanho menor.

•As referências bibliográficas, digitadas em ordem alfabética no final do texto, devem seguir a NBR6023.

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais, científicas, não comerciais, desde que citada a fonte.

Todos os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo à Revista Multidebates ou à Faculdade ITOP. Os artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

SUMÁRIO

EVASÃO UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE ITOP: O QUE REGE O FENÔMENO?	8
A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NAS METAS COLETIVAS DA FACULDADE ITOP	28
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM PALMAS-TO	45
ICMS ECOLOGICO NO MUNICIPIO DE MARIANOPOLIS-TO	58
PROGRAMA “TO LEGAL”: ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS PROGRAMAS DE INCENTIVO À CIDADANIA FISCAL	66
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA ASSISTENCIA À SAÚDE NO TOCANTINS DE 2008 A 2014 ATRAVÉS DO GOVERNO FEDERAL	79
EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE EM PALMAS TOCANTINS	109
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PRÁTICA EDUCATIVA	127
O EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA ATUANTE NAS SECRETARIAS MUNICIPAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS: FUNÇÕES DESEMPENHADAS	146
ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA FACULDADE ITOP	164
A BAIXA PROCURA PELO CURSO DE PEDAGOGIA EM PALMAS/TO: PROFESSOR – PROFISSÃO EM EXTINÇÃO?	174
A LITERATURA INFANTIL TOCANTINENSE: MARCAS DE AUTORIA NAS IMAGENS E NAS NARRATIVAS	197
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA REALIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS	217
RFLEXÕES ACERCA DA AUTORIA E DA COAUTORIA EM ARTIGOS CIENTÍFICOS	226
AVALIAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS GARIS DE PALMAS-TOCANTINS	233

EDITORIAL

Este é o primeiro número da revista Multidebates, uma publicação semestral do Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda. Faculdade ITOP. A revista publicará artigos resultantes de estudos a fim de consolidar a prática de pesquisa e de elaboração de textos críticos aptos à publicação e o intercâmbio de ideias criativas e propostas edificadoras.

O objetivo deste veículo é incentivar a produção de artigos e ensaios; propiciar espaço de divulgação de artigos produzidos por estudantes, professores e pesquisadores; divulgar e registrar as pesquisas realizadas por Grupos de Pesquisa; buscar um espaço interativo de registros e divulgações do ensino, da pesquisa e da extensão das atividades realizadas; e registrar e divulgar produções científicas da Faculdade ITOP.

Esperamos edificar uma revista que esteja dentro dos padrões que um bom periódico científico exige, em termos de normalização e qualidade, privilegiando a produção teórica de estudantes, professores, pesquisadores, como forma de estimular o seu desenvolvimento intelectual e sua criatividade.

Os artigos deste primeiro número refletem o trabalho de pesquisa de iniciação científica desenvolvido na Faculdade ITOP, bem como os esforços desta instituição para consolidação da pesquisa juntamente com o ensino, a extensão e a pós-graduação.

A Editoria da Multidebates agradece à Direção da Faculdade ITOP pelo apoio à fundação da revista e, ao longo da trajetória que se inicia, espera-se realizar os objetivos propostos para a consolidação dos projetos institucionais.

A Editora.

EVASÃO UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE ITOP: O QUE REGE O FENÔMENO?

Sabrina da Silva Gonçalves Ponki Kückelhaus
PROIC/ITOP. Email: corretora.sabrina07@gmail.com

Ana Paula Cavalcante dos Santos
Faculdade ITOP. Email: anapcantes@gmail.com

Cláudia Nolêto Maciel Luz
Faculdade ITOP. Email: claudia.noleto@gmail.com

RESUMO

Na atualidade, a evasão universitária apresenta-se como um problema recorrente e que causa uma grande dimensão na graduação. A presente pesquisa teve o intuito de contribuir para o ambiente acadêmico, respondendo às seguintes questões norteadoras: quais os motivos da evasão universitária na Faculdade ITOP? O que pode ser feito para minimizar essa evasão? Para responder a esses questionamentos foi estabelecido como objetivo geral: analisar as variáveis que regem a evasão universitária na Faculdade ITOP no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. A metodologia aplicada possibilitou classificar a pesquisa como de natureza qualitativa e num segundo momento, foram utilizados instrumentos técnicos da pesquisa quantitativa. A pesquisa desenvolveu-se a partir de entrevistas com os evadidos, onde foi possibilitado, aos pesquisadores, o conhecimento mais aprofundado da complexidade do problema. Os resultados, com base nos dados da pesquisa, evidenciaram que dos 18 alunos listados como evadidos do curso de administração da ITOP, no período de 1 ano, considerando evasão como o trancamento de matrícula sem retorno até aquela data, 6 sujeitos são do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Da totalidade, os gestores educacionais têm a necessidade de desenvolver um diferencial competitivo com a finalidade de reter estes acadêmicos, pois, de acordo com a pesquisa, alguns alunos evadidos estão atravessando problemas financeiros; outros estão fora da sala de aula porque necessitam trabalhar, alguns mudaram de cidade e outros foram estudar no curso de Administração de uma universidade pública. Os administradores acadêmicos da instituição de ensino devem desenvolver ações voltadas para a minimização da evasão, tais como: acolhimento dos calouros; acompanhamento de todos os discentes ao longo da graduação; coordenação de eventos que promovam a orientação vocacional e profissional dos alunos e demais.

PALAVRAS-CHAVE: *Evasão Universitária; Administração; Motivos.*

Introdução

Na atualidade, a economia apresenta-se extremamente competitiva, dominada por tecnologias, competências e habilidades desenvolvidas de forma avançada. O término de um curso superior representa o mínimo necessário para competir no mercado de trabalho, conseguir um trabalho e a possibilidade de garantir um padrão básico de sobrevivência.

Tem sido cada vez mais necessário um nível de escolaridade sempre mais elevado para ser conquistado um trabalho satisfatório, com remuneração adequada, necessitando, para isso, de novas oportunidades de ocupação no mercado. Entretanto, mesmo sendo necessária a constante especialização profissional, pode ser observado no cenário atual de alta concorrência, no que diz respeito ao ensino superior, a constante perda de alunos.

Nos últimos tempos, as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm se deparando com o fenômeno da evasão, considerado um dos problemas recorrentes do ensino superior brasileiro e também internacional. Esse problema é frequente e causa sérios prejuízos às IES públicas e privadas, pois suas receitas são afetadas diretamente.

Já para o estudante e suas famílias, a evasão universitária representa a não realização de um sonho, um ciclo que não foi concluído, desperdício de dinheiro e de tempo.

O presente trabalho científico teve como escopo do estudo a evasão de acadêmicos no curso de Administração da Faculdade ITOP. O fenômeno da evasão tem se configurado em um assunto de grande relevância no contexto da educação superior, uma vez que um dos maiores problemas enfrentados pelas IES são os altos índices de evasão cujos motivos são múltiplos.

Uma das formas de encontrar soluções para o problema é conhecer os fatores que produzem o fenômeno, o que fornecerá dados acerca das origens da questão que se apresenta em vários sentidos: em termos de sua natureza socioeconômica, no que se refere à qualidade da escolarização do estudante, no que tange aos objetivos do mesmo com relação a sua formação ao nível superior, a identificação com o curso, oscilação do mercado de trabalho, expectativas futuras, entre outros.

Este tipo de estudo necessita de um tratamento formal para que seja identificado o fenômeno da evasão, bem como para que seja possível o desenvolvimento de estratégias empresariais voltadas para a sua minimização ou neutralização na IES.

Diante da abordagem anterior, a escolha do tema deu-se em decorrência da necessidade do desenvolvimento de estudos específicos nesta área, com o intuito de complementar as pesquisas realizadas em outros ambientes acadêmicos e possibilitar aos gestores um embasamento científico nas tomadas de decisões.

O presente estudo configura-se, para o ambiente acadêmico, como uma pesquisa inédita para a Faculdade ITOP, o que poderá estimular novas ações sob a mesma abordagem, servindo como referência para novas investigações científicas.

A Evasão Universitária: definindo o fenômeno

Entrar na universidade e seguir uma carreira é o sonho da vida de muitas pessoas, porém, dar continuidade e finalizar um curso de graduação não acontece para todos os universitários. Isto é, ingressar num determinado curso de uma IES - Instituição de Ensino Superior, a fim de se graduar e abandoná-lo durante o percurso é um fenômeno intitulado evasão universitária.

A ideia de evasão universitária não é consensual, portanto, a definição do fenômeno não se restringe a apenas uma denominação. Estudiosos da temática definem evasão de acordo com

a direção da sua pesquisa. Por exemplo, de acordo com pesquisas desenvolvidas pelo MEC (1997), considera-se evasão dos cursos de graduação a saída definitiva de um aluno do seu curso de origem, sem concluí-lo, ou seja, o aluno se matricula na IES e não conclui o curso no qual se matriculou.

Ristoff (1999 apud RIBEIRO, 2007) diferencia a evasão da mobilidade, tomando como base a ideia que a migração de um aluno para outro curso não significa a evasão e, sim, uma transferência interna, ou seja, a mobilidade. Já Costa (1991 apud BIAZUS, 2004) considera que a evasão é a saída do aluno da universidade ou de um de seus cursos, definitivamente ou temporariamente, por qualquer motivo, na ausência da diplomação. De acordo com Pereira (1995 apud RIBEIRO, 2005), a evasão acontece quando o aluno deixa a universidade sem concluir nenhum curso, o que exclui a opção da mobilidade mencionada por Ristoff.

Caracterizando-se como evasão existe, ainda, a situação do aluno que abandona uma instituição de ensino superior para ingressar em outra, configurando-se como uma situação de transferência externa, o que define a evasão de uma dada universidade, mas não o desligamento do discente do sistema de ensino superior (RIBEIRO, 2005).

No intuito de gerar uma precisão conceitual e possibilitar a comparação de resultados, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão do MEC (1995) discriminou três tipos de evasão:

- 1) Evasão do curso, que é o desligamento do curso superior em função de abandono (não-matrícula), transferência ou reescolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional;
- 2) Evasão da instituição, que é o desligamento da instituição na qual o aluno está matriculado; e
- 3) Evasão do sistema, que é o abandono definitivo ou temporário do ensino superior.

Na presente pesquisa a evasão foi definida como o trancamento de matrícula do curso de administração de empresas da Faculdade ITOP, sem o retorno do aluno, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

A evasão universitária: o que rege o fenômeno?

A evasão universitária é um problema que aflige as instituições de ensino em geral, tanto brasileiras quanto internacionais, e buscar compreender suas causas tem sido objeto de diversas investigações, pois o abandono de um processo de graduação afeta o resultado dos sistemas educacionais em termos sociais, acadêmicos e econômicos, ou seja, sempre gera prejuízos e os prejuízos envolvem o sujeito que evade e a instituição que é alvo da evasão.

No que tange ao setor público da educação, o abandono de um curso de nível superior resulta numa gama de recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado a evasão universitária produz uma importante perda de receitas. Em ambos os setores – público e privado, a evasão escolar resulta no desperdício de todo tipo de investimento envolvido na entrada e na formação do alunado, tais como: o marketing da IES, todo o processo de seleção de candidatos, a ociosidade de professores contratados, bem como de funcionários, de equipamentos, da biblioteca e dos livros adquiridos, da cantina e, do espaço físico como um todo (SILVA FILHO et al., 2007).

Apesar de não haver consenso entre os estudiosos quanto à definição do fenômeno aqui pesquisado, as inúmeras investigações sobre o assunto apontam possíveis motivos que levariam o estudante a abandonar um curso, uma universidade ou a se desligar do sistema de ensino superior em definitivo.

A evasão costuma ser considerada pelos pesquisadores como um fenômeno de motivos variáveis. De acordo com as principais pesquisas desenvolvidas depois do ano 1985, a evasão universitária pode ser explicada por motivos de ordem financeira; por problemas de ajustamento ao curso eleito e/ou à instituição escolhida para ingresso; pela deficiência educacional, devido a déficits havidos nos segmentos fundamental e médio que dificultam o desenvolvimento e o aproveitamento do discente e, por fim, por questões que envolvem a dedicação do graduando a outras atividades extra universidade que prejudicam sua imersão e permanência no curso de nível superior, como é o caso do aluno que precisa trabalhar em paralelo (RIBEIRO, 2007).

Segundo Paredes (1994 citado por BIAZUS, 2004), as possíveis causas da evasão podem ser separadas em dois grandes grupos: internas e externas à universidade. Das causas internas constam: a desistência do curso devido à discordância ou descontentamento com o método didático pedagógico, com o corpo docente e/ou com a infraestrutura da instituição de ensino. As causas externas englobam a dificuldade de adaptação do aluno ao ambiente universitário, os problemas financeiros, frustração com a escolha do curso e/ou problemas de ordem pessoal das mais variadas espécies (mudança de residência, doenças, problemas familiares, conjugais e/ou psicológicos, entre outros).

Gomes (1998) identificou cinco categorias de causas de evasão universitária: psicológica, sociológica, econômica, organizacional e interacional.

Para Gaioso, as variáveis que justificam a evasão universitária são

(...) a repetência; a desistência do curso em uma IES por haver conquistado nova vaga na mesma ou em outra instituição via vestibular, a falta de orientação educacional no ensino médio; o desprestígio da profissão escolhida para formação; a desmotivação e o horário de trabalho incompatível com o do estudo. (GAIOSO, 2005, p. 13)

Segundo os estudos devolvidos por Machado, Melo Filho e Pinto (2005 apud RIBEIRO, 2005), os fatores que costumam gerar a evasão estão relacionados com o desconhecimento do curso e/ou da carreira escolhida para ser seguida; a necessidade de trabalhar em paralelo aos estudos; a situação financeira precária da família.

Para Cunha, Tunes e Silva (2001 apud RIBEIRO, 2005), os motivos da evasão são o desamparo e a desinformação quanto ao curso escolhido, o despreparo do aluno para lidar com o sistema universitário e a impossibilidade de estabelecer vínculos pessoais significativos naquele ambiente.

Dados encontrados em pesquisas do Ministério da Educação e Cultura revelam que a falta de condições financeiras para cursar uma universidade privada é um dos principais fatores que regem a evasão escolar e o fenômeno é bem maior em universidades privadas do que em universidades públicas. Tomando como base os últimos dados do MEC, de investigações realizadas em 2010, o índice de evasão nas universidades públicas foi de 13,2% enquanto nas privadas foi de 15,6%. Outra pesquisa que focou as instituições particulares mostrou que a evasão naquele ambiente é menor entre alunos que foram contemplados com bolsa do Programa

Universidade para Todos (ProUni), ou seja, a evasão dos alunos que não possuem bolsa é de 15,6%, enquanto o fenômeno entre os alunos que possuíam bolsa ProUni foi de 4%.

Contudo, ainda que a evasão seja mais acentuada nas instituições particulares (15,6%), o índice do fenômeno também é elevado nas universidades públicas e gratuitas (13,2%). Nas universidades federais, um programa do governo federal, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), contribuiu bastante com a evasão universitária. Esse plano visava à expansão das universidades federais até 2017, porém não levava em consideração o fato que para abrir novos cursos as universidades precisariam de infraestrutura e de professores. Como consequência, tais IES abrem cursos de forma precária e sem o quadro de professores completo, o que reflete na qualidade dos cursos ofertados, gerando a evasão (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2014).

Além do MEC, o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia desenvolveu um estudo a partir de coleta e organização dos dados sobre a evasão brasileira, acrescentando dados internacionais para comparação, objetivando contribuir com a comunidade acadêmica brasileira, tomando como base o aprofundamento dos estudos sobre o tema da evasão universitária, que é de suma relevância e que ainda é alvo de interesse de poucas investigações no país.

Tal estudo apresenta dados, análises e comentários gerais sobre a evasão no ensino superior brasileiro, envolvendo, em uma parte do trabalho, o período de 2000 a 2005 e, na outra, o estudo da evasão dos diferentes cursos de graduação no período de 2001 a 2005 a partir dos dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Segundo os achados do Instituto Lobo, a “evasão nos cursos superiores do Brasil não difere muito das médias internacionais, variam bastante por dependência administrativa (pública ou privada), região e curso” (SILVA FILHO et al., 2007, p. 3). Segundo os dados coletados em estudos, a média anual de evasão de universidades públicas é de 12%, enquanto que a média anual de evasão de instituições de ensino superior particulares é de 24%, denotando uma discrepância bem maior se compararmos tais informações com os dados do MEC acima citados.

No que se refere à evasão por região do Brasil, a que tem a menor taxa anual é a Norte (16%); as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste têm, respectivamente, taxas de evasão de 21%, 22%, 22% e 23%, que são relativamente semelhantes. De acordo com os pesquisadores, os resultados obtidos por região diferiram entre a Norte e as demais regiões devido a uma única variável: cerca de 60% dos alunos matriculados no período da investigação eram de IES de natureza pública, o que é coerente com o fato da taxa de evasão se aproximar mais daquela observada nesse tipo de IES (pública).

Quanto à evasão por curso, aqueles que apresentaram maior taxa de evasão escolar durante o período em que os estudos foram desenvolvidos pelo Instituto Lobo foram: Processamento da informação (36%); Marketing e publicidade (35%); Ciências da computação (32%); Educação física (31%) e Matemática (30%). No sentido contrário, os cursos que obtiveram menor taxa de evasão foram: Medicina (4%); Odontologia (11%); Agronomia (13%); Formação de professores de geografia (15%) e outros 2 cursos: Geografia e Pedagogia, com 16% cada.

Os dados foram calculados com base em estudos do INEP - Sinopse do Ensino Superior – 2001 - 2005 (BRASIL, 2006 apud SILVA FILHO et al., 2007, p. 8, 9 e 13).

Segundo o Instituto Lobo, os altos índices de evasão por curso têm relação com a grande oferta de vagas por candidato, ou seja, as pesquisas revelaram que quanto menor é a oferta de vagas, maior é a concorrência para a inserção no curso, logo, menor é o interesse por abandoná-la. Nesse sentido, quanto maior for a oferta de vagas, menor será a concorrência, e maior será a desistência dos cursos. Essa análise é congruente com a realidade da evasão por grau de dificuldade no processo de seleção. Isto é, quanto maior é a seletividade da instituição, seja ela pública ou privada, menor é a taxa de evasão. No sentido oposto, quanto maior é a abertura do processo de seleção de uma instituição de ensino superior pública ou privada, maior também será a taxa de evasão escolar. O aprofundamento sobre o assunto se faz necessário, entretanto, podemos pensar que o rigor no processo de seleção de candidatos para o ingresso no nível superior resultará na seleção de alunos mais bem preparados para o curso escolhido.

Apesar de a evasão ser considerada pelos pesquisadores como um fenômeno de motivos variáveis que é influenciado por fatores internos (motivação, conflitos vocacionais e profissionais, problemas psicológicos) e externos (desemprego, crise financeira, atividades paralelas, problemas familiares, mercado de trabalho) ao estudante, tomando como base as análises da maior parte dos autores, os eventos observados como principais desencadeadores da evasão são: as questões de ordem financeira e as incongruências vocacionais e profissionais entre curso e discente, sobre o que será aprofundado um pouco mais agora.

Evasão e questões financeiras

Segundo Justino (2016), depois de anos em que o Brasil se manteve em ascensão, que ocorreu com os diversos programas do Governo Federal, e que promoveram a melhora das condições econômicas da população, a expansão das universidades brasileiras e a elevação do acesso do público à formação de nível superior, nos últimos tempos temos visto o panorama se modificar radicalmente: atualmente, as instituições privadas de ensino superior têm precisado driblar os efeitos de uma crise que têm atingido todos os estratos sociais do país, sobretudo a classe trabalhadora.

Com uma maior restrição ao financiamento estudantil, o desemprego e os atrasos salariais, que dificultam a continuidade dos estudos por parte dos alunos, como consequência, as instituições privadas se esforçam para manterem a qualidade enquanto veem o número de ingressantes, matriculados, créditos, contratos e receitas diminuírem. Em paralelo, ocorre o aumento da evasão.

Outro ponto de análise da evasão sendo regida por questões financeiras é a desigualdade social existente no Brasil. De acordo com os estudos de Sampaio et. al. (2011, p. 287),

[...] a renda tem papel fundamental não só por proporcionar aos mais ricos melhores condições de estudo (escolas privadas, cursinhos), mas também por possibilitar ao aluno maior oportunidade de escolha da carreira que melhor se adeque as suas aptidões, favorecendo assim a permanência da desigualdade.

Ou seja, a formação deficiente de um sujeito oriundo de uma família de baixa renda fatalmente vai gerar a dificuldade dos estudos e, provavelmente, será reforçada por reprovações; por outro lado, a mesma baixa renda costuma antecipar o ingresso do indivíduo no mercado de trabalho. Sendo assim, a renda do aluno influencia sobremaneira o fenômeno da evasão na etapa universitária.

Entretanto, como têm sido apontado pelos estudiosos, os estratos sociais aos quais pertencem os alunos e a crise econômica pela qual o país passa justificam o abandono da formação de nível superior, mas, em parte. A evasão é a parte de uma questão mais ampla da opção profissional e envolve questões que vão definir as atitudes e motivações do estudante universitário.

Orientação vocacional e profissional e a evasão

A orientação profissional discute frequentemente a questão da escolha que o indivíduo precisa fazer com relação a uma profissão, escolha esta que normalmente precisa ser realizada na adolescência, quando o ensino médio está próximo de ser concluído. Augustin (2005, p.47) considera que, para escolher uma profissão é preciso levar em conta: "(...) quem é o jovem, o que é o mercado de trabalho e o que é a vida universitária".

Como ação profilática aos prováveis conflitos de ordem vocacional e profissional, vários países desenvolvem trabalhos de orientação a jovens já no primeiro ano do ensino médio. Entretanto, no caso do Brasil, as escolas tanto públicas quanto particulares não possuem o hábito de analisar o perfil vocacional dos adolescentes, tampouco costumam promover a sua orientação relacionada às profissões e às características do mercado de trabalho (BARDAGI e HUTZ, 2005).

Os conflitos relacionados à escolha do curso parecem estar ligados às ilusões quanto ao mercado de trabalho, pois o mesmo está em constante transformação. Isto quer dizer que uma profissão pode estar em alta no mercado, no momento em que o aluno entra para a universidade e, em pouco tempo, a situação pode se modificar. Whitaker (1981) considera ser uma forma de ilusão do mercado o aluno permanecer durante quatro, cinco ou seis anos na universidade e, ao sair de lá, esperar encontrar as mesmas condições no mercado de trabalho de quando entrou.

A falta de informações sobre a profissão e o curso em que os alunos ingressam leva muitos discentes à evasão. Ao perceberem que agiram movidos por expectativas infundadas a respeito da instituição ou da profissão escolhida, se decepcionam com o curso superior e com a universidade, e passam a considerar a possibilidade de desistência.

Andriola (2003) pontua que a mudança de curso nas universidades brasileiras é alarmante e, não só sinaliza os equívocos na orientação profissional, como também, representa um ônus para a sociedade, pela ocupação indevida das vagas tão escassas, sobretudo nas universidades públicas e pelo desperdício financeiro que acarretam. O autor alerta que o adolescente precisa conhecer as próprias habilidades, considerar e avaliar as sugestões familiares e reconhecer as implicações decorrentes da profissão escolhida, além precisar pesquisar o mercado de trabalho constantemente e, para isso, ele precisa se submeter a um

processo de orientação vocacional, costuma acontecer por meio de testes e/ou a partir de uma abordagem clínica (BOHOSLAVSKY, 1996).

Segundo Bardagi e Hutz (2005), a maior parte das investigações sobre evasão no exterior enfatizam os aspectos contextuais (econômicos, estruturais da universidade) e interpessoais (apoio familiar e integração social) da integração na universidade como justificações para o abandono de um curso de ensino superior pelo aluno, dando menor importância às questões vocacionais nesse processo. Entretanto, no caso do Brasil, o aspecto vocacional parece influenciar bastante as possibilidades do estudante permanecer ou evadir do curso superior, uma vez que a decisão vocacional é tomada antes da entrada na universidade, o que não acontece em outros países, principalmente na América do Norte. De acordo com os autores,

Como o período universitário é um momento privilegiado para a construção da identidade profissional e a percepção de identificação pessoal com a escolha tem se mostrado importante para a satisfação com o curso universitário, parece fundamental integrar as questões do desenvolvimento vocacional ao analisarmos os fatores de permanência ou evasão (BALDAGI e HUTZ, 2005, p. 281-282).

Nesse sentido, as escolas que preparam o aluno para concorrer a uma vaga numa universidade precisam atentar para o fato que, em paralelo ao conteúdo ministrado em aula, o trabalho de orientação vocacional e profissional precisa ser ofertado para todo o corpo discente, e desde os anos iniciais do ensino médio, o que resultará na diminuição de desistências, prejuízos financeiros e frustrações para instituições de ensino e para estudantes universitários.

Medidas voltadas para a resolução da evasão

Quer seja por motivos de ordem financeira, quer seja por conflitos vocacionais, frustração com o mercado de trabalho, problemas pessoais e/ou familiares, pouco tempo para os estudos pelo fato do aluno necessitar trabalhar nos demais turnos, o fato é que a evasão universitária é um dos problemas que mais afetam as instituições de ensino em geral.

No ensino superior, trata-se de uma adversidade de âmbito internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais; se no setor público, os recursos investidos ficam sem o devido retorno; se no setor privado, produz uma perda significativa de receitas. Nos níveis docente e discente, a evasão escolar promove, minimamente, frustração e desmotivação, ou seja, os produtos do abandono de um curso pelo aluno produzem efeitos nocivos em cadeia. Por todos esses motivos, o fenômeno precisa ser estudado, compreendido e combatido com ações específicas.

Por exemplo, enquanto no setor privado as IES gastam em torno de 6% das receitas com marketing para atrair novos estudantes, quase nada é feito para manter os alunos já matriculados. Ademais, com exceção de instituições como a USP – Universidade de São Paulo, a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, a UNICAMP – Universidade Federal de Campinas e algumas mais, são muito poucas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado voltado para o combate à evasão, com planejamento de ações,

acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas (SILVA FILHO et al., 2007).

Não é possível afirmar que a situação da evasão brasileira é pior, ou melhor, do que a média dos índices internacionais, que variam muito de país para país. Entretanto, há a necessidade de realizar estudos sistemáticos com vistas a reduzir as taxas de evasão e evitar os desperdícios, tanto do ponto de vista social quanto do prisma financeiro. A partir da melhor compreensão do fenômeno, as instituições de ensino superior públicas e privadas deverão desenvolver medidas voltadas para a minimização do problema aqui em foco.

De acordo com a bibliografia consultada ao longo do presente estudo, algumas sugestões de ações são: acolhimento dos calouros a cada semestre; acompanhamento educacional e psicológico dos alunos durante toda a sua trajetória universitária; atuação competente do corpo docente; eventos acadêmicos como palestras com profissionais experientes da área, feiras das profissões; programas de orientação profissional; programas de estágios, a partir dos quais os discentes são inseridos no mercado de trabalho, entre outros.

A seguir será apresentada a pesquisa realizada sobre a evasão universitária na Faculdade ITOP.

Evasão: estudo e metodologia

Nesta seção serão apresentadas a metodologia, a análise e a discussão dos dados obtidos neste estudo.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é de natureza qualitativa e, num segundo momento, foram utilizados instrumentos técnicos da pesquisa quantitativa.

Segundo a pesquisadora Maria Cecília Minayo,

(...) pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não por ser quantificada, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993:39)

Este tipo de pesquisa parte do pressuposto de que não existe um padrão único de pesquisa para todas as ciências e que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Isso significa que à medida que aprofundamos ou alargamos nossos conhecimentos sobre a realidade nós nos modificamos assim como modificamos a própria realidade, em um processo contínuo. (MINAYO (1993:39)

No que se refere à pesquisa quantitativa, em linhas gerais, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, preocupa-se com a medição e a quantificação dos resultados. Busca-se a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação de dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas (GODOY, 1995).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Esse tipo de investigação busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987 apud SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 35).

No que tange aos procedimentos, esta é uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, é realizada coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009).

No que se refere à pesquisa bibliográfica, essa modalidade de estudo

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32 citado por SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 37)

Por fim, a pesquisa documental percorre uma trajetória semelhante àquela da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, compostas basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental, por sua vez, utiliza fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: “tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 37).

O fenômeno da evasão pode ser investigado de inúmeras maneiras: em determinada IES ou em um conjunto de instituições; num único curso, em alguns ou em todos; em uma área de conhecimento ou em diversas; em um período de oferta de cursos, durante vários anos, ou em qualquer outro universo, desde que o pesquisador tenha acesso a dados relevantes à investigação (SILVA FILHO et al., 2007).

O estudo interno de uma IES costuma ser mais detalhado porque permite a identificação e o acompanhamento da evolução e análise de diversas situações, como: cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo. Numa instituição de ensino, a evasão pode ser medida pela organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. É possível medir a evasão em uma turma pela comparação entre o número de ingressantes no ano de formação dessa turma e o número de concluintes do mesmo grupo de alunos.

Os objetivos do presente estudo foram (a) levantar dados sobre a evasão dos discentes no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017 por meio de pesquisas documental e de campo; (b) conhecer os motivos que regem o fenômeno da evasão escolar do curso de administração de empresas da Faculdade ITOP (c) elaborar medidas voltadas para a minimização da evasão universitária, a fim de contribuir com a administração da IES e com o seu corpo discente, para que ambos cumpram com seus objetivos educacionais.

Nesta pesquisa foi considerado como evasão o trancamento de matrícula sem retorno entre o período de 20 de janeiro de 2016 a 20 de janeiro de 2017.

Foram sujeitos desta investigação os 18 estudantes regulares e evadidos do curso de administração de empresas da Faculdade ITOP.

Quando da elaboração do projeto, este estudo pretendia ter como início um levantamento dos alunos evadidos do curso de administração da ITOP no período de 2012 a 2016. Nesta etapa seriam coletados dados de contatos dos alunos e suas justificativas sobre os trancamentos de matrículas constantes de um formulário que é utilizado para tal solicitação. Num segundo momento, seria feita a inscrição do projeto (e foi feita) no CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, para autorização da investigação com seres humanos e, posteriormente, a amostra seria recrutada para a realização de entrevistas semiestruturadas e, também, para a aplicação de questionários mistos na modalidade presencial.

De fato, nos momentos iniciais do estudo, etapa da investigação documental, a pesquisadora responsável visitou a secretaria da IES, visando ao acesso à relação dos sujeitos circunscritos para o estudo. A secretaria é o setor onde os alunos requerem efetivação de matrícula para ingresso num curso ou trancamento de matrícula para o afastamento temporário ou definitivo do mesmo. Em resposta ao solicitado, o setor forneceu uma lista com nomes dos discentes evadidos durante os 4 anos e orientou que outro setor fosse procurado para coleta dos demais dados: o de arquivo da documentação individual dos discentes durante sua trajetória universitária.

Todos os dossiês recebidos dos evadidos listados foram fornecidos e cuidadosamente analisados. Contudo, verificou-se um desfalque tanto na quantidade de pastas de alunos, como na existência do documento principal para este estudo: o requerimento de trancamento. Além disso, quando havia tal formulário, faltava nele a informação sobre o motivo do pedido de trancamento, sobre o que a secretaria informou que não há obrigatoriedade quanto ao preenchimento do item pelo aluno. Os empecilhos que envolveram esta etapa da pesquisa exigiram a modificação da metodologia inicial.

O período circunscrito para investigação passou a ser janeiro de 2016 a janeiro de 2017, por haver quase a totalidade de pastas de alunos e de requerimentos e, como não constavam algumas justificativas, e quando existiam eram sucintas demais, decidiu-se abordar os sujeitos por meio virtual, a fim de serem coletados mais dados. Foram remetidos e-mails para os 18 evadidos com explicações sobre os objetivos da pesquisa e a entrevista como anexo.

Em uma semana não foi recebido qualquer retorno por correio eletrônico. Então, foram feitas novas tentativas de contato por telefone e via whatsapp. Dos 18 sujeitos, 5 não atenderam ao telefone e nem responderam à mensagem do zap. Treze atenderam ao telefone, dos quais 3 responderam à entrevista integralmente, 5 remeteram respostas parciais e 5 não retornaram. Não houve nenhuma manifestação via email durante todo o período de estabelecimento de contato com os últimos sujeitos, que durou 3 semanas. Por fim, decidiu-se utilizar todos os dados coletados: via requerimento, whatsapp, inclusive o teor da comunicação havida nos contatos telefônicos.

Cabe ressaltar que nessa etapa de recrutamento dos sujeitos e aplicação do instrumento foi identificada outra variável que dificultou a coleta de dados: uma clara resistência da quase totalidade dos contatados quanto a participarem do estudo, ainda que seus objetivos tivessem

sido claramente expostos nos momentos iniciais da conversa e da entrevista escrita. Alguns deles foram de uma indisponibilidade quase ríspida e encerraram a ligação quão rápido puderam.

O ambiente da pesquisa foi a Faculdade ITOP, localizada na área central da cidade de Palmas, no estado do Tocantins.

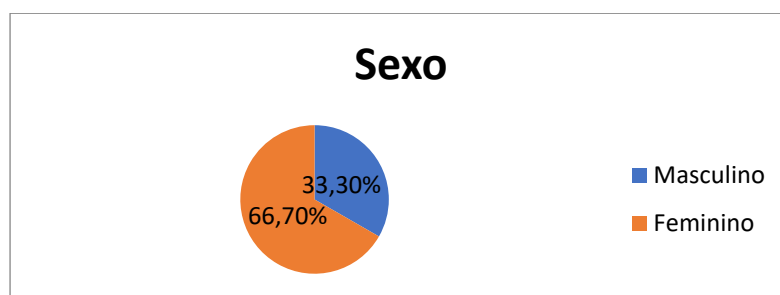
Para a coleta dos dados este estudo utilizou uma entrevista semiestruturada que está dividida em duas partes: dos dados pessoais (idade, naturalidade, profissão e renda mensal) e dos tópicos da investigação, composta por 3 perguntas: (1) Por que você trancou o curso de administração? (2) Há pretensão de retorno? (3) Comentários adicionais.

A técnica utilizada para análise e interpretação dos dados foi a que, segundo Cervo e Bervian (1983:55), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

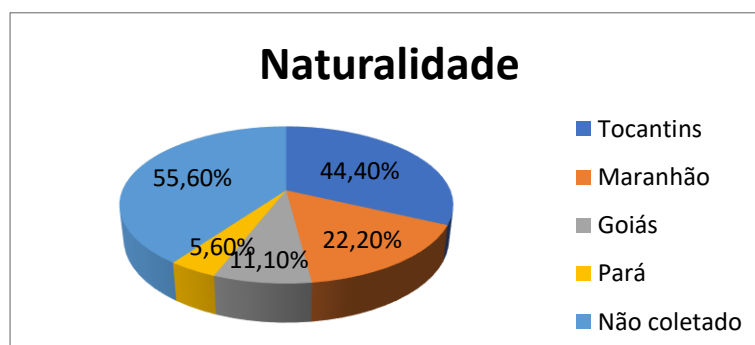
Discussão e análise dos dados

Perfil da amostra

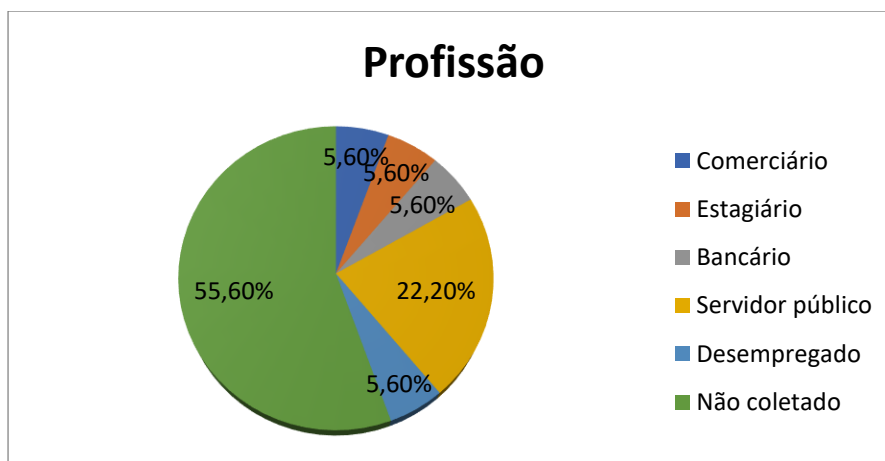
Com base nos dados da pesquisa, os 18 alunos listados como evadidos do curso de administração da ITOP têm entre 20 e 30 anos. Seis (33,3%) são representantes do sexo masculino e 12 (66,7%) do sexo feminino.



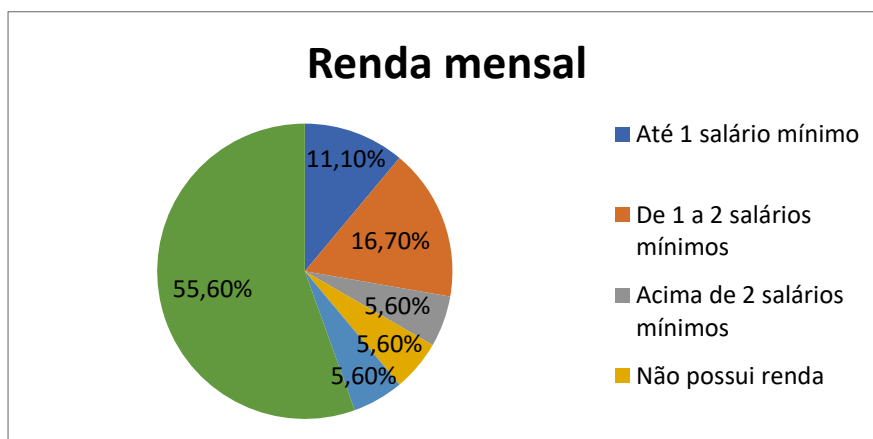
Dos dados coletados de 18 sujeitos evadidos, 10 (55,6%) são naturais do estado do Tocantins, das cidades de Palmas (6 ou 33,3%), Miracema (2 ou 11,1%) e Lajeado (2 ou 11,1%); 5 (27,8%) são do Maranhão. Quanto aos 3 restantes, 2 são naturais de Goiás (11,1%) e 1 é nascido no Pará (5,6%).



Quanto à profissão, só foram obtidas informações de 8 (44,4%) da totalidade dos sujeitos. Desses, 4 são servidores públicos (22,2%), 1 é bancário (5,6%), 1 é comerciante (5,6%), 1 é estagiário (5,6%) e 1 está desempregado (5,6%). Não foi possível coletar os dados dos demais sujeitos (55,6%), pois os mesmos não responderam aos contatos e nem havia tais informações nos seus dossiês.



No que se refere à renda mensal, dos 18 sujeitos, apenas 7 (38,9%) forneceram informações. Deles, 2 (11,1%) possuem renda de até 1 salário mínimo; 3 (16,7%) ganham por mês entre 1 e 2 salários mínimos; 1 (5,6%) tem renda acima de 2 salários mínimos e 1 (5,6%) não possui renda por estar desempregado. Um não forneceu a informação. Não foram coletados dados de 10 alunos.



Motivos da evasão universitária

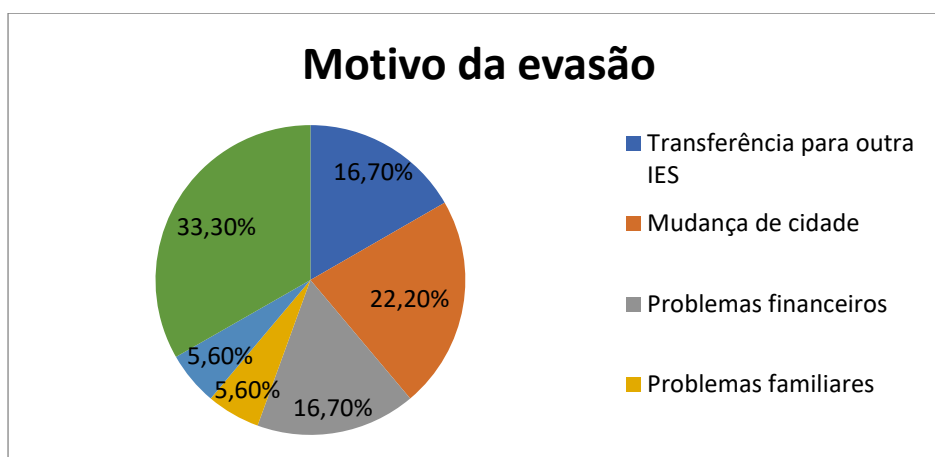
No que se refere aos motivos de evasão do curso universitário em administração de empresas da Faculdade ITOP, 3 alunos (16,7%) fizeram novo vestibular e foram transferidos para o curso de administração da universidade federal do estado, pelo fato de haver gratuidade para a graduação.

De acordo com os depoentes, 3 (16,7%) dos 18 evadidos estão atravessando problemas financeiros, dos quais 1 está desempregado.

Quatro (22,2%) dos sujeitos migraram para outra cidade e, devido à distância, precisaram se afastar da faculdade. Desses 4 entrevistados, um passou por um processo de separação conjugal e, atualmente, se encontra em período de licença maternidade. Por estar cuidando de um bebê pequeno, o mesmo sentiu a necessidade de retornar à casa dos pais.

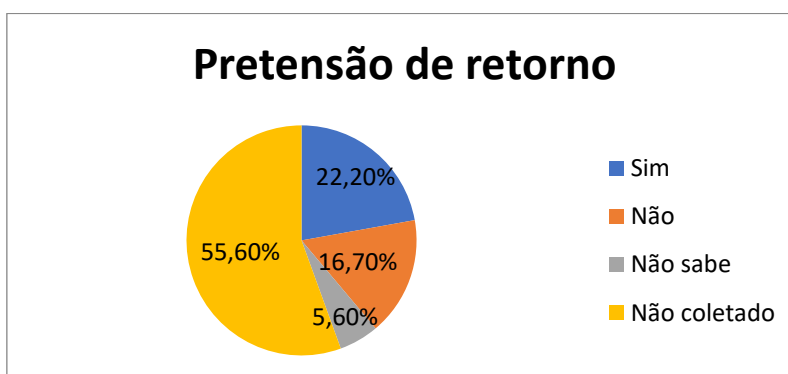
Por fim, da totalidade, um estudante (5,6%) está vivenciando problemas familiares e por esse motivo foi preciso evadir da graduação. Ainda, outro sujeito (5,6%) abandonou o curso de administração por estar administrando a empresa da família, o que lhe toma muito tempo diário.

Outrossim, não foi possível a coleta dos dados de 6 dos 18 alunos que abandonaram a faculdade, por falta de retorno por parte deles.



A pretensão de retorno à faculdade

Oito de 18 sujeitos evadidos responderam à questão. De acordo com os dados coletados, 4 depoentes (22,2%) pretendem retomar o curso de administração e concluí-lo, dos quais 3 (16,7%) pontuam que reabrirão suas matrículas no segundo semestre de 2017. Três (16,7%) não retornarão por terem se transferido para outra instituição de ensino superior. Outrossim, um deles (5,6%) ainda não sabe afirmar se retornará ou se desistirá da graduação.

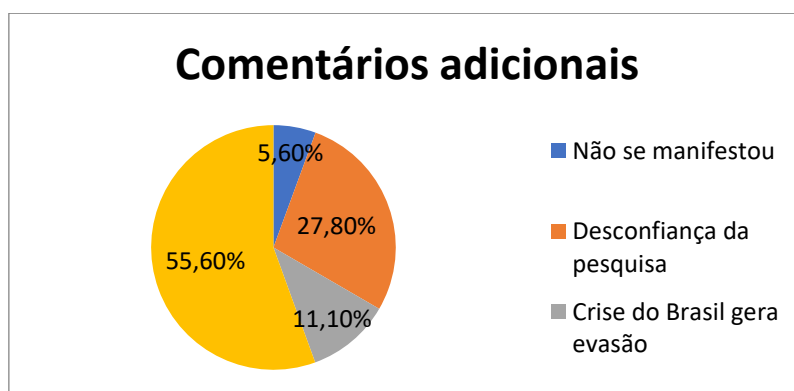


Comentários adicionais

Este espaço foi criado para que os depoentes pudessem fazer colocações complementares não permitidas nos tópicos anteriores. Dos 8 respondentes, 1 (5,6%) não se manifestou, e 5 (27,8%) disseram que inicialmente resistiram em participar desta pesquisa porque desconfiaram que o contato da pesquisadora fosse uma forma enviesada de pressioná-los a reabrirem suas matrículas e retornarem à faculdade. Entretanto, após perceberem que se tratava de uma investigação interessada em conhecer mais profundamente o fenômeno da evasão escolar na administração de empresas da faculdade ITOP, tais alunos apreciaram participar do estudo e contribuir com ele.

Dois dos sujeitos (11,1%) pontuaram a crise atual do Brasil como o principal fator de um estudante ter dificuldades em prosseguir com sua graduação. Segundo um (5,6%) dos 2 depoentes, “se não houvesse corrupção o brasileiro não seria tão sacrificado, em todos os sentidos.”

Por fim, não foi possível a coleta dos dados de 10 dos 18 sujeitos.



Medidas voltadas para a minimização da evasão no curso de administração da Faculdade ITOP

Com base em pesquisas sobre a temática, algumas medidas podem ser desenvolvidas para que a evasão no curso de administração da ITOP seja diminuída ou eliminada. Uma delas é o acolhimento dos calouros do curso de administração, cujo trabalho poderá ser estendido aos demais cursos como ação profilática à evasão dos mesmos.

Após o período de inserção dos novos alunos, os mesmos poderiam receber acompanhamento educacional, por meio dos coordenadores, diretores e professores e, também, acompanhamento psicológico do POD – Programa de Orientação Discente, já existente na faculdade e coordenado por uma psicóloga. Os atendimentos deveriam acontecer ao longo de toda a trajetória dos estudantes na IES.

Todos os colaboradores da faculdade ITOP possuem grande relevância na estabilização dos estudantes na IES, pois, se a interação entre colaborador e aluno é cordial e eficaz, o clima organizacional é afetado, o que contribui favoravelmente para a permanência do discente no ambiente. A excelência nas relações estabelecidas entre colaboradores e entre estes e os

“clientes” da organização é o carro-chefe da administração de empresas dos tempos atuais. Por isso, cada vez mais as organizações têm constantemente a função de suprir as expectativas da sua clientela, devendo estar atentas e preparadas para melhor atender e satisfazer seu público.

A citação a seguir elucida o exposto:

Atrair e reter clientes podem ser tarefas difíceis. Hoje, os clientes têm à sua disposição uma grande variedade de escolha de produtos e marcas, preços e fornecedores. Em vista disto, o tema Qualidade do atendimento ao cliente é de suma importância para o crescimento de uma organização, pois por meio de um bom atendimento é que as empresas valorizam a sua imagem, atraem e retêm clientes. O administrador ao optar pela busca da qualidade procura a fidelização dos clientes, usando técnicas destinadas a cultivá-los e atraí-los, criando uma defesa contra a concorrência, ou seja, trilha-se um caminho para o sucesso e a lucratividade (KOTLER e ARMSTRONG, 2003 apud COSTA, et al., 2015, p. 155).

Assim sendo, a faculdade estudada deve investir no constante treinamento de docentes, atendentes da secretaria e da biblioteca, diretores, coordenadores, pessoal da segurança, técnicos do setor da tecnologia da informação e demais, primando, assim, pelo sucesso da instituição de ensino.

Além priorizar a qualidades dos seus serviços, a IES deve investir em ações voltadas para a orientação profissional, seu respectivo mercado de trabalho, e o trabalho para a inserção dos alunos e ex-alunos no meio, com a montagem anual ou bianual de feiras das profissões. Este é o lugar propício para o intercâmbio entre profissionais experientes e estudantes, bem como para a troca de todos os tipos entre empresas, discentes e graduados, inclusive, o evento pode servir como veículo de oferta e procura de vagas de trabalho e de estágio. Ainda, o mencionado espaço pode promover palestras, oficinas e debates sobre o mundo acadêmico e profissional.

Uma das medidas consideradas bastante importantes contra a evasão é oferecer apoio aos estudantes durante todo o período de graduação, no que se refere, também, a questões financeiras, sobretudo num tempo de crise pelo qual o país atravessa, que gera restrições e inseguranças sem fim na população.

Nesse sentido, além dos planos de financiamento ofertados pelo Governo Federal, a faculdade ITOP poderia criar um plano próprio de financiamento de parte ou da totalidade do valor investido nos estudos, como é o caso, por exemplo, do “PAR”: um plano de parcelamento próprio de uma universidade privada brasileira. Trata-se de um benefício criado pela mesma a fim de oferecer mais uma facilidade de pagamento para os estudantes que querem realizar seus estudos de nível superior. Segundo o marketing da universidade que promove o PAR, este serve para “ajudar você a ter ainda mais confiança para seguir em frente e ser o seu melhor”.

A falta de condições – financeiras, pessoais ou acadêmicas – para acompanhar o ritmo das aulas leva os universitários a desistirem do ensino superior. O apoio ao discente deve englobar aulas de reforço e monitoria, atendimento psicológico, pesquisa de satisfação, orientação profissional e vocacional, planos de financiamento para além dos que são fornecidos pelo Governo, entre outros.

Quanto às hipóteses

As hipóteses formuladas para este estudo foram confirmadas parcialmente. Inicialmente pensou-se que o fenômeno da evasão do curso de administração da Faculdade ITOP seria justificada por uma deficiência escolar dos alunos que os impediria de acompanhar satisfatoriamente um curso universitário. Além disso, pelo fato de o público-alvo da IES pertencer à classe trabalhadora, pensou-se que a dificuldade em cumprir com obrigações financeiras seria outra importante motivação à evasão universitária. Ambas as hipóteses podem ser verdadeiras, mas, segundo os dados coletados, apenas a segunda se confirmou, tendo sido mencionada por 3 dos 18 alunos que abandonaram o curso de nível superior.

Limitações da pesquisa

Todo estudo possui limitações. Esta pesquisa teve como principal obstáculo a ausência de documentos e de informações sobre a evasão que deveriam constar dos formulários de trancamento existentes nas pastas, os quais serviriam como principal fonte de dados para análise do objeto eleito para estudo. A IES poderia contribuir com a melhoria das condições do setor de arquivo de documentos de discentes. Além disso, a secretaria poderia tornar obrigatório o preenchimento do item “justificativa para o trancamento de matrícula” constante do formulário utilizado pelo aluno para tal solicitação, a fim de se contribuir com futuras investigações.

Somou-se aos problemas encontrados na etapa da pesquisa documental a dificuldade de contato com a totalidade dos estudantes evadidos, quer seja pela desatualização dos dados, quer seja pela ausência de vontade de contribuir com a investigação por parte dos alunos, que pareceu estar relacionada com o trancamento da matrícula, de acordo com o que foi exposto no item “comentários adicionais” da entrevista realizada com os respondentes. Segundo esses alunos, os contatos realizados pela pesquisadora foram interpretados, inicialmente, como uma estratégia da IES para a reintegração desses estudantes, o que foi dissipado posteriormente.

Outrossim, foi limitante para o desenvolvimento do estudo a existência de uma gama de fenômenos que produz e afeta o fenômeno maior da evasão escolar das instituições de ensino superior, que varia entre os países e dentro do próprio país.

Considerações Finais

O cenário atual em que as instituições se encontram vem sofrendo muitas mudanças, passando de um segmento onde a procura caracterizava-se por ser maior que a oferta, para conviver num mercado onde há uma concorrência acirrada, no qual a disputa por aluno fica evidente a cada início de semestre.

Esta pesquisa procurou analisar os principais motivos que levam o aluno a abandonar seus estudos antes do final do curso pretendido. De acordo com os resultados obtidos, os motivos de evasão do curso universitário em administração de empresas da Faculdade ITOP, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017 foram: a transferência para outra instituição de ensino superior, no caso, uma pública; os problemas financeiros; a migração para outra cidade

que impede a continuidade dos estudos por questões geográficas; os problemas familiares; e a falta de tempo, devido às longas jornadas de trabalho.

É importante ressaltar que o acadêmico evadido dificilmente pode ser repostado pela instituição, o que ocasionará, conseqüentemente, em uma perda irreversível nas receitas da instituição. Assim sendo, para garantir a permanência dos estudantes no curso é necessário que a instituição aborde esse assunto como prioridade.

Como essa pesquisa configura-se como a primeira pesquisa sobre essa temática na Faculdade ITOP torna-se difícil determinar, por falta de parâmetros de comparação, se os índices encontrados durante a pesquisa são elevados ou não, no contexto da realidade do mercado local. No entanto, necessário se faz, uma reflexão por parte da gestão, pois o cenário fica cada vez mais competitivo e a retenção de alunos, mais difícil.

É de fundamental importância para as Instituições de Ensino Superior privadas e públicas e, seus gestores estarem sempre atualizados sobre as necessidades e o comportamento de seus acadêmicos, desenvolvendo financiamentos próprios, acompanhando as contas, realizando parcerias com outros setores da economia e da sociedade, visando a facilitar o ingresso dos alunos no mercado de trabalho, o que poderá ajudar na retenção do acadêmico.

Por fim, como nenhum tema estudado cientificamente se esgota, esta pesquisa sugere algumas questões para que o conhecimento sobre o assunto possa ser aprofundado. Uma primeira linha de investigação poderia ser o seguinte: como se configura a evasão escolar dos cursos mais antigos da Faculdade ITOP, como é o caso de Pedagogia, Ciências contábeis, Letras e Administração? Como o acesso à avaliação do público-alvo é uma rica fonte de informações sobre o que é satisfatório e o que precisa ser modificado numa organização, outra sugestão para futuros estudos poderia ser a opinião dos estudantes-clientes da Faculdade ITOP a respeito dos serviços ofertados pela IES.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, William Barbosa. Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação (SOI). In **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 40: 332-347, jul./dez. 2003.

AUGUSTIN, Cristina. **Dinâmica das vagas**. UERJ. Disponível em: <www2.uerj.br>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BARDAGI, Marucia; HUTZ, Claudio Simon. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. In: **Psicologia Revista**. São Paulo, 14(2): 279-301, novembro 2005.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: A estratégia clínica**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CERQUEIRA, T. C. S. (2003). Evasão do curso de Pedagogia da UnB: a interpretação do aluno evadido. In: **III CONGRESSO NORTENORDESTE DE PSICOLOGIA CONSTRUINDO A PSICOLOGIA BRASILEIRA: DESAFIOS DA CIÊNCIA E PRÁTICA PSICOLÓGICA** (v. II, pp. 282-283). João Pessoa, 27 a 31 de maio.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3ª. Ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1983.

COSTA, Ariana de Sousa Carvalho; SANTANA, Lídia Chagas de; TRIGO, Antonio Carrera. Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. In: **Revista de Iniciação Científica – RIC**, Cairu. Jun. 2015, Vol 02, nº 02, p. 155-172.

CUNHA, A. M.; TUNES, E. e SILVA, R. R. (2001). Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, 24, 262-280.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE, v.35, n.2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Evasão e evadidos: o discurso dos alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura**. Artigo extraído da tese de doutoramento defendida em 02/10/1998. Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP -19060-900 - Presidente Prudente - São Paulo, 1998.

GRISPINO, Izabel Sadalla. **A preocupante evasão de alunos da USP**. 2005. Disponível em: http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1430:a-preocupante-evasao-de-alunos-da-usp&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456. Acesso em 20/10/2016.

JUSTINO, Guilherme. **Instituições de Ensino Superior privadas em readequações para enfrentar desafios impostos pela crise**. In: **ZH Educação (online)**. Disponível em <http://zhedocs.com.br/vibe/estudo-educacional/201607/institucoes-de-ensino-superior-privadas-em-adequacoes-para-enfrentar-desafios-impostos-pela-crise/6711979.html>. Acesso em 20/10/2016.

LOPES, Noêmia. **Como combater o abandono e a evasão escolar**. In: Nova Escola. São Paulo: Editora Abril, abril/maio de 2010. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>. Acesso em 20/10/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

PACIEVITCH, Thais. **Evasão escolar**. In: Brasil Escola. Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>. Acesso em 20/10/2016.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética de carreira psicossocial. In: **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho (USP)**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2009b. p. 203-216.

_____. **Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária – Um Estudo Preliminar**. In: **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005, 6 (2), pp. 55 – 70.

SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony; MELLO, Euler P. G. de and MELO, Andrea S. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. In: **Revista Economia Aplicada** [online]. 2011, vol.15, n.2 [cited 2017-08-13], pp.287-309.

SILVA, Gislaíne Chagas da. **Evasão escolar: causas sociológicas**. In: Portal da educação. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/evasao-escolar-causas-sociologicas/58568>

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar e LOBO, Maria Beatriz De Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÔRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: **Métodos de pesquisa**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987, 174 p.

WHITAKER, Dulce. **A seleção dos privilegiados: um estudo sobre a educação brasileira**. São Paulo: Semente, 1981.

Recebido em 14 de agosto de 2017.

Aceito em 16 de setembro de 2017.

A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NAS METAS COLETIVAS DA FACULDADE ITOP

Adriano Carvalho dos Santos

PROIC/ITOP. Email: adriancarvalhodossantos6@gmail.com

Weder Ferreira dos Santos

UFT. Email: eng.agricola.weder@gmail.com

Cláudia Nolêto Maciel Luz

Faculdade ITOP. Email: claudia.noleto@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer o clima organizacional no Instituto Tocantinense de Pós-Graduação - ITOP. Foi realizada na faculdade ITOP uma pesquisa sobre o clima organizar. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em segundo momento foi aplicado um questionário contendo 15 perguntas fechadas aos colaboradores acessíveis a pesquisa, em uma amostra de oito colaboradores no total. Em seguida foi realizado a tabulação dos dados manualmente e a utilização do programa Excel para confecção dos gráficos. Os colaboradores apresentam em sua maioria idade entre 18 e 34 anos, em sua maioria do sexo feminino, com uma renda entre 1 a 3 salários mínimos, e com um maior que 37 meses. O relacionamento entre os colaboradores apresentados como bom e ótimo (75%), e o mesmo valor quanto a classificação do ambiente de trabalho que e agradável e muito agradável. Todos os colaboradores concordam que o relacionamento entre eles influencia na produtividade da organização e que a organização propõe o trabalho em equipe. E a organização propõe com frequência o trabalho em equipe. Segundo os colaboradores com 75%, a organização se preocupa com o clima organizacional entre eles. Estes 62%, consideram amigos fora da organização. Assim como oportunidade de crescimento na organização, como um dos fatores que motivo de trabalho na Faculdade.

Palavras-chave: *Clima Organizacional, motivação, ITOP.*

INTRODUÇÃO

Toda organização precisa de um quadro de colaboradores composto por pessoas altamente qualificadas para alcançar as metas traçadas no planejamento estratégico da empresa. As organizações são compostas de diversos recursos, mas o recurso mais importante de uma empresa são as pessoas, pois de nada adianta uma imensa estrutura empresarial quando não se tem colaboradores.

Uma grande preocupação atual envolve justamente o principal recurso das organizações, os seus trabalhadores. Cada ser humano possui uma maneira de pensar, uma cultura, uma crença e inúmeras outras coisas diferentes que muitas vezes geram conflitos no ambiente de trabalho, ou podem ser totalmente ao contrário, os colaboradores podem possuir muitas afinidades e as duas situações influenciam na produtividade da empresa.

Essas afinidades e diferenças entre o pessoal são as peças que formam o clima organizacional (CO) de acordo com Campello & Oliveira (2008). A palavra clima origina-se do grego *klimae* significa tendência ou inclinação. O clima é algo que não se pode ver ou tocar, mas ele é facilmente percebido dentro de uma organização através do comportamento dos seus colaboradores.

Mas além de possuir uma equipe bem capacitada a organização precisa manter-se bem informada a respeito da interação entre os colaboradores da mesma, pois a relação entre os funcionários é um forte aspecto que contribui ou não para o alcance das metas coletivas. Nas páginas seguintes veremos um estudo sobre o CO, elemento de profunda importância, que merece um olhar diferenciado dos gestores.

Sabendo-se que o recurso mais valioso de uma organização chama-se pessoas, é indispensável que estas estejam se sentindo bem no ambiente de trabalho, pois quando isso acontece é possível obter resultados cada vez mais satisfatórios, neste estudo veremos os elementos que formam o clima organizacional em uma empresa e como eles influenciam em relação à interação entre colaboradores e Gestor.

Atualmente são os poucos os estudos sobre o CO na área de educação. O que não seria diferente no Estado do Tocantins.

Diante do exposto o presente trabalho tem como objetivo geral buscar quais os fatores que influenciam o clima organizacional na Faculdade ITOP. E os objetivos específicos, identificar o número de colaboradores ativos na empresa, suas remunerações e o tempo de serviço; avaliar o grau de cooperação e motivação entre os empregados da Faculdade; e analisar o grau de satisfação dos funcionários em relação à Faculdade estudada.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Administração

Administração é o processo de tomar decisões sobre objetivos e utilização de recursos. Torna-se necessário um estudo aprofundado onde requer muita cautela relacionada ao mercado onde está inserida. Administração deve ser uma tarefa estratégica, feita de forma estudada antes de qualquer tomada de decisão de acordo com o planejamento estratégico, para obtenção de melhores resultados.

De acordo com Fayol citado por Chiavenato (2003) define o ato de administrar como: prever, organizar, comandar, e controlar. As funções administrativas envolvem os elementos da Administração, isto é, as funções do administrador, a saber:

Prever: visualizar o futuro e traçar o programa de ação.

Organizar: Constituir o duplo organismo material e social da empresa.

Comandar: Dirigir e orientar o pessoal.

Coordenar: Ligar, unir, harmonizar todos os atos e esforços coletivos.

Controlar: Verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Administração deve ser uma tarefa estratégica, feita de forma estudada antes de qualquer tomada de decisão de acordo com o planejamento estratégico, para obtenção de melhores resultados.

Conforme Lacombe & Heilborn (2008), administrar é o ato de trabalhar e por pessoas para realizar os objetivos tanto da organização quanto de seus membros.

Para Fayol citado por Chiavenato (2003), administração é um todo do qual a organização é uma das partes, O conceito amplo e compreensivo de administração, como um conjunto de processos entrosados e unificados. Tudo em Administração é questão de medida, ponderação e bom senso.

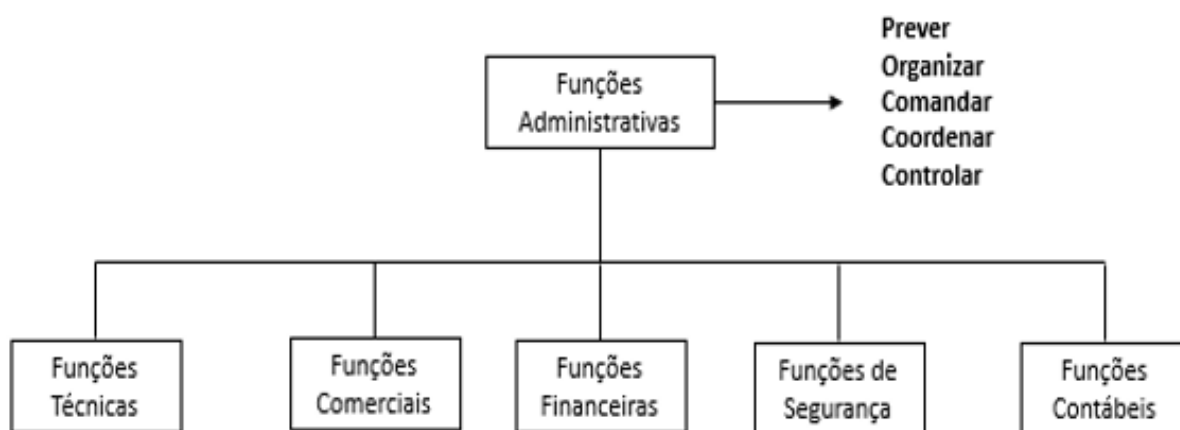


Figura 1: Funções Administrativas.
Fonte: (CHIAVENATO, 2003)

Administração de Recursos Humanos

Administração de recursos humanos, é um importante instrumento utilizado no gerenciamento de pessoas, através de suas competências é possível planejar ações, como prover mão de obra, acompanhar e avaliar o desempenho.

Chiavenato (2010), Administração de Recursos Humanos, desempenha papel de suma importância, tanto no alcance da eficiente, como da eficácia organizacional.

Administração de recursos humanos, é um importante instrumento utilizado no gerenciamento de pessoas, através de suas competências é possível planejar ações, como prover mão de obra, acompanhar e avaliar o desempenho.

As pessoas e as organizações estão engajadas em uma complexa e incessante interação: as pessoas passam a maior parte de seu tempo nas organizações das quais dependem para viver e as organizações são constituídas de pessoas sem as quais não poderiam existir. Sem as pessoas e sem as organizações não haveria ARH.

De acordo com Lacombe (2004), administração de recursos humanos é o conjunto de esforços de planejamento e execução que visam a atrair, reter, desenvolver, posicionar adequadamente e motivar uma equipe para a organização.

A eficácia organizacional depende do alcance dos objetivos, da manutenção do sistema interno (pessoas e recursos não-humanos) e da adaptação ao ambiente externo. Dai a importância do papel da ARH na vida das organizações.

Clima Organizacional

De acordo com Bezerra (2011) o que pode ser visto é que há anos fala-se em CO, motivação, satisfação dos empregados, a necessidade de um ambiente de trabalho equilibrado, onde as pessoas sintam-se bem para desenvolver suas funções, onde se sintam motivados e que tenha uma influência positiva, ou seja, um relacionamento.

Ainda conforme o mesmo autor o conceito de clima organizacional envolve um quadro mais amplo e flexível da influência ambiental sobre a motivação dos membros. O clima organizacional é a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que:

É percebida ou experimentada pelos membros da organização: Influencia o seu comportamento.

O termo refere-se especificamente às propriedades motivacionais do ambiente organizacional, ou seja, aqueles aspectos do ambiente que levam à aprovação de diferentes espécies de motivação: é o sumário do padrão total de experiências e valores de incentivos que existem em dado conjunto organizacional.

Coda (1993) afirma que o clima organizacional é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relações a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: política de RH, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

CO é o reflexo do ânimo dos colaboradores, por isso a equipe necessita estar motivada para que a empresa consiga alcançar e superar seus objetivos, tornando assim uma equipe mais produtiva (CODA, 1993).

Tipos de clima organizacional

Luz (2003), descreve o clima organizacional com bom, razoável, ou ruim; contudo, o autor reduz os tipos de clima em dois, quando utilizam em sua tabulação apenas dois parâmetros de avaliação, sendo um satisfatório e o outro insatisfatório.

Bispo (2006), propõem três tipos básicos de climas. Conforme o primeiro autor citado, os climas podem ser classificados em favoráveis, desfavoráveis e neutros.

Bispo (2006), descreve os climas como mais ou menos favorável, desfavorável e favorável.

CLIMA ORGANIZACIONAL		
desfavorável ←	mais ou menos	favorável →
⇨ frustração,	⇨ indiferença,	⇨ satisfação,
⇨ desmotivação,	⇨ apatia,	⇨ motivação,
⇨ falta de integração empresa/ funcionários,	⇨ baixa integração empresa/ funcionários,	⇨ alta integração empresa/ funcionários,
⇨ falta de credibilidade mútua empresa/funcionários,	⇨ baixa credibilidade mútua empresa/funcionários,	⇨ alta credibilidade mútua empresa/funcionários,
⇨ falta de retenção de talentos,	⇨ baixa retenção de talentos,	⇨ alta retenção de talentos,
⇨ improdutividade,	⇨ baixa produtividade,	⇨ alta produtividade,
⇨ pouca adaptação às mudanças,	⇨ média adaptação às mudanças,	⇨ maior adaptação às mudanças,
⇨ alta rotatividade,	⇨ média rotatividade,	⇨ baixa rotatividade,
⇨ alta abstenção,	⇨ média abstenção,	⇨ baixa abstenção,
⇨ pouca dedicação,	⇨ média dedicação,	⇨ alta dedicação,
⇨ baixo comprometimento com a qualidade,	⇨ médio comprometimento com a qualidade,	⇨ alto comprometimento com a qualidade,
⇨ clientes insatisfeitos,	⇨ clientes indiferentes,	⇨ clientes satisfeitos,
⇨ pouco aproveitamento nos treinamentos,	⇨ médio aproveitamento nos treinamentos,	⇨ maior aproveitamento nos treinamentos,
⇨ falta de envolvimento com os negócios,	⇨ baixo envolvimento com os negócios,	⇨ alto envolvimento com os negócios,
⇨ crescimento das doenças psicossomáticas,	⇨ algumas doenças psicossomáticas,	⇨ raras doenças psicossomáticas,
⇨ insucesso nos negócios,	⇨ estagnação nos negócios,	⇨ sucesso nos negócios,

Figura 2: Tipos de climas organizacionais.
Fonte: (BISPO, 2006).

Percebe que, quando uma empresa tem um clima insatisfatório, ela apresenta uma alta rotatividade de pessoas, baixo desempenho e comprometimento dos funcionários, fofocas, e ainda é considerado um lugar ruim para se trabalhar.

Já uma empresa que tem um clima bom, geralmente oferece ambiente de serviço adequado, possui bons valores, as pessoas se envolvem e dedicam-se nas suas tarefas, e também indicam a seus familiares e amigo.

Uma empresa que possui um clima mediano de satisfação também apresenta índices médios de faltas, rotatividade dedicação.

É fundamental que as empresas mantenham um ambiente positivo e condições favoráveis para estimular o comprometimento de seus colaborador, dentro da organização para isso ela tem que reconhecer as manifestações e os tipos de climas existentes.

Comportamento Organizacional

Segundo Robbins (2005) o comportamento organizacional é um campo de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura e têm sobre o comportamento dentro das organizações com o propósito de utilizar este conhecimento para melhorar a eficácia organizacional.

Ainda conforme o mesmo autor o comportamento organizacional se preocupa com o estudo do que as pessoas fazem nas organizações e de como este comportamento afeta o desempenho das empresas. Como este estudo está voltado especificamente para situações relacionadas ao emprego, enfatiza-se o comportamento relativo a funções, trabalho, absenteísmo, rotatividade, produtividade, desempenho humano e administração.

Os psicólogos organizacionais e industriais estudam aprendizagem, percepção, personalidade, emoções, treinamento, eficácia de liderança, necessidades e forças motivacionais, satisfação como o trabalho, processos de tomada de decisões, avaliação de desempenho, mensuração de atitudes, técnicas de seleção de pessoal, planejamento do trabalho e estresse profissional (ROBBINS, 2005).

Principais Fatores que Influenciam o CO: Existe fator interno e externo que influenciam diretamente no Clima Organizacioanl de uma empresa: **Fator Interno:** Os fatores podem originar-se dentro das organizações atuando na tentativa de aperfeiçoamentos e produzir uma melhora de resultados para a empresa, funcionarios e clientes. **Fator Externo:** Fatores originais fora da empresa, de influência direta no comportamento, nas ações e nas decisões dos colaboradores dentro das empresas. Portanto, não podem ser descartados.

Fatores Internos de influência conforme Bispo (2006, p. 263):

- Ambiente de trabalho - estabelece o grau de relacionamento entre os colegas de trabalho, necessário para realização das atividades ou coletivas;
- Assistência aos funcionários – estabelece o nível da assistência médica, dentária, hospitalar e social aos funcionários;
- Burocracia – avalia se este item está compatível com as atividades realizadas pelos funcionários;
- Cultura Organizacional – avalia o nível de interferência que as tradições, práticas e costumes, adotados informalmente na empresa, exercem sobre os funcionários e suas atividades;
- Estrutura Organizacional – mede o nível de relacionamento e de capacitação dos elementos que compõem esta estrutura e sua interferência nas atividades realizadas pelos funcionários;
- Nível sociocultural – procura estabelecer se os níveis intelectual, cultural e social dos funcionários estão de acordo com as necessidades inerentes às suas atividades;
- Incentivos profissionais – visam estabelecer o nível de reconhecimento profissional dos funcionários;
- Renumeração – avalia se este item está de acordo com as atividades prestadas à empresa;
- Segurança profissional – avalia o risco de demissão sem motivo percebido pelos funcionários;
- Transporte casa/trabalho – trabalho/casa – mede nível de dificuldade encontrado para a locomoção entre a casa dos funcionários e a empresa e vice-versa;
- Vida profissional – estabelece o grau de identificação dos funcionários com a empresa, tentando medir o nível de seu orgulho em relação à empresa e de seu sucesso profissional.

Fatores Externos de influência conforme Bispo (2007, p.265):

- Convivência familiar – procura avaliar o nível da convivência familiar dos funcionários, item necessário para uma boa produtividade nas atividades realizadas nas empresas;
- Férias e lazer – avaliam o grau de satisfação dos funcionários com este itens, os quais também são necessários para garantir uma boa produtividade;
- Investimentos e despesas familiares – procuram avaliar o nível do bem-estar proporcionado às famílias dos funcionários;
- Política e Economia – tentam avaliar o nível de interferência proporcionada por estes itens na motivação dos funcionários;
- Saúde – tenta avaliar a opinião dos próprios funcionários sobre suas respectivas saúde física e mental, um dos itens de extrema importância e de difícil observação;
- Segurança Pública – avalia o nível de influência deste item na vida dos funcionários;
- Situação financeira – o fato de um funcionário ter uma boa remuneração não é suficiente para que ele tenha uma boa situação financeira. Este item tenta avaliar como está financeira dos funcionários;
- Satisfação do cliente: Identificação das exigências e expectativas dos clientes, gestão do relacionamento com os clientes, padrões de serviços aos clientes, compromisso com os clientes, atendimento de reclamações visando à melhoria da qualidade, determinação da satisfação do cliente, resultados relativos à satisfação dos clientes, comparação da satisfação dos clientes.

De acordo com esses elementos, devem ser vistos como um importante instrumento estratégico o planejamento eficaz das organizações.

Cultura Organizacional

Lacombe (2005), fala que a cultura organizacional ou empresarial é um conjunto de valores em vigor numa empresa, suas relações e sua hierarquia, definido os padrões de comportamento e de atitudes de governam as ações e decisões mais importantes da administração.

A Cultura Organizacional é um conceito desenvolvido por pesquisadores para explicar os valores e as crenças de uma organização. De um modo geral, ela é vista como as normas e atitudes comuns de indivíduos e grupos dentro de uma organização.

Através deste conjunto de entendimentos mútuos, a cultura organizacional controla a maneira como os indivíduos interagem uns com os outros dentro do ambiente laboral, bem como com clientes, fornecedores e outras partes interessadas existentes fora dos limites da empresa.

Ao título organizacional, várias pesquisas surgem que uma Cultura Organizacional saudável e vigorosa é capaz de proporcionar vários benefícios, incluindo os seguintes: Vantagem competitiva derivada de inovação e serviço ao cliente; Maior desempenho dos empregados; Coesão da equipe; Alto nível de alinhamento na busca da realização de objetivos.

Cada organização tem suas características próprias, seu estilo de vida e de comportamento, sua mentalidade, sua presença, sua personalidade. Muitos dos fenômenos que ocorrem na organização são decorrentes de sua cultura. Na verdade, a cultura organizacional constitui o DNA da organização.

Motivação

Motivação segundo o dicionário é o ato de motivar; exposição de motivos ou causas; conjunto de fatores psicológicos, conscientes ou não, de ordem fisiológica, intelectual ou afetiva, que determinam certo tipo de conduta em alguém.

Para Chiavenato (2010), a motivação é um processo psicológico básico, juntamente com a percepção, atitudes, personalidade e aprendizagem, a motivação sobressai como um importante processo na compreensão do comportamento humano. Ela interage e atua em conjunto com outros processos mediadores e o ambiente.

A segunda definição de motivação para segundo o mesmo autor é: a motivação é um processo que depende da direção, intensidade e persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar um determinado objetivo.

Motivar uma equipe não é uma tarefa fácil, a motivação é fundamental nas empresas, porém quando uma organização consegue cumprir com essa missão as empresas conseguem manter o nível dos colaboradores mais harmoniosos, sempre quando uma necessidade é satisfeita a empresa torna-se mais bem-sucedida na área a qual ela atua.

As Etapas do Ciclo Motivacional

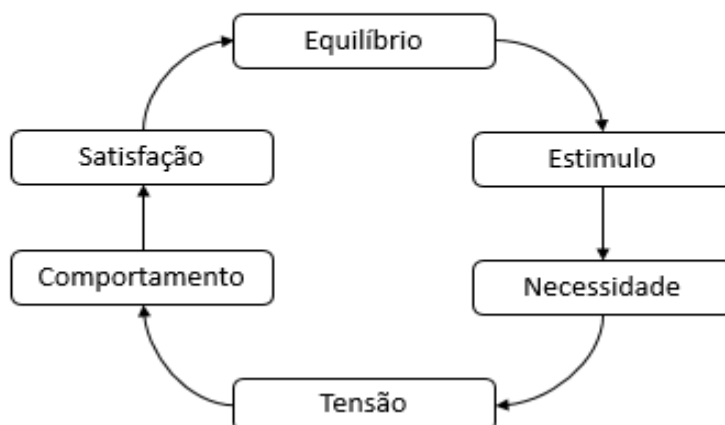


Figura 3: Etapas do ciclo motivacional resultando em satisfação da necessidade.
Fonte: (CHIAVENATO, 2003).

A motivação é a melhor fonte potencial de maior produtividade. Dessa forma, as capacidades dos empregados serão usadas com mais eficácia, o que por sua vez deve levar a uma melhor satisfação no trabalho, assim como a maior produtividade. Entretanto ninguém motiva pessoas. Pessoas são motivadas para agir e resultados. São motivadas pela vontade de satisfazer seus desejos e suas necessidades.

O segredo é identificar o que motiva o profissional, ou seja quais são suas aspirações e desejos para então incentivá-lo a alcançar aquele objetivo.

A motivação pode ser definida como a energia que leva a participar de um desafio, induzindo-nos a realizar ações. Por sua vez, a falta dela causa desinteresse pelo trabalho e faz do colaborador um mero cumpridor de suas tarefas, limitando sua visão e desviando-a do

processo em geral, Quando uma pessoa está desmotivada, o trabalho não rende, as horas demoram a passar, a produtividade é inexistente e falta assertividade.

Quando se trata da própria motivação é falar de uma pessoa que em um projeto de vida, sabe aonde quer chegar e como fazer para atingir seus objetivos. Uma pessoa com essa determinação e grau de confiança em si mesma demonstra uma autoestima considerável e tem uma excelente motivação para o trabalho, pois sabe o que quer da vida. E é isso o que as organizações estão procurando.

De acordo com Maximiano (2012) liderança é um dos papéis dos administradores. A pessoa ou grupo que desempenha o papel de líder influencia o comportamento de um ou mais liderados ou seguidores. A capacidade de liderar está intimamente ligada com o processo da motivação, em uma situação de mútua dependência entre líder e liderados.

A teoria das relações humanas constatou a influência da liderança: Sobre o comportamento das pessoas. Enquanto a teoria clássica enfatizava a autoridade formal considerando apenas a chefia dos níveis hierárquicos superiores sobre os níveis inferiores nos aspectos relacionados com as atividades do cargo.

Teorias sobre liderança: A liderança constitui um dos temas mais pesquisados e estudados nas últimas décadas. As teorias sobre a liderança que foram apresentadas por autores humanistas podem ser classificadas em três grupos.

Cada um desses grupos de teorias apresenta características próprias:



Figura 4: As teorias sobre liderança.
Fonte: (CHIAVENATO, 2003).

O líder é uma pessoa que dirige ou aglutina um grupo, podendo estar inserido no contexto de indústria, no exercito, etc. Existem vários tipos, de líder, que mudam em função das características do grupo (unidade de combate, equipe de trabalho).

O líder tem a função de unir os elementos do grupo, para que juntos possam alcançar os objetivos do grupo. A liderança está relacionada com a motivação, porque um líder eficaz sabe como motivar os elementos do seu grupo ou equipe.

Novas abordagens sobre o tema defendem que a liderança é um comportamento que pode ser exercitado e aperfeiçoado. As habilidades de um líder envolvem carisma, paciência, respeito, disciplina e, principalmente, a capacidade de influenciar os subordinados.

Comunicação

A palavra comunicação deriva do latim *communicare*, que significa tomar comum, partilhar, conferenciar, a comunicação pressupõe, desde modo, que algo passe do individual ao coletivo, embora não se esgote nesta nação, uma vez que é possível a um ser humano comunicar consigo mesmo.

Segundo Chiavenato (2010) a comunicação envolve transações entre pessoas. Davis define-a como o processo de passar informação e compreensão de uma pessoa para outra. É essencialmente uma ponte de significados entre as pessoas. Toda comunicação envolve pelo menos duas pessoas: a que envia e a que recebe uma mensagem. Uma pessoa sozinha não pode comunicar, somente com outra pessoa receptora é que pode completar o ato de comunicação.

A comunicação é feita por um processo composto de cinco elementos.

- Emissor ou fonte: é a pessoa, coisa ou processo que emite a mensagem para alguém;
- Transmissor ou codificador: é o equipamento que liga a fonte ao canal, isto é que codifica a mensagem emitida pela fonte para torna-lá adequada ao canal;
- Canal: é a parte do sistema referente ao transporte de alguma forma de mensagem entre pontos fisicamente distante;
- Receptor ou decodificador: é o equipamento situado entre o canal e o destino, isto é, decodifica a mensagem para o destino;
- Destino: é a pessoa, coisa ou processo para qual a mensagem é enviada.

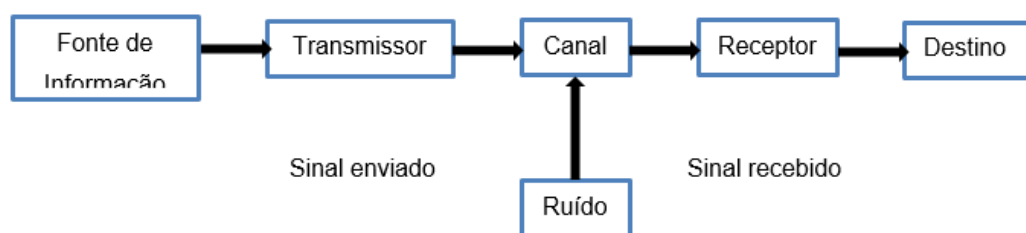


Figura 5: O processo de comunicação.
Fonte: (CHIAVENATO, 2010).

De acordo com a teoria de Henry Mintzberg por Maximiano (2007), as atividades dos gerentes classificam-se em papéis e entre eles está o papel de informação, que está relacionando com a obtenção e transmissão de informações de dentro para fora da organização e vice-versa.

É o que acontece com muitas empresas, onde o gestor tem medo de perder o controle da situação e não passa as informações corretas de como seria feito aquele trabalho, tornando assim, um grande atraso na carreira tanto da empresa quanto de seus colaboradores.

Maximiano (2012), fala que, sem informações disponíveis, sua equipe torna-se dependente de você para fazer qualquer coisa, assim o gestor fica sobrecarregado. Desde modo, é preciso rever a visão do gestor para que ele possa ver o quanto a empresa cresce, evolui, produz e motiva quando sua equipe se sente participante na vida da organização.

METODOLOGIA

A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico. A pesquisa pode ser definida como um procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS & MARCONI, 2006).

O presente trabalho tem como foco analisar os fatores que influenciam o CO na Faculdade ITOP, tendo como base a classificação de Vergara (2007) que apresenta dois aspectos à pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins pode-se considerar exploratória e descritiva. Exploratória, pois busca fazer um levantamento bibliográfico sobre o CO melhor compreendê-lo. Já a descritiva, procura identificar os fatores que influenciam no CO através de questionários averiguando os fatos recorrentes ao mesmo, a fim de solucionar os problemas encontrados (GIL, 2007).

A pesquisa em questão tem como população oito colaboradores devidamente ativos na Faculdade ITOP, e sendo aqueles acessíveis na realização do estudo.

A aplicação dos questionários foi realizada no período entre outubro e novembro de 2015.

Com a finalidade de avaliar os fatores que influenciam o CO, a pesquisador elaborou como instrumento de pesquisa, questionários contendo perguntas fechadas de múltipla escolha, de forma clara e objetiva para coleta de dados, sendo aplicados na Faculdade ITOP, com data e horários marcados pela direção da Faculdade ITOP, de forma a não prejudicar nos serviços dos colaboradores.

A pesquisa foi realizada através de questionários, entre os dias 01/10/2015 e 28/11/2015 com oito colaboradores da Faculdade ITOP, ativos, deixando-lhes à vontade para responderem.

O questionário utilizado para coleta de dados foi construído com 15 questões de múltipla escolha.

O estudo do questionário levou-se em conta o percentual das respostas dos funcionários em cada questão, demonstrados através de gráficos.

Através do questionário contendo as 15 questões foram coletados os dados para a presente pesquisa, as informações se dão pela forma de tabulação manual, onde, todas as perguntas são fechadas, tratados de forma estatística e representadas através de percentuais expressando consistência, onde o tratamento dos mesmos foi feita por meio do programa Microsoft Excel 2010.

Resultado e Discussão

Após aplicação dos questionários com 08 colaboradores da Faculdade ITOP. Apresenta a maior parte dos colaboradores é jovem 37,5% tem entre 18 e 24 anos (Gráfico 1), o mesmo percentual para os com idade entre 25 e 34 anos, e 12,5% entre 35 e 39 anos e o com mais de 40 anos. Desses 62,5% são do sexo feminino e apenas 37,5% masculino.

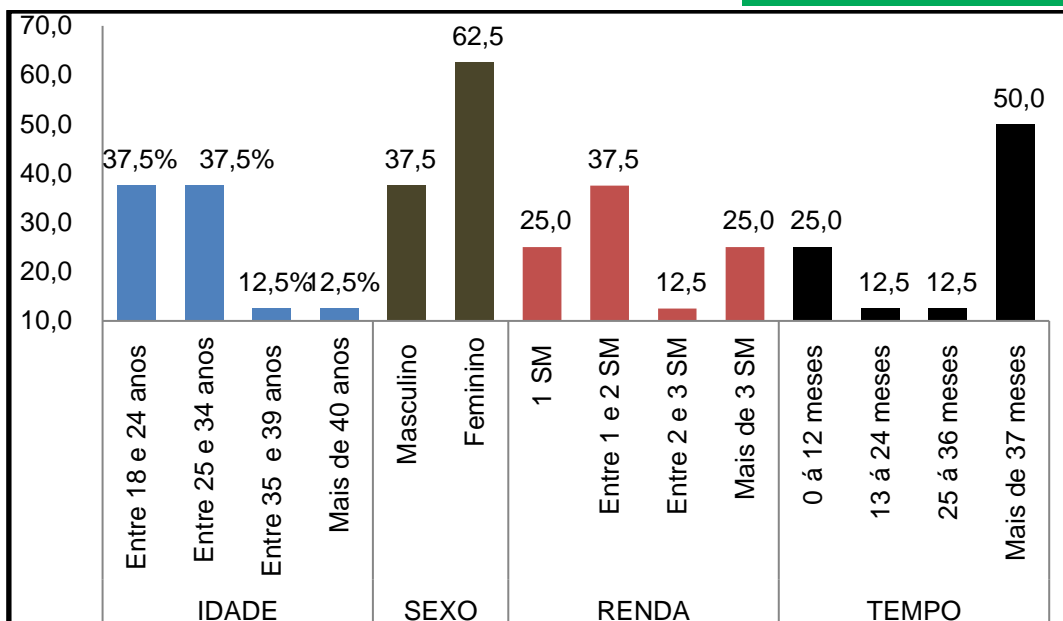


Gráfico 1: Perfil dos Colaboradores
Fonte: Elaboração Própria

O quanto a renda 37,5% (Gráfico 1) dispõem de uma renda entre 1 e 2 salários mínimos, 12,5% entre 2 e 3 salários mínimos, 25% mais de 3 salários mínimos e para aqueles quem recebe 1 salário mínimo. Em relação ao tempo de trabalho na organização temos 25% entre 0 a 12 meses, 12,5% de 12 a 24 meses, mesmo percentual entre 25 a 36 meses e 50% com mais de meses na organização.

No Gráfico 2 refere aos colaboradores se já presenciaram algum conflito, 62% dos colaboradores afirmam que já presenciaram algum tipo de conflito e somente 38% disseram não. A organização deve conhecer e minimizar os conflitos.

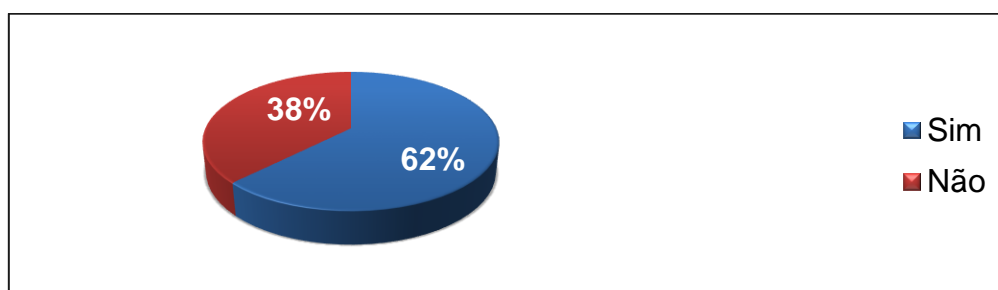


Gráfico 2: Você já presenciou algum conflito?
Fonte: Elaboração Própria

Para os colaboradores que presenciaram os conflitos 20% dizem ocorrer sempre, outros 20% dizem não saber e 60% raramente. Espera que a frequência dos conflitos seja para a melhoria da organização.

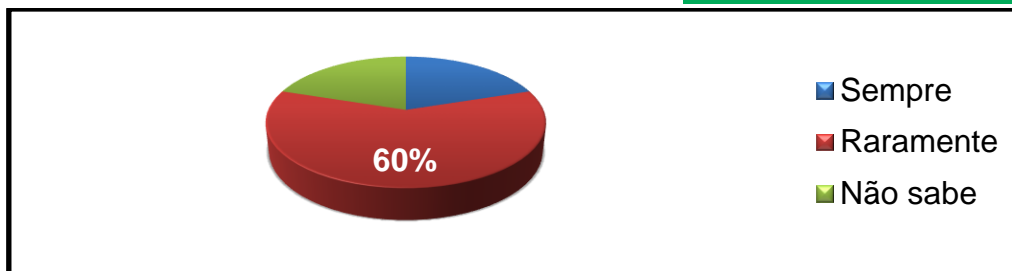


Gráfico 3: Com que frequência?

Fonte: Elaboração Própria

Ao que parece o relacionamento entre os colaboradores favorece o clima organizacional 37% (Gráfico 4) consideram ter um relacionamento considerado Bom com os demais, 25% consideram Regular e 38% ótimo. Talvez este fato esteja relacionados ao do Gráfico 1, ao tempo de organização dos colaboradores com menos de um anos de organização (25%).

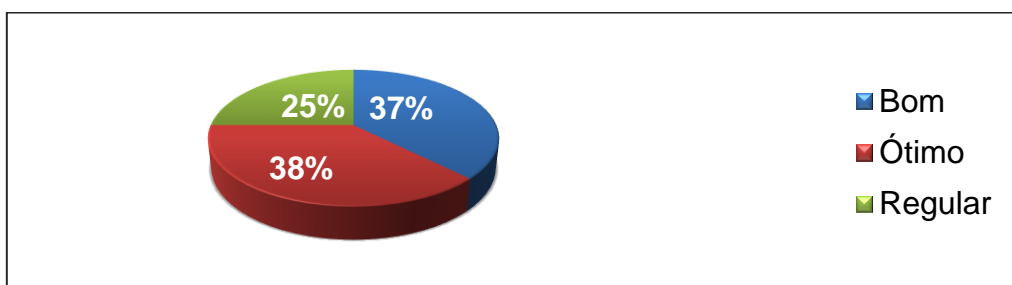


Gráfico 4: Como é o seu relacionamento com os demais colaboradores da Faculdade ITOP?

Fonte: Elaboração Própria

Para metade dos colaboradores 50% consideram seu ambiente de trabalho agradável (Gráficos 5), outros 25% muito agradável e outros 25% não opinaram. E sempre importante mantem um ambiente agradável na organização, isso porque os colaboradores passam boa parte do tempo diário na organização.

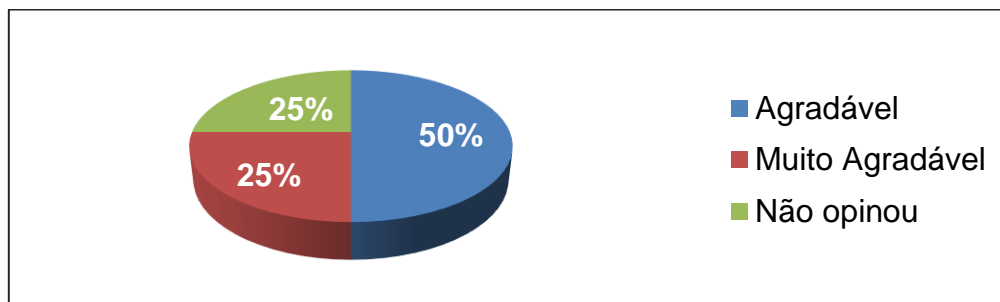


Gráfico 5: Como você avalia seu ambiente de trabalho

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo os colaboradores 62% se sentem satisfeitos com a interação gestor x colaborador (Gráfico 6), 12% muito satisfeito, 13% insatisfeitos e outros 13% não souberam responder. Esta informação e muito importante para nível estratégico da organização, onde são

definidos os objetivos da organização. Esta interação é importante, este fato pode estar ligado aos colaboradores com menos tempo na organização.

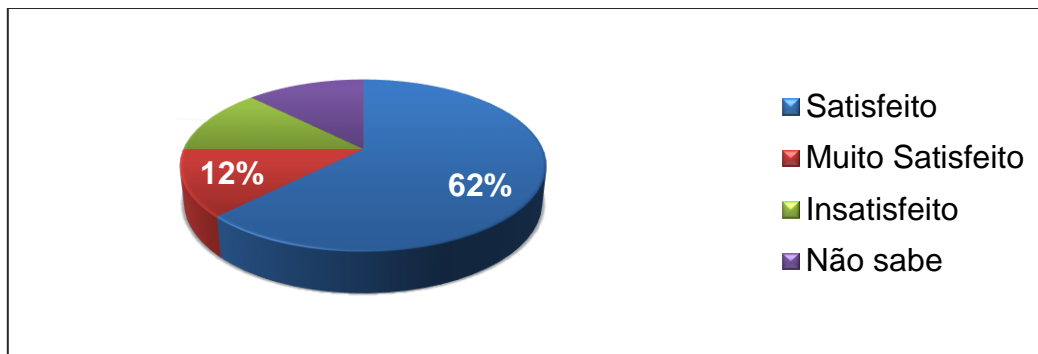


Gráfico 6: Como você se sente em relação a interação do gestor com os colaboradores?
Fonte: Elaboração Própria

Todos os colaboradores compreendem a importância que um bom relacionamento influencia na produtividade da organização (Gráfico 7), sem dúvidas essa conscientização, por parte dos colaboradores traz benefícios a empresa, podendo serem oferecidos treinamentos e capacitações, afim de um crescimento pessoal, assim da organização. Os colaboradores quando questionados sobre o trabalho em equipe (Gráfico 8), apresenta 100% afirma que a organização preza pelo trabalho em equipe. Esta informação é muito importante, devido ao fato de novas estratégias serem facilmente implantadas.

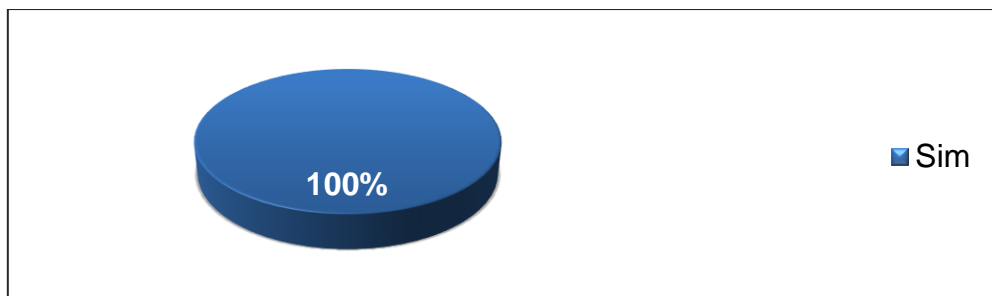


Gráfico 7: No seu ponto de vista o relacionamento entre os colaboradores influencia na produtividade da Faculdade?
Fonte: Elaboração própria

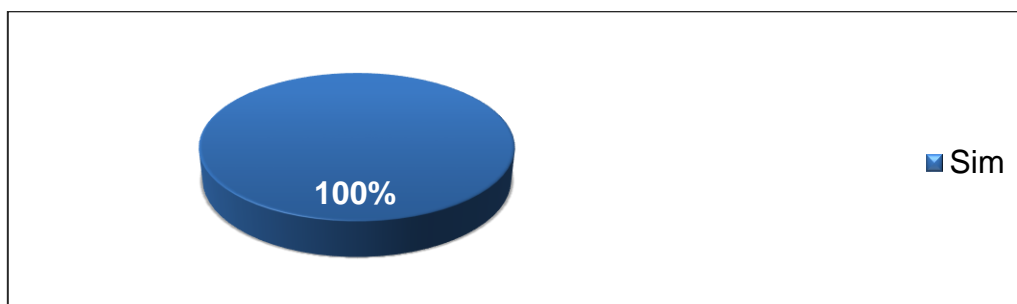


Gráfico 8: A organização propõe trabalho em equipe?
Fonte: Elaboração Própria

Para os colaboradores 62% dizem que a organização sempre propõe trabalho em equipe, 38% dizem que isso ocorre raramente. O importante é que a organização não deixe de fazer ou cultivar o trabalho em equipe.

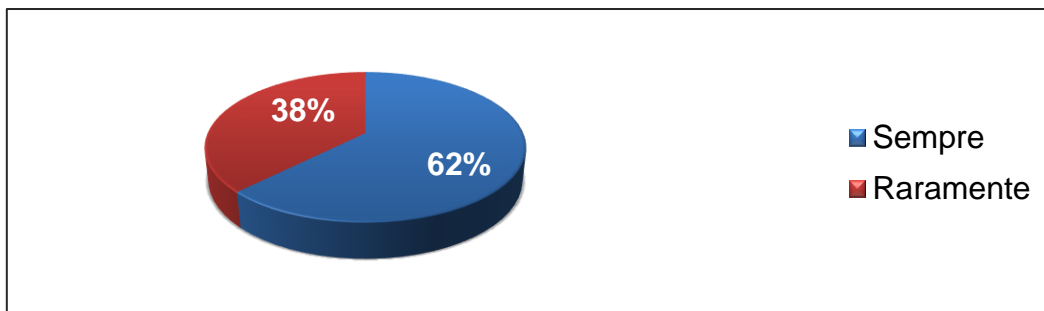


Gráfico 9: Com que frequência?
Fonte: Elaboração Própria

Segundo os colaboradores a organização se preocupa sim com o clima organizacional entre seus parceiros (Gráfico 10), 75% acreditam que sim, se formos levar em conta os que Não sabem e Não opinaram temos 25% que não concordam com essa afirmação.

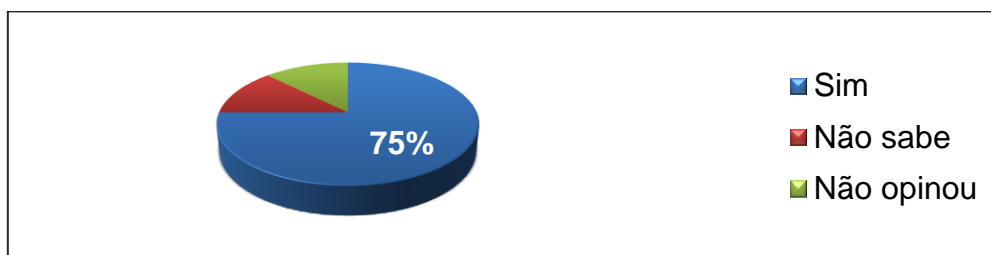


Gráfico 10: Você acredita que a Faculdade ITOP se preocupa com o clima organizacional entre os colaboradores?
Fonte: Elaboração Própria

Segundo os colaboradores 62% consideram seus colegas de trabalho (Gráfico 11), amigos fora da empresa, 12% dizem que não, outros 13% não souberam e 13% não opinaram, se levarmos em conta os que disseram não, ou não sabem e não opinaram teremos 38%.

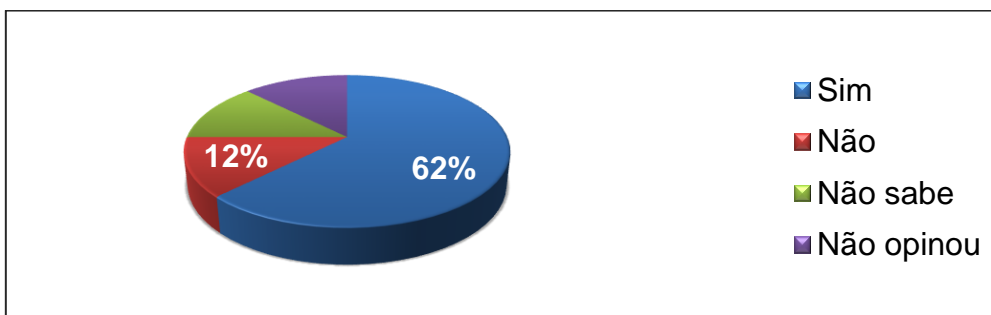


Gráfico 11: Você considera seus colegas de trabalho Amigos fora da empresa?
Fonte: Elaboração Própria

Os colaboradores quando questionados sobre os motivos que trabalham na organização (Gráfico 12), há um certo equilíbrio pois 25% consideram a remuneração como

principal motivo para trabalhar na organização, 37% dizem ser a oportunidade de crescimento, 25% convivência com os demais e 13% não souberam responder. Existem fatores mais importantes dos que responderam sobre remuneração e convivência com colegas de serviço. No caso a oportunidade de crescimento na organização, este pode estar ligado aos com idade até 34 anos e aos estagiários.

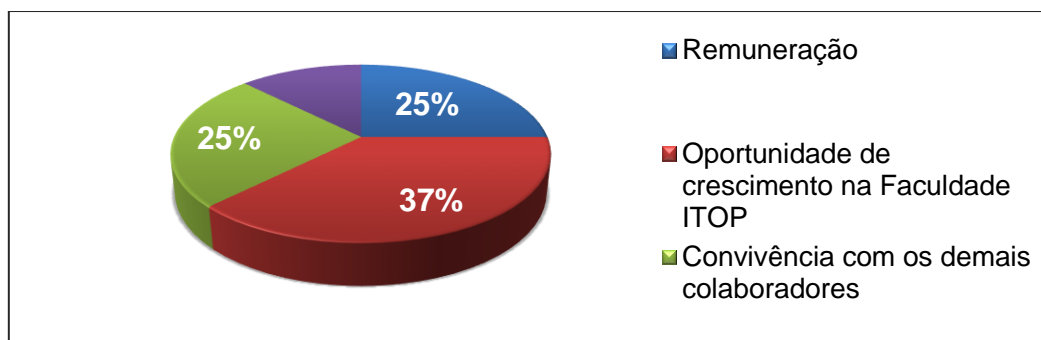


Gráfico 12: O que te motiva a trabalhar na Faculdade ITOP?
Fonte: Elaboração Própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os colaboradores apresentam em sua maioria idade entre 18 e 34 anos, em sua maioria do sexo feminino, com uma renda entre 1 a 3 salários mínimos, e com um maior que 37 meses.

Os colaboradores já presenciaram conflitos na organização, mas sendo com frequência de raramente.

O relacionamento entre os colaboradores apresentados como bom e ótimo (75%). Mesmo valor quanto a classificação do ambiente de trabalho que é agradável e muito agradável. Isso se deve em relação a interação com o gestor que foi classificada em 74% (satisfeito e muito satisfeito).

Todos os colaboradores concordam que o relacionamento entre eles influencia na produtividade da organização e que a organização propõe o trabalho em equipe. E a organização propõe com frequência o trabalho em equipe.

Segundo os colaboradores com 75%, a organização se preocupa com o clima organizacional entre eles. Estes 62%, consideram amigos fora da organização.

Assim como oportunidade de crescimento na organização, como um dos fatores que motivo de trabalho na Faculdade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A.S. **Clima organizacional**: fatores que influenciam na empresa xyz. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Piauí, 2011.

BISPO, C.A.F. **Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v16n2/06.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

CAMPELLO, M.L.C.; OLIVEIRA, J.S.G. **Clima organizacional no desempenho das empresas, Bauru**. 2008. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br>. Acesso em: 11 nov. 2014.

- CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- CODA, R. **Estudo sobre clima organizacional traz contribuição para aperfeiçoamento de pesquisa na área de RH**. São Paulo: IA-USP, 1993.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LACOMBE, F.J.M. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- LACOMBE, F.J.M.; HEILBORN, G.L.J. **Administração: princípios e tendências**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- LUZ, R. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- MAXIMIANO, A.C.A. **Fundamentos de Administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas 2007.
- ROBBINS, S.P. **Comportamento organizacional**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2011.
- VERGARA, S.C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Recebido em 10 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM PALMAS-TO

Leandro Fernandes Martins

PROIC/ITOP. Email: leandrofernandes11@gmail.com

Weder Ferreira dos Santos

UFT. Email: eng.agricola.weder@gmail.com

Cláudia Nolêto Macie Luz

Faculdade ITOP. Email: claudia.noleto@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer a comunicação organizacional de uma instituição de ensino superior em Palmas-TO. Com a finalidade de avaliar os fatores que influenciam a comunicação interna, o pesquisador elaborou como instrumento de pesquisa, questionários contendo perguntas fechadas de múltipla escolha, de forma clara e objetiva, para coleta de dados. Os questionários foram aplicados na Faculdade, com data e horários marcados pela direção, de forma a não prejudicar as atividades dos funcionários. A pesquisa foi realizada por meio de questionários, no mês de abril de 2016, com 15 funcionários da Faculdade, ou seja, empregados ativos, deixando-lhes à vontade para responderem. O questionário utilizado para coleta de dados com 14 perguntas fechadas. O estudo do questionário levou-se em conta o percentual das respostas dos funcionários em cada questão, demonstrados através de gráficos. Os métodos que a organização utiliza são satisfatórios, a chefia apresenta um bom grau de comunicação com seus demais colaboradores, podemos observar que esses métodos também abrem espaço para um futuro surgimento de ruídos, o que pode afetar a comunicação dentro da organização. A organização deve ficar atenta ao menor grau de insatisfação dos colaboradores, e trabalhar em cima deste assunto para a eficácia em seu processo de comunicação.

Palavras-chave: *Comunicação, Relacionamento, Faculdade.*

INTRODUÇÃO

A comunicação tem um papel fundamental em nossas organizações, ela está presente em todo o nosso processo, é através dela que mantemos nossas relações interpessoais. A troca de informações entre indivíduos é o que constitui a relação de comunicação entre o indivíduo e organização.

Os processos de comunicação são essenciais para o funcionamento das organizações, pois através dela os processos gerenciais se interligam. Nas empresas esses processos devem fluir de uma maneira rápida e eficaz, desta maneira todos os colaboradores precisam estar em sincronia com as informações recebidas, seus métodos de comunicação devem abranger todos os departamentos com clareza e atingir seu objetivo de passar a informação.

A comunicação nas organizações depende da qualidade entre a comunicação pessoal de seus colaboradores, se estes se relacionarem bem os processos organizacionais de comunicação tendem a ser eficazes também, utilizando assim todos os métodos disponibilizados pelo estabelecimento.

A necessidade de se obter estes integrados entre si é essencialmente importante para o andamento e funcionamento da mesma, contribuindo assim para o seu processo de comunicação e crescimento interno.

Entende-se que a comunicação é um processo de troca de informações entre dois ou mais indivíduos, pois a comunicação é primordial para projetos e processos pessoais ou profissionais. No entanto são poucos os estudos ligados a comunicação organizacional em instituições de ensino superior no Brasil.

Diante do exposto o presente trabalho tem como objetivo conhecer a comunicação organizacional de uma instituição de ensino superior em Palmas-TO.

REVISÃO DE LITERATURA

Processos de Comunicação

Os processos de comunicação são essências em todas as organizações, entretanto muitas empresas sofrem com a má comunicação entre colaboradores e superiores. A comunicação é a técnica de transmitir uma mensagem a um público ou pessoa, fazendo com que um pensamento definido ou codificado possa alcançar o objetivo por meio de estímulo capaz de produzir a ação desejada (FARIA, 1982).

Os métodos de comunicação adquiridos muitas vezes não suprem a necessidade da organização, é necessário que a comunicação entre superior e colaborador seja a mais clara possível para atingir suas funções gerenciais com eficácia.

Hoje, podemos definir a comunicação interna como o conjunto de ações que a organização coordena com o objetivo de ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores que precisam ser reconhecidos e compartilhados por todos e que podem contribuir para a construção de boa imagem pública.

Torná-lo mais simples significa facilitar seus processos, influencia suas ações e contribuir em seu crescimento. A comunicação é necessária para estabelecer metas, planos e ações a serem realizado por toda a organização por isso seu método deve ser simples e deve ser obtido como uma ação comum por todos. Através das boas comunicações, é possível aumentar a coordenação administrativa e social, numa verdadeira sincronização de esforços.

Esse processo de comunicação pode ser definido por vários tipos, como por exemplo, as pessoas podem comunicar-se por gestos, telefone, e-mail, até mesmo as empresas podem comunicar-se com seus colaboradores através de cartazes e outras formas, o mais importante e que sua mensagem seja transmitida com sucesso e recebida da mesma forma, que não haja alterações no caminho que a mensagem percorrer.

Os meios de comunicação envolvem todas as formas para comunicar-se com um grupo ou organização ao seu redor. O processo de comunicação inclui um emissor, a transmissão de uma mensagem que deve ser passada através de um canal selecionado (KOONTZ, 2009).

Segundo Maximiano (2012) todo processo de comunicação envolve o emissor, que é o responsável por transmitir a mensagem, já o receptor é o destinatário final, para ele as mensagens são transmitidas por sons, sinais, números, o importante e que essa mensagem

passa por um canal e chegue ao seu destinatário, por isso é necessário a presença do emissor, o receptor, um canal e a mensagem.

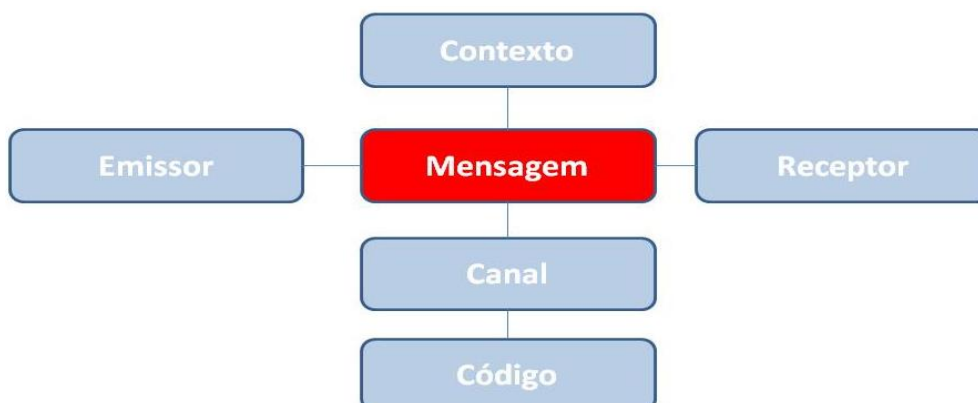


Figura 6: O processo de comunicação.
Fonte: (CHIAVENATO, 2010).
Emissor (fonte)

Em todos os processos de comunicação, é necessário ter um emissor, seja por uma pessoa, um grupo ou organização, este emissor pode ser também chamado de fonte. Fonte é a pessoa grupo ou organização que deseja transmitir alguma ideia ou informação através de uma mensagem (CHIAVENATO, 2010).

Ao dá início ao seu processo a mensagem a ser transmitida pode passar uma informação, uma atitude, um conhecimento entre outras, o importante é escolher o meio mais apropriado para enviar a mensagem.

Segundo Chiavenato (2010), emissor ou fonte: é a pessoa, coisa ou processo que emite a mensagem para alguém. Para ele, o emissor é aquele que transmite a mensagem. A comunicação envolve entre os indivíduos o hábito de transmitir e passar qualquer que seja a informação.

Transmissor

O transmissor é responsável por codificar as ideias, fazendo assim com que a mensagem a ser transmitida torne-se mais fácil de ser compreendida pelo seu receptor. Transmissor ou Codificador: é o equipamento que liga a fonte ao canal, isto é que codifica a mensagem emitida pela fonte para torná-la adequada ao canal. O transmissor codifica ou translada a ideia ou significado através de meios verbais, escritos ou não verbais (como símbolos, sinais ou gestos) ou através de uma combinação dos três (CHIAVENATO, 2010).

Assim o transmissor emite a mensagem através do canal selecionado.

Canal: A maneira como a mensagem deve fluir é essencial, escolher bem o canal pelo qual a mensagem deve ser transmitida deve ser bem analisado pelo remetente, para que a mensagem não chegue de uma forma distorcida, evitando assim falhas no seu processo de comunicação.

Canal é o meio escolhido através do qual a mensagem flui entre a fonte e o destino (CHIAVENATO, 2010). O canal é o que transmite a toda a mensagem que é selecionada pelo

emissor, nestes casos os meios escolhidos devem facilitar a todos, estes definem assim o grau de importância que será dado à mensagem.

A autoridade e a experiência percebidas do transmissor são fatores importantes que influenciam a quantidade de atenção que a mensagem receberá (DUBRIN, 2003).

Receptor: Os receptores são os que recebem as mensagens que são transmitidas, quando a informação não é passada até o receptor então a comunicação não acontece. Receptor é o meio ou aparelho que decodifica ou interpreta a mensagem para oferecer um significado percebido (CHIAVENATO, 2010).

Durante a codificação pode ocorrer erros de comunicação, a transmissão da mensagem pode ocorrer de haver ruídos que prejudicaram sua transmissão ao destinatário final. O receptor deve estar disposto à recepção da mensagem para poder decodificá-la em pensamentos (KOONTZ, 2009).

Destino: O Destino é o grupo que irá receber a mensagem emitida, podendo ser emitida de diversas formas. É pessoa, grupo ou organização que deve receber a mensagem e compartilhar seu significado. Para confirmar a comunicação, o destino ou destinatário deve proporcionar a retroação ou retro informação (CHIAVENATO, 2010).

Ruído: Situações indesejáveis prejudicam a comunicação, como barulhos em um ambiente pode prejudicar o desenvolvimento de um pensamento, a falta de comunicação ou atenção pode causar uma recepção imprecisa. Esses fatores podem ser considerados um problema de canal ou de transmissão, acontecendo o ruído. Este ruído prejudica a recepção da mensagem alterando-a.

Ruído e qualquer coisa, da parte do emissor, da transmissão ou do receptor, que prejudica a comunicação (KOONTZ, 2009). Quando nenhum ruído é introduzido na transmissão da mensagem, a informação é transmitida com sucesso e atinge seu objetivo. O ruído se situa entre a emissão e a recepção da mensagem podendo distorcê-la. O ruído, portanto, não faz parte nem do emissor nem do receptor, mas é dever do emissor amenizar o ruído para garantir a eficácia da comunicação (MONTANA & CHARNOV, 2003).

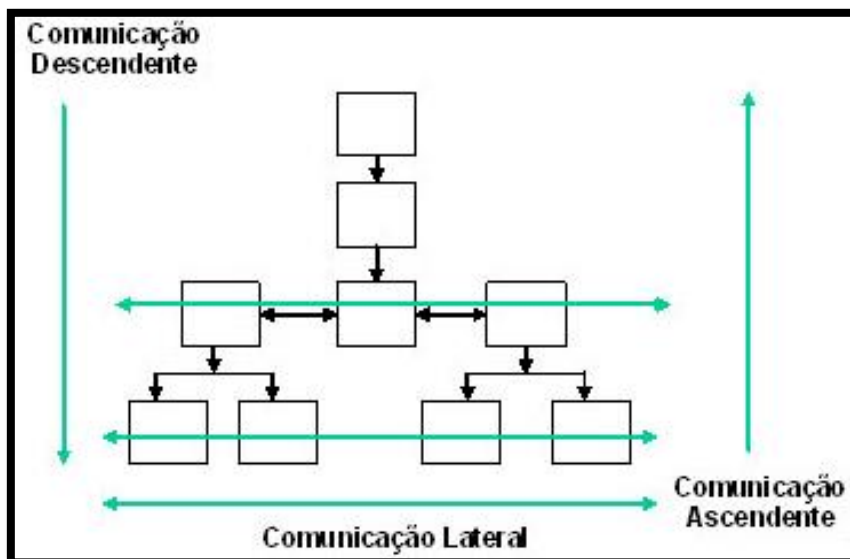
Comunicação Organizacional: Ao se ter uma conversa com alguém acreditamos muitas vezes que a pessoa compreendeu o que se foi passado, sem nos preocupar se o nosso ouvinte deu a devida atenção para a mensagem que foi transmitida, nas organizações o processo de comunicação é essencial, ter a certeza que os colaboradores se comunicam eficazmente em seus processos organizacionais é o que garante o crescimento e sucesso da empresa.

Faz parte da comunicação o conhecimento e estudo dos indivíduos e seus interesses, o planejamento para práticas de comunicação interna contribui na sua implementação dentro do ambiente de trabalho.

Para Koontz (2009), a comunicação dentro das organizações deve fluir cada vez mais rápida, pois tudo que ocorre dentro da organização deve ser de maneira clara e objetiva para que todos possam compreender o que deve ser feito ou não dentro da organização, os colaboradores devem estar informados de suas respectivas funções e atividades a serem exercidas.

Canais formais de comunicação: Os canais formais de comunicação são aqueles que fluem dentro da cadeia de comando ou responsabilidade da tarefa definida pela organização. Existem três tipos de canais formais: as comunicações descendentes, as ascendentes e as horizontais (Figura 2) (CHIAVENATO, 2010).

Figura
Formas



7:
de

comunicação organizacional
Fonte: JORNAL JURID (2014).

Comunicações descendentes: A comunicação descendente é o tipo de comunicação onde ela se desloca da direção até os demais, ela segue assim um nível hierárquico, onde os níveis mais altos transmitem a mensagem.

Este tipo de comunicação existe em organizações com uma atmosfera mais autoritária, para Chiavenato (2010) este tipo de comunicação é vertical, feita para criar uma empatia e gerar um clima de trabalho conjunto para a busca e soluções de problemas.

Comunicações ascendentes: A comunicação ascendente faz parte dos subordinados aos seus superiores, influenciada pela hierarquia organizacional. A comunicação ascendente é primordialmente não diretiva e, em geral, está presente em ambientes organizacionais participativos e democráticos (KOONTZ, 2009).

Comunicação lateral: A comunicação lateral está relacionada à comunicação entre pessoas de igual status, ou seja, que estão em um mesmo nível de trabalho, como por exemplos, os departamentos que possuem o mesmo nível, assim todos possuem responsabilidades e deveres iguais.

Comunicação lateral é a que ocorre entre unidades de trabalho do mesmo nível ou entre unidades de trabalho de níveis diferentes, mas que situam em diferentes hierarquias (comunicação diagonal) (MAXIMIANO, 2012).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico. A pesquisa pode ser definida como um procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS & MARCONI, 2006).

O presente trabalho tem como foco analisar os fatores que influenciam a comunicação interna de uma Faculdade, tendo como base a classificação de Vergara (2007), que apresenta dois aspectos à pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, pode-se considerar exploratória e descritiva. Exploratória, pois busca fazer um levantamento bibliográfico sobre a comunicação interna para melhor compreensão. Já a descritiva, procura identificar os fatores que influenciam a comunicação interna através de questionários averiguando os fatos recorrentes ao mesmo, a fim de solucionar os problemas encontrados (GIL, 2007).

A pesquisa em questão tem como população 15 funcionários devidamente ativos na empresa. A aplicação dos questionários foi realizada no mês de abril de 2016. O estudo teve uma amostragem 100% dos funcionários pesquisados.

Com a finalidade de avaliar os fatores que influenciam a comunicação interna, o pesquisador elaborou como instrumento de pesquisa, questionários contendo perguntas fechadas de múltipla escolha, de forma clara e objetiva, para coleta de dados. Os questionários foram aplicados na Faculdade, com data e horários marcados pela direção, de forma a não prejudicar as atividades dos funcionários.

A pesquisa foi realizada por meio de questionários, no mês de abril de 2016, com 15 funcionários da Faculdade, ou seja, empregados ativos, deixando-lhes à vontade para responderem. O questionário utilizado para coleta de dados com 14 perguntas fechadas. O estudo do questionário levou-se em conta o percentual das respostas dos funcionários em cada questão, demonstrados através de gráficos.

Estratégia de tratamento e análise de dados

Através do questionário contendo as 14 questões, os dados foram coletados para a presente pesquisa, as informações ocorreram pela forma de tabulação manual, em que todas as perguntas são fechadas, tratados de forma estatística e representadas através de percentuais expressando consistência. O tratamento desses dados foi feito por meio do programa Microsoft Excel 2010.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da realização de uma entrevista com 15 funcionários (Figura 3), constatou-se que 27% dos funcionários são do sexo masculino e 73% do sexo feminino. A justificativa pela maioria do sexo feminino, está ligado ao atendimento ao público. Estas ocupam cargos em todos os níveis organizacionais.

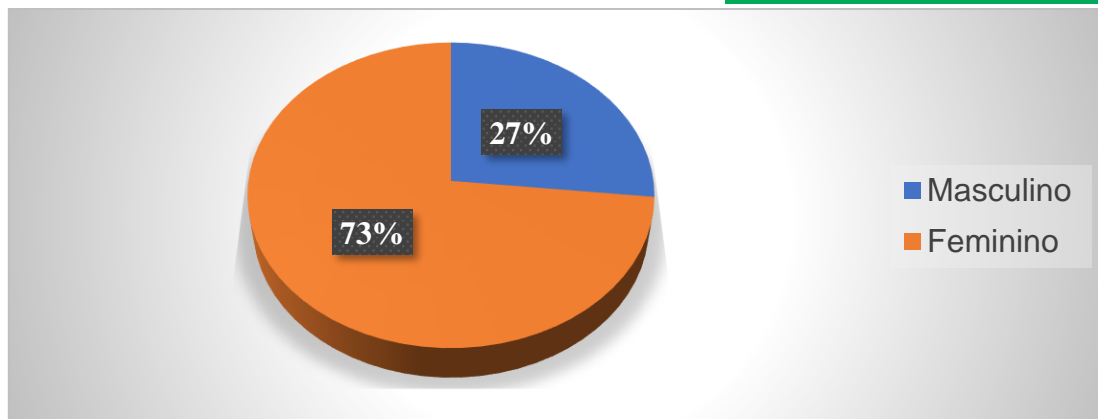


Figura 8: Sexo.
Fonte: ITOP (2015).

Quanto a faixa etária dos funcionários (Figura 4), está entre 18 a 29 anos (47%) e entre 30 a 49 anos (53%). Espera-se que estes jovens (18 a 29 anos) cresçam profissionalmente dentro da organização.

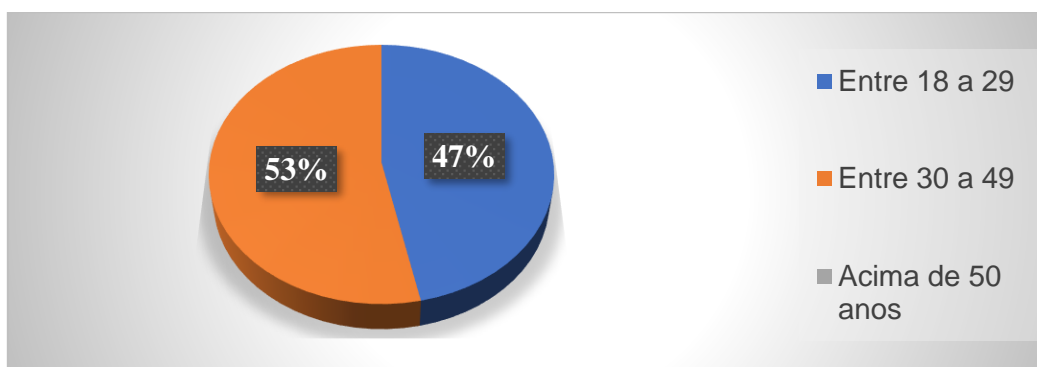


Figura 9: Qual é a sua faixa de idade?
Fonte: ITOP (2015).

Quanto ao grau de escolaridade (Figura 5), 7% os que tem ensino fundamental, 20% os possuem o ensino médio, 13% tem o ensino técnico profissionalizante, e 60% os que já concluíram o ensino superior. Os que tem ensino superior, tem cargos estratégicos na organização, em destaque na figura 7.

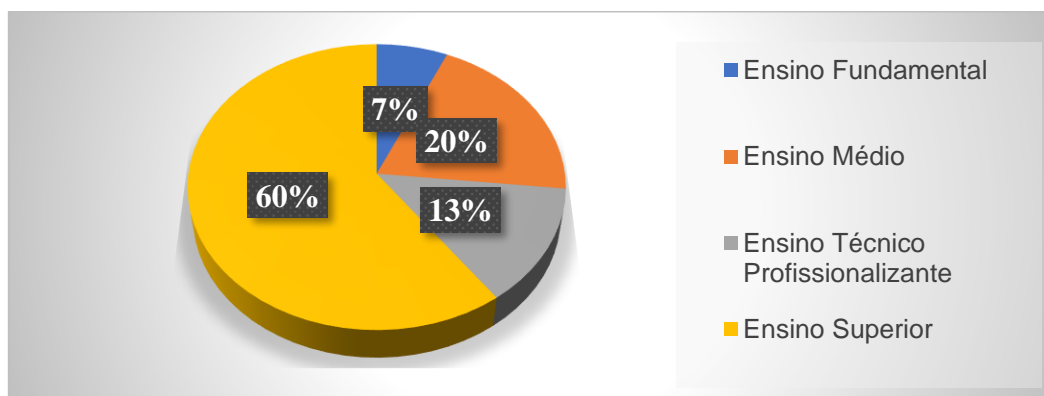


Figura 10: Qual é seu grau de escolaridade?
Fonte: ITOP (2015).

Quanto ao tempo de trabalho dos funcionários na faculdade (Figura 6), observa-se que 40% trabalham na empresa há menos de 2 anos, 20% os que trabalham entre 2 a 3 anos, 13% estão na empresa entre 3 a 5 anos, e 27% os que trabalham a mais de 5 anos. Os que trabalham menos de três anos na organização no total de 60%, a organização deve ter este fluxo de pessoas para retenção de novos talentos.

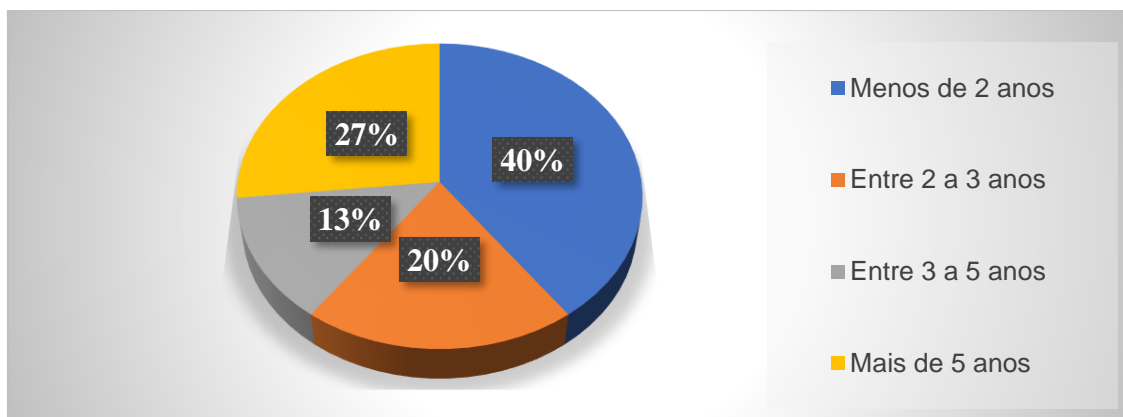


Figura 11: Há quanto tempo você trabalha na Faculdade ITOP?

Fonte: ITOP (2015).

Observamos que a área administrativa (Figura 7), com 40% está bem distribuída entre as idades dos colaboradores, está área contribui no desenvolvimento da organização. Em seguida área financeira com 20%. Estes e os demais setores são estratégicos para a organização, ou seja, todos os setores têm sua contribuição no crescimento da organização.

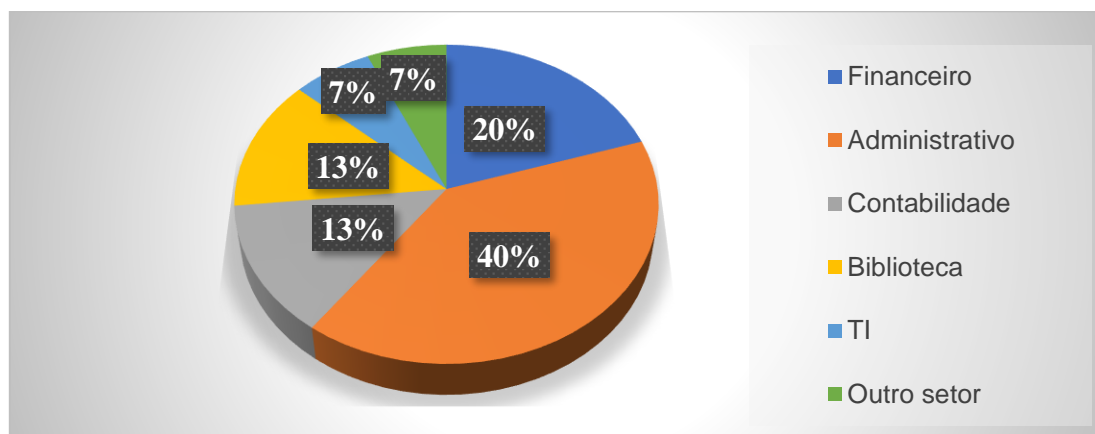


Figura 12: Qual o setor em que você trabalha?

Fonte: ITOP (2015).

Sobre a satisfação do relacionamento entre colaboradores (Figura 8), 53% consideram como ótimo, 40% como bom e 7% como regular. No total 93% consideram com ótimo e bom, esta informação é muito importante, na solução de conflitos e problemas organizacionais.

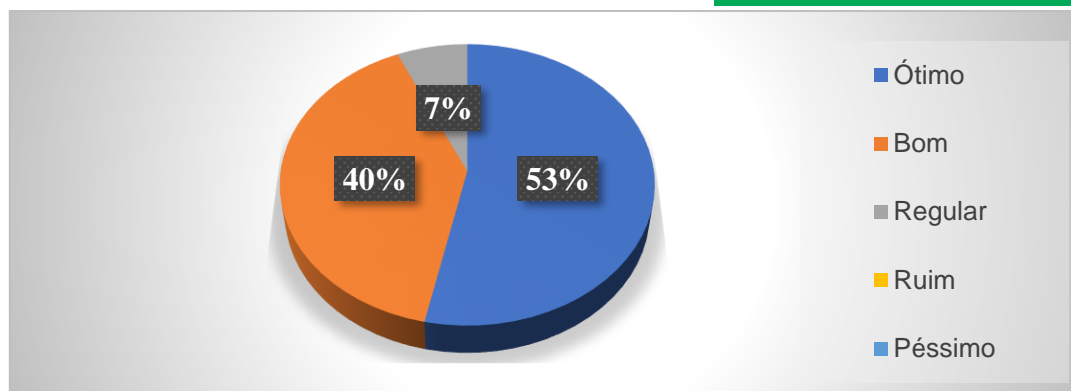


Figura 13: Como você considera o relacionamento entre os colaboradores da Faculdade ITOP?

Fonte: ITOP (2015).

A maioria dos colaboradores da organização consideram a comunicação interna (Figura 9) da Faculdade, considera como ótimo 27%, 46% como bom, 20% com regular e 7% como ruim. Apresenta 73% os que acha a comunicação interna da faculdade com ótimo e bom.

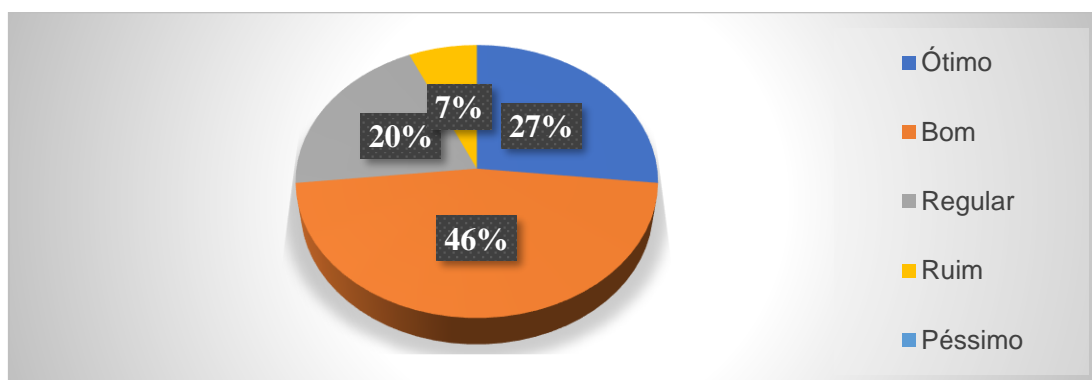


Figura 14: O que você acha da comunicação interna da Faculdade ITOP?

Fonte: ITOP (2015).

Os gestores das áreas da Faculdade, tem uma boa disseminação da comunicação com seus colaboradores (Figura 10), com 40% como ótimo, 53% como bom e 7% como ruim. Apresenta 93% da comunicação entre superiores e colaboradores, a organização não deve diminuir o nível de comunicação ente os membros da Faculdade.

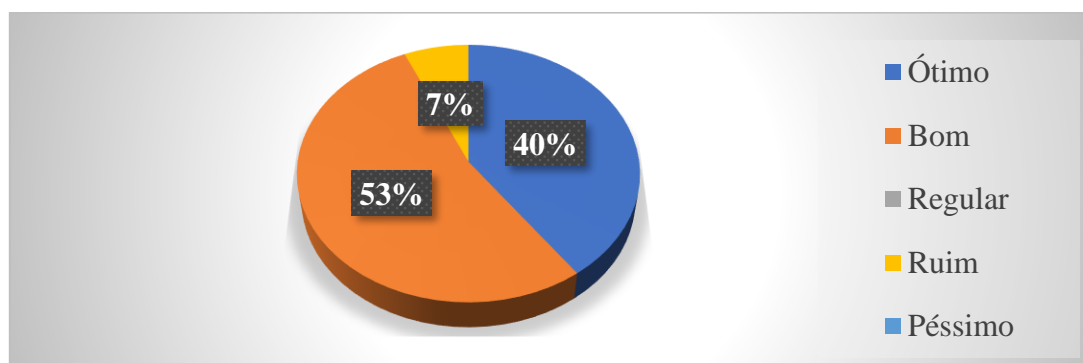


Figura 15: Como é o nível de comunicação dos superiores para os colaboradores?

Fonte: ITOP (2015).

Conforme dados coletados (Figura 11), 100% dos colaboradores entendem a comunicação do superior, mostra que a faculdade tem uma ótima comunicação. O fato de o superior ter uma boa disseminação de suas falas com os colaboradores é essencial para os processos, pois com uma voz ativa, clara e como os colaboradores vão entender, é possível se ter um melhor clima organizacional e resultados mais satisfatórios.

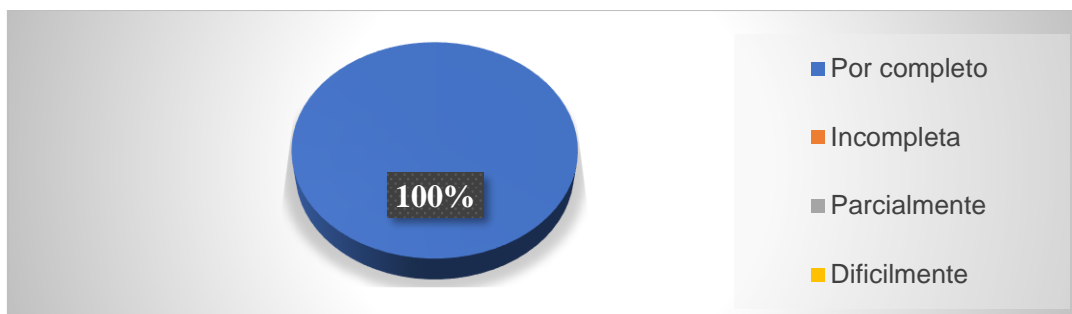


Figura 16: Você entende as informações que recebe de seus superiores?

Fonte: ITOP (2015).

As diversas formas de comunicações dentro da empresa podem variar de acordo com o modo de trabalho e como pode ajudar na comunicação (Figura 12). Conforme os dados mostram, a grande maioria diz que as formas de comunicação são o suficiente para executar a disseminação de informações dentro da empresa, com um total de 73% as formas são bem aceitas e bem utilizadas na organização, porém 27% acham que podem ser inseridas mais formas de comunicação ou melhoradas as formas já existentes.

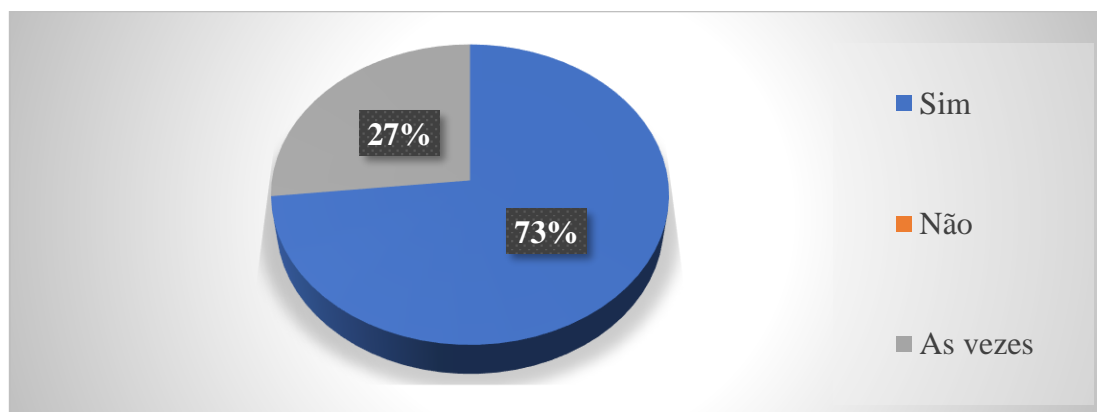


Figura 17: As formas de comunicação existentes na Faculdade ITOP são suficientes para o processo de comunicação entre os setores?

Fonte: ITOP (2015).

As formas de comunicação dentro da empresa representam a forma da qual as informações são, sendo assim é primordial que tenham mais de um modo de se comunicarem (Figura 13). Nesse caso, observamos que a empresa utiliza mais as reuniões para passarem as informações, por ser um modo mais formal e de melhor entendimento de todos, porém 13% dos

colaboradores responderam que não sabem como as informações são repassa, podendo-se deduzir que não sabem de onde vem a informação, apenas fazem o que é repassado.

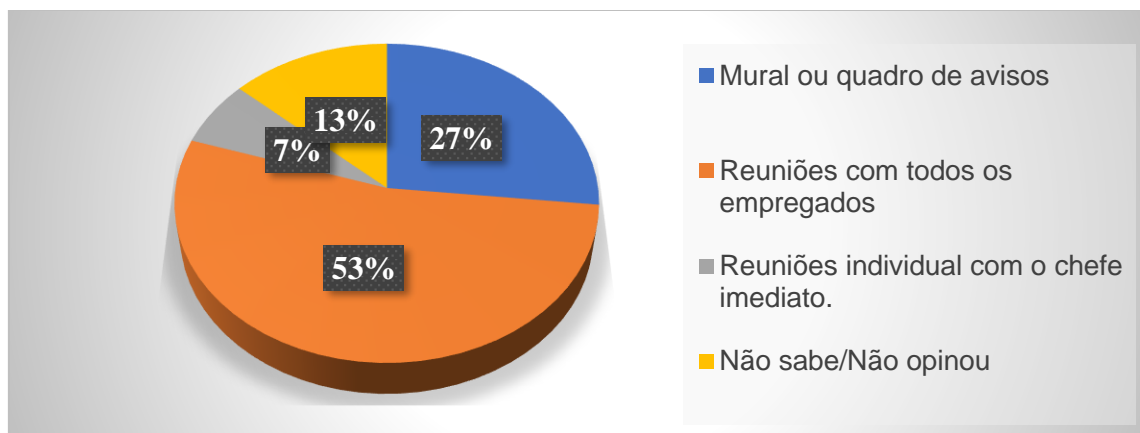


Figura 18: Quais são as formas que a Faculdade ITOP usa para passar informações?
Fonte: ITOP (2015).

Segundo os colaboradores, a melhor forma de comunicação é a Direta (Figura 14), onde a informação é repassada diretamente, seja de supervisor, gestor, ou colega da mesma hierarquia, a informação direta conta com 80% da escolha dos colaboradores, confrontando com a figura 13, onde é usada a reunião como mais usada para passar a informações, entretanto, se fosse utilizado mais a comunicação direta, a empresa poderia ter um índice melhor de satisfação dos colaboradores.

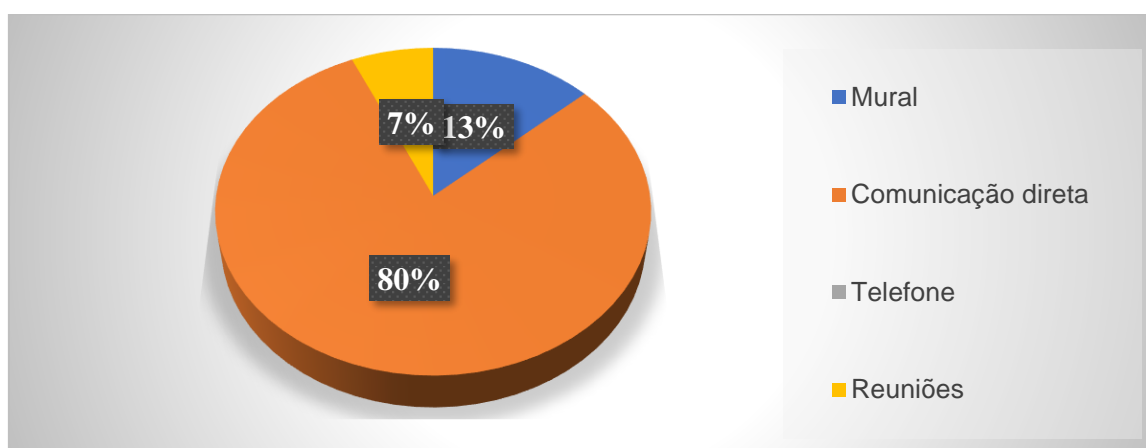


Figura 19: Qual o melhor meio de comunicação para você?
Fonte: ITOP (2015).

Com uma totalidade completa, 100% das pessoas acham a comunicação interna importante, ou seja, as pessoas estão cientes que é necessário ter uma boa comunicação e disseminação de informações para que a empresa possa ter sucesso em seus processos e projetos.

A comunicação interna é essencial nos processos gerenciais, entender esse processo facilita a comunicação entre colaboradores e superiores (Figura 15), notamos que 20% dos colaboradores entendem que a comunicação entre colegas dentro da organização, 20%

compreendem que é o repasse de informações entre empresa para colaboradores, e 60% dos colaboradores entendem que é todo tipo de comunicação que ocorre dentro da organização. Todos os colaboradores possuem uma noção básica dos seus conhecimentos em relação aos processos de comunicação da organização.

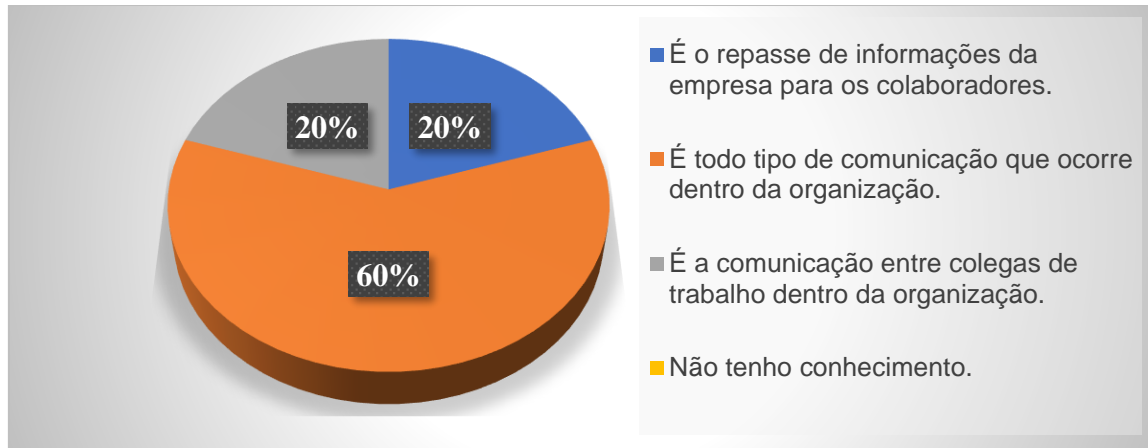


Figura 20: O grau de entendimento dos colaboradores sobre comunicação interna.
Fonte: ITOP (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observações e análise das respostas aos questionários aplicado no ITOP, tem como diagnóstico final as seguintes questões:

Os métodos que a organização utiliza são satisfatórios, a chefia apresenta um bom grau de comunicação com seus demais colaboradores, podemos observa que esses métodos também abrem espaço para um futuro surgimento de ruídos, o que pode afetar a comunicação dentro da organização.

A organização deve ficar atenta ao menor grau de insatisfação dos colaboradores, e trabalhar em cima deste assunto para a eficácia em seu processo de comunicação.

Com base na pesquisa realizada, á uma necessidade de sugestões á organização:

Os responsáveis devem trabalhar com uma comunicação mais direta com seus colaboradores, permitindo assim com que eles entendam melhor os desejos da empresa, eles devem esta ciente de tudo que ocorre dentro da organização.

Conscientiza os colaboradores dos métodos utilizados na comunicação entre empregado e empregador, permitindo assim que ambos tenham conhecimento dos assuntos que estão diante da empresa.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DUBRIN, A. J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- FARIA, A. N.; SUASSUNA, N. R. **A Comunicação na organização**. Rio de Janeiro LTC, 1982.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JORNAL JURID. **Formas de comunicação organizacional.** 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&docid=LBI5FSrX2oKNM&tbnid=mL0Tdsy5PHx6DM:&ved=0CAUQjRw&url=http%3A%2F%2Fjornal.jurid.com.br%2Fmaterias%2Fdoutrina-civil%2Fas-consequencias-ruídos-comunicacao-organizacional-no-contexto-juridico-em-especial-em-relacao-ao-consumidor&ei=4xqJU5KJJGdqAbl44FI&psig=AFQjCNFg4RpyqK9WF4CBIJ0mJB04X8QAPA&ust=1401580464322414>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

KOONTZ, H. **Administração: uma perspectiva global e empresarial.** São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de Administração:** Manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MONTANA, P.; CHARNOV, B. H. **Administração.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Recebido em 10 de agosto de 2016.

Aceito em 16 de setembro de 2017.

ICMS ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MARIANÓPOLIS-TO

Valdineia Alves Campos

Faculdade ITOP. Email: valdineia_campos@hotmail.com

Doriane Braga Nunes

Faculdade ITOP. Email: doribilac@gmail.com.br

RESUMO:

Essa pesquisa tem como objetivo principal apresentar os benefícios adquiridos pelo município de Marianópolis – TO ao receber o ICMS ecológico, com vistas a descrever os aspectos legais sobre o ICMS Ecológico; analisar as ações executadas pelo Município de Marianópolis com o repasse do ICMS Ecológico e demonstrar o processo de recolhimento e repasse do ICMS Ecológico. Para se atingir os objetivos desse trabalho foram necessárias duas etapas: na primeira foram realizadas pesquisas bibliográficas onde se procurou conhecer as políticas que regulamentam o incentivo do ICMS Ecológico, analisando seus avanços e suas aplicações no que tange os valores recebidos pelos municípios, e a segunda foi realizado o estudo de caso com a realização de uma entrevista semi-estruturada, no mês de dezembro de 2015, com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Salomão Barbosa Moreira, da Cidade de Marianópolis-TO. Na análise dos resultados ficou evidenciado que o município, não dispõe de recursos hídricos como critérios para aumentar sua cota no recebimento do ICMS. Também foi constatado que o município contratou uma empresa especializada para execução de serviços no assessoramento técnico ambiental, desenvolvendo, em 2015, junto a Prefeitura e a Secretaria competente diversos projetos com o objetivo de aumentar a arrecadação do valor do ICMS Ecológico tais como: Legislação ambiental; Unidade de conservação dos Mananciais de abastecimento; Resíduos sólidos, Educação ambiental, Preservação da mata, Proteção dos mananciais, Poluição, ocupação do solo; Política de meio ambiente; Controle de queimadas; Saneamento ambiental; Conservação da água e solo.

Palavras-chaves: ICMS Ecológico; Município de Marianópolis; Aspectos Legais.

INTRODUÇÃO

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é arrecadado pelo Governo Federal e posteriormente repassado para os estados, cujo podem definir critérios para o repasse aos municípios. Segundo a Constituição Brasileira em seu inciso II do artigo 155, a competência para instituir o imposto sobre “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (...)”, é dos estados e do Distrito Federal, sendo claro que, no caso do ICMS, o exercício da competência tributária é necessário e não facultativo.

Assim, cada estado da Federação tem competência legal, conforme rege a Constituição Federal, e deve instituir o ICMS em seus respectivos territórios. Logo, esta é a razão da eventual diferença de valores existentes, a exemplo, na variação dos preços dos combustíveis quando se viaja para outro estado. Existem vários fatores que interferem nisto, além das

questões de mercado como, por exemplo, o frete. A diferença pode ocorrer por causa de uma alíquota diferente no ICMS nesse ou naquele estado.

Por conseguinte, o artigo 158, inciso IV da Constituição, ao tratar da “Repartição das Receitas Tributárias”, rege que pertence aos municípios: “vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”. Forma pelo qual se é feita a divisão e como parte integrante será repartido entre os municípios, que contribuem para o total arrecadado.

Outrora, o ICMS Ecológico nasceu como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas), uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais a fim de garantir sua preservação.

No Tocantins, com a aprovação da Lei 1.323/2002, que dispõe sobre os índices que compõem o cálculo da parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, foi instituído o ICMS Ecológico, que vem estimular o poder público nos municípios e a sociedade a procurar meios para a melhoria da qualidade de vida, com a redução das desigualdades sociais e erradicação da pobreza. No estado 13% do total arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, e destinado aos municípios que desenvolvem ações ambientais que resultem na preservação e conservação do meio ambiente.

Nesse contexto foi questionado: quais são os benefícios de um município ao receber os recursos do ICMS Ecológico?

A hipótese levantada é que o repasse do ICMS Ecológico tende a dar maior autonomia aos gestores públicos municipais na realização de suas ações programáticas.

Para a comprovação dessa hipótese e resposta ao questionamento de pesquisa foram estabelecidos como objetivo geral: Apresentar os benefícios adquiridos pelo município de Marianópolis – TO ao receber o ICMS ecológico e como objetivos específicos: descrever os aspectos legais sobre o ICMS Ecológico; analisar as ações executadas pelo Município de Marianópolis com o repasse do ICMS Ecológico e demonstrar o processo de recolhimento e repasse do ICMS Ecológico.

O artigo inicia-se com uma explanação sobre o conceito, aspectos legais, e legislação sobre o ICMS Ecológico, em seguida apresenta os aspectos metodológicos e posteriormente o resultado e análise da pesquisa como as considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

ICMS Ecológico: Conceito

Instituído em 2002 no Estado do Tocantins, o ICMS Ecológico é uma forma de estimular o investimento em ações ambientais por parte da gestão pública municipal e a metodologia de cálculo premia os municípios que comprovam atuação nas áreas de política municipal de Meio Ambiente, combate e controle às queimadas, unidades de conservação e terras indígenas e saneamento básico (CONEXÃO TO, 2015).

Araújo Junior (2008, p.1) explica que o ICMS Ecológico surgiu da necessidade de se de criar novos dispositivos legais que incentivem e financiem melhorias ambientais.

A necessidade de criar novos dispositivos legais que incentivem e financiem melhorias ambientais fez surgir o ICMS Ecológico (ou Royalties Ecológicos). Cada vez que compramos qualquer tipo de mercadoria ou contratamos um serviço pagamos, embutido no preço, o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Esse imposto é arrecadado pelo governo federal e repassado para os estados, que podem definir critérios para o repasse aos municípios. Foi assim que em 1992 surgiu, no estado do Paraná, a primeira iniciativa no Brasil de direcionar parte do ICMS para municípios nos quais a qualidade ambiental fosse relevante.

Em entrevista ao Conexão TO (2015), o coordenador de apoio à elaboração do Índice de Participação dos Municípios (IPM) da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (SEFAZ) Sr. João Carlos Lima, destacou que aqueles que desenvolvem mais ações ambientais aumentam o seu índice e, conseqüentemente, o valor do repasse:

Hoje, os quesitos ambientais são os mais fáceis para os prefeitos aumentarem suas receitas. O município, por exemplo, pode fazer campanhas para estimular a população a pedir nota fiscal de tudo o que for comprar, com vistas a aumentar a receita (CONEXÃO-TO, 2015, p. 1).

O ICMS Ecológico é um imposto novo?

Ao contrário do que se pode imaginar o ICMS Ecológico não é um imposto novo. É apenas uma maneira diferente e inovadora, que se encontrou para repartir parte do dinheiro que foi arrecadado pelo Estado através do ICMS normal com os municípios que também têm direito.

Pergunta-se de onde surgiu à qualificação de ICMS Ecológico ou ICMS ECO? Foi o modo pelo qual este tipo de critério começou a ser chamado popularmente e se alastrou, sendo atualmente utilizado em todo o Brasil. Na ótica apresentada parece-se tudo muito simples, o que de fato é. Mas tamanha simplicidade não diminui o tamanho de sua relevância. É o que afirma O Governo do Estado em cartilha criada no ano de 2013.

[...] Para se ter uma ideia, só no Estado do Paraná, que tem legislação ambiental desde os anos trinta, observa-se que em dez anos de aplicação do ICMS Ecológico (de 1991 a 2011) se obteve mais resultados do que em quase sessenta anos (1934 a 1991) de todas as outras Leis juntas, conquistando um aumento acima de 150% na superfície de parques e reservas, por exemplo, além de melhoria na qualidade da água (GOVERNO DO TOCANTINS. ICMS ECOLOGICO, 2013, p. 9).

Para alguns municípios a implementação do ICMS Ecológico é bem mais do que proteger o meio ambiente, é a possibilidade de captar recursos que não seriam possíveis, devido seu pouco desenvolvimento econômico.

Os municípios menos desenvolvidos economicamente do Tocantins têm uma ferramenta importante para elevar o caixa das prefeituras. O ICMS ecológico – que valoriza ações na área ambiental, de saneamento básico, conservação da água e é um instrumento democrático de distribuição do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Todos os 139 municípios tocantinenses têm direito ao ICMS ecológico, mas só os que se organizam melhor ficam com as maiores fatias do montante arrecadado pelo Estado. Em alguns casos, o percentual do Ecológico é quase o dobro do repasse total de ICMS. Este ano, os municípios de Tocantínia, Mateiros, Pium e Itacajá estão entre os campeões do ICMS ecológico. **Nos dez primeiros meses de 2012, Tocantínia recebeu R\$ 2,1 milhões em ICMS, sendo que deste valor R\$ 1,7 milhão (80%) foram de ICMS ecológico.** No mesmo período, Mateiros recebeu R\$ 1,8 milhão, com R\$ 1,1 milhão (62%) somente de Ecológico. Itacajá e Pium também tiveram suas receitas elevadas por conta de ações ambientais. Ambos receberam até outubro, respectivamente, R\$ 1,4 milhão e R\$ 1,9 milhão de ICMS total, sendo que o Ecológico representou quase 60% dos repasses para Itacajá e 54% para Pium. **Nesses municípios, o que impulsionou o repasse foi à implantação de Políticas Municipais de Meio Ambiente, a manutenção de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, Controle e Combate a Queimadas, Conservação do Solo, Saneamento Básico e Conservação da Água,**

elementos que compõem o ICMS ecológico, que equivale a 13% dos 25% do ICMS pertencentes aos municípios (FOLHA DO BICO, 2012, p. 2).

Aspectos legais do ICMS Ecológico

A Constituição Federal de 1988, título VI, Cap. I e seção VI que trata Da Repartição das Receitas Tributárias, em seu artigo 158, define os critérios de repartição do ICMS cujo devem ser destinados aos municípios:

Art. 158. Pertencem aos municípios: IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Parágrafo único - As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionados no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicional nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; II - até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

ÍNDICES DE CÁLCULO DO ICMS ECOLÓGICO

É importante salientar que todo o cálculo é baseado no ICMS normal, onde partem da arrecadação do mesmo, cujo 25% são repassados aos municípios.

A forma de distribuição é feita com a aplicação do IPM – Índice de Participação dos Municípios, que permite ao Estado entregar as quotas-partes de cada um. Sua composição segue cinco critérios: o Valor Adicionado (75%), que é resultante da movimentação econômica (adição de riqueza) do município; a Quota igual (8%) para todos os municípios; o Número de Habitantes e a Área Territorial, com percentuais de 2% cada, e o ICMS ecológico, que representa os 13% restantes. Para chegar ao IPM, a Secretaria da Fazenda se baseia em dados repassados anualmente pelas empresas, através do DIF – Documento de Informações Econômico-fiscais, emissão de notas fiscais e autos de infração por omissão de saídas, que são resultado das ações realizadas pela Receita Estadual. No tocante ao ICMS ecológico, a Sefaz busca informações junto ao Naturatins e Ruralatins, que recebem os relatórios e documentos que comprovam a execução de projetos e ações ambientais e de saneamento básico (FOLHA DO BICO, 2012, p. 2).

Segundo o sítio ICMS ECOLÓGICO (2013), O ICMS Ecológico no Tocantins, destina 13% do total arrecadado com o ICMS no estado para premiar os municípios segundo critérios quantitativos e qualitativos. Esse percentual é dividido em relação aos seguintes temas:

- a) Política Municipal de Meio Ambiente (2%);
- b) Unidades de Conservação e Terras Indígenas (3,5%);
- c) Controle de queimadas e combate a incêndios (2%);
- d) Conservação do solo (2%);
- e) Saneamento básico, conservação da água, coleta e destinação do lixo (3,5%).

MUNICÍPIO DE MARIANÓPOLIS – TO

O município de Marianópolis do Tocantins está localizado na região mesorregião ocidental do Tocantins, integrante da 8ª região administrativa do estado, na bacia do rio Araguaia. A origem do nome é uma homenagem a Mariano Cavalcante, fundador da cidade. Assim o substantivo próprio mariano+polis, sufixo grego que significa cidade, daí Marianópolis. A cidade tem como Padroeiro Santo Antônio, homenageado na data de 13 de junho.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Marianópolis do Tocantins, pela lei Estadual nº 10410, de 30-12-1987, desmembrado do município de

Araguacema. Sede no atual Distrito de Marianópolis do Tocantins (ex-localidade de Marianópolis do Norte).

Constituído do distrito sede, instalado em 01-06-1989. em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído do distrito sede. assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

SUA POPULAÇÃO É DE 4.352 habitantes conforme senso/IBGE 2010. Sua principal atividade econômica é a Agropecuária.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esse estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Cervo, Bervian; Da Silva (2007, p.60) a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada de forma independente ou como forma de pesquisa, seja ela descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. Já o estudo de caso é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados da vida.

A pesquisa foi realizada no município de Marianópolis- TO e os dados foram coletados com o Secretário Municipal de Meio Ambiente. Segundo Lakatos; Marconi (1991, p. 223), essa delimitação do universo da pesquisa “[...] consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem comunidade onde vivem etc.”.

Para a coleta de dados foi utilizada o instrumento denominado entrevista semi-estruturada porque a mesma é uma conversação efetuada face a face de forma semi-estruturada.

De acordo com Cervo, Bervian; Da Silva (2007, p. 51), a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para pesquisa.

Os dados coletados no presente estudo foram de dois tipos: primários e secundários. Os dados primários são aqueles coletados em primeira mão, na pesquisa de campo, no testemunho oral, nos depoimentos, nas entrevistas, nos questionários, nos laboratórios. Os secundários por sua vez são aqueles colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas (CERVO, BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 80). Os dados secundários foram pesquisados nos sítios da internet voltados para o assunto, bem como resumos de entrevistas e fatos relacionados. Os dados primários foram coletados mediante a realização de entrevista semi-estruturada no mês de dezembro de 2015 com Secretário Municipal de Meio Ambiente de Marianópolis-TO. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, para em seguida ser feita a análise dos dados coletados com a teoria estudada.

RESULTADOS E ANÁLISES

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO.

Conservação dos Mananciais de abastecimento; Resíduos sólidos; Educação ambiental; Preservação da mata; Proteção dos mananciais; Poluição, ocupação do solo; Controle de queimadas; Saneamento ambiental; Conservação da água e solo.

Identificação das Unidades de Conservação existentes no município.

A APA Ilha do Bananal / Cantão foi criada no dia 20 de maio De 1997, Através da Lei Nº 907. Com área De 1.678.000 hectares, abrange os Municípios de Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada De Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo E Pium.

É a maior Unidade de Conservação do Estado do Tocantins e contribui de forma direta para a manutenção da biodiversidade do Parque Estadual do Cantão, cuja zona de amortecimento localiza-se em seus limites. A imensa variedade de recursos hídricos e a diversidade de ecossistemas existentes no seu interior faz desta Unidade de Conservação um lugar privilegiado.

Identificação da atuação do gestor municipal, como parte integrante do ICMS Ecológico.

É de grande importância a atuação do Gestor Municipal neste processo, pois como o município não dispõe de recursos hídricos e entre outros critérios que somam automaticamente conforme a legislação para recebimento de cotas maior do ICMS, o município desenvolve ações, através de projetos que somam na sua arrecadação. Por lei não há nenhuma obrigação que vincule a utilização do recurso a ações ambientais, mas prioriza esses recursos para investir na área ambiental do município.

Quadro comparativo de valores arrecadados do ICMS Ecológico 215, do município de Marianópolis do Tocantins, que desenvolve política ambiental de meio ambiente e outro município com arrecadação igual, mas que não desenvolve política de meio ambiente

MUNICIPIO	ANO	VALOR ICMS ECOLOGICO
Marianopolis do Tocantins	215	R\$114.813,12
Monte Santo	215	R\$76.453,18

Fonte – SEFAZ/TO. 215.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa pode se concluir que os critérios de repasse do ICMS Ecológico para o município de Marianópolis, vêm da parcela dos 25% do ICMS disponibilizadas pelo Estado, onde correspondem a 13% deste e são feitos de forma qualitativa e quantitativa, onde se leva em consideração as ações desenvolvidas em relação aos quesitos básicos apresentados na Lei n.º 1.323, de 4 de abril de 2002, no COEMA 40/13, e o comprometimento das partes envolvidas, onde além de preservar o meio ambiente, têm que desenvolver as ações de forma sustentável e progressiva.

Logo, os municípios têm que empenhar-se nos aspectos sociais, econômicos e ambientais em loco, buscando sempre melhorar e ampliar suas ações apresentadas no plano de governo, pois assim irão pontuar e continuar sendo parte integrante do ICMS Ecológico.

Esta pesquisa trouxe como questão-problema: “Quais são os benefícios de um município ao receber os recursos do ICMS Ecológico?” E logo após seu objetivo geral: “Apresentar os benefícios adquiridos pelo município de Marianópolis – TO ao receber o ICMS ecológico”.

Os estudos mostram que o repasse do ICMS Ecológico atualmente é a principal ferramenta para a retenção de tributos nos municípios e, portanto, fundamental para o desenvolvimento dos mesmos, pois é uma forma de obtenção de recursos que em alguns casos o município por si só, não conseguiria obter, uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais a fim de garantir sua preservação ambiental. A verba do ICMS Ecológico tende a dar maior autonomia aos gestores públicos municipais que podem utilizá-las para investir em ações programáticas na área de educação ambiental, desenvolver as ações exigidas por lei e ainda usar para desenvolver as diversas ações municipais, na área ambiental, mas isto depende da visão e prioridade de cada gestor, pois o recurso não vem destinado a uma só área.

No município de Marianópolis, os valores recebidos normalmente são baixos e como pôde ser visto, são aplicados na prática, como na melhoria dos mananciais, combate às queimadas, revitalização dos córregos.

Contudo, os ganhos resultantes da implantação do ICMS Ecológico são muitos e para mantê-los cabe aos cidadãos, cobrar do poder público local a utilização correta destes recursos e a implementação e manutenção das áreas de conservação ou proteção criadas por lei. As quais geram benfeitorias para o município, população e meio ambiente como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONEXÃO TO. **116 municípios tocantinenses serão beneficiados com repasse do ICMS Ecológico**. 2014. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2014/05/09/116-municipios-tocantinenses-serao-beneficiados-com-repasse-do-icms-ecologico>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

CONEXÃO TO. **Aniversário do Parque do Lajeado Marca 12 anos de Preservação da Natureza Palmense**. 2013. Disponível em:< <http://conexaoto.com.br/2013/05/20/aniversario-do-parque-do-lajeado-marca-12-anos-de-preservacao-da-natureza-palmense>>. Acesso em: 10 jun. 2015a.

FOLHA DO BICO. ICMS ecológico reforça caixa de municípios com ações ambientais. 2012. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br/12/2012/icms-ecologico-reforca-caixa-de-municipios-com-acoes-ambientais.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO TOCANTINS. **ICMS Ecológico**: política do meio ambiente, controle e combate a queimadas, unidades de conservação e terras indígenas, saneamento básico, conservação do solo / Governo do Estado do Tocantins. Palmas, TO: SEMADES; NATURATINS, 2013. 48 p.: il. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br/12/2012/icms-ecologico-reforca-caixa-de-municipios-com-acoes-ambientais.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ICMS ECOLÓGICO. **O Destino Consciente de sua Carga Tributária - Tocantins.** 2014. Disponível em: <http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=77>. Acesso em: 5 jun. 2015.

JUNIOR, Olimpio Araujo. **O QUE É ICMS ECOLÓGICO?** Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=curiosidades&tipo=temas&cd=787>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

TOCANTINS. Lei nº 1.323 de 04 de abril de 2002. Dispõe sobre os índices que compõem o cálculo da parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e adota outras providências. Disponível em: <www.legisweb.com.br/legislação/?id=170968>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Recebido em 16 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

PROGRAMA “TO LEGAL”: ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS PROGRAMAS DE INCENTIVO À CIDADANIA FISCAL

JohnnyWender Pereira Lira

PROIC/ITOP. Email: johnnywenderlira@gmail.com

Doriane Bilac

Faculdade ITOP. Email: doribilac@gmail.com.br

Aldeci dos Santos Dutra

Faculdade ITOP

RESUMO

O programa de incentivo à cidadania fiscal denominado “Programa To Legal”, criado no Estado do Tocantins através da Lei Estadual n. 3.072, em 13 de janeiro de 2016, visa ampliar a arrecadação tributária do Estado através da concessão de benefícios econômicos aos contribuintes. Por este programa estar em fase inicial de implantação esta pesquisa procura responder a seguinte **pergunta**: quais as semelhanças e diferenças do Programa To Legal em relação aos programas já implantados no estado de São Paulo e Distrito Federal? Para responder essa pergunta foi estabelecido como **objetivo geral**: descrever as diferenças e semelhanças entre os programas: To Legal (TO), a Nota Fiscal Paulista (SP) e a Nota Legal (DF) em relação a seus objetivos, benefícios, cadastro, desempenho, operacionalização, monitoramento de desempenho e cálculo do crédito. A **metodologia** aplicada possibilitou classificar a pesquisa como documental e descritiva; os dados coletados nas legislações dos respectivos programas e registros disponíveis em diferentes fontes impressas e eletrônicas foram organizados por temas e analisados de forma comparativa. Os **resultados** evidenciaram que os três programas fomentam a cidadania fiscal dos cidadãos, possibilitam o depósito em conta corrente do crédito tributário; proporcionam desconto no pagamento do IPVA, visam aumentar a arrecadação tributária do Estado; incentivam o cidadão a solicitar o documento fiscal no ato da compra. Em relação às diferenças foi percebido que os critérios para o cálculo dos créditos dos contribuintes são diferenciados entre os programas analisados e que a operacionalização está mais estruturada nos programas mais antigos. **Conclui-se** que os programas foram instituídos para aumentar a arrecadação, são diferentes nos aspectos do cálculo do crédito e do seu funcionamento, são semelhantes em relação aos objetivos, concepção e benefícios financeiros e é importante realizar estudos comparativos para que os programas possam ser aprimorados e produzam uma relação mais equilibrada entre os interesses do Estado e do Cidadão.

PALAVRAS CHAVE: Cidadania fiscal. Programas de incentivo tributário. Tributos.

Introdução

Na atualidade, vivem-se dias de carga tributária elevada. Um trabalhador passa quase cinco meses por ano trabalhando somente para custear o Estado Brasileiro e o empresário paga mensalmente diversos tributos que incidem sobre o faturamento, a folha de pagamento e o lucro apurado no final do exercício financeiro. Como consequência, o Brasil é classificado como um país com uma das mais elevadas estimativas de evasão fiscal (O ANÁPOLIS, 2015).

Dentre as diversas alternativas adotadas pelos governos estaduais e municipais para diminuir esses problemas (evasão fiscal e tributação elevada) encontram-se os programas de incentivo à cidadania fiscal como, por exemplo, os programas: To Legal criado no Estado do Tocantins em 2016; a Nota Fiscal Paulista instituído no Estado de São Paulo (SP) em 2007 e a Nota Legal implantada no Distrito Federal (DF) em 2008.

Os diversos programas com essa classificação são compreendidos como um mecanismo de estímulo à cidadania fiscal, na medida em que fornecem recompensas de diferentes naturezas aos cidadãos para exercerem um direito e um dever que de outra forma não exerceriam. Transforma o consumidor, através de um estímulo financeiro/social/cultural, em um fiscal tributário, num jogo em que o governo ganha com o aumento da arrecadação e o consumidor ganha através do benefício econômico que recebe. Nesse jogo, a autoridade fiscal passa a perceber os contribuintes como clientes que precisam de serviços e, por isso, “ao invés de agir sobre os vendedores (sobre quem recaem os impostos) agem sobre os consumidores, tornando-os parceiros na fiscalização” através não só de incentivos financeiros e culturais, mas também das campanhas televisas onde apresentam os benefícios dos programas e a importância dos mesmos para o aumento da arrecadação tributária (MATTOS; ROCHA; TOPORCOV, 2013, p. 100).

Entretanto, é conveniente destacar que esse processo se materializa a partir do momento em que o incentivo proporcionado contribui ou motive o consumidor a exigir o documento fiscal no momento em que está comprando produtos e/ou serviços.

Nesse sentido, pesquisar sobre a constituição e operacionalização desses programas é de extrema relevância na tentativa de compreender sua ampliação e aplicação no Brasil, propiciar aprimoramento e relação mais equilibrada entre os interesses do Estado e do cidadão, como também, evidenciar o quanto é importante conjugar uma política tributária com exercício da cidadania enquanto fiscal – fiscal de arrecadação e fiscal social pelo preço desta cidadania.

Com base nisto, esta pesquisa se propôs a responder o seguinte questionamento: quais as semelhanças e diferenças do Programa To Legal em relação aos programas já implantados no estado de São Paulo e Distrito Federal quanto a: concepção, operacionalização, monitoramento de desempenho, objetivos e critério de cálculo dos créditos?

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi: descrever as diferenças e semelhanças entre os programas: To Legal (TO), a Nota Fiscal Paulista (SP) e a Nota Legal (DF) em relação a seus objetivos, benefícios, cadastro, desempenho, operacionalização e cálculo do crédito e como objetivos específicos: apresentar a fundamentação legal para a instituição de programas de incentivo a cidadania fiscal; identificar as características dos programas To Legal (TO); Nota Fiscal Paulista (SP) e Nota Legal (DF); elaborar um quadro comparativo dos programas supracitados.

Assim, adquirir e divulgar o conhecimento sobre os programas de cidadania fiscal é de suma importância para a gestão financeira dos contribuintes como para a socialização das ações governamentais.

REVISÃO DE LITERATURA

A tributação é o principal instrumento financeiro que possibilita que o Estado alcance seus objetivos fundamentais, isto é, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos. Portanto, a tributação é o preço que o homem paga por estar em uma sociedade civilizada (HARADA, 2003).

Apesar dessa necessidade, a sociedade tem uma percepção negativa da tributação, contribuindo para a legitimação da evasão fiscal. Nesse sentido, caminhos viáveis devem ser identificados para combater a evasão fiscal (DIAS FILHO, 2003) e proporcionar que a cidadania em seu conjunto interiorize verdadeiramente as normas fiscais como normas morais.

Conceitualmente, a moral tributária pode ser definida como um “conjunto de valores e princípios éticos que norteiam as ações, tanto da Administração Tributária como dos Contribuintes”. Na perspectiva do contribuinte a moral tributária é manifestada na construção de uma motivação interna para o pagamento de tributos. Já na esfera da Administração Tributária, a moral tributária é reconhecida no estabelecimento de um ambiente propício ao cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, propiciando, com isto, a formação de uma relação que pressupõe a demonstração de laços de confiança, respeito e reciprocidade em todas as ações da Administração Tributária (RECEITA FEDERAL, 2016, p.7).

Considerando essas perspectivas, governos estaduais e municipais estabeleceram programas para arrecadar mais tributos e beneficiar o contribuinte com uma redução na sua carga tributária. Como exemplos citam-se: o programa Nota Fiscal Paulista aplicado no Estado de São Paulo; Nota Fiscal Alagoana, em Alagoas; Nota Legal no Distrito Federal; Sua Nota Vale Dinheiro no Ceará; o Cupom Mania no Rio de Janeiro; Sua Nota é um Show na Bahia; Sua Nota Bate um Bolão no Piauí; Nota Show de Bola em Goiás; To Legal no Tocantins; Nota Paulistana no Município de São Paulo, Nota Cidadã no município de Araguaina/To, dentre outros.

Os estados de Goiás (o programa Nota Show de Bola criado em janeiro de 2009), do Piauí (o programa Sua Nota Bate um Bolão criado em maio de 2009) e da Bahia (o programa Sua Nota é um Show criado em janeiro de 2002), procuram dar incentivos aos hábitos culturais, estimulando a troca das notas e cupons fiscais por ingressos de partidas de futebol, espetáculos artísticos, culturais e livros.

Os programas Nota Fiscal Alagoana, divulgado no Estado de Alagoas em novembro de 2008; o programa Sua Nota Vale Dinheiro, instituído no Ceará em dezembro de 2004 e o instituído no estado do Rio de Janeiro, em setembro de 2009, denominado de Cupom Mania funcionam de forma similar ao programa Nota Fiscal Paulista, isto é, incentivam o consumidor a pedir nota fiscal quando adquire qualquer mercadoria ou serviço, para diminuir a sonegação e aumentar a arrecadação.

Nesta pesquisa serão analisados os seguintes programas: Nota Fiscal Paulista (SP); Nota Legal (DF) e o To Legal (TO) com o fim de identificar suas semelhanças e divergências.

Programa Nota Fiscal Paulista do Estado de São Paulo (NFP)

O Programa Nota Fiscal Paulista foi instituído no Estado de São Paulo em outubro de 2007 através da Lei nº 12.685/2007 e pelos Decretos nº 52.096/2007 e 54.179/2009 visando alcançar os seguintes objetivos: aumentar a arrecadação tributária, incentivar o consumidor a solicitar a nota fiscal; reduzir o comércio informal e de produtos ilegais; combater a sonegação fiscal.

Esse programa representa um incentivo para que o cidadão solicite do estabelecimento comercial o documento fiscal (nota ou cupom fiscal) no momento em que o mesmo está realizando uma compra de mercadorias, bens ou serviços de transporte interestadual e intermunicipal com incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Para realizar esse estímulo o governo distribui créditos às pessoas físicas, às empresas optantes pelo regime tributário denominado de Simples Nacional, entidades da assistência social e da área da saúde e condomínios edilícios.

Para ter direito aos créditos, o consumidor deve fazer seu cadastro no site do programa (<http://www.nfp.fazenda.sp.gov.br/>), solicitar a nota ou cupom fiscal no ato da compra e informar seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em outras palavras, cada compra realizada com emissão de documento fiscal gera um crédito no CPF ou CNPJ do comprador. Contudo, o consumidor cadastrado no Programa Nota Paulista pode optar por doar o seu crédito para entidades de assistência social ou da área da saúde que queira ajudar, para isso acontecer não deve fazer a sua identificação pessoal no documento fiscal.

O valor do crédito é calculado pela Secretaria da Fazenda após o estabelecimento comercial enviar as seguintes informações: compra realizada, número do CPF ou CNPJ do comprador e pagamento do ICMS devido. O prazo para essa ação ser executada é de 90 dias. Atendidos esses requisitos o consumidor poderia receber até 30% do ICMS recolhido pelo estabelecimento fornecedor ou prestador. A partir de 2017 esse percentual sofreu alteração e, agora, ele é de até 20%.

O crédito acumulado pelo contribuinte pode ser utilizado dentro de 5 anos para abater no valor a ser pago do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA, ou ainda ser recebido em dinheiro via depósito bancário em conta corrente ou poupança. No caso de entidades sem fins lucrativos, os créditos do programa valem para compras feitas pelas próprias organizações ou pelo recebimento de doações (UOL ECONOMIA, 2011).

O programa também possibilita que os contribuintes cadastrados concorram a prêmios em dinheiro e acompanhem o valor do seu crédito no portal eletrônico. Para participar do sorteio de prêmio em dinheiro deve possuir o bilhete eletrônico que lhe é entregue após cada R\$ 100,00 em compras que realizar. Desta forma, o Programa atua como um incentivo para que os consumidores exijam dos estabelecimentos o documento fiscal.

A distribuição dos créditos é feita proporcionalmente ao valor das compras realizadas, com um limite de até 7,5% do valor da compra ou de até 10 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPS), que representava, no início de 2017, R\$ 250,70.

De forma simplificada, o cálculo para a distribuição por nota fiscal está previsto no art. 3º da Resolução SF-60, de 31 de outubro de 2007, atende à seguinte fórmula:

Quadro 1 – Fórmula para a distribuição por nota fiscal

$D=T \times F \times (V/VT)$
<ul style="list-style-type: none">• D=Distribuição de crédito por nota fiscal• T=Total de ICMS recolhido pelo estabelecimento que forneceu a nota fiscal• F=Fator de distribuição definido pelo Governo do Estado (costumava ser 30%, a partir de 2017 passou a ser de 20%)• V=Valor da nota fiscal cadastrada• VT= Valor total de notas fiscais fornecidas por aquele estabelecimento identificado com o CPF ou CNPJ de consumidores ou cadastradas por alguma OSCs.

Fonte: CUNHA (2008, p. 1)

Para exemplificar esse cálculo apresenta-se o exemplo citado por Cunha (2008) que diz: em Fevereiro de 2015 a empresa X realizou duas vendas. Na primeira o cliente Kirk comprou R\$ 100,00 do estabelecimento X e o valor do ICMS relativo a esta transação foi de R\$ 3,00; na segunda o cliente Bob comprou R\$ 200,00 e o ICMS dessa compra foi de R\$ 4,00. Para identificar o valor do crédito que cada cliente terá direito foram demonstrados os cálculos descritos a seguir.

Quadro 2 – Cálculo dos créditos dos clientes da Empresa X – Nota Fiscal Paulista

Dados: T = total do ICMS recolhido = R\$ 3,00 + R\$ 4,00 = R\$ 7,00 F = Percentual de distribuição válido em 2015 = 30% V = valor da compra de cada cliente = Kirk = R\$ 100,00 e Bob = R\$ 200,00 VT = Total vendido pela empresa = R\$ 100,00 + R\$ 200,00 = R\$ 300,00
Cálculo para o cliente Kirk em Fevereiro de 2015 $D=T \times F \times (V/VT)$ $D = R\$ 7,00 \times 30\% \times (R\$ 100,00/R\$ 300,00)$ D = R\$ 0,70 de crédito
Cálculo para o cliente Bob em Fevereiro de 2015 $D=T \times F \times (V/VT)$ $D = R\$ 7,00 \times 30\% \times (R\$ 200,00/R\$ 300,00)$ D = R\$ 1,40 de crédito

Fonte: CUNHA (2008, p. 1)

Após analisar a demonstração dos cálculos infere-se que o contribuinte (cliente da Empresa X) não tem como saber o valor do seu crédito apenas pelo que gastou na compra realizada porque a base de cálculo que incidirá o percentual previsto no programa é o total do ICMS recolhido no mês pelo estabelecimento. Como é a Secretaria da Fazenda que elabora o cálculo, cabe ao consumidor cadastrado no programa acompanhar pelo site o seu saldo de créditos a partir das atualizações dos valores feitas pelos estabelecimentos comerciais.

Segundo Alonso (2011), o Programa Nota Fiscal Paulista possui 18,6 milhões de consumidores cadastrados. O mesmo já distribuiu R\$ 2,9 bilhões aos consumidores e, desse total, R\$ 57 milhões foram usados para abatimento no pagamento do IPVA de mais de 268 mil veículos.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2010) *apud* Moraes; Meirelles (2012, p. 9) os benefícios e as vantagens do Programa Nota Fiscal Paulista podem ser vistos no quadro a seguir.

Quadro 3 – Benefícios e Vantagens da Nota Fiscal Paulista

<p>Benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ao consumidor, reduz a carga tributária, sendo que até 30% do ICMS recolhido mensalmente pelo estabelecimento é distribuído proporcionalmente ao valor da compra a todos os cidadãos que informarem o CPF ou o CNPJ no ato da compra;• Para a administração tributária, possibilita a ampliação do banco de contribuintes e o aprimoramento de controles fiscais;• Ao comerciante, possibilita redução de custos de papel, impressão e armazenamento de documentos fiscais, além do incentivo ao relacionamento eletrônico com o consumidor.
<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pioneirismo: projeto inovador, prevendo depósito de créditos na conta bancária do consumidor, bem como realizando sorteios eletrônicos e doações;• Estímulo ao exercício da cidadania: participando do programa, os cidadãos colaboram com o combate à sonegação fiscal, exercendo sua cidadania;• Inclusão digital: a iniciativa estimula o interesse da população pela utilização da internet, ofertando também convênio com o “Acessa São Paulo” e o “e-Poupatempo”;• Integração com o Governo: incentiva a interação de cidadãos, empresas e governo;• Facilidade de acesso: o website do programa NFP apresenta interface de fácil acesso, manuais diversos, consulta aos créditos e central de atendimento ao usuário.

Fonte: MORAES; MEIRELLES (2012, p. 9).

Em pesquisa realizada por Moraes; Meirelles (2012) foi identificada que a maior dificuldade no momento da implantação da NFP foi de ordem cultural por parte da população e dos servidores. A população não acreditava ser verdadeira a devolução do dinheiro e os servidores não compreendiam essa devolução, haja vista que sempre foram orientados para receber recursos. Quanto às reclamações dos usuários esses estudiosos classificaram-nas em dois tipos: valor baixo do crédito e não repasse das informações pelo estabelecimento comercial para a Secretaria da Fazenda. O mesmo estudo também apontou que o principal resultado foi a mudança de hábito do consumidor e dos lojistas que passaram a pedir e a expedir, respectivamente, a Nota Fiscal da transação realizada.

Assim, o principal elemento de sucesso desse programa é o benefício financeiro que proporciona, tanto em relação aos créditos pelas compras quanto à participação nos sorteios.

Esse sucesso estimulou o surgimento de outras iniciativas de natureza semelhante em outros Estados, como os programas Nota Legal do Distrito Federal e o To Legal no Estado do Tocantins.

Programa Nota Legal do Distrito Federal

O Programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços do Distrito Federal, conhecido como Programa Nota Legal, inspirado pelo Programa Nota Fiscal Paulista, foi instituído pela Lei Distrital 4.159, em junho de 2008, mas só foi executado a partir do segundo semestre de 2009. Esta lei estabelece quem são os beneficiários e as condições para aproveitamento dos créditos.

Outras legislações também foram elaboradas para amparar a operacionalização do Programa Nota Legal, tais como: os Decretos 29.396/08 que regulamentou a lei citada acima e especificou sobre o funcionamento do programa; 37.095/2016 estabeleceu o percentual de até 20% do ICMS/ISS recolhido. As Portarias 4/2012 estabeleceu procedimentos para a concessão, consolidação e utilização dos créditos; 323/2008 normatizou o cronograma de implantação do Programa; 42/2012, implementou o bloqueio de créditos de adquirentes; 210/2006, que estabeleceu normas para aplicação do Decreto 26.529/2006 que institui o Livro Fiscal Eletrônico; Portaria SEF nº 187/2012 que define o Fator de Multiplicação para o Cálculo do Crédito - FMCC, de acordo com a atividade econômica preponderante (CNAE principal) do contribuinte.

O Programa Nota Legal objetiva aumentar a arrecadação tributária do Distrito Federal ao incentivar que o contribuinte solicite a emissão de documentos fiscais em seu nome para no futuro poder usar os créditos gerados para abatimento no valor do IPVA e do IPTU.

O Distrito Federal possui características tributárias de Estado e de Município. Nesse sentido, é permitido a ele arrecadar receitas do ICMS como também do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Em média a alíquota do ICMS varia de 17% e de 12% e do ISS gira em torno de 5% do valor de cada operação.

O Programa permite que consumidores pessoa física e empresas optantes pelo Simples Nacional possam recuperar até 30% do ICMS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) efetivamente recolhidos pelos estabelecimentos fornecedores ou prestadores de serviço.

De acordo com o Art. 3º do Decreto 29.396/08:

Art. 3º. Fica estabelecido, como crédito do programa de que trata este Decreto, até 30% (trinta por cento) do imposto recolhido decorrente das operações ou prestações promovidas pelos contribuintes do ICMS ou do ISS enquadrados nas atividades econômicas que venham a ser estabelecidas em ato da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. (NR)

§ 1º Para efeito de cálculo e distribuição do crédito a que se refere o caput, serão considerados:

I - a proporcionalidade entre o valor do documento fiscal referente à aquisição e o valor total dos documentos fiscais emitidos pelo contribuinte, no respectivo mês, considerados os documentos não cancelados e com indicação do CPF ou do CNPJ do adquirente passível de participação no programa;

II - em relação a cada documento fiscal, o limite de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) para ICMS e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para ISS;

III - o total dos recolhimentos efetuados para o mês das respectivas aquisições;

IV - o total dos recolhimentos efetuados até a consolidação sob os códigos de receita 1317, 1708, 2218 ou 2219 para o mês de referência;

V - as correções efetuadas pelo contribuinte por meio de reenvio do Livro Fiscal Eletrônico para o respectivo mês.

Embora a legislação estabeleça os limites para a concessão dos créditos nos percentuais de 7,5% e 1,5% dos valores de cada documento fiscal, dependendo se sujeito a ICMS ou ISS respectivamente, outros fatores, tais como os regimes diferenciados de tributação (simples nacional, regime especial para restaurantes), influenciarão nos cálculos porque “7,5% correspondem a 44% de todo o ICMS calculado a taxa de 17% e a 62,5% se a taxa for de 12%.

No caso do ISS, 1,5% corresponde a 30% da alíquota de 5% das prestações de serviços. Logo os créditos desse programa são melhores que os de São Paulo” (LIMA, 2011, p. 31).

O objetivo principal do programa é aumentar a arrecadação tributária do Distrito Federal por meio de incentivo à solicitação de emissão de documentos fiscais, em contrapartida ao recebimento de créditos para abatimento no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA, ou ainda através de recebimento de dinheiro em conta corrente (MOREIRA, 2012). Também visa proteger o cidadão da sonegação fiscal praticada por empresas de diversos segmentos. Além de recompensar o cidadão que exerce sua cidadania fiscal, o Programa busca reduzir o mercado informal e propiciar o incremento da arrecadação tributária, visando suprir o DF de recursos financeiros necessários para o cumprimento das funções sociais.

Para fazer jus ao benefício, o contribuinte deve ter cadastro no programa que está localizado no sítio <http://notalegal.df.gov.br>. Esse cadastro é feito de forma automática na data do primeiro registro de compra que a empresa lançou no Livro Fiscal Eletrônico e com a indicação do CPF do consumidor.

De forma resumida o programa funciona da seguinte maneira: em cada compra, o consumidor informa seu CPF/CNPJ e solicita sua Nota Fiscal/Cupom Fiscal. O vendedor registra o CPF/CNPJ e emite o documento fiscal. Em seguida transmite esta informação para a Secretaria de Fazenda por meio do Livro Fiscal Eletrônico no mês subsequente ao da transação realizada. Após o pagamento do ICMS ou ISS pela empresa, a Secretaria de Fazenda fará o crédito do imposto proporcional ao valor da compra ou da aquisição do serviço ao consumidor. O crédito poderá ser usado pelo contribuinte dentro de dois anos para diminuir o valor do IPVA e/ou IPTU a ser pago. Cabe destacar que para receber o crédito não há exigência de vínculo de propriedade do imóvel ou veículo indicado, mas não pode ter débitos vencidos.

Para exemplificar esse cálculo apresenta-se o exemplo citado por Lima (2011, p.32) que diz: em Março de 2015 a Empresa Y faturou R\$ 100.000,00. A empresa foi tributada pela alíquota de 17% do ICMS gerando R\$ 17.000 de imposto a ser recolhido aos cofres públicos. De acordo com o art. 3º da Lei 4.159/2008, até 30% do imposto recolhido tornam-se créditos para o Programa o que equivale a R\$ 5.100,00 (R\$17.000,00 X 30%) que serão distribuídos entre todos que solicitaram o CPF no documento fiscal naquele período. Vamos supor que o cliente Andy fez uma aquisição no mesmo período no total de R\$ 100,00. O valor a ser creditado para esse cliente está descrito no quadro abaixo.

Quadro 4 – Cálculo dos créditos dos clientes da Empresa Y – Nota Legal

Dados: T = total do ICMS recolhido = R\$ 100.000,00 X 17% = R\$ 17.000,00 F = Percentual de distribuição válido em 2015 = 30% V = valor da compra do cliente Andy = R\$ 100,00 VT = Total faturado/vendido pela empresa = R\$ 100.000,00
Cálculo do crédito para o programa em Fevereiro de 2015 D=T x F D = R\$ 17.000,00 X 30% D = R\$ 5.100,00 de crédito para o programa
Cálculo para o cliente Andy em Fevereiro de 2015 D= (V x Teto para o ICMS) -

D = R\$ 100,00 X 7,5%
D = R\$ 7,50 de crédito para o contribuinte

Fonte: LIMA (2011, p. 32)

Do exposto pode-se deduzir que o contribuinte recebe de crédito valor proporcional ao da transação de aquisição que realizou. Mas fica claro que ao recompensar o cidadão que exerce seus direitos, exigindo o documento fiscal, o Programa também propicia o aumento da arrecadação tributária, suprimindo o Distrito Federal com recursos necessários para o pagamento das despesas públicas.

Assim como o Programa Nota Legal foi inspirando na Nota Fiscal Paulista, o Programa To Legal do Estado do Tocantins também analisou os programas fiscais já instituídos para que o mesmo pudesse ser instituído.

Programa To Legal do Estado do Tocantins

O Programa To Legal, instituído em 2016 no estado do Tocantins, beneficia o consumidor com créditos do Tesouro Estadual de até 30% do ICMS efetivamente recolhido. Esse crédito poderá ser utilizado para obter um desconto de 15% no valor do seu Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ou ser depositado em sua conta corrente bancária. Esse benefício se materializa a partir da exigência pelo consumidor de nota fiscal na compra de mercadoria ou bens e na utilização de transporte intermunicipal e interestadual. Para receber esse benefício o consumidor deve ter solicitado 100 Notas Fiscais no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

De acordo com o art. 3º da Lei 3.072/2016 na apuração dos créditos serão considerados os seguintes aspectos:

- I - a proporcionalidade entre o valor do documento fiscal e a quantidade de documentos fiscais emitidos pelo estabelecimento no respectivo mês com indicação do CPF;
- II - o limite de até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) por documento fiscal emitido;
- III - o total dos recolhimentos efetuados para o mês das respectivas aquisições;
- IV - as correções efetuadas pelo contribuinte para o respectivo mês (TOCANTINS, 2016)..

Após a descrição dos três programas percebe-se que os mesmos mostram para os cidadãos como diminuir sua carga tributária e, ao mesmo tempo, propiciaram o aumento da cidadania fiscal.

Para alcançar os objetivos definidos a presente pesquisa foi classificada como documental e descritiva, visto que a investigação foi realizada a partir das legislações e registros disponíveis em diferentes fontes impressas e eletrônicas (MAY, 2004). Foi eleito como descritor de busca os seguintes comandos: a legislação e os nomes dos programas. A busca dos documentos disponibilizados na internet foi executada durante todo o período da pesquisa via o Google, nos sites dos programas de pós-graduação autorizados pela Capes, nos sites dos estados que contemplam os programas estudados. Os dados coletados foram registrados em fichas e posteriormente classificados nos seguintes temas: objetivos, características, benefícios, cadastro, operacionalização, cálculo dos créditos e avaliação. A análise dos dados foi realizada

em três etapas. Na primeira etapa foi realizado um exame analítico com o fim de considerar os fatores que contribuíram para a implantação dos programas. Na segunda etapa, foi efetuado o exame sintético para identificar os elementos semelhantes e diferentes e, por último foi feito o exame complementar/comparativo para verificar as semelhanças e as diferenças entre os programas analisados.

Resultados e Discussões

A cobrança de tributos é uma prática muito utilizada com o fim de apoiar à manutenção do próprio Estado porque o mesmo “precisa de recursos para cumprir com suas obrigações de prestação de serviços essenciais à população” (LUCHIEZI JÚNIOR, 2010, p.14).

No Brasil, a legislação específica sobre tributos, foi criada em 1966 e denominada como Código Tributário Nacional (CNT). De acordo com o art. 145 da Constituição Federal e do art. 5º do CNT os tributos são classificados em: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Em relação aos impostos pode-se dizer que são cobrados compulsoriamente do contribuinte – pessoa física ou jurídica – e repassados aos governos federal, estadual e municipal para que os mesmos possam financiar os gastos públicos em geral (saúde, segurança, educação, salários, investimentos em obras públicas etc). Sua diversidade vincula-se ao tipo de contribuinte, que pode ser tanto a pessoa física como pessoa jurídica.

Os principais impostos, incidentes sobre o consumo, envolvidos nos programas de incentivo fiscal são: imposto sobre circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) e o Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Já os principais impostos, incidentes sobre o patrimônio, participantes desses programas são: imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

O imposto denominado ICMS constitui elemento expressivo na geração de receitas dos Estados e Distrito Federal (DF) e o ISS é significativo para os Municípios.

Nesse sentido, foi percebido o interesse dos Estados e do DF na implementação de programas fiscais que visam aumentar a arrecadação do ICMS em setores de difícil fiscalização como o varejista e, ao mesmo tempo, estimular a cidadania fiscal, “na medida em que fornece incentivos aos cidadãos para exercerem um direito e um dever que de outra forma não exerceriam”. O governo ao proporcionar esse estímulo financeiro transforma o cidadão contribuinte em parceiro direto na fiscalização tributária num jogo que gera ganhos para o consumidor (ganho em dinheiro ou descontos tributários) como também para o próprio governo (aumento da arrecadação, diminuição da sonegação).

Um desses programas compreende o objeto de estudo desta pesquisa: o Programa To Legal da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, que a partir da experiência de outros estados resolveu instituir este Programa como forma de fomentar a cidadania fiscal dos cidadãos, mediante estímulo financeiro para que o documento fiscal seja exigido no ato da compra pelo comprador.

Ao comparar as características do Programa To Legal com o do Distrito Federal e com o do Estado de São Paulo o questionamento realizado neste estudo foi respondido de forma objetiva, conforme descrito no quadro abaixo

Quadro 5 – Principais diferenças e semelhanças entre os programas fiscais analisados

	Nota Fiscal Paulista	Nota Legal	To Legal
Legislação	Lei nº 12.685/07 Decreto nº 52.096, DE 28/8/07	Lei nº 4.159, DE 13/6/2008.	Lei nº 3.072, de 131/2016.

Relação de crédito	ICMS recolhido pelo Estado.	ICMS recolhido pelo Estado. ISS recolhido pelo Estado.	ICMS recolhido pelo Estado.
Benefícios ao contribuinte	Pagamento do IPVA para veículos licenciados no Estado de São Paulo. Sorteios mensais de prêmios.	Pagamento do IPVA para veículos licenciados no Distrito Federal. Pagamento do IPTU	Pagamento do IPVA para veículos licenciados no Estado de Tocantins.
Pré-requisito	Ser cadastrado no programa.	Ser cadastrado no programa.	Ser cadastrado no programa.
Crédito do programa	20% do imposto recolhido	30 % do imposto recolhido	30% do imposto recolhido
Limite por documento fiscal	Não há limite	ICMS será de 7,5% ISS será de 1,5%	7,5%
Calculo do crédito	Apresentado na seção 1.1	Apresentado na seção 1.1	Semelhante ao estabelecido no Distrito Federal

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Ao observar as datas das legislações percebe-se que o programa mais antigo é o Programa Nota Fiscal Paulista, datado de 2007 e que serviu de referência para a instituição de outros programas fiscais em outros Estados da Federação.

A origem do crédito deve ao ICMS recolhido aos cofres públicos para os três programas. Destacando que no Distrito Federal o ISS também dá origem do crédito tributário.

O contribuinte que pede o documento fiscal e se identifica pelo CPF/CNPJ é beneficiado com créditos tributários que irão reduzir o valor a ser pago ao IPVA. No caso do Programa Nota Legal, além do IPVA também são beneficiados com a redução do valor do IPTU.

O contribuinte para ser beneficiado pelos programas analisados deve estar cadastrado no respectivo programa de seu Estado.

O valor do crédito disponível para o programa é de 30% sobre o imposto recolhido para o Distrito Federal e o Estado do Tocantins. Para o Estado de São Paulo a alíquota é de 20%.

Para ser mais equitativo na distribuição do crédito aos contribuintes do ICMS os Programas To Legal e o Nota Legal estabeleceram o limite de 7,5% por documento fiscal emitido. Se o crédito for proveniente do ISS esse limite será de 1,5%.

Considerações

O objetivo deste artigo é descrever as diferenças e semelhanças entre: o Programa To Legal (TO) com os Programas da Nota Fiscal Paulista (SP) e da Nota Legal (DF). A descrição diz respeito aos objetivos, benefícios, cadastro, operacionalização e cálculo do crédito.

Para abordar esta questão três estratégias foram adotadas. A primeira consistiu em descrever cada programa de forma isolada. A segunda buscou comparar o Programa instituído no Estado do Tocantins com o do Estado de São Paulo. A terceira estratégia compreendeu análise conjunta entre o Programa do estado do Tocantins com o do Distrito Federal.

Considerando a primeira estratégia, os resultados sugerem que cada Programa de forma isolada procura estimular os consumidores a exigirem o documento fiscal na hora da compra. Também visa gerar créditos aos consumidores, os cidadãos e as empresas do Estado. Além disso, potencializa a cultura fiscal e gera benefícios para o estabelecimento comercial (diminui o tempo de armazenagem dos documentos fiscais e reduz o comércio informal); benefícios para o contribuinte (diminuiu a carga tributária, obtém descontos, ganha prêmios em dinheiro) e benefícios para a sociedade (reduz o comércio de produtos ilegais). A emissão do documento fiscal passa a ser visto como uma obrigação da empresa e um dever do consumidor exigir seu cumprimento.

Ao comparar o Programa “To Legal” (TO) com a “Nota Fiscal Paulista (SP)” percebe-se que os objetivos e a concepção dos programas são semelhantes, isto é, estimular à cidadania fiscal por meio da concessão de créditos aos consumidores que solicitam o documento fiscal no momento da compra e informam o seu CPF/CNPJ. A concepção vincula-se ao aumento da arrecadação e diminuição da sonegação. Os procedimentos iniciais são semelhantes tais como: no ato do pagamento o comprador informa seu CPF e solicita a emissão do documento fiscal. Posteriormente o vendedor recolhe o ICMS aos cofres públicos, envia os dados dos compradores e seu faturamento para a Secretaria da Fazenda que fará o cálculo dos créditos e sua distribuição aos contribuintes cadastrados. As diferenças são encontradas no sorteio de prêmio em dinheiro realizado pelo programa Nota Fiscal Paulista enquanto que o To Legal não tem esse sorteio normatizado como sendo uma de suas ações. Outra diferença diz respeito aos procedimentos do cálculo do crédito que no To Legal fica limitado em até 7,5% do documento fiscal emitido enquanto que a Nota Fiscal Paulista não tem esse limite de crédito.

Os Programas “To Legal” (TO) e “Nota Legal (DF)” possuem o mesmo objetivo e concepção que a “Nota Fiscal Paulista”. Ambos fixaram um limite de 7,5% para o cálculo do crédito do ICMS. A diferença foi identificada na acumulação de crédito proveniente do ISS como também do ICMS pelo programa do Distrito Federal uma vez que este ente tem características de Estado e de Município. Nesse sentido, esses créditos podem ser utilizados para abater o valor tanto do IPV como do IPTU. No Estado do Tocantins o crédito é proveniente somente do ICMS e só pode ser usado para abater o valor do IPVA. Outra diferença diz respeito aos sorteios existentes no Distrito Federal e inexistente no Estado do Tocantins.

Após essas reflexões conclui-se que é muito importante conjugar uma política tributária com o exercício da cidadania fiscal para que a fiscalização possa ser realizada por todos. Contudo sugere-se que estudos sejam realizados para padronizar e uniformizar os procedimentos de cálculo e a operacionalização para os programas já instituídos e a instituir.

REFERÊNCIAS

DIAS FILHO, José Maria. **Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal: propostas para otimizar a curva da receita utilizando conceitos de semiótica e regressão logística**. 2003, 265 p. Tese (Doutor) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 11 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LIMA, Arthur Luís Pinho de. **Cidadania fiscal e o Programa Nota Legal**. 47 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MATTOS, Enlison; ROCHA, Fabiana; TOPORCOV, Patrícia. Programas de incentivos fiscais são eficazes?: evidência a partir da avaliação do impacto do programa nota fiscal paulista sobre a arrecadação de ICMS. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, jan. - mar. 2013, p. 97 - 120. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402013000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MAY, Tim. “Pesquisa Documental: escavações e evidências”. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre, Artmed, 2004, p. 205-30.

MOREIRA, Carlos Tadeu de Carvalho. O programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços do Distrito Federal (Programa Nota Legal) e a preservação do sigilo fiscal das empresas contribuintes. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11902>. Acesso em: 20 mai. 2016.

O ANÁPOLIS. Sonegação: A maior de todas as corrupções no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://oanapolis.com.br/sonegacao-a-maior-de-todas-as-corrupcoes-no-brasil/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

RECEITA FEDERAL. **Educação fiscal: conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres fiscais.** Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/publicacoes/cartilha-educacao-fiscal.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2016.

TOCANTINS. **Lei n. 3.072, de 13 de janeiro de 2016.** Institui o Programa “TO Legal” na forma como determina. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/legislacaoEstadual>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

TOPORCOV, Patrícia; ROCHA, Fabiana; MATTOS, Enlison. **Programas de incentivo fiscal são eficazes? Evidência a partir da avaliação do impacto do Programa Nota Fiscal Paulista** sobre a arrecadação de ICMS. 118 f. **Revista Brasileira de Economia**, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

UOL ECONOMIA. Entenda como funciona a Nota Fiscal Paulista. 2011. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/01/14/entenda-como-funciona-a-nota-fiscal-paulista.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Recebido em 10 de agosto de 2017.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO TOCANTINS DE 2008 A 2014 ATRAVÉS DO GOVERNO FEDERAL

Thais Conceição Silva Campos
PROIC/ITOP. Email: d.thais-nh@hotmail.com

Doriane Braga Nunes Bilac
Faculdade ITOP. Email: doribilac@gmail.com.br

Carlos Alexandre Cunha
Faculdade ITOP

RESUMO

*No Brasil, o sub-financiamento do setor público de saúde é um fator impeditivo para o cumprimento dos preceitos constitucionais de acesso universal e atendimento integral e de qualidade na prestação de serviços de assistência à saúde da população. Assim, esse estudo **questionou**: a evolução dos recursos disponíveis hoje através das transferências de recursos do governo federal é suficiente para a organização e realização das ações de serviços de saúde de modo que atenda as expectativas da população? Para alcançar a resposta a essa pergunta foi estabelecido como **objetivo geral** Analisar a evolução e distribuição do gasto público dos recursos financeiros destinados a cobertura da assistência à saúde no Tocantins no período de 2008 a 2014, inseridos na Programação Pactuada e Integrada da Assistência – PPI e como **objetivos específicos**: identificar o modo de financiamento da assistência em saúde por bloco de financiamento; identificar a forma de transferência dos recursos a estados e municípios; demonstrar a evolução dos recursos disponíveis por bloco de financiamento; identificar a necessidade de novos recursos para aplicação na atenção à Saúde. A **metodologia** desenvolvida classificou o estudo em exploratório, quantitativo e documental; os dados foram coletados nos bancos de dados do DATASUS (Tabwin e Tabnet) e de Teto Financeiro da Programação da Assistência do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC do Ministério da Saúde; os dados foram tratados estatisticamente e analisados em confronto com a literatura estudada. Os **resultados** indicam que o repasse é maior para a gestão municipal; o bloco de média e alta complexidade é o que mais consumiu recursos; no período de 2008 a 2014 o repasse total privilegiou o bloco de investimento tanto na esfera municipal como também na estadual.*

PALAVRAS CHAVE: Saúde, Financiamento, Estado do Tocantins.

INTRODUÇÃO

Toda organização que produz serviços em saúde, seja ela pública ou privada, utiliza recursos físicos, humanos e tecnológicos para produzir serviços de saúde que, por sua vez, são entregues à população, seja gratuitamente ou contra pagamento. Esse tipo de serviço só se realiza, no momento em que é entregue ao usuário ou cliente, haja vista, que não pode ser estocado para venda ou consumo posterior. Portanto, no processo de produção de serviços de saúde há a entrada e utilização de insumos (ou recursos ou “matérias-primas”) para a geração e

saída de um produto final (o serviço de saúde propriamente dito) que será entregue a um destinatário individual (o paciente) ou coletivo (a comunidade).

Todos os insumos (recursos humanos, materiais médicos ou hospitalares, equipamentos, instalações e tecnologia) têm um custo que pode ser financiado de três maneiras: pagamento direto ao prestador de serviço, prêmio de seguro ou mensalidade ou via impostos e contribuições arrecadados pelo poder público (assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS). Assim, o fluxo desses recursos financeiros é que financiam os serviços produzidos como também determinam o acesso da população e a demanda efetiva por esses serviços.

Na prestação de serviços de saúde há quatro elementos que estão diretamente vinculados com a dimensão financeira: a origem dos recursos financeiros necessários à produção dos serviços; a utilização dos insumos no que diz respeito à distribuição, eficiência e custo; o acesso econômico da população e o custo/efetividade desses serviços.

No entanto, a forma como o sistema de saúde é financiado, isto é, o processo de arrecadação de recursos monetários destinados à execução de um gasto, à realização de um investimento ou à obtenção de um objetivo específico, determina se as pessoas podem ou não obter atenção à saúde. Assim, chamar a atenção para o lado do financiamento da prestação de serviços de saúde representa a principal contribuição desse estudo.

De forma mais detalhada, o financiamento das políticas de saúde tem sido estudada de forma mais intensiva a partir da II Guerra Mundial, quando a necessidade do provimento dos cuidados e serviços de saúde torna-se atribuição de Estado em muitos países, e a saúde passa a ser entendida como um direito universal, isto é, estendida a todos (MÉDICI, 2002).

A partir desse período há um crescimento dos gastos públicos na área da saúde devido ao aumento de cobertura dos serviços, evolução e incorporação de novas tecnologias, aumento da esperança de vida da população. Neste contexto, a discussão sobre o financiamento do setor ocupa a pauta de governantes e economistas com o fim de desenvolver mecanismos de alocação que venham garantir a eficiência e a equidade no financiamento das políticas e ações de saúde.

No Brasil, o direito universal e integral à saúde foi oficializado com a promulgação da Constituição de 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição, além de afirmar a saúde como direito de todos e dever do Estado, assegura a sua universalidade e integralidade com o financiamento tripartite (União, Estados e Municípios) e com diversidade de fontes. Estes preceitos constitucionais encontram-se reafirmados na Lei Orgânica da Saúde de 1990 (BRASIL, 1990).

No Brasil, a Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) dispõe sobre princípios e diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, registra alguns conceitos que no território nacional

compuseram o escopo de um amplo movimento social na construção do que se convencionou denominar de processo de Reforma Sanitária brasileira: a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, na alocação de recursos e a orientação programática, conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

Também prevê, em seu artigo 35, os critérios de financiamento do Sistema Único de Saúde, no qual a distribuição de recursos deva ser feita a partir da combinação de critérios que contemplem: perfil demográfico da região; perfil epidemiológico da população a ser coberta; características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área; desempenhos técnico, econômico e financeiro no período anterior; níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais; previsão do plano quinquenal de investimentos da rede; ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo (BRASIL, 1990).

A partir do disposto na legislação, o desafio tem sido a operacionalização do financiamento nas políticas de saúde implantadas, através das Normas Operacionais Básicas (NOB 91, NOB 93, NOB 96). O Ministério da Saúde tem apresentado políticas que representam retrocessos, como o predomínio da lógica de financiamento por produção, e também políticas que são avanços como a implantação do Piso de Atenção Básica (PAB), apesar dos baixos valores pagos aos municípios pelo PAB fixo, bem como o condicionamento do pagamento do PAB variável à adoção de programas específicos. Os demais integrantes do custeio em saúde – média e alta complexidade – continuam sendo financiados pelo pagamento de produção e sujeitos a oferta de serviços existentes, o que dificulta em muito a efetiva descentralização de serviços de saúde (BARROS, 2003).

Diante desse cenário foi realizada a seguinte pergunta: a evolução dos recursos disponíveis através das transferências de recursos do governo federal é suficiente para a organização e realização das ações de serviços de saúde de modo que atenda as expectativas da população?

Com o fim de alcançar respostas a esse questionamento foi definido como objetivo geral: analisar a evolução e distribuição do gasto público dos recursos financeiros destinados a cobertura da assistência à saúde no Tocantins no período de 2008 a 2014, inseridos na Programação Pactuada e Integrada da Assistência – PPI e como objetivos específicos: identificar o modo de financiamento da assistência em saúde por bloco de financiamento; identificar a forma de transferência dos recursos a

estados e municípios; demonstrar a evolução dos recursos disponíveis por bloco de financiamento; identificar a necessidade de novos recursos para aplicação na atenção à Saúde

O tema é relevante porque existe uma preocupação dos atores envolvidos com os critérios para que a operacionalização da distribuição de recursos seja realizada de forma mais equitativa.

Para apresentar os resultados da pesquisa realizada o presente artigo foi estruturado em quatro partes. A primeira destaca os objetivos, justificativa e problema de pesquisa. A segunda evidencia estudos já realizados em relação a política de saúde no Brasil e o financiamento da saúde pública. A terceira parte trata dos aspectos metodológicos executados. A quarta apresenta os resultados da pesquisa. Por fim, é destacada a conclusão sobre o estudo realizado.

REVISÃO DE LITERATURA

A política de saúde no Brasil

Durante o período pré-industrial brasileiro, isto é, antes de 1930, os problemas de saúde estavam relacionados a endemias e problemas gerais de saneamento nos núcleos urbanos; a forma de atendimento estava vinculada a assistência médica individual oferecida pelas Santas Casas e instituições de caridade a quem não podia pagar ou por médicos liberais, mediante remuneração direta e os assuntos relacionados à saúde eram atribuição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 1923, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) atribuindo ao Governo Federal as seguintes atribuições: o saneamento rural e urbano; a propaganda sanitária; a higiene infantil, industrial e profissional; as atividades de supervisão e fiscalização; a saúde dos portos e do Distrito Federal, e o combate às endemias rurais.

Nesse mesmo ano, 1923, a Lei Eloy Chaves criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) com o fim de proporcionar assistência médica curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez; pensões para os dependentes dos empregados; auxílio pecuniário para funeral. Todos esses benefícios eram proporcionais às contribuições realizadas pelos trabalhadores. As CAPs eram organizadas por empresas e financiadas pela União, empresas empregadoras (1% da receita bruta) e empregados (3% da remuneração mensal). Outros trabalhadores se organizaram em associações de auxílio mútuo para atender doenças, invalidez no trabalho e morte.

Apesar das CAPs motivar a constituição de um seguro social no Brasil e marcar o início de uma política estatal de saúde no campo da medicina assistencial pode-se

dizer que a medicina previdenciária no Brasil surgiu somente na década de 30, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

Na década de 30 os assuntos vinculados à saúde eram atribuição do Ministério do Ministério da Educação e Saúde. Em 1937 o Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social assumiu a coordenação dos Departamentos Estaduais de Saúde. O financiamento da assistência e saúde pública nos municípios era realizado através da Caixa de Fundos. Cada município tinha que contribuir com 5% de toda receita arrecadada, a partir do momento em que fossem iniciadas as instalações dos serviços de higiene pelo Departamento de Saúde Pública Estadual. Até 1938, com exceção de São Paulo e Minas Gerais, este sistema de organização e financiamento foi aplicado em todos os Estados.

Em 1953, foi criado o Ministério da Saúde desmembrando-o do Ministério da Educação. Sua estrutura era similar a do extinto Departamento Nacional de Saúde. Três anos depois (1956), criou-se o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu).

Em 1960, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi incorporado, como fundação, ao Ministério da Saúde. A partir dessa década, a saúde pública começa a perder espaço para a assistência médica previdenciária, devido a insatisfatória estrutura tributária e a ausência de pressões políticas para que o Governo expandisse seus serviços. Também foi aprovada a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), procurando uniformizar os regimes previdenciários de modo a igualar os benefícios auferidos pelos trabalhadores em regime de CLT, mas jamais chegou a ser regulamentada.

Da década de 30 até 60 diversos IAPs foram constituídos, tais como: IAPM- Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (1933); IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (1934); IAPB- Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (1934); IAPI- Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (1936); IPASE- Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Público (1938); IAPTEC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas (1938). A situação financeira e os benefícios ofertados eram diferenciados, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A situação financeira dos IAPs e CAPs, durante esse período, esteve basicamente orientada segundo uma combinação do regime de repartição (despesas são financiadas pelas receitas correntes) com o regime de capitalização (o custeio do sistema advém das receitas de aplicações de excedente financeiro e patrimônio).

Em 1966, a fusão das estruturas dos IAPs fez surgir o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) institucionalizando e impulsionando um novo padrão de política social. Esse novo padrão privilegia: a centralização administrativa e financeira, a nível federal, das políticas de assistência médica previdenciária e assistencial em detrimento da saúde pública; o aspecto médico-hospitalar; a prestação de serviços realizada preferencialmente através do setor privado; a ausência das classes subalternas no processo decisório. Nesse novo padrão, os recursos gerados pelas contribuições sociais previdenciárias passaram a financiar o gasto com saúde no Brasil de forma crescente.

Em 1971, a assistência médica e alguns benefícios assistenciais foram estendidos aos trabalhadores rurais, sem exigência prévia de contribuição à Previdência Social. Essa ação ficou conhecida como Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), gerido através do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), ligado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nesse mesmo ano foi criada a Central de Medicamentos (CEME) com o fim de atuar na área de produção e distribuição de medicamentos.

Em 1972, as medidas adotadas com vistas à universalização foram se ampliando e os benefícios previdenciários foram estendidos aos empregados domésticos e, em 1973, aos trabalhadores autônomos.

Em 1974, houve a separação da área previdenciária da área do trabalho mediante a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. Tal fato consolidou a hegemonia da medicina previdenciária sobre a saúde pública

Em relação aos mecanismos de financiamento, na segunda metade dos anos 70, foi criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), como instrumento de apoio financeiro aos programas e projetos de caráter social. Seus recursos eram provenientes principalmente da renda líquida das loterias esportivas e federal, dos recursos destacados dos orçamentos operacionais da Caixa Econômica Federal (CEF), de dotações orçamentárias da União e de outros repasses. Esses recursos deveriam ser utilizados para financiar projetos de interesse do setor público nas áreas de saúde e saneamento, educação, trabalho, previdência e assistência social, assim como projetos de interesse do setor privado ligados a estas áreas e programas sociais para atendimento de pessoas físicas. Entretanto, na área da saúde, os recursos do FAS foram usados para subsidiar a rede privada, isto é financiou, remodelou e ampliou hospitais da rede privada como também serviu para a aquisição de equipamentos médicos de grande complexidade técnica e custo financeiro elevado.

Em 1975, foi criado o Sistema Nacional de Saúde (SNS), através da Lei 6.299/75. O SNS deveria organizar todos os serviços de saúde, incluindo as ações do

Ministério da Saúde, da medicina previdenciária e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Contudo, dada a complexidade dos interesses em jogo, o SNS demorou muito tempo para ser regulamentado.

Em 1976 foi criado o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) com o fim de mobilizar recursos humanos para a implantação de uma ampla rede de unidades de saúde pública em cidades da região Nordeste com menos de 20.000 habitantes e uma rede sanitária composta de equipamentos de saneamento básico. Os recursos do PIASS eram provenientes de quatro fontes básicas: FAS (30%), Ministério da Saúde (25%), Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, criado em 1976 (INAN) (25%) e Programa de Interiorização Nacional, criado em 1972, (PIN) (20%).

Em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), pela integração de seis instituições: o antigo INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Criou-se também o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) como entidade contábil que integrava as receitas e despesas do SINPAS. No que diz respeito ao financiamento do sistema previdenciário, continuava a ser sustentado pelas contribuições dos beneficiários e dos consumidores em geral.

Em resumo, a política de saúde, a partir da criação do INPS e durante toda a década de 70, privilegiou a compra de serviços do setor privado (filantrópico e lucrativo) e centralizou o processo decisório a nível federal na agência do INAMPS. Em outras palavras, significou o controle financeiro por parte do Estado e o controle da oferta de serviços pelo setor privado porque segundo Barros *et alli* (1996, p. 28)

em 1962, o país dispunha de 236 930 leitos hospitalares, dos quais 40% eram públicos (incluindo-se os do sistema previdenciário) e 60%, privados. Em 1976, dos 432,9 mil leitos existentes, 27% eram públicos e 73%, privados. Em 1986, a participação dos leitos públicos caiu para 22%, enquanto os privados passaram a responder por 78% da capacidade instalada.

Nos anos 80 há uma profunda reforma no sistema de saúde brasileiro caracterizado pela constituição de um sistema único e nacional (Sistema Único de Saúde – SUS) e pela descentralização administrativa. Essas mudanças foram motivadas pelo diagnóstico de que o modelo centrado no hospital não era eficiente e porque a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) defendiam a estratégia de Atenção Primária em Saúde (APS), isto é, a morbidade e a mortalidade poderiam ser reduzidas a partir da simples expansão da

cobertura, de cuidados simplificados, da educação médico-sanitária, da expansão do acesso à água e esgoto, etc. Ainda segundo essa estratégia, o local privilegiado deveria ser o posto de saúde, que integraria a prestação de serviços de saúde com o convívio comunitário (VIANA, 1994, p.23).

No início dos anos 80, a partir da VII Conferência Nacional de Saúde, foi elaborado um plano denominado Programa Nacional de Serviços de Saúde (PREVSAÚDE), prevendo a extensão dos cuidados primários de saúde a toda a população por intermédio de uma rede única, hierarquizada e regionalizada, sob o controle da rede pública. Na realidade, as propostas do PREVSAÚDE priorizavam os serviços básicos de assistência médica, prestados por agentes comunitários. Apesar do avanço dessa proposta o PREVSAÚDE, jamais chegou a ser implementado (MÉDICI, 1994, p. 85).

Em 1981, foi criado o Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária (CONASP) com o fim de: reduzir o nível do gasto previdenciário; utilizar de forma crescente a rede pública, nos níveis regional e local; e obter uma reformulação na organização dos serviços de atenção à saúde, melhorando os níveis de atendimento. Esse fato evidencia a preocupação federal com a transferência de recursos para Estados e Municípios. A principal realização do CONASP foi o desenvolvimento inicial do Programa das Ações Integradas de Saúde (AIS) onde houve a convivência entre o modelo centralizado privatista com o descentralizado estadista. As AIS contribuíram para o surgimento do SUDS/SUS.

Em 1987, foi criado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), com o fim de: descentralizar as decisões políticas e seus desdobramentos operacionais; superar a dicotomia existente no modelo de saúde anterior, mediante a unificação institucional; regionalizar e hierarquizar as redes de atendimento; obter melhor desempenho do setor público e controle do setor privado; conferir maior resolutividade e integralidade aos serviços; e universalizar o atendimento. Esse sistema define as competências de cada esfera de Governo.

A partir da Constituição de 1988 foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) com a função de integrar as ações e serviços públicos de saúde numa rede regionalizada e hierarquizada. O SUS tinha as seguintes atribuições: proporcionar assistência médica integral à população, com predominância dos aspectos preventivos e promocionais através da rede de saúde pública e, de forma complementar, da rede privada; controle e fiscalização de procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; participação na produção de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados, equipamentos e insumos; execução das ações de vigilância sanitária, epidemiológica e

de saúde do trabalhador; participação na formulação da política e da execução das ações e saneamento básico; formação de recursos humanos na área de saúde; fiscalização e inspeção de alimentos, bebidas e água; colaboração na proteção do meio-ambiente e do trabalho; participação no controle e na fiscalização dos produtos psicoativos, tóxicos e radioativos, e incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de atuação.

Com relação ao financiamento, os recursos do SUS passaram a estar vinculados ao Orçamento da Seguridade Social (OSS) e aos recursos fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Orçamento da Seguridade Social, por sua vez, passou a contar com as seguintes fontes de custeio: Contribuição Sobre a Folha de Salários dos empregados, empregadores e trabalhadores autônomos, que representa as antigas bases de financiamento do FP AS; Contribuição Social sobre o Faturamento das Empresas (COFINS), antigo FINSOCIAL; Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas; Contribuição sobre o Programa de Integração Social (PIS) e sobre o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), cujos recursos passaram a formar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Apesar da diversificação das fontes de custeio, não foi estabelecido qualquer critério de partilha entre as diversas áreas que devem ser contempladas pelo Orçamento da Seguridade Social.

Em 1990 foi promulgada a Lei Orgânica da Saúde (LOS). Sua primeira versão gerou a Lei nº 8080/90 e sua versão definitiva está na Lei nº 8142/90. A LOS estabeleceu que, a cada ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento serão responsáveis por definir o percentual de recursos destinado à saúde. Também definiu as atribuições comuns e específicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Mas segundo Médici (1994, p. 146) a LOS deixou "urna série de lacunas e pontos obscuros", podendo levar a indefinições quanto à repartição dos recursos para a saúde nas três esferas de Governo tais como: falta de definição de como as esferas irão participar do financiamento dos serviços de saúde; como será feita a oferta dos serviços; quem serão os clientes etc. A Lei 8.080 foi alterada pelas seguintes Leis: 9.836, de 23/09/99; 10.424, de 15/04/02; e 11.108, de 07/04/05

De forma sintética pode-se dizer que as mudanças realizadas pela reforma do sistema de saúde na década de 80 foram: universalização da cobertura e do atendimento como direito do cidadão e dever do Estado; fim da dicotomia entre saúde pública (assistência preventiva) e medicina previdenciária (assistência curativa); descentralização administrativa, com atribuições comuns e específicas para União, Estados e Municípios; ênfase sobre a rede pública, passando o setor privado a ter um papel complementar na atenção curativa ambulatorial; financiamento vinculado ao

Orçamento da Seguridade Social; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, a irredutibilidade do valor dos benefícios, a equidade na forma de participação no custeio, e a diversidade da base de financiamento.

Na década de 90 há a normatização do financiamento e controle do orçamento no SUS através da Lei nº 8.142/90. Nesse mesmo período foi realizado o processo de implementação da política de saúde com ênfase na época no Programa de Saúde da Família que hoje é denominado de Estratégia Saúde da Família.

Da mesma forma, a Lei n. 8.080/1990 define que União, estados, Distrito Federal e municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: i) elaboração e atualização periódica do plano de saúde; ii) elaboração da proposta orçamentária do SUS, de conformidade com o plano de saúde; e, além disso, devem promover a articulação da política e dos planos de saúde. A lei estabelece, ainda, que o processo de planejamento e orçamento do SUS deve ser ascendente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União. Os planos de saúde serão a base das atividades e das programações de cada nível de direção do SUS, e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária, sendo vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.

Após a aprovação da Emenda Constitucional n. 29, em 2000, e a sua regulamentação em 2012, por meio da LC n. 141/2012 e do Decreto n. 7.827/2012, foram definidos os percentuais de aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde pelas três esferas de governo no SUS e o que são consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde para efeito de apuração desses recursos mínimos.

A publicação do Decreto n. 7.508/2011 no fim do mês de junho de 2011 impôs uma nova pauta de discussão para a CIT, que na reunião ordinária de 28 de julho de 2011 já discutiu uma agenda estratégica para implantação dos seus dispositivos, conforme consta no Anexo 1. A L.C. n. 141/2012 estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo foi regulamentada pelo Decreto n. 7.827, de 16 de outubro de 2012, que estabelece os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das

receitas de que trata o inciso II do caput do art. 158, as alíneas “a e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição²⁴, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a LC n. 141/2012.

A Lei Complementar (LC) n. 141/2012 acrescenta que aos Conselhos de Saúde cabe deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades, isto é, a todos os conselhos: nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, e não apenas ao Conselho Nacional de Saúde como está no art. 37 da Lei n. 8.080/1990 e no §3º do art. 15 do Decreto n. 7.508/2011. Dessa forma, entende-se que o Conselho Nacional definirá diretrizes nacionais e os demais conselhos definirão as diretrizes locais, em razão das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa. Essa mudança na legislação a partir de 2012 reforça o conceito do planejamento ascendente e indica a importância da participação da sociedade na formulação das políticas para a saúde.

O financiamento tem se constituído preocupação permanente dos gestores e de todos os envolvidos diretamente com a construção do SUS, tornando-se tema constante em todas as discussões das instâncias gestoras, tendo em vista que esse sistema desde a sua concepção está inserido no Sistema de Seguridade Social, inspirado em padrões conceituais do estado de bem-estar social. O seu financiamento é competência dos três Entes federados – União, estados e municípios –, assegurado por recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS) e do orçamento fiscal e contribuições, tendo neste o grande aporte de recursos.

Alguns estudos prospectivos dos gastos em saúde para o período de 2002 a 2020, realizados por institutos renomados, demonstram que em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estes crescerão de U\$ 2,7 trilhões (8,5% do PIB) para U\$ 10 trilhões (16% do PIB). Nos Estados Unidos da América, as projeções são de gastos superiores a 20% do PIB americano em 2020. Um levantamento sobre a evolução do total dos gastos públicos em saúde no Brasil, por esfera de governo, demonstra que em 1993 a União aplicava 72%, os estados 12% e os municípios 16%; em 2013, em cenário diferente, a União aplicava 42,59%, os estados 26,67% e os municípios 30,74%.

O financiamento da saúde pública brasileira

Modelos de financiamento da saúde

De acordo com a estratégia adotada pela ação estatal é possível identificar quatro modelos de financiamento da saúde: modelo assistencialista, modelo

previdencialista, modelo universalista unificado e modelo universalista diversificado (MÉDICI, 1994)

O modelo assistencialista é financiado com recursos fiscais e é dirigido para o atendimento das camadas de baixa renda. Assim, tanto as classes de renda média quanto os trabalhadores formais e grupos de alta renda devem buscar, no mercado, alternativas para o financiamento de seus programas de saúde.

O modelo previdencialista, por sua vez, é aquele direcionado para os segmentos populacionais que contribuem para a manutenção do sistema, ou seja, o acesso aos serviços passa a estar condicionado à condição de contribuinte. Nesse caso, o financiamento passa a estar vinculado a contribuições sociais das empresas e dos trabalhadores, notadamente sobre a folha salarial. Pode-se dizer que esse modelo previdencialista vigorou no Brasil desde a criação das CAPs, nos anos 20, passando pelos IAPs ao longo das décadas de 30, 40 e 50, até a constituição do INPS, em 1966, porque o acesso aos serviços de saúde esteve condicionado aos trabalhadores formais, isto é, àqueles que efetivamente contribuíam para a manutenção do sistema. O deslocamento de recursos provenientes das contribuições sociais para o atendimento de populações abertas (não-contribuintes) teve início, no Brasil, a partir de 1974, com o surgimento do Plano de Pronta Ação (PPA), responsável por universalizar a cobertura nos casos de urgência.

Os modelos universalistas, como o próprio nome diz, são aqueles voltados para cobrir a totalidade da população, devendo ser, em tese, financiados com recursos fiscais, ou seja, oriundos de impostos gerais, pois não dizem respeito ao cumprimento de funções destinadas a grupos específicos, mas à população como um todo. Os modelos universalistas de saúde podem ser unificados ou diversificados, dependendo das estratégias de cobertura e financiamento dos serviços.

- O modelo universalista *unificado* é aquele que se baseia numa estratégia única de financiamento, calcado num modelo definido centralmente, mesmo que sua execução seja descentralizada ou regionalizada. Na verdade, a maioria dos sistemas universais existentes passou a incorporar, como fonte de financiamento, recursos fiscais globais associados a contribuições sociais, como é o caso do atual sistema de saúde brasileiro.
- O modelo universalista *diversificado* é aquele que se baseia em estratégias mistas ou diversificadas de cobertura. Dessa forma, para a população de baixa renda, destinam-se ações de saúde gratuitas, as quais podem ser prestadas pelo setor público, pelo privado ou por ambos, e financiadas com recursos fiscais. Aos trabalhadores formais e classes médias, sistemas baseados em contribuições sobre a folha de salários, requerendo algum grau de compulsoriedade para garantir a cobertura de todos

os níveis de renda. Para os grupos de alta renda, por fim, sistemas baseados em desembolso direto de recursos, tais como planos voluntários de saúde.

Gastos com a saúde

O volume de recursos financeiros aplicados na saúde deriva de alguns fatores tais como: o comportamento dos médicos, o comportamento dos consumidores, conjunto de fatores econômicos, do mercado, da inovação, ciência e tecnologia e também de interesses econômicos adversos. Em relação ao comportamento dos médicos o gasto é realizado para remunerar o médico. Essa remuneração, pode ser efetuada de três maneiras, isto é, pagamento por ato médico (procedimentos ou diagnóstico), assalariamento e pagamento por capitação (valor mensal per capita fixo). Em relação ao comportamento do consumidor o gasto deriva dos hábitos de consumo excessivos dos serviços de saúde.

Para diminuir o volume gasto com a área da saúde, alternativas foram propostas no seguinte sentido: aplicação de taxas moderadas, o co-pagamento, adoção de tetos máximos, sistema de franquias, uso do pré-pagamento, eliminação da liberdade que o usuário tem para escolher o médico que deseja, adotar procedimentos administrativos mais rígidos e cobrar taxas diferenciadas por grupos de risco.

Níveis de descentralização e desconcentração do sistema da saúde

A análise do financiamento da política de saúde está diretamente relacionada com os níveis de descentralização e desconcentração do sistema de saúde. A descentralização no âmbito da saúde é verificado quando a regionalização do poder institucional é acompanhado de autonomia política, financeira e institucional serviços. No caso da desconcentração há a transferência do poder institucional para outros níveis regionais sem uma autonomia correspondente.

Na esfera financeira a desconcentração ocorre quando a responsabilidade sobre o gasto é mantida pelas esferas centrais do Governo, embora sua execução seja feita por uma agência do governo central a nível local. Da mesma forma, a descentralização financeira pode ser entendida quando a responsabilidade é transferida da esfera central para as esferas regionais. Contudo, esta transferência de responsabilidade pode acontecer de duas formas distintas:

- Descentralização autônoma: os recursos utilizados provêm da arrecadação da própria esfera local, portanto não depende de recursos transferidos de outras esferas.
- Descentralização dependente: os recursos utilizados são provenientes de repasses da esfera central e devem ser aplicados de acordo com as regras fixadas pela gestão central. Os repasses podem ser realizados de duas maneiras: tutelada e

vinculada. A descentralização dependente tutelada ocorre quando as transferências são feitas mediante negociação política, técnica ou institucional. A descentralização dependente vinculada ocorre quando as transferências são feitas de forma automática devido a previsão constitucional, legislação complementar ou ordinária.

No Brasil, a descentralização do SUS foi incorporada no art. 198 da Constituição Federal de 1988. Contudo o sistema de saúde dentro de um modelo de gestão financeira descentralizada só poderia se tornar sustentável na medida em que houvesse meios econômicos (recursos financeiros destinados à manutenção da esfera local), meios gerenciais (recursos físicos e tecnológicos) e meios políticos (legitimidade e representatividade) para sua manutenção.

Para legitimar a descentralização do SUS, o Ministério da Saúde, em 1993, elaborou a Norma Operacional Básica – SUS nº 01/93, objetivando descentralizar o processo de gestão das ações e serviços de saúde. Na esfera financeira a responsabilidade pelo financiamento das ações de saúde deveria ser compartilhada pelas três esferas de governo, assegurando, regularmente, o aporte de recursos fiscais aos Fundos de Saúde. O controle financeiro realizado pelos Municípios dos recursos destinados à saúde pode ser efetuado de três formas: controle incipiente, parcial e semiplena.

Os recursos que financiam a saúde no Brasil

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

O financiamento da Seguridade Social e, por consequência, do Sistema Único de Saúde, de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal de 1988, será realizado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes:

- dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (receitas fiscais),
- das contribuições sociais proporcionadas pelos empregadores (faturamento, lucro e folha de salários),
- das contribuições sociais proporcionadas pelos trabalhadores
- da receita de concursos de prognósticos.

Essas fontes de recursos compõem o Orçamento da Seguridade Social (OSS) e são diversificadas com o fim de conferir maior estabilidade aos fluxos de receita face

aos ciclos econômicos, além de conferir ao conjunto da sociedade a responsabilidade pela manutenção do sistema.

Com relação à divisão do Orçamento da Seguridade Social (OSS) entre as três áreas que compõem a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência), estabeleceu-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seria o instrumento responsável por definir os percentuais das três áreas. Assim, somente depois da LDO ter sido editada, com suas metas e prioridades, é que se saberá o montante do Orçamento da Seguridade Social que será destinado para o setor saúde. Enquanto não fosse aprovada a LDO, o Art. 55 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal determinou que um percentual mínimo de 30% do Orçamento da Seguridade Social se destinasse à área da saúde.

Na esfera estadual e municipal os critérios de financiamento das ações de saúde estão previsto na constituição.

Em relação às transferências de recursos para os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a Lei Orgânica da Saúde (LOS), aprovada em 1990, estabelece que a transferência poderá ser feita pela combinação dos seguintes critérios:

- perfil demográfico da região;
- perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior
- níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e
- previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

Além disso, também estabelece que metade dos recursos destinados a Estados e Municípios será distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio e de forma automática. No entanto, para o recebimento destes recursos, é preciso que cada uma destas esferas conte com os seguintes dispositivos: a existência de um fundo de saúde; a criação de um conselho de saúde; o desenvolvimento de um plano plurianual de saúde; a elaboração de relatórios de gestão; a contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento local; e a criação de uma comissão encarregada de elaborar um plano de carreira, cargos e salários, previsto o prazo de dois anos para sua implantação.

Em 1991, novos critérios no sistema de pagamento e transferência de recursos foram estabelecidos pelo Ministério da Saúde e o INAMPS. No sistema de pagamento houve a uniformização gradativa da tabela de pagamento para remunerar os atos

médicos. A transferência de recursos para Estados e Municípios passou a ser realizada pelos seguintes critérios: Autorização para Internação Hospitalar (AIH); Fator de Incentivo do Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa Universitária em Saúde (FIDEPS); Unidade de Cobertura Ambulatorial (UCA); Unidade de Capacitação da Rede (UCR) e Programa de Investimento em Saúde (PRÓ-SAÚDE); e Fator de Estímulo à Municipalização (FEM).

A evolução do financiamento

Até 1990 os gastos federais com ações na área da saúde foram financiados com recursos provenientes do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS). A partir de 1991, a principal fonte de financiamento do setor saúde tem sido o Orçamento da Seguridade Social (OSS).

O Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), criado em 1976, tinha como principal fonte de recursos as contribuições compulsórias provenientes de da contribuição dos empregadores sobre a folha salarial; da contribuição dos empregados sobre o salário; da contribuição dos chamados contribuintes em dobro, que variava de 13,5% a 20% do salário de contribuição, cuja categoria abrangia os trabalhadores autônomos, os empregadores enquanto contribuintes individuais, empregados domésticos, etc; outras contribuições especiais incidentes sobre espetáculos desportivos, venda de combustíveis e lubrificantes no varejo, dentre outros. O FPAS também era composto por recursos do Tesouro mediante receitas de capital, receitas patrimoniais e outras receitas, as quais, somadas, não ultrapassavam 12% dos recursos do Fundo.

Com relação ao gasto federal em saúde, Médici (1994) relata que houve uma queda relativa no início da década de 80, recuperação no período de maior crescimento econômico, retração durante o período do Governo Collor e novo crescimento a partir de 1993.

O comportamento da evolução dos gastos estaduais totais foi diferente do verificado com os gastos federais porque de 1980 a 1984 o comportamento foi constante; entre 1985 e 1988 há um crescimento proporcionado principalmente pela transferência de recursos federais; a partir de 1989, porém, houve retração dos gastos estaduais.

Os gastos municipais totais com saúde teve comportamento tendencialmente crescente, na década de 80, apesar do declínio dos gastos líquidos em 1981, 1983, 1987 e 1989.

Apesar do avanço do processo de descentralização ao longo dos anos 80 (AIS, SUDS, SUS), deve-se ressaltar que a participação da União continuou sendo majoritária no financiamento da saúde, apesar dessa participação vir declinando.

Assim, a participação relativa da União no financiamento do SUS vem decrescendo, sistematicamente, passando de 72% em 1993 para 42,93% em 2013 (CONASS, 2015). Portanto, as contradições verificadas no financiamento da saúde no Brasil vinculam-se, em última instância, às injustiças produzidas pela estrutura tributária e por uma dívida pública nunca auditada. Entidades como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Economia em Saúde (Abres) e Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) indicam as raízes do subfinanciamento da saúde e têm apostado em algumas alternativas. Portanto, enfrentar a questão do financiamento do SUS implica pensar e agir para além do setor saúde. A sociedade continua tentando garantir mais recursos para a saúde e o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública entregou, no início de agosto de 2013, à Câmara dos Deputados 2,2 milhões de assinaturas de eleitores que exigem a aplicação do equivalente a 10% da receita corrente bruta da União em ações de saúde. O projeto foi aprovado pela Comissão de Legislação Participativa, apresentado como Projeto de LC n. 321/2013 e tramita na Câmara apensado ao PLP n. 123/2012. O agravamento da crise econômica, a ameaça de uma crise social e as dificuldades políticas desde o processo eleitoral de 2014 reforçam um cenário pessimista, sobretudo diante do ajuste fiscal, do aumento da taxa de juros e das restrições do apoio da base parlamentar do governo, conduzindo a economia à recessão.

Todavia, nesse momento é prejudicial para o SUS a promulgação da Emenda Constitucional n. 86, de 17 de março de 2015, pois se revogou a reavaliação das normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União; os recursos pela exploração de petróleo e gás natural destinados para a área de saúde não serão acrescidos ao montante mínimo obrigatório como definia a Lei n. 12.858 de 9 de setembro de 2013; 0,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) destinada às emendas individuais será alocado para a saúde e computados para fins do cumprimento mínimo, tendo obrigatoriedade de execução; e o percentual definido para aplicação da União de 15% da RCL evoluirá de modo gradual em cinco anos de, no mínimo, 13,2%, 13,7%, 14,1%, 14,5% ,15%.

Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A saúde, de acordo com o art. 194 da Constituição Federal de 1988, integra a seguridade social, juntamente com a previdência e assistência social e, por isso, é organizada pelo poder público. Constitucionalmente, é dever do Estado promovê-la e direito do cidadão receber esse serviço.

O Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o art. 198 da Constituição de 1988, é considerado como sendo toda a rede de ações e serviços regionalizada e

hierarquizada, garantindo o acesso à saúde de forma universal e igualitária, com ações e serviços voltados à promoção, prevenção e recuperação da saúde.

A direção do SUS é exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

- no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;
- no âmbito dos Estados e Distrito Federal, pela respectiva secretaria de saúde ou órgão equivalente; e
- no âmbito dos municípios, pela respectiva secretaria de saúde ou órgão equivalente.

Os recursos para o financiamento das ações de saúde em todos os graus de complexidade são compostos por recursos federais, estaduais, municipais e outros, como por exemplo doações. Esses recursos, retirados de variados impostos, vão compor o Fundo de Saúde, existente nos três níveis de governo: Fundo Municipal de Saúde – FMS, Fundo Estadual de Saúde – FES e Fundo Nacional de Saúde – FNS. Essa composição é realizada a partir de verba pré determinada pela *Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)* e pela *Lei Orçamentária Anual (LOA)*, de acordo com os critérios definidos pelas leis federais Lei nº 8080 e Lei nº 8142 e a Emenda Constitucional (EC) 29/2000.

A contribuição financeira das esferas estadual e municipal são as contrapartidas e vinculação de recursos regulados pela EC nº 29/2000, condição indispensável para que haja os repasses federais.

No âmbito municipal a soma dos recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde constitui o Teto Financeiro Global do Município (TFGM), assim como na esfera estadual o Teto Financeiro Global do Estado (TFGE). Esse Teto Financeiro Global (TFG) municipal ou estadual é dividido em três partes, sendo elas:

- Teto de Financiamento da Assistência (TFA);
- Teto Financeiro para Vigilância Sanitária (TFVS), que é composto por ações de média e alta complexidade e o Programa Desconcentrado de Ações de Vigilância Sanitária (PDAVS).
- Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças (TFECD).

O Teto de Financiamento da Assistência (TFA) que se subdivide em duas partes:

- Piso da Atenção Básica (PAB) parte fixa (atenção básica ambulatorial) e parte variável que são incentivos para programas de atenção básica específicos (inclusive de vigilância sanitária e epidemiologia);
- Assistência Ambulatorial de Médio e Alto Custo/complexidade e Atenção Hospitalar.

O PAB foi implantado em 1997 e representa os recursos destinados exclusivamente para o financiamento das ações de atenção básica. O PAB só pode ser utilizado para as ações básicas e procedimentos constantes do Plano de Saúde, contidas na PT/GM-MS nº 1.882 de 18/12/97 e suas alterações. Ele é repassado previamente sem a celebração de convênio, fundo a fundo, desde que conste da programação anual o valor mensal de 1/12 do montante anual do seu orçamento.

O PAB é repassado ao município de acordo com o cálculo PAB anual = População (IBGE) x valor “*per capita nacional*”, sendo que o valor “*per capita*” atual Mínimo é de R\$ 10,00 e o Máximo é de R\$ 18,00 por habitante. Esse valor *per capita* é repassado aos municípios pelo governo federal.

O PAB foi ampliado em 2001, pela Norma Operacional de Assistência à Saúde – NOAS, instituindo o PISO DE ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADO – GPABA que financia um elenco maior de procedimentos integrados, destinados à cobertura das ações básicas, de prevenção de doenças, assistência ambulatorial, e das ações correlacionadas aos programas descentralizados pelo Ministério da Saúde.

As demais ações ambulatoriais de média e alta complexidade e as hospitalares continuam sendo pagas mediante apresentação de produção, através do SIA/SIH/SUS e Autorização de Procedimentos de Alto Custo–APAC em contas especiais do Fundo Municipal e/ou Estadual, conforme o nível de gestão do município.

Para financiamento de equipamentos, obras, combate a endemias, são celebrados convênios.

De forma sintética pode-se dizer que a Secretaria do Tesouro Nacional repassa ao Ministério da Saúde recursos provenientes:

- do Tesouro, isto é, de valores arrecadados, da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF-66,67%).
- de contratos firmados com organizações internacionais de crédito, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento-BID
- da arrecadação direta do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores- DPVAT, o repasse do prêmio de seguro deve ser feito diretamente ao Fundo Nacional de Saúde-FNS, obedecendo à seguinte distribuição: para crédito no FNS – 45% do valor bruto recolhido; para o DETRAN – 5% para aplicação exclusiva em programa de prevenção de acidentes de trânsito, e para as companhias seguradoras - 50%.

Da mesma forma pode-se dizer de forma resumida que a origem dos recursos do SUS provém de Transferências do Ministério da Saúde; Emenda Constitucional nº

29/00; Contrapartida do Tesouro Municipal/Estadual (convênios e Lei nº 8.142/90, art. 4º, inciso V); Outras fontes como doações, alienações patrimoniais, rendimentos de capital, etc. (Art. 32 da Lei nº 8.080/90).

Blocos de financiamento

A programação físico-financeira dos recursos da assistência é considerada como um instrumento fundamental para a reorganização do modelo de atenção e de gestão do SUS. Norteia-se pelo princípio de integralidade das ações e busca garantir o princípio da equidade. Contempla a alocação dos recursos e explicita a distribuição das competências entre as três esferas do governo de forma a garantir o acesso da população a ações e serviços de saúde no estado ou município que ofertam o serviço através de encaminhamento formalizado e pactuado.

No financiamento existem blocos de financiamento que norteiam todo esse processo que são:

- **Atenção Básica:** é assistência de baixa complexidade, que deve ser ofertada por todos os municípios, entre as quais cita-se: controle da tuberculose e eliminação da hanseníase; controle da hipertensão e diabetes; ações de saúde bucal; saúde da criança; saúde da mulher. Essas ações são financiadas com recursos transferidos automaticamente aos municípios habilitados em Gestão Plena da Atenção Básica, com base de cálculo no per capita (R\$ 10,00 habitante/ano). Inclui também ações classificadas como de atenção básica ampliada tais como: atendimento médico de urgência com observação; assistência domiciliar por profissional de nível superior, procedimentos especializados realizados por profissionais médicos; cirurgias ambulatoriais especializadas; ações especializadas em odontologia; teste imunológico de gravidez e eletrocardiograma. Para esses procedimentos, o ministério definiu o per capita de R\$ 10,50 por habitante/ano. Possui dois componentes: o Componente Piso da Atenção Básica Fixo – PAB Fixo; e o Componente Piso da Atenção Básica Variável PAB Variável.
- **Média e Alta Complexidade:** a relação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares é financiada com recursos transferidos automaticamente aos Estados e municípios, quando habilitados em Gestão Plena do Sistema, e se habilitados na Gestão Plena da Atenção Básica ou Básica Ampliada, o pagamento aos prestadores de serviços de acordo com o limite financeiro definido em portaria do Ministério da Saúde. . A partir da implantação da NOAS/SUS 01/01, o Ministério da Saúde estabeleceu o valor de R\$ 6,00 habitante/ano como o per capita nacional para o financiamento do conjunto de procedimentos do nível M1.Exemplos: tomografia, o estudo hemodinâmico, a

quimioterapia e a ressonância magnética, consultas médicas, terapia renal, Programa de prevenção do câncer de colo de útero, cirurgia cardíaca, a neurocirurgia, a cirurgia oncológica e alguns procedimentos da ortopedia, transplantes, as gastroplastias etc. Possui dois componentes: Componente Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC); e Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec).

- **Vigilância em Saúde:** estuda o processo saúde-doença na comunidade, analisando a distribuição e os fatores determinantes das enfermidades e dos agravos à saúde coletiva, propondo medidas de prevenção, de controle ou de erradicação. Possui dois componentes: Componente da Vigilância em Saúde; e o Componente da Vigilância Sanitária.

- **Assistência Farmacêutica:** são medicamentos destinados ao tratamento de doenças, para atenuar o sofrimento humano causado pelas mesmas. Possui três componentes: Componente Básico da Assistência Farmacêutica; Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica; e Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

- **Gestão do SUS:** possui dois componentes: Componente para a Qualificação da Gestão do SUS; e Componente para a Implantação de Ações e Serviços de Saúde

- **Investimentos na rede de serviços de saúde:** Os recursos federais que compõem cada bloco de financiamento serão transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, fundo a fundo, em conta única e específica para cada bloco de financiamento.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esse estudo foi classifica-se como pesquisa exploratória, documental e quantitativa. Segundo Lakatos (2003) a pesquisa quantitativa traduz em números as opiniões e/ou informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão sobre estas características do evento estudado, a pesquisa exploratória proporciona maiores informações sobre determinado assunto e a pesquisa documental utiliza documentos de entes que serão analisados tais como relatórios, cartas, pareceres, demonstrativos etc.

Os dados coletados no presente estudo foram de dois tipos: primários e secundários. Os dados primários são aqueles coletados em primeira mão, na pesquisa de campo, no testemunho oral, nos depoimentos, nas entrevistas, nos questionários, nos laboratórios. Os secundários por sua vez são aqueles colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas (CERVO,

BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 80). Os dados secundários foram pesquisados nos sítios da internet voltados para o assunto, bem como resumos de entrevistas e fatos relacionados. Os dados primários foram coletados mediante consulta ao banco de dados do DATASUS (Tabwin e Tabnet), que são tabuladores de dados e o banco de dados de Teto Financeiro da Programação da Assistência do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC do Ministério da Saúde conforme cronograma em anexo.

Os dados foram organizados em planilha do Excel, tratados estatisticamente e analisados em confronto com a literatura estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados possibilitou classificar as conclusões em quatro aspectos: modo de financiamento da assistência em saúde por tipo de gestão; forma de transferência dos recursos a estados e municípios; evolução dos recursos disponíveis por bloco de financiamento; necessidade de novos recursos para aplicação na atenção à Saúde.

Modo de financiamento da assistência em saúde por tipo de gestão

Para realizar suas ações o governo federal elabora seu orçamento. Uma parcela desse instrumento de planejamento governamental é destinada ao Orçamento da Seguridade Social para que o governo possa realizar ações nas seguintes áreas: Previdência, Assistência e Saúde. A parcela destinada a saúde vai compor o valor do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Os recursos do FNS serão transferidos aos Estados e Municípios conforme a gestão e capacidade física instalada. De posse dos recursos recebidos, os Estados e Municípios farão a aplicação e distribuição dos mesmos de acordo com suas necessidades.

No período de 2008 a 2014 o Governo Federal repassou ao Governo Estadual R\$ 1.401.739.587,01 e ao Governo Municipal R\$ 1.737.999.560,29, totalizando R\$ 3.139.739.147,30 de recursos financeiros vinculados exclusivamente as ações da saúde.

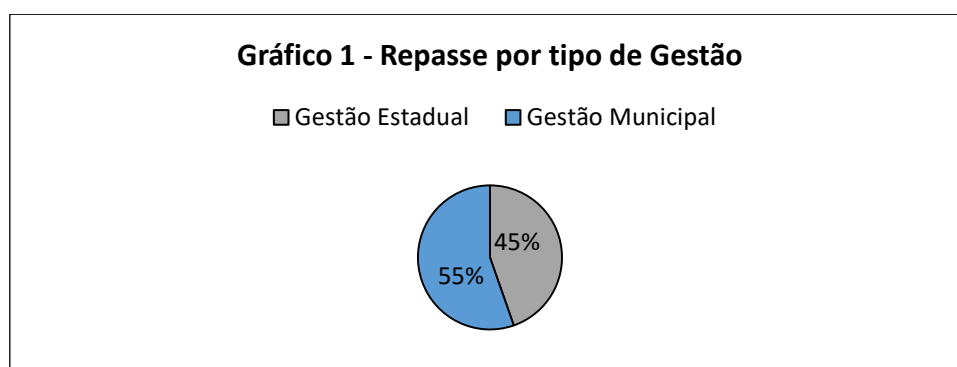
Quadro 1 – Valor recebido do Governo Federal de 2008 a 2014

BLOCOS	VALOR MUNICIPAL RECEBIDO	VALOR ESTADUAL RECEBIDO	TOTAL REPASSADO	%
BLATB	934.402.517,70	1.060.100,56	935.462.618,26	30
BLMAC	572.583.517,01	1.277.743.593,91	1.850.327.110,92	59
BLVIG	99.916.911,89	49.490.649,37	149.407.561,26	5
BLAFT	47.328.029,16	21.385.792,38	68.713.821,54	2
BLGES	6.640.897,74	28.692.429,94	35.333.327,68	1

BLADM				
BLINV	77.127.686,79	23.367.020,85	100.494.707,64	3
OUTROS	1.000.000,00		1.000.000,00	
SUBTOTAL	1.737.999.560,29	1.401.739.587,01	3.139.739.147,30	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Graficamente podemos afirmar que a gestão que foi mais beneficiada com recursos do Governo Federal no período de 2008 a 2014 foi à gestão municipal porque os municípios tocantinenses ficaram com 55% do repasse federal (Gráfico 1). Isso aconteceu porque houve um aumento nas atividades que o município desenvolveu nos seguintes blocos: atenção básica, vigilância, assistência farmacêutica e investimentos.



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Forma de transferência dos recursos para os blocos de financiamento

É conveniente destacar que a partir de 2006 os recursos passaram a ser classificados em blocos da seguinte maneira:

- BLATB - Bloco de Atenção Básica. Exemplos: ações voltadas a saúde da mulher, família, postinho de saúde;
- BLMAC - Bloco de Média e Alta Complexidade: Exemplo: Raio X, consultas, cirurgias, diagnóstico, exames;
- BLVIG - Bloco de Vigilância - Envolve todas as ações de vigilância (fiscalização e monitoramento) em saúde sendo estas de Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária. Exemplo: combate a dengue, zica.
- BLAFT - Bloco de Assistência Farmacêutica e Terapêutica - Responsável pelos medicamentos excepcionais. Exemplo: remédio para diabetes;
- BLGES - Bloco de Gestão da Educação na Saúde - Responsável pelo processo de educação permanente em Saúde na perspectiva de qualificar os processos de trabalho. O recurso é aplicado para estruturar fisicamente a gestão das secretarias.
- BLADM - Bloco de Administração.

- BLINV - Bloco de Investimento - Destinado a aplicação de recursos em serviços, construção e equipamentos novos permanentes. Exemplo: construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), SAMU.

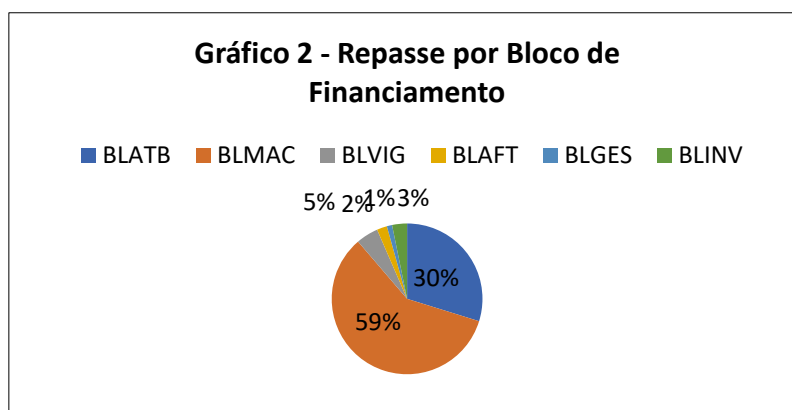
No período analisado, isto é, de 2008 a 2014, os valores que o Governo Federal repassou para cada bloco de financiamento está evidenciado no Quadro 2.

Quadro 2 – Repasse por bloco em %

BLOCOS	TOTAL REPASSADO	%
BLATB	935.462.618,26	30%
BLMAC	1.850.327.110,92	59%
BLVIG	149.407.561,26	5%
BLAFT	68.713.821,54	2%
BLGES	35.333.327,68	1%
BLADM		
BLINV	100.494.707,64	3%
OUTROS	1.000.000,00	
SUBTOTAL	3.139.739.147,30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Graficamente e em termos relativos observa-se através do Gráfico 2 que o bloco de média e alta complexidade foi o mais beneficiado com o repasse da verba federal no período de 2008 a 2014, enquanto o bloco de gestão foi o que menos recebeu recursos no mesmo período.



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Evolução dos recursos repassados por bloco de financiamento Na esfera Municipal

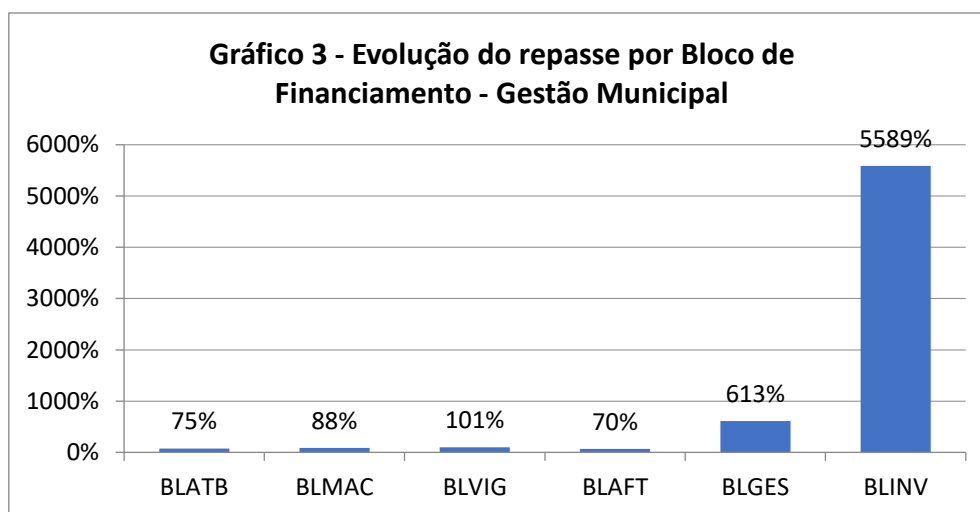
Na esfera municipal, observa-se no Quadro 3 que a evolução dos recursos repassados os municípios tocantinentes foi crescente no período de 2008 a 2014 em todos os blocos.

Quadro 3 – Evolução do repasse para os municípios: 2008-2014

BLOCOS	2008	2014	Diferença de 2014- 2008	Evolução de 2008 a 2014 em %
BLATB	R\$ 96.724.079,26	R\$ 169.079.617,00	72.355.537,74	75%
BLMAC	R\$ 46.395.598,45	R\$ 87.128.192,48	40.732.594,03	88%
BLVIG	R\$ 9.132.575,09	R\$ 18.339.503,06	9.206.927,97	101%
BLAFT	R\$ 4.686.350,94	R\$ 7.959.846,90	3.273.495,96	70%
BLGES	R\$ 153.000,00	R\$ 1.091.499,93	938.499,93	613%
BLADM				
BLINV	R\$ 480.000,00	R\$ 27.305.436,68	26.825.436,68	5589%
OUTROS				
TOTAL	R\$ 157.571.603,74	R\$ 310.906.110,05	153.332.492,31	97%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Cabe destacar que os blocos municipais que mais receberam recursos foram, respectivamente, o de investimento (5589%) e de gestão (613%).



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

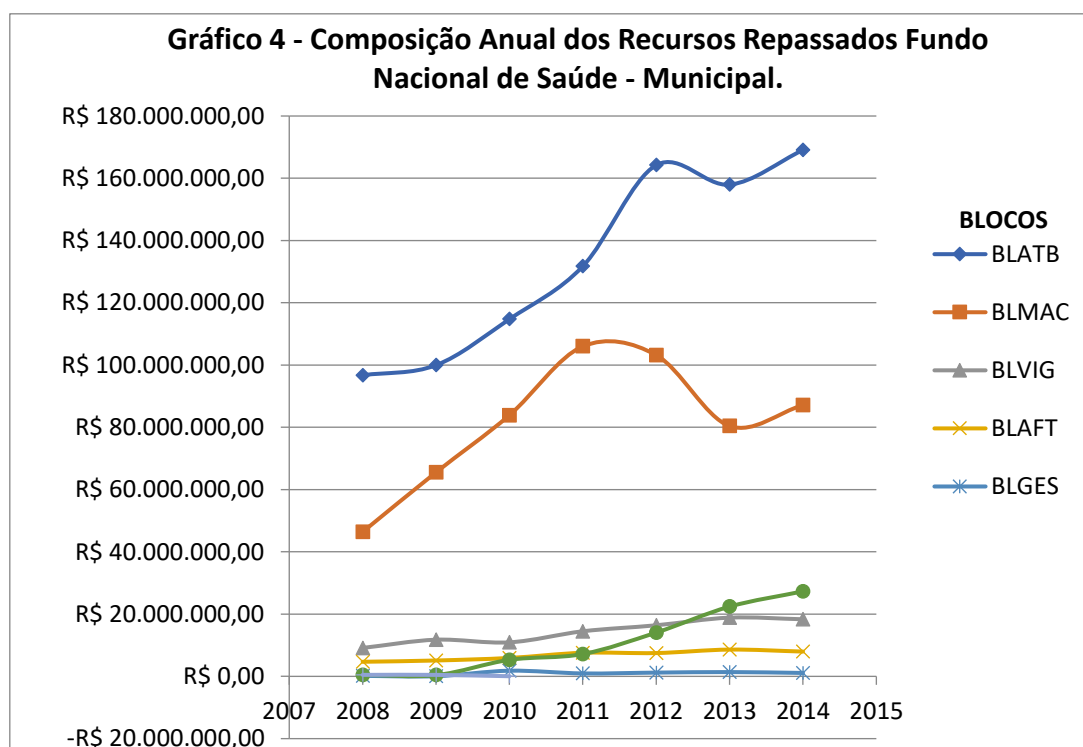
Com o fim de melhor detalhar os recursos recebidos pelos municípios apresenta-se no Quadro 4 e no Gráfico 4 o montante recebido anualmente. Percebe-se que no período de 2011 a 2013 há uma redução nos valores recebidos nos blocos de atenção básica e de média e alta complexidade.

Quadro 4 – Valores anuais recebidos pelos municípios: 2008-2014

BLOCOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BLATB	R\$ 96.724.079,26	R\$ 99.958.691,42	R\$ 114.746.507,34	R\$ 131.722.469,17	R\$ 164.215.897,90	R\$ 157.955.255,61	R\$ 169.079.617,00
BLMAC	R\$ 46.395.598,45	R\$ 65.540.280,15	R\$ 83.890.614,69	R\$ 106.001.814,69	R\$ 103.207.406,55	R\$ 80.419.610,00	R\$ 87.128.192,48
BLVIG	R\$ 9.132.575,09	R\$ 11.769.613,34	R\$ 10.928.994,04	R\$ 14.477.958,49	R\$ 16.406.455,06	R\$ 18.861.812,81	R\$ 18.339.503,06

BLAFT	R\$ 4.686.350,94	R\$ 5.098.872,24	R\$ 5.916.126,32	R\$ 7.578.586,39	R\$ 7.485.464,36	R\$ 8.602.782,01	R\$ 7.959.846,90
BLGES	R\$ 153.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 1.815.189,83	R\$ 938.929,55	R\$ 1.205.558,61	R\$ 1.379.719,82	R\$ 1.091.499,93
BLADM							
BLINV	R\$ 480.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 5.308.333,33	R\$ 7.168.339,02	R\$ 14.064.173,75	R\$ 22.401.404,01	R\$ 27.305.436,68
OUTROS		R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00	R\$ 40.000,00			
TOTAL	R\$ 157.571.603,74	R\$ 183.304.457,15	R\$ 223.085.765,55	R\$ 267.928.097,31	R\$ 306.584.956,23	R\$ 289.620.554,26	R\$ 310.906.110,05

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Na esfera Estadual

Na esfera estadual, observa-se no Quadro 5 que a evolução dos recursos repassados ao Governo Estadual foi diversificada entre os blocos no período de 2008 a 2014 porque há aumento e também decréscimo nos valores recebidos pelo Estado

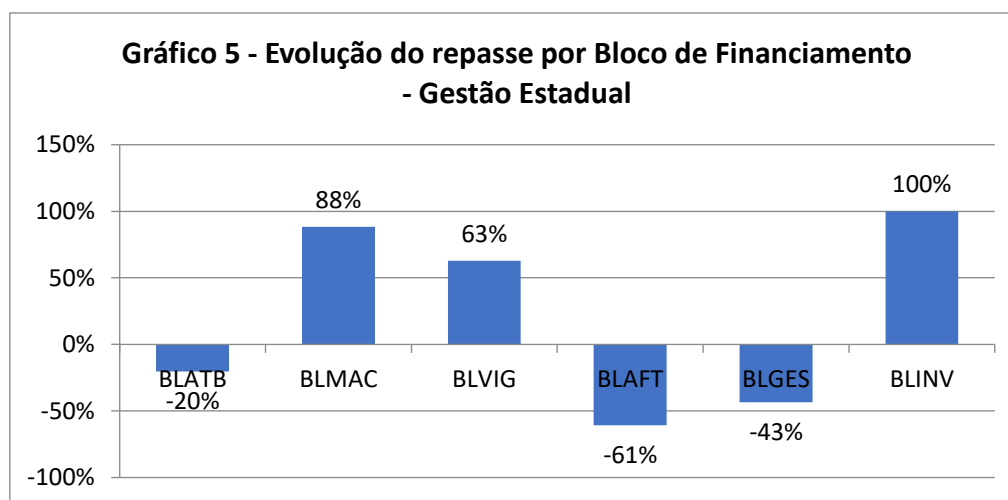
Quadro 5 – Evolução do repasse para o Estado do Tocantins: 2008-2014

BLOCOS	2008	2014	Diferença de 2014-2008	Evolução de 2008 a 2014 em %
BLATB	59.400,00	47.250,00	-12.150,00	-20%
BLMAC	127.079.428,41	239.347.907,00	112.268.478,59	88%
BLVIG	4.889.301,97	7.957.070,74	3.067.768,77	63%
BLAFT	3.930.551,45	1.543.098,72	-2.387.452,73	-61%
BLGES	2.236.529,17	1.265.914,30	-970.614,87	-43%
BLADM			0,00	
BLINV		6.681.782,00	6.681.782,00	100%

OUTROS				
TOTAL	138.195.211,00	256.843.022,76	118.647.811,76	86%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Cabe destacar que dos blocos estaduais o de média e alta complexidade em conjunto com o de vigilância e investimento tiveram crescimento no período analisado. Já os blocos de atenção básica, farmacêutico e de gestão passaram a receber menos recursos do Governo Federal. Justifica-se o decréscimo no bloco da atenção básica pela transferência das ações de saúde sanitárias para o município. A redução do bloco de gestão pode ser justificada pela redução no orçamento geral como também pela política de gestão que cada governo prioriza no início ou no fim de seu mandato. O bloco farmacêutico também diminuiu porque as atividades desse bloco passaram a ser de responsabilidade dos municípios.



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

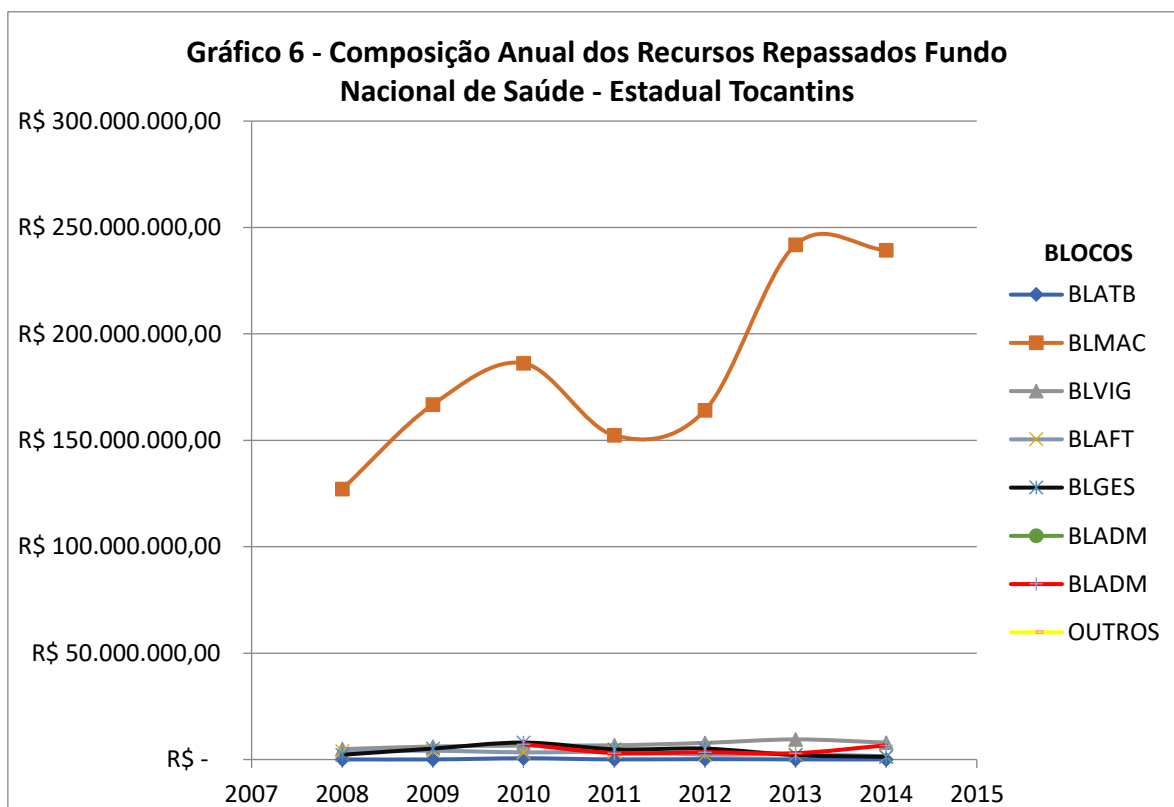
Com o fim de melhor detalhar os recursos recebidos pelo Estado do Tocantins apresenta-se no Quadro 6 e no Gráfico 6 o montante recebido anualmente. Percebe-se que o valor mais significativo recebido foi o do bloco da média e alta complexidade, destacando-se dos demais e com uma pequena diminuição no período de 2010 para 2011. no período de 2011 a 2013 há uma redução nos valores recebidos nos blocos de atenção básica e de média e alta complexidade.

Quadro 6 – Valores anuais recebidos pelo Estado do Tocantins: 2008-2014

BLOCOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BLATB	R\$ 59.400,00	R\$ 54.000,00	R\$ 583.807,56	R\$ 57.913,00	R\$ 202.920,00	R\$ 54.810,00	R\$ 47.250,00
BLMAC	R\$ 127.079.428,41	R\$ 166.834.163,44	R\$ 186.219.421,39	R\$ 152.316.058,35	R\$ 164.074.456,61	R\$ 241.872.158,71	R\$ 239.347.907,00
BLVIG	R\$ 4.889.301,97	R\$ 6.134.937,21	R\$ 6.537.739,87	R\$ 6.695.582,10	R\$ 7.818.990,97	R\$ 9.457.026,51	R\$ 7.957.070,74
BLAFT	R\$ 3.930.551,45	R\$ 4.129.408,43	R\$ 3.372.169,51	R\$ 3.621.916,08	R\$ 2.326.091,05	R\$ 2.462.557,14	R\$ 1.543.098,72
BLGES	R\$ 2.236.529,17	R\$ 5.164.247,51	R\$ 7.974.117,19	R\$ 4.821.874,74	R\$ 5.136.180,66	R\$ 2.093.566,37	R\$ 1.265.914,30

BLADM							
BLINV			R\$ 7.233.802,00	R\$ 3.024.342,70	R\$ 3.429.077,10	R\$ 2.998.017,05	R\$ 6.681.782,00
OUTROS							
TOTAL	R\$138.195.211,00	R\$ 182.316.756,59	R\$ 211.921.057,52	R\$ 170.537.686,97	R\$ 182.987.716,39	R\$ 258.938.135,78	R\$ 256.843.022,76

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Consolidando as informações

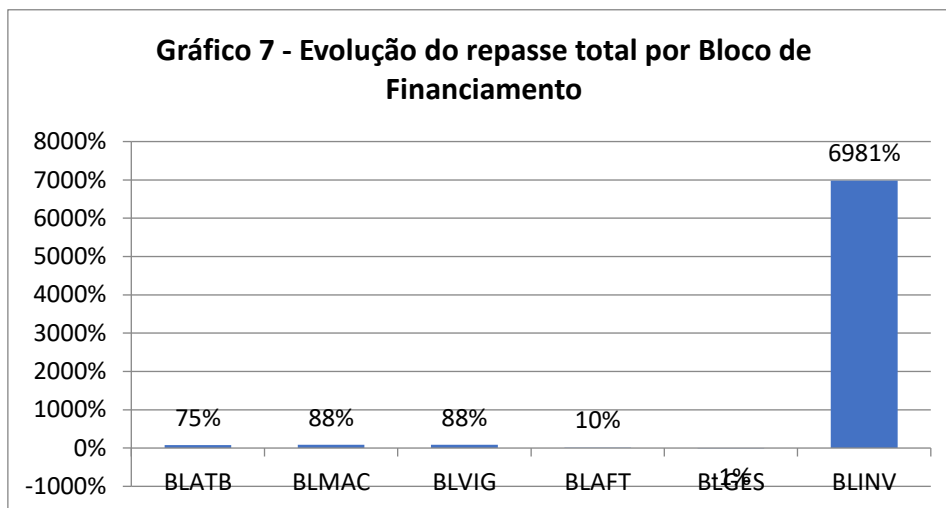
Ao somar os valores repassados aos municípios com os do Estado do Tocantins será obtido o total da transferência consolidada anualmente, conforme demonstrado no Quadro 7 e Gráfico 7. Nesse consolidado, exceto o bloco de gestão que teve impacto negativo no período analisado, todos os demais blocos receberam mais recursos ano pós ano.

Quadro 7 – Consolidação dos valores transferidos pela União

BLOCOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BLATB	96.783.479,26	100.012.691,42	115.330.314,90	131.780.382,17	164.418.817,90	158.010.065,61	169.126.867,00
BLMAC	173.475.026,86	232.374.443,59	270.110.036,08	258.317.873,04	267.281.863,16	322.291.768,71	326.476.099,48
BLVIG	14.021.877,06	17.904.550,55	17.466.733,91	21.173.540,59	24.225.446,03	28.318.839,32	26.296.573,80
BLAFT	8.616.902,39	9.228.280,67	9.288.295,83	11.200.502,47	9.811.555,41	11.065.339,15	9.502.945,62
BLGES	2.389.529,17	5.221.247,51	9.789.307,02	5.760.804,29	6.341.739,27	3.473.286,19	2.357.414,23
BLADM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BLINV	480.000,00	400.000,00	12.542.135,33	10.192.681,72	17.493.250,85	25.399.421,06	33.987.218,68
OUTROS							
SUBTOTAL	295.766.814,74	365.141.213,74	434.526.823,07	438.425.784,28	489.572.672,62	548.558.720,04	567.747.118,81

Fonte: dados da pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Necessidade de novos recursos para aplicação na atenção à Saúde

A estratégia do Ministério da Saúde de redução das diferenças regionais na alocação de recursos federais implicou uma expansão na oferta de serviços de saúde também diferenciada regionalmente. Há diversos resultados que ilustram essa expansão diferenciada, houve crescimento significativo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um estudo mais aprofundado poderá revelar a real adequação de tal expansão às realidades locais, com consequentes conclusões sobre a promoção de equidade no sistema de saúde brasileiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 é o marco referencial para as profundas mudanças na área da saúde no Brasil, estabelecendo a universalidade do acesso, a equidade na prestação de serviços e a integralidade das ações, conceituando como princípio norteador que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

A instituição do Sistema Único da Saúde (SUS), pela lei 8.080/90, conhecida, juntamente com a lei 8.142/90, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), contempla os preceitos constitucionais e evidencia a preocupação em reformular os procedimentos na área da saúde com o fim de diminuir desigualdades e garantir acesso.

Contudo, para cumprir o preceito constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado, são necessárias instituições públicas fortes e ágeis, com quadro de pessoal adequado e valorizado e financiamento adequado. Mas ficou evidente nesse

estudo que a realidade econômica do País tem trazido sérias limitações ao cumprimento constitucional e gerado conflitos no exercício do dia-a-dia.

Assim, o financiamento não é o suficiente, face às demandas cada vez mais amplas, coerentes inclusive com o amadurecimento do Estado de direito e das reivindicações crescentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. O. M. **O SUS pós-NOB II**. Revista do CONASEMS. 2004; v. 1 (4); 14-16.
- ARRETICHE, M.; Rodrigues, V. **Descentralizar e Universalizar a Atenção à Saúde**. In: Arretiche, M; Rodrigues V. **Descentralização das Políticas Sociais no Brasil**. São Paulo/Brasília; 1999; v.3,(3). 16-30.
- BARROS, ME 2003. Financiamento do Sistema de Saúde no Brasil: marco legal e comportamento do gasto. **Série Técnica do Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde**, Brasília.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Série B. Textos Básicos de Saúde.– **Diretrizes para Programação Pactuada e integrada da Assistência à Saúde**. Brasília. 2006.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Série A. Normas e Manuais Técnicos – **Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília. 2006.
- BRASIL, Ministério da saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Série A. Normas e Manuais Técnicos - **Pactos pela Saúde**. Brasília. 2006.
- BRASIL, Ministério da saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. 2. ed. Brasília. **Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS)**. Brasília. 2006.
- BRASIL, Presidência da republica. Brasília. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Brasília. 2006.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4 ed., rev. e ampl. São Paulo, Atlas: 2003.
- Médici AC 2002. Aspectos teóricos e conceituais do financiamento das políticas de saúde, pp. 23-68. In S Piola & S Vianna (orgs.). **Economia da saúde: conceitos e contribuição para a gestão em saúde**.3. ed. Ipea, Brasília.
- MENDES, E. V. **Os grandes dilemas do SUS**. Casa de Qualidade. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.
- WORLD HEALTH STATISTICS (WHO) Disponível em: <http://www.who.int/whosis/whostat/EN_WHS10_Full.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2015.

Recebido em 10 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE EM PALMAS TOCANTINS

Kelly Jaqueline de Arruda Teixeira
PROIC/ITOP. Email: kelly.arruda06@gmail.com

Doriane Braga Nunes Bilac
Faculdade ITOP. Email: doribilac@gmail.com

José Fernando Bezerra Miranda
Faculdade ITOP

RESUMO

*Vem aumentando significativamente, nos últimos anos, o número de negócios criados e administrados por pessoas com mais de 60 anos de idade. Ao mesmo tempo, é cada vez mais expressivo o contingente desse público que se transforma em Microempreendedor Individual (MEI). Assim, esse estudo **questionou**: qual é o verdadeiro status e as reais condições de vida do idoso da cidade de Palmas/To que empreendeu e legalizou seu empreendimento através da modalidade empresarial denominada Microempreendedor Individual - MEI? Para alcançar a resposta a essa pergunta foi estabelecido como **objetivo geral** compreender o status, no ambiente empresarial, do idoso do município de Palmas, estado do Tocantins que é Micro Empreendedor Individual (MEI), identificando as contribuições do empreendedorismo para a manutenção, ruptura ou reconfiguração, dentro da sociedade, do prestígio, do poder, da autonomia, da posição e do papel social desses idosos e como **objetivos específicos**: identificar o perfil sociodemográfico dos idosos que são Micro Empreendedores Individuais no município de Palmas, estado do Tocantins: quanto à idade, ao sexo, ao estado civil, à escolaridade; descrever as condições de vida atuais do idoso que é Micro Empreendedor Individual; analisar os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo para os idosos disponibilizados pelo município de Palmas/To ao idosos. A **metodologia** desenvolvida classificou o estudo em quali-quantitativo, descritivo e documental; o universo da pesquisa foi os 383 idosos cadastrados no SEBRAE como MEI e a amostra foi de 326 idosos; os dados foram coletados no banco de dados do SEBRAE/TO e por entrevista semi-estruturada realizada com os sujeitos da pesquisa; os dados foram tratados estatisticamente e analisados em confronto com a literatura estudada. Os **resultados** indicam que a maioria é do sexo masculino, com faixa etária de 61 a 65 anos de idade, com autonomia e poder de decisão. A maioria dos empreendimentos foi constituído no ano de 2010 para desenvolver atividades no ramo da prestação de serviços.*

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, Terceira Idade, Microempreendedor Individual.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento tem sido reconhecido como um fenômeno social importante devido ao seu relacionamento com os cuidados social, econômico, de saúde, familiar, dentre outros, que deverão ser proporcionados e custeados pela sociedade como um todo. O reconhecimento desses aspectos em conjunto com as tendências demográficas e a situação de vulnerabilidade da população idosa motivou órgãos públicos e privados

a discutir e elaborar planos de ação voltados à pessoa idosa nas áreas da saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, bem-estar social, previdência social, educação, família e trabalho. As ações planejadas visavam a promoção da autonomia e da independência financeira do idoso por meio de programas e políticas associadas ao mundo do trabalho.

Partindo dessa concepção percebe-se que uma das ações governamentais que poderia contribuir para o bem estar do idoso e também sua autonomia financeira seria o incentivo para que esses sujeitos voltassem ao mercado de trabalho, ao empreendedorismo porque novamente agregados à economia ativa, de um lado, eles estariam contribuindo para um salto qualitativo no mercado de trabalho e no empreendedorismo e, de outro, constituindo um mercado consumidor ainda mais forte, mais exigente e mais sofisticado. Produção e consumo ativados seriam os dois principais componentes para combater crises futuras.

Assim, ao executar ações vinculadas ao aumento da produção e do consumo, o idoso estaria contribuindo para o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, para a sua autonomia e independência financeira.

Dentro das ações vinculadas à produção, percebeu-se que houve um aumento significativo no número de negócios criados e administrados por pessoas com mais de 60 anos de idade - as que chegaram ao período que se convencionou chamar de terceira idade e que se aposentaram ou estão prestes a se aposentar como também foi identificado que uma parcela desse público se transformou em Microempreendedor Individual (MEI) modalidade empresarial criada com a publicação da Lei Complementar – LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

Hoje, no Brasil, cerca de 650 mil **idosos** estão atuando estrategicamente em atividades econômicas. Calcula-se que por volta de 3,1% dos **empreendedores brasileiros** têm mais de 60 anos e, com o aumento na qualidade de vida, o número de empresários nesta faixa etária não vai parar de crescer (CONTA AZUL, 2015).

Outro dado interessante foi o apresentado no estudo realizado, em 2011, pelo *Global Entrepreneurship Monitor's*. Esse estudo ficou conhecido como Relatório GEM 2011. Seus dados demonstram que, no Brasil, em 2010, havia 21,1 milhões de pessoas empreendedores (17,1% da população), e que a direção de 1,4 milhão de empresas brasileiras com até 42 meses de existência era realizada por pessoas entre 55 e 64 anos. Também destaca que 36% dos negócios iniciados por idosos estão relacionados à área de alimentação, 20% ao comércio varejista e 16% a atividades imobiliárias (CONTA AZUL, 2015).

Esses indicadores de comportamento da produção e do trabalho na economia da cidade de Palmas, Estado do Tocantins, ainda que não aferidos cientificamente,

ressaltam tendências que, se consolidadas e expandidas, permitirão ao município invejável salto qualitativo em seu processo de desenvolvimento. Elas decretarão, certamente, o fim da obsolescência que hoje se faz da experiência profissional, ainda que qualificada, da vontade de empreender e da capacidade de criar e trabalhar. Também trarão de volta à produção e ao cotidiano número significativo de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento, que, além dos predicados funcionais, têm grande maturidade para o enfrentamento de problemas, maior serenidade e experiência de vida para superar desafios, visão abrangente e alta confiança para o planejamento e o entendimento, além de uma compreensão mais desenvolvida para entender reações pessoais e do comportamento humano. Todos esses elementos contribuirão para driblar com sucesso as adversidades e, ao mesmo tempo, possibilitará a recuperação de pessoas que, por suas características intrínsecas e competências adquiridas, podem dar respostas às necessidades do desenvolvimento local.

Para o Sebrae (2012), depois dos 60 anos pode ser, literalmente, a melhor idade para iniciar um novo negócio porque os idosos da sociedade contemporânea esbanjam mais saúde e disposição e, se eles tiverem se atualizado ao longo do tempo, a experiência e a maturidade vão garantir muitos pontos positivos para o empreendedorismo. Além disso, é possível encontrar na maturidade e na experiência de vida características essenciais ao empreendedorismo, como conhecimento (ter o saber), habilidade (saber fazer) e atitude (querer fazer). Informa também que as atividades de serviços de assessorias e consultorias são comandadas frequentemente por empreendedores mais “maduros”, por se beneficiarem de conhecimento e experiências aliadas a relacionamentos pessoais e profissionais.

Contudo, apesar do grande impulso empreendedor, a coordenadora geral do Instituto Proseguindo (IPROS), especialista em pesquisa e estudos sobre Empreendedorismo na Maturidade, Cláudia Soares de Oliveira acredita que esta faixa etária ainda carece de estímulos governamentais e da iniciativa privada: “É evidente a falta de políticas e programas de apoio governamental ao **empreendedorismo na terceira idade**, como já ocorre com o empreendedorismo voltado para os jovens no Brasil em programas como o ProJovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho e o Jovem Empreendedor, do Sebrae”. Cláudia acredita que não existe idade para empreender, “mas sim a necessidade de desenvolvimento de uma educação empreendedora e acessível às pessoas em qualquer fase da vida” (CONTA AZUL, 2015).

Considerando que é essencial inserir os idosos novamente no cenário econômico questiona-se: qual é o verdadeiro *status* e as reais condições de vida do

idoso da cidade de Palmas/To que empreendeu e legalizou seu empreendimento através da modalidade empresarial denominada Microempreendedor Individual - MEI?

Ao responder essa pergunta poder-se-á alcançar o objetivo geral que é: compreender o *status*, no ambiente empresarial, do idoso do município de Palmas, estado do Tocantins que é Micro Empreendedor Individual (MEI), identificando as contribuições do empreendedorismo para a manutenção, ruptura ou reconfiguração, dentro da sociedade, do prestígio, do poder, da autonomia, da posição e do papel social desses idosos como também os objetivos específicos: identificar o perfil sociodemográfico dos idosos que são Micros Empreendedores Individuais no município de Palmas, estado do Tocantins: quanto à idade, ao sexo, ao estado civil, à escolaridade, descrever as condições de vida atuais do idoso que é Micro Empreendedor Individual; analisar os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo para os idosos disponibilizados pelo município de Palmas/To ao idosos, descrever as condições de vida atuais do idoso que é Micro Empreendedor Individual; analisar os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo para os idosos disponibilizados pelo município de Palmas/To ao idosos.

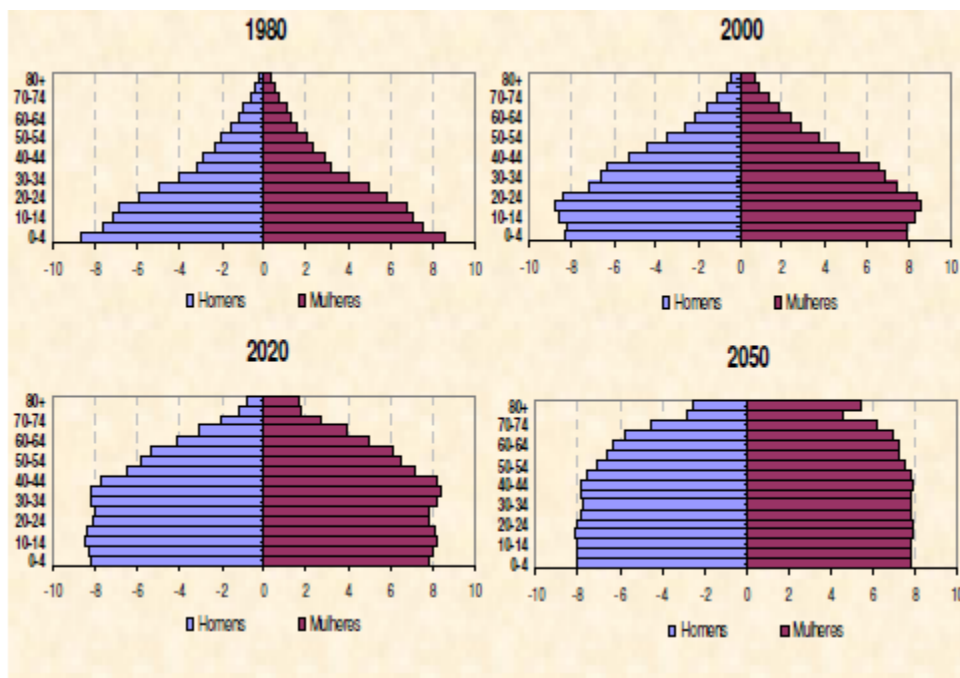
Para demonstrar os resultados alcançados esse artigo está assim estruturado: inicialmente são apresentados o tema, problema, objetivos, justificativa e relevância do tema. Na primeira seção fala-se sobre o envelhecimento e o empreendedorismo na terceira idade. Na segunda são apresentados os procedimentos metodológicos realizados na execução da pesquisa. Na terceira apresenta-se a análise dos resultados e, por último, as considerações finais.

O ENVELHECIMENTO

O envelhecimento em massa da população mundial se manifesta de forma rápida e distinta em diversas nações. Nos países desenvolvidos esse processo inicia-se no final da década de 40 e nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, na década de 60, como resultado das medidas políticas e de saúde pública como também do desenvolvimento social e econômico como um todo.

Para destacar a magnitude desse processo a Organização Mundial de Saúde (OMS) informa que até 2025, com cerca de 32 milhões de idosos, representando 15,1% de sua população, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas e que provavelmente o envelhecimento da população brasileira estará consolidado na década de 2030. Para melhor elucidar esse processo, apresentam-se as pirâmides populacionais no Brasil para os anos 1980, 2000, 2020 e 2050.

Figura 1 – Pirâmides Populacionais no Brasil (em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE (2010).

Os motivos para o envelhecimento da população brasileira, se origina pela queda nas taxas de mortalidade e natalidade, além do aumento da expectativa de vida, decorrente, dentre outros fatores, dos avanços registrados na área do saneamento e na saúde. Podem-se citar como exemplos de ações médico sanitárias realizadas nas primeiras décadas do século XX a vacinação, a higiene pública e as campanhas sanitárias e, a partir da década de 40, o desenvolvimento tecnológico na rede de saúde pública.

Para melhor visualização da população idosa no Brasil apresentam-se, na Figura 1, as características dessa população.

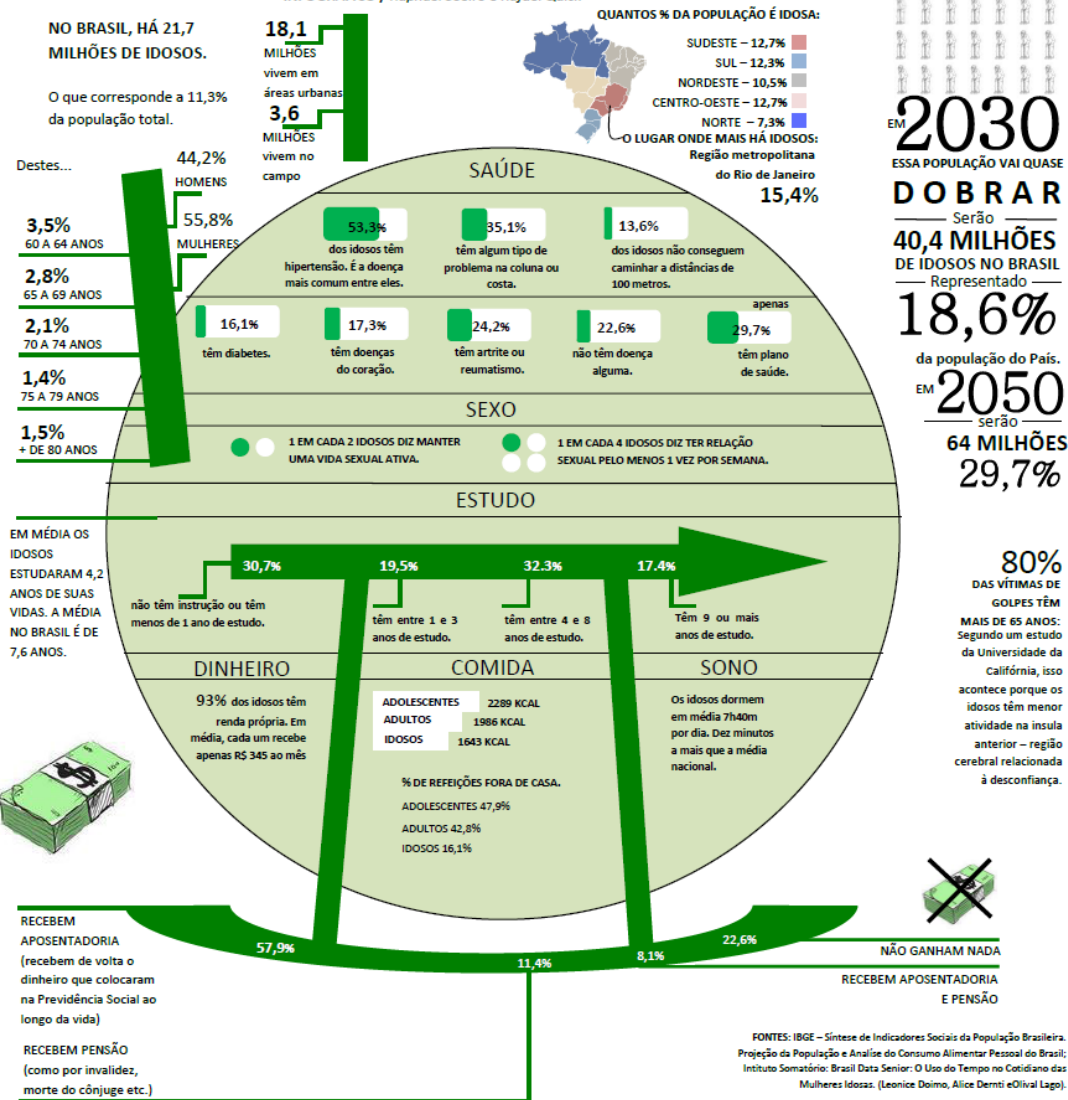
Figura 2 – Características da população idosa no Brasil em 2013

{ BANCO DE DADOS }

Idosos

Eles ganham aposentadorias pequenas – e são as principais vítimas de golpes financeiros. Comem menos do que a média, adoram o Rio de Janeiro e, sim, ainda fazem sexo (com uma frequência surpreendente).

==== INFOGRÁFICO / Raphael Soeiro e Rafael Quick



Fonte: Super 314 (2013, p. 25).

Do exposto percebe-se que o envelhecer é um dos maiores sucessos da humanidade, contudo gera muitos desafios, pois cria responsabilidades e exigências econômicas e sociais abrangentes.

Nesse sentido, a temática do envelhecimento que há quarenta ou cinquenta anos era assunto que se restringia, quase exclusivamente, à esfera privada, familiar transformou-se numa questão social e pública.

Historicamente, esse processo do envelhecimento tem sido analisado sob duas perspectivas: uma que reconhece o envelhecimento como sendo uma etapa de tópicos evolutivos (infância, adolescência, adulto, velhice), das perdas biológicas, de crise, a fase do declínio das capacidades físicas que culmina na morte; e outra que o identifica

como a fase da maturidade, de novas conquistas e da serenidade (BOSI, 1979). Passar de uma perspectiva para outra foi um processo lento porque o envelhecimento e a velhice não são entendidos e explicados de forma idêntica em todas as áreas científicas, nem mesmo dentro de uma mesma área.

Partindo do pressuposto que o envelhecer faz parte de um processo contínuo que se inicia com a concepção e só termina com a morte, envelhecer significa

um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo torne capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto aumente sua possibilidade de morte (BRASIL, 2006a, p.8).

Nessa definição fica evidenciado que o envelhecimento humano é uma condição inerente a natureza humana. Inicia com a concepção e só termina com a morte. Nesse ciclo, mudanças ocorrem, de maneira dinâmica, progressiva e irreversível nos âmbitos biológico, cognitivo, psicológico e social do indivíduo (BRASIL, 2004). Portanto não é simplesmente uma etapa/fase da vida, é sim, um processo permanente, complexo e amplo, presente na vida das pessoas (JECKEL NETO, CUNHA, 2002).

Devido à dificuldade na definição precisa do início do processo de envelhecimento, o indicador mais utilizado é o cronológico. Ele é utilizado nos estudos que abordam o envelhecimento como também pelas políticas públicas. Esse critério define o envelhecimento pela quantidade de anos vividos. Assim, idoso é o indivíduo que está dentro do indicador cronológico estabelecido pela legislação, isto é, nos países desenvolvidos, pessoas com mais de 65 anos de idade e nos países em desenvolvimento, pessoas com mais de 60 anos de idade.

Para Debert (1997), esse sistema baseado na idade contribuiu para a invenção social da velhice e para as diversas denominações atribuídas a esse ser, tais como: velho, idoso, aposentado, ancião, geronte, moribundo como também para a sua classificação em grupos: terceira idade, melhor idade, velhos-jovens, velhos-velhos, sênior.

Apesar dessa classificação o idoso a partir da Lei nº 10741 de 01/10/2003 - Estatuto do Idoso passou a ter legalmente alguns direitos, tais como: garantia da preservação da saúde, da liberdade, do direito à vida, do respeito, da dignidade, da previdência e assistência social, da habitação, do transporte, da educação e do trabalho. Reconhece-se, portanto, na lei que o trabalho faz parte da identidade social do ser humano. O seu afastamento por motivos discriminatórios em função da idade, por conseguinte, deveria ser exceção. Infelizmente não é essa a realidade de milhares de pessoas idosas que buscam manter seu vínculo laboral. Apesar de estarem no auge de

sua experiência, muitas empresas acabam dispensando esses(as) trabalhadores(as) única e exclusivamente motivadas pelo fator etário.

Com o fim de amenizar essa situação o Ministério do Trabalho e Emprego busca implementar ações que atendam os idosos, aposentados e não aposentados, que queiram trabalhar direcionando políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população idosa no âmbito da qualificação, com o desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades, e do microcrédito, com a disponibilização de crédito para implementação de negócios e empreendimentos de produção ou comercialização de bens e serviços. Alcançando, assim, o crescimento social e profissional dessa população, bem como a sua preparação para os atuais e vindouros desafios do mundo do trabalho.

Os resultados dessas ações podem ser comprovados por estudos que são realizados com os dados apresentados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses estudos informam que os trabalhadores com faixa etária entre 50 e 64 anos conseguiram boas oportunidades no mercado, foram abertos muitos postos de trabalho para essas pessoas e houve evolução no grau de instrução demonstrando que os idosos estão empenhadas em se qualificar e, como consequência, conquistar melhores cargos e realizar empreendimentos.

O Microempreendedor Individual

De acordo com Sebrae (2013) a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123/2006 tinha como objetivo, sob a perspectiva governamental, estabelecer condições mais justas de competição no mercado brasileiro. Essa lei representa certo avanço das políticas públicas para diminuir a informalidade e contribuir para o desenvolvimento e competitividade das microempresas. Além disso, representa para o sistema econômico, geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social e fortalecimento da economia.

Na medida em que a Lei Geral foi avançando, criou-se a figura do Microempreendedor Individual por meio da Lei Complementar 128/2008 que significou, segundo Lima (2014) a implantação de um programa que está embasado nos ideais da livre iniciativa e do direito da produção, sobretudo, porque tem o objetivo de identificar possíveis oportunidades de melhoria com práticas que possam contribuir para potencializar os resultados do programa.

Com objetivo de regulamentar a atividade do MEI, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e Negócios – CGSIM publicou em julho de 2009 a Resolução nº 002/2009 que dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual

fixando assim as regras a serem consideradas para definição, na legislação, de quem poderá ser MEI.

Dessa forma, para ser considerado MEI, é preciso observar as seguintes condições:

I - Tenha auferido receita bruta conforme estabelecido nos § 1º ou 2º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - Seja optante pelo Simples Nacional;

III - Exerça tão somente atividades permitidas para o Microempreendedor Individual conforme Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional;

IV - Não possua mais de um estabelecimento;

V - Não participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador;

VI - Possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

Para André (2009), o MEI é o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 36.000,00. Além disso, deve ser optante pelo sistema Simples Nacional, que tenha até um empregado, que receba no máximo um salário mínimo ou o salário piso da categoria profissional, não possua mais de um estabelecimento nem participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador.

O MEI ainda pode ser definido sob a seguinte visão:

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2014, p. 1).¹

Está claro que a lei garantiu algumas vantagens para o microempreendedor individual. Conforme disposto pelo sitio Portal do Empreendedor (2014), as vantagens oferecidas por essa lei se deve ao fato de o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 37,20 (comércio ou indústria), R\$ 41,20 (prestação de serviços) ou R\$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário

¹ Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>

mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O Microempreendedor Individual - MEI tem como despesas legalmente estabelecidas, o pagamento **mensal** de R\$ 36,20 (INSS), acrescido de R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) por meio de **carnê** emitido através do Portal do Empreendedor, além de taxas estaduais/municipais que devem ser pagas dependendo do estado/município e da atividade exercida. O pagamento de **boleto** não relacionado com as despesas mencionadas, é de **livre e espontânea vontade do Microempreendedor Individual - MEI**.

Em relação à contabilidade formal está dispensada, porém, o microempreendedor deve manter o controle em relação ao que compra, ao que vende e quanto está ganhando, pois é importante respeitar o limite de R\$ 60.000,00 anuais. Essa organização mínima permite ao mesmo gerenciar melhor o negócio e a própria vida, além de ser importante para o crescimento e desenvolvimento da empresa.

O microempreendedor está dispensado da contabilidade formal como livro diário e razão, assim como não precisa ter livro caixa. Desde o processo inicial tem uma rede de empresas listadas no site do portal do empreendedor que são validadas pelo governo federal. Contudo, o empreendedor deve estar atento a todas as suas atividades e é importante que estabeleça mecanismos de controle para não correr riscos demasiados em relação à administração financeira de sua empresa.

Quando o faturamento for superior a R\$ 60.000,00 o MEI deve estar atento a duas situações possíveis. A primeira se o faturamento for acima de R\$ **60.000,00, porém não ultrapassou R\$ 72.000,00, o** empreendimento passará a ser considerado uma Microempresa e a a partir de então o pagamento dos impostos passará a ser de um percentual do faturamento por mês, que varia de 4% a 17,42%, dependendo do tipo de negócio e do montante do faturamento. O valor do excesso deverá ser acrescentado ao faturamento do mês de janeiro e os tributos serão pagos juntamente com o DAS, referente àquele mês.

Na segunda situação que é quando o **Faturamento foi superior a R\$ 72.000,00**, o enquadramento no Simples Nacional é retroativo e o recolhimento sobre o faturamento, conforme explicado na primeira situação, passa a ser feito no mesmo ano em que ocorreu o excesso no faturamento, com acréscimos de juros e multa. Por isso, recomenda-se que o empreendedor, ao perceber que seu faturamento no ano será maior que R\$ 72.000,00, inicie imediatamente o cálculo e o pagamento dos tributos por meio do aplicativo PGDAS acessando diretamente o Portal do Simples Nacional.

Vantagens atribuídas ao MEI

Uma das vantagens mais destacada pelo Programa MEI é a cobertura previdenciária que abarca inclusive a família dispondo auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão, com contribuição mensal reduzida correspondendo a 5% do salário mínimo. Com essa cobertura o empreendedor estará protegido em caso de afastamento por doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e salário maternidade, no caso de gestantes e adotantes, após um número mínimo de contribuições. A família do microempreendedor tem direito a pensão por morte e auxílio reclusão.

O MEI pode registrar até um empregado com baixo custo, sendo 3% de previdência e 8% de FGTS do salário mínimo por um valor total de R\$ 74,58 e o empregado contribui com 8% do seu salário para a previdência.

Em relação a burocracia o microempreendedor tem apenas uma obrigação anual sobre o faturamento, o que reduz drasticamente a necessidade de tramites burocráticos para manter a formalidade.

A formalização do negócio permite ao microempreendedor acesso a condições de obter crédito juntos aos Bancos, em especial, os bancos públicos que dispõem de linhas de financiamentos específicas com taxas e tarifas estabelecidas para o MEI.

A lei faculta a união de microempreendedores individuais com vistas a formação de consórcios com o objetivo de realizar comprar, o que permite aos mesmos condições vantajosas em relação a preços e formas de pagamento de mercadorias compradas já que o volume será maior.

O custo da formalização é outro aspecto que foi amplamente divulgado pelo Governo visto esse aspecto permitir ao microempreendedor individual saber quanto gastará por mês, o que lhe dá condições de melhor empreender e ficarem tranquilos em relação aos valores devidos ao poder público. Há uma rede de empresas contábeis disponibilizadas pelo governo, para prestar assessoria gratuita como forma de incentivar e melhorar as condições de negócios.

Desvantagens e aspectos contábeis que incidem sobre o MEI

Alguns aspectos observados no portal do empreendedor, refletem possíveis desvantagens para o microempreendedor individual, entretanto, conforme apontado por Nunes (2013) estas são em número e agravantes menores do que as vantagens.

Uma das desvantagens, por exemplo, são as vedações legais para se optar o sistema de recolhimento de valores fixos mensais de tributos abrangidos pelo Simples Nacional. Estarão vedados a optar pelo Simples Nacional aqueles que têm suas atividades tributadas pela lei complementar nº123/2006, salvo aquelas com autorização relativa a exercício de atividade isolada pelo comitê Gestor e aqueles que possuem

mais de um estabelecimento, que participam de outras empresas como titular, sócio ou administrador ou que contrate empregado, exceto se possuir um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria.

No que se refere à contabilidade, o empreendedor deverá fazer o registro mensal do total das suas receitas. Além disso, é necessário que guarde as notas fiscais de compras de produtos e serviços. De acordo com a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a receita bruta anual não poderá ultrapassar R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Se o faturamento foi superior ao valor citado, há duas considerações importantes que devem ser feitas de acordo com o *site* Portal do Empreendedor (2014, p. 1),

Se o faturamento for superior ao valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), mas, não ultrapassou o valor de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais), o empreendimento será incluído no sistema do Simples Nacional a partir de janeiro do ano seguinte ao ano em que o faturamento excedeu os R\$ 36.000,00. A partir daí o seu pagamento passará a ser de um percentual do faturamento por mês, que varia de 4% a 17,42%, dependendo do tipo de negócio e do montante do faturamento. O valor do excesso deverá ser acrescentado ao faturamento do mês de janeiro e os tributos serão pagos juntamente com o DAS, referente àquele mês.

Entretanto, se o faturamento for superior ao valor de R\$ 43.200,00, o enquadramento no Simples Nacional é retroativo e o recolhimento sobre o faturamento, conforme exposto acima, passa a ser feito no mesmo ano em que ocorreu o excesso no faturamento, com acréscimos de juros e multa.

Dessa forma, recomenda-se que o empreendedor, ao perceber que seu faturamento no ano será maior que R\$ 43.200,00, inicie imediatamente o cálculo e o pagamento dos tributos acessando diretamente o Portal do Simples Nacional no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

Além dessa desvantagem, o benefício fiscal obtido a partir da Lei Complementar nº 128/2008, é destinado apenas ao empreendedor e não à empresa que o contrata. Ou seja, o empreendedor individual não poderá realizar cessão ou locação de mão-de-obra.

Dentre muitas obrigações acessórias que uma empresa formalizada precisa realizar no seu dia-dia, o MEI que não possui funcionário, recebeu dispensa de muitas delas. Conforme exposto no Guia Prático do MEI disponibilizado pela FENACON (2009), destacam-se algumas destas:

- Escrituração de livros contábeis e fiscais;
- Entrega de DCTF e DICON;
- Entrega de declaração para fins de apuração do Índice de Participação dos Municípios (IPM);
- Entrega de declaração de serviços tomados e prestados;

- Entrega da declaração GFIP;
- Afixar quadro de horários de trabalho em suas dependências;
- Anotar as férias dos empregados em livros;
- Empregar menor aprendiz;
- Ter livro inspeção do trabalho;
- Apresentar Declaração de IRPF pelo fato de estar inscrito no CNPJ como MEI.

Com relação à dispensa da escrituração da contabilidade, obrigatória para as demais pessoas jurídicas, através da escrituração dos livros está desobrigado até mesmo do Livro Caixa, sendo necessário que o EI tenha o registro de suas atividades com relação às prestações de serviços, venda e as compras realizadas. Este arquivamento deve ser realizado de forma organizada para que o EI possa ter um melhor controle do seu negócio e de fácil acesso para uma necessidade futura.

O MEI que não possuir funcionário está dispensado da entrega da GFIP. Caso este tenha contratado funcionário em determinado período, deverá entregar a GFIP sem movimento para a competência seguinte, e a entrega da GFIP com fato gerador.

Referente à dispensa na apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, o Microempreendedor Individual está dispensado da entrega desde que o Empreendedor não se enquadre nas demais hipóteses de obrigatoriedade de entrega.

O empreendedorismo na terceira idade

O termo empreendedorismo é uma livre tradução da palavra *entrepreneurship*, utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades e o seu universo de atuação. O termo designa uma área de grande abrangência, além da criação de empresas: a geração do auto emprego, empreendedorismo comunitário, e funcional (DOLABELA, 1999).

Assim pode-se definir empreendedorismo como o conjunto de atitudes criativas e inovadoras que priorizam valores, como a geração e distribuição de riquezas, auto sustentação e o desenvolvimento econômico e social (DORNELAS, 2008).

A Cartilha do microempreendedor individual elaborada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ), define o Microempreendedor Individual - MEI como uma nova categoria de empresa, que propõe dar cidadania empresarial a milhões de brasileiros que vivem na informalidade.

Verifica-se no mercado que há idosos realizando empreendimentos de maneira informal (por necessidade) ou formal (empreendimentos legalmente constituídos). Dentre os formais encontra-se os Microempreendedores Individuais, idosos que resolveram constituir um empreendimento, nas diversas áreas da atividades econômica

– comércio, indústria, prestação de serviços, a figura do Micro Empreendedor Individual – MEI definido pelo Governo Brasileiro como “a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário” (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015, p. 1).

Essa figura, Microempreendedor Individual (MEI), criada por meio da Lei Complementar 128/2008 de 19 de dezembro de 2008 e da Lei Complementar 139 de 10 de novembro de 2011, significou, segundo Lima (2014) e Nunes (2013) a implantação de um programa que está embasado nos ideais da livre iniciativa e do direito da produção proporciona as pessoas condições de vida e de trabalho efetivas bem como contribui para que essas pessoas possam exercerem seus direitos como cidadãos.

Para Nunes (2013, p. 14),

a Legislação do Micro Empreendedor permite a inclusão do cidadão nos benefícios legais, tais como a cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família – auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão – acesso aos serviços bancários, inclusive de crédito, redução de carga tributária, permitindo que o cidadão brasileiro exerça o seu papel social e econômico na qualidade de parte do mercado e em condições de dignidade.

De forma sintética o MEI é o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, que recebe receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 36.000,00. Além disso, deve ter somente um empregado, que receba no máximo um salário mínimo ou o salário piso da categoria profissional, não deve possuir mais de um estabelecimento nem participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador. Também deve ser optante pelo sistema Simples Nacional para recolher os tributos. Ao fazer essa opção ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 37,20 (comércio ou indústria), R\$ 41,20 (prestação de serviços) ou R\$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O MEI ainda pode ser definido sob a seguinte visão:

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um Microempreendedor Individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015, p. 1).

Nesse contexto, o idoso ao se transformar em um Microempreendedor Individual estará resgatando a sua cidadania na medida em que a formalização do

empreendimento desejado pode garantir acesso a diversos direitos sociais e econômicos.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa quanto à abordagem foi classificada em qualitativa e quantitativa. O enfoque qualitativo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e análise documental, de modo a captar a sistematização do Microempreendedor Individual e o perfil individual e social dos entrevistados. Essa abordagem foi pertinente porque a dinâmica do processo analisado compreendeu valores e motivações humanas dentro de um contexto específico, isto é, a empresa que foi constituída. Os dados qualitativos foram coletados no período de dezembro de 2015 a março de 2016, organizados, codificados e categorizados em três temas: Envelhecimento, Empreendedorismo e Micro Empreendedor Individual (MEI)..

O enfoque quantitativo foi executado por meio do instrumento denominado formulário com o fim de identificar o perfil e as condições de vida dos idosos pesquisados. O formulário foi estruturado em seções para ser possível identificar alguns dados, como por exemplo: perfil social, condições de moradia, composição familiar, estilo de vida. Os primeiros dados quantitativos foram coletados junto ao SEBRAE em setembro de 2015 quando foi disponibilizada a listagem dos 383 MEI idosos cadastrados nessa organização. Os demais dados foram obtidos no período de janeiro a março de 2016, organizados e processados pelo software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 2.2 e estatisticamente analisados de forma descritiva.

A escolha do local onde o estudo foi realizado (área urbana do município de Palmas, Estado do Tocantins), aconteceu por dois aspectos. O primeiro por ser o local onde os pesquisadores (orientadores e orientanda) residem. O segundo foi pela facilidade de localização dos idosos e possibilidade de continuar desenvolvendo um trabalho de pesquisa com idosos, público com crescimento significativo na cidade.

O público alvo foi composto pelos 383 idosos cadastrados pelo SEBRAE como Microempreendedor Individual. Como não foi possível entrar em contato com todos, uma amostra foi definida em 326 idosos participantes. Isso aconteceu porque 2 idosos haviam falecido, 40 idosos não foram localizados e 15 não responderam as perguntas realizadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado da pesquisa identificou que em setembro de 2015 havia no cadastro do SEBRAE 383 idosos classificados como Microempreendedores Individuais. Desse

montante, 253 são do sexo masculino e 130 do feminino. Isso evidencia que o papel feminino continua vinculado ao lar.

Quanto a faixa etária, foi constatado que 242 idosos tem idade que varia de 61 anos a 65 anos; 89 idosos, de 66 a 70 anos; 40 idosos, de 71 a 76 anos e 12 idosos de 77 a 81 anos. Isso evidencia que os idosos mais novos estão mais propensos a constituir um novo negócio.

Em relação a data de constituição do empreendimento, foi concluído que 148 negócios foram constituídos no ano de 2010; 60, em 2011; 56, em 2012; 55, em 2013 e 51 em 2014.

Quanto ao ramo de atividade desenvolvida foram identificados na área comercial 45 negócios (magazine, bijuterias, plantas, carnes, calçados); 78 na indústria (fabricação de móveis, de alimentos; tapetes, roupas), e 160 na prestação de serviço (bar, borracharia, lanchonetes, contador, cabeleireira, cobrança, estética, construtor; chaveiro; informática; lava jato; *lan house*; manutenção equipamento eletrônico; eletricitista; fotocopiadora, fotografias).

Ao entrar em contato por telefone com os 383 idosos descritos no cadastro do SEBRAE foi identificado que 2 idosos haviam falecido, 40 idosos não foram localizados e 15 não responderam às perguntas realizadas. Portanto, somente 326 idosos participaram da pesquisa.

Em relação às condições de vida, foi percebido que tendem a ser mais adversas quanto mais vulneráveis forem o seu capital físico (bens duráveis, moradia e serviços públicos), o seu capital humano (escolaridade, experiência, educação) e o seu capital social (emprego, estrutura familiar, participação social). Dos sujeitos entrevistados 43 idosos não tiveram muito êxito com o empreendimento e citaram como motivo a saúde debilitada, contudo 283 idosos relataram que houve progresso nas suas condições de vida devido a autonomia financeira que o empreendimento gerou. Isso foi tão positivo que desse montante 241 idosos ajudam financeiramente seus filhos evidenciando que a responsabilidade do idoso pela provisão familiar, sobretudo quando na composição familiar há crianças pequenas, é denominada por Zaluar (2000) de ética do provedor. Segundo esse autor, essa ética refere-se à necessidade sustentar a si mesmo e a sua família. Para ele, é por meio dessa ética que o homem se orgulha de si mesmo e aparece como moralmente superior àqueles que não trabalham.

Por ser um Microempreendedor Individual o idoso pode ter acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria. Dos entrevistados 183 relataram como benefícios de ser MEI os seguintes aspectos: são mais independentes (física e financeira); possibilitou maior participação (integração e socialização ativa);

estão se realizando (desenvolvimento pessoal e educacional) e garantiu maior dignidade (vida digna e segura).

Quanto aos mecanismos de incentivo ao empreendedorismo, o Estado, enquanto regulador social, procura amparar e proteger o idoso por meio de políticas sociais que contribuem para a inserção, o bem-estar, o acesso à cidadania e aos bens e serviços mais essenciais. No caso específico do MEI há no âmbito da qualificação o desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades e na esfera econômica a oferta do microcrédito para a implementação de negócios de produção, prestação de serviços ou comercialização de bens e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do envelhecimento nesse estudo foi visto como a fase da maturidade, de novas conquistas e da serenidade. Contudo gera muitos desafios, pois cria responsabilidades e exigências econômicas e sociais abrangentes. O idoso ao se transformar em um Microempreendedor Individual resgatou sua cidadania na medida em que a formalização do empreendimento desejado contribuiu para o acesso a diversos direitos sociais e econômicos.

Dessa forma, pode-se concluir que a participação do idoso na sociedade se faz por meio das posições que ocupa, dos papéis que desempenha, dos grupos e dos agregados (deve ter proximidade física) de que participa e das categorias (pessoas separadas fisicamente, mas com características comuns) às quais pertence. Isso significa dizer que a autonomia, a independência, o poder, o prestígio e o próprio *status* do idoso estão na habilidade e na capacidade de ser produtivo ou reprodutivo, atributos valorizados pelo meio social e, simultaneamente, pelo próprio idoso.

Considerando esses aspectos recomenda-se acompanhamento mais detalhado da situação do idoso MEI para evitar o encerramento do seu empreendimento como também proporcionar novas orientações que possibilitarão o desenvolvimento do seu negócio.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006a. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Série A: normas e manuais técnicos).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Caderno de Informações de Saúde**. Brasília: DATASUS, 2004. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

CONTA AZUL. Empreendedorismo na terceira idade. Disponível em: <<http://contaazul.com/blog/empreendedorismo-na-terceira-idade/>>. Acesso em 20 jun.2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Ver. Bra. Cienc. Soc.**, 12 (34):39-56, jan. 1997.

DORNELAS, J, C, A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. São Paulo: Campus, 2008.

FENACON; SEBRAE. Cartilha do empreendedor individual. Brasília: Copyright, 2009. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/outras_publicacoes/mei/online.html>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1//>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

JECKEL NETO, E. A; CUNHA, G. L. Teorias biológicas do envelhecimento. In: FREITAS, E. V. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Googan, 2002. p. 13-19.

LIMA, Albério Júnio Rodrigues. **A Efetividade do Programa Microempreendedor Individual, com base na análise Jurídica da Política Econômica, em relação ao Direito de Produção**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15853/1/2014_AlberioJunioRodriguesdeLima.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

NUNES, Cláudia Robeiro Pereira. **Análise do Desenvolvimento da Formalização do Microempreendedor Individual – MEI e as suas Relações Negociais no Brasil**. SCIENTIA IURIS, Londrina, v.17, n.2. Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/16401/13768>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O que é microempreendedor? Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SEBRAE, **Pesquisa de perfil do empreendedor individual**: 2012, Brasília, jul/2012.

SUPER 314. **O que os idosos têm que você não tem?** Jan. 2013, 24-26. Disponível em:<<http://super.abril.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

Recebido em 10 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PRÁTICA EDUCATIVA

Francisco dos Santos Silva

PROIC/ITOP. Email: francisco96santos@gmail.com

Lourdes Lúcia Goi

Faculdade ITOP. Email: goilourdes@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa investigou sobre a concepção pedagógica que predomina nas terceiras séries do ensino fundamental das escolas da cidade de Palmas e como repercute na prática educativa. Metodologicamente caracterizou-se como pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Embora a maioria dos sujeitos pesquisados afirmou que seguem a tendência construtivista e, em segundo lugar, a sócio interacionista, mesmo estando expresso num dos projetos pedagógicos que é esta última, e, mesmo não negando os depoimentos que definem como eclética, percebeu-se muito mais uma falta de conhecimento sobre as tendências pedagógicas, do que um exercício eclético do fazer pedagógico. Embora não generalizando, os resultados apresentados nos levam a sugerir que as participantes da pesquisa representam um universo maior de docentes das escolas de Palmas, orientadas pela intuição. O conhecimento das participantes sobre as teorias pedagógicas é superficial e confuso e o trabalho pedagógico embasa-se na própria prática ou nos livros didáticos, sem respaldo teórico principalmente no rumo das teorias críticas. As práticas refletem um senso comum pedagógico, que prejudica a tão almejada qualidade de ensino. Como consequência as professoras podem se tornar transmissoras da ideologia dominante. E após as apropriações necessárias, considerou-se a importância do embasamento teórico para superar o empirismo da prática, para a elaboração consciente e consistente de uma fundamentação teórica, como base e orientação para o pensar e o agir do educador que se pretende crítico.

PALAVRAS-CHAVE: *Tendências pedagógicas, Teoria e Prática, Processo de Ensino e Aprendizagem, Prática Educativa.*

INTRODUÇÃO

Esse projeto surgiu de reflexões sobre as tendências pedagógicas e a prática docente, por isso buscou-se analisar como a prática educativa docente está intimamente ligada à corrente pedagógica seguida pelo professor, analisando como este executa esta prática, e como acontece a aprendizagem e a formação dos sujeitos, os alunos, em cada tendência.

Destacam-se as concepções liberais e progressistas e suas consequências para o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem. A prática escolar está sujeita à condicionantes de ordem sociopolítica que implicam diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola e da aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas,

avaliação, entre outras. Sendo assim, o conhecimento dessas correntes pedagógicas por parte dos professores, torna-se de extrema relevância, visto que possibilitam ao educador um aprofundamento maior sobre os pressupostos e variáveis do processo de ensino-aprendizagem, abrindo-lhe um leque de possibilidades de direcionamento do seu trabalho a partir de suas convicções pessoais, profissionais, políticas e sociais, contribuindo para a produção de uma prática docente estruturada, significativa, esclarecedora e, principalmente, interessante para os educandos.

Esta pesquisa investigou sobre a concepção pedagógica que predomina nas terceiras séries do ensino fundamental das escolas da cidade de Palmas e como repercute na prática educativa. Supõe-se que haja um assumir eclético das tendências pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem, por parte de professores e escolas, o que não identifica claramente qual a sua postura neste processo, nem as consequências deste modelo assumido ou ignorado.

Objetivou-se especificamente apontar as principais tendências pedagógicas e sua relação com a prática educativa, procurando saber qual sua influência no processo de ensino-aprendizagem na escola através da educação formal.

A Prática Educativa

A prática de ensinar está presente em praticamente todos os setores sociais, pois a educação não acontece única e exclusivamente na instituição escolar. Antes de tudo a prática educativa, é um ato social, mas este não pode estar pautado no imprevisto, quando nos referimos ao ensino formal escolar. O ato de ensinar exige preparo por parte de quem ensina, como o ter domínio, “habilidades, técnicas e, em geral, recursos para a ação didática, da mesma forma que deve conhecer aqueles aspectos da cultura e do conhecimento que constituem o âmbito ou objeto do que se ensina” (CONTRERAS, 2002, p. 82). Logo, não basta apenas dispor do conhecimento do que se ensina, ou dos métodos através dos quais se ensina, tem de estar investido de uma consciência reflexiva acerca das consequências das práticas educativas. Contreras (2002) esclarece que não se pode assumir um compromisso moral ou um compromisso com o significado e as repercussões sociais do ensino sem a dimensão da competência profissional docente, sua experiência de vida, a visão que possuem do próprio ato de educar, seu compromisso com a comunidade escolar, seu compromisso moral com seus alunos, pois são também fatores determinantes no processo de ensinar e aprender.

Segundo Pimenta (1999) todo o trabalho do professor é pautado nos saberes inerentes à sua prática profissional, saberes docentes, pois não pode haver uma boa prática educativa sem o domínio dos saberes necessários à execução de sua profissionalidade. O conhecimento (os referenciais teóricos), a experiência (habilidades

resultantes do exercício contínuo de uma profissão), e os saberes pedagógicos (saberes sobre a educação e sobre a pedagogia) apesar de serem determinantes na prática educativa, há outros que caracterizam e influenciam a prática educativa: a estrutura da escola, a organização institucional, pedagógica, os alunos, o próprio professor, os recursos didáticos, o currículo, o fato do professor não ter plena liberdade no processo educativo visto que sua própria prática é normatizada por mecanismos externos (o Estado, através de políticas educacionais). Contudo o professor tem que inevitavelmente se defrontar com a sua própria decisão sobre a prática que realiza. A prática docente, portanto, está sujeita a certos condicionantes, mas é o professor quem define seu papel enquanto praticante da ação educativa, o modo como encara o seu trabalho, seu compromisso com a educação.

Para uma prática educativa significativa deve-se entender a função social da educação bem como se dá o processo ensino-aprendizagem, seus condicionantes e variáveis. Daí existirem os marcos teóricos que servem para nortear a prática educativa, as pedagogias ou tendências pedagógicas, que tem surgido ao longo de anos idealizando um tipo de homem, de sociedade e, portanto, de educação.

Influências das Tendências Pedagógicas sobre a Prática Educativa do Professor e do Aluno

Com base em alguns autores (ARANHA, 1996; LIBÂNEO, 2006; LUCKESI, 1994; SAVIANI, 2011) podemos, de maneira geral, dividir as tendências pedagógicas em duas vertentes: Pedagogia Liberal e Pedagogia Progressista (ou Crítica). Para Libâneo a Pedagogia Liberal é dividida em Tendência Tradicional, Tendência Renova (progressista e não-diretiva) e Tendência Tecnicista. A Pedagogia Progressista divide-se em Tendência Libertadora, Tendência Libertária e Crítico Social dos Conteúdos e Saviane (2011) acrescenta a Histórico Crítica.

Tendência Pedagógica Tradicional

A visão tradicional de educação não leva em conta os condicionantes sociais dos alunos, suas crenças, ideais e as aspirações. Todos os estudantes são colocados como iguais, todos são tidos como capazes de aprender, todos ao mesmo tempo, no mesmo ritmo, como uma orquestra em perfeita harmonia, se alguém não consegue acompanhar a orquestra a culpa é inteiramente sua. A educação nesta perspectiva tem o papel de preparar o aluno para a vida em sociedade, através, muitas vezes, de conteúdos descontextualizados com a realidade social e com as experiências pessoais dos alunos, levando em conta apenas aquilo que a sociedade considera necessário para o livre

exercício da cidadania. Todos aqueles que não conseguem adequar-se ao modelo padrão de ensino são marginalizados.

O aprendizado somente acontece com a intervenção do professor, que é o centro desse processo, pois é ele quem escolhe a metodologia, a forma de avaliar, os objetivos educacionais, quem planeja o processo. Deve ser severo e rigoroso, sempre mantendo a objetividade. Este transmite os conteúdos da forma como se encontram nos livros didáticos, não havendo reformulação, construção de conhecimentos, mas memorização e repetição mecânica por parte do estudante. Com isso o saber torna-se fragmentado e desligado de seu sentido social. Portanto o papel do professor é o de transmissor dos modelos culturais sem jamais questioná-los ou refletir criticamente sobre eles.

Diante disso, o papel do aluno é ser passivo e receptivo. Ele deve ser submisso e perfeitamente adequado ao modelo educacional vigente, devendo aceitar de modo acrítico tudo que lhe é repassado pelo professor. O processo de aprendizagem acontece quando o aluno é capaz de reproduzir os conteúdos do material didático, e responder aos testes aplicados pelo professor.

Tendência Pedagógica Escolanovista

Esta procurou superar a tradicional propondo uma renovação escolar, tendo como foco principal a pessoa do aluno. Defende uma educação apoiada no respeito ao ser humano e sua teoria se fundamentou nas ideias de Rogers, Montessori e Piaget. A principal característica é seu embasamento teórico nos estudos da biologia e da psicologia.

A Pedagogia Nova, no Brasil, teve seu ápice na década de 1930 com os Pioneiros da Educação Nova: “O movimento significativo da primeira fase é o lançamento, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual apareciam ideias como: escola comum e única para todos, mantida pelo Estado; obrigatoriedade e gratuidade escolar, laicidade e co-educação” (LIBÂNEO, 2008, p. 58).

A escola é um meio para promover a autoaprendizagem sendo um processo centrado na pessoa do aluno. Privilegiam-se mais os processos de descobertas do conhecimento por parte do estudante. A educação ideal é aquela que dá constantemente oportunidades aos alunos de buscarem soluções a situações propostas; situações desafiantes, novas, que estimulem a busca, a investigação e consequentemente a autodescoberta.

Cabe ao professor o papel de facilitador, devendo o ambiente escolar ser o meio estimulador. Não cabe ao docente dirigir os estudos do alunado e sim auxiliá-los, aconselhá-los na busca pelo saber, baseados na curiosidade e interesses dos mesmos. A prática docente é organizar as atividades de interesse dos alunos de modo a estimulá-

los, respeitando as fases de desenvolvimento psicológico e biológico da criança. E sabendo que cada ser humano é único e individual, cada um aprende em seu próprio tempo e maneira.

Tendência Pedagógica Tecnicista

Surge uma nova prática pedagógica inspirada nos princípios positivistas e behavioristas, ou comportamentalistas. O processo educativo tornou-se algo neutro, objetivo e operacional através do uso da tecnologia.

A pedagogia tecnicista tem sua oficialização, no Brasil, no final da década de 1960, no contexto da consolidação da fase monopolista do desenvolvimento capitalista, como uma das soluções para a baixa produtividade do sistema escolar (altos índices de evasão e repetência) que impediam/dificultavam o “desenvolvimento econômico com segurança”. Nesse período, subsequente ao golpe militar de 1964, em que se vivencia a valorização dos processos de industrialização e de desenvolvimento econômico, a necessidade de formação de mão-de-obra para atender a esse novo modelo, era premente (ROMANOWSKI e MIRA, 2009, s/p).

O tecnicismo se caracteriza principalmente pela limitação do processo educativo à aplicação de técnicas, métodos pré-estabelecidos. A educação é vista como uma forma de igualar a todos, preparando-os para o mercado de trabalho, portanto trabalha em prol do sistema capitalista. O ensino é baseado em “princípios científicos, leis, etc., estabelecidos e ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas” (LIBÂNEO, 2008, p. 29). A ideia é que todos os problemas podem ser solucionados meramente com a aplicação de técnicas, tecnologias.

Esta tendência trouxe para a escola o mesmo rigor que existia nas fábricas, e também a mesma alienação. Contreras (2002) assinala que esse processo de racionalismo passou para a esfera do ensino, visando uma gestão científica, não só do conteúdo, como também da organização do trabalho e da ação docente. Portanto foi preciso uma reorganização do sistema educacional, por isso buscou-se operar no trabalho pedagógico uma organização racional que minimizasse ao máximo as interferências sociais na educação. O tecnicismo causou a burocratização e rotinização do trabalho nas escolas, do processo educativo, com adoção de manuais, objetivos a serem alcançados, normatizavam a maneira de proceder da escola desde a gestão da escola à sala de aula, basicamente a separação entre a teoria e prática.

A meta foi instituir um novo modelo educacional que, segundo Saviani (2008) fosse pautado na neutralidade científica e objetividade, sem o risco de interferências subjetivas. O professor tornou-se mais um técnico responsável por verificar se os alunos possuíam as competências precisas para a aplicação e desenvolvimento das técnicas.

Contreras (2002) diz que a produção do conhecimento necessário à prática, bem como a indicação da maneira de concretizar as técnicas não são pensadas, nem planejadas pelos professores que as utilizam. Há uma divisão entre os que elaboram o

conhecimento e os que o aplicam. Também (idem) é a prática profissional docente é entendida como a aplicação racional de técnicas e procedimentos disponíveis para alcançar os fins de antemão estabelecidos. Esses procedimentos e técnicas são elaborados por técnicos e especialistas que se baseiam nas “ciências físico-naturais, e cujo interesse constitutivo é o técnico, isto é, a ação sobre os objetos para obter deles os resultados desejados” (ibidem, p. 93).

Isso tira dos professores o poder de planejar e intervir no ensino, eles se tornam apenas executores dos programas curriculares, isto é, no que diz respeito ao que acontece em sala de aula, o que também causa um processo desqualificação dos docentes. Quanto ao aluno, este deve desenvolver competências e habilidades que o integre ao mercado globalizado de trabalho, deve para isso seguir fielmente o padrão de comportamento imposto, dar respostas prontas e acabadas.

A metodologia de ensino da didática tecnicista se baseia no treino, a prática garante a retenção do conteúdo. As respostas devem estar de acordo com os manuais e materiais didáticas, o que priva os alunos de criticidade e reflexão. Portanto o importante é aprender a fazer. Assim como na pedagogia tradicional a avaliação é apenas uma forma de testar a capacidade de memorização dos estudantes.

Tendência Pedagógica Progressista ou Crítico-Reflexiva

Nas tendências progressistas, também denominadas de teorias críticas da educação, a visão de educação é voltada à transformação social adotando meios críticos-reflexivos de se fazer o processo educativo. Nesta perspectiva o ser humano é visto como alguém situado em um dado meio social e, portanto, mantém interação social com o meio e com todos que nele estão. Por isso a educação não deve ser descontextualizada dessa realidade, deve ser problematizadora, levando ao desejo de transformação da sociedade.

A pedagogia progressista surge em três formas: tendência libertadora, a tendência libertária e a crítico-social dos conteúdos ou histórico-crítica. Aqui trataremos apenas da histórico-crítica a qual concebe a educação como elemento de transformação da sociedade sendo uma tendência voltada à prática que é vinculada à realidade sociocultural e econômica dos educandos, ligando ensino e ação transformadora da realidade, ação e reflexão. Esta tendência considera os conteúdos importantes para a formação do educando enquanto ser social, contudo traz uma visão diferente na maneira de trabalhar esses conteúdos, voltada mais à visão crítica-reflexiva dos mesmos. O conteúdo é de caráter teórico-prático-reflexivo.

Nesta abordagem pedagógica requer-se do professor uma práxis pautada na reflexividade crítica, já que implica trabalhar com conteúdo de cunho científico e político,

em prol da transformação social, o que significa dizer que o docente não age por agir, não é uma ação meramente técnica, mais uma prática dotada de sentido. Isso implica a reflexão sobre a própria prática a fim de melhorá-la.

O aluno que se deseja ajudar a formar é provido de capacidade crítica, e estará motivado a continuar a aprender, a investigar, a refletir de modo crítico. Sendo que o aprendizado se dá pela interação entre sujeito e meio, pela interação com os outros, na escola essa interação pode ser com o professor, com os outros colegas, com os livros, leitura e outros. O aprendizado se dá integrado ao contexto social do aluno, devendo estar atrelado ao desenvolvimento pleno (psicomotor, cognitivo, sócio afetivo) do indivíduo.

Abordagem metodológica

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo com abordagem qualitativa. A bibliográfica se fundamentou em autores como Alarcão (2001), Aranha (1998), Contreras (2002), Gadotti (2003), Libâneo (2006, 2008), Luckesi (2008), Mizukami (1986), Saviani (2008, 2011), entre outros. A documental se baseou no Projeto Político Pedagógico (PPP) das três escolas escolhidas para compreender qual a visão de educação das mesmas, o seu entendimento em relação ao processo educativo e que tipo de ser humano quer ajudar a formar.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas e observações nas três escolas, sendo uma particular e duas públicas, escolhidas conforme sua disponibilidade e aceitação. As entrevistas foram semiestruturadas, com um coordenador pedagógico e dois professores do 3º ano do ensino fundamental de cada escola. Além disso, foram realizadas observações não participantes sobre a atuação das professoras em sala de aula. Por fim, os dados colhidos foram organizados e analisados com base nos fundamentos teóricos desta pesquisa, numa perspectiva qualitativa. A análise dos dados coletados, se desenvolveu a partir dos princípios teóricos e os pressupostos da investigação qualitativa através da análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

A seguir abordaremos as diversas tendências pedagógicas que orientam a prática educacional das professoras e coordenadoras pedagógicas entrevistadas a partir das teorias que embasam esta pesquisa. O estudo investiga de que forma as teorias educacionais se manifestam na prática docente e qual a concepção teórica, expressa em atos, que o professor tem sobre os caminhos que percorrem o ensinar e o aprender.

Processo de Ensino e Aprendizagem e como é desenvolvido com os alunos.

Na pesquisa de campo, o processo ensino aprendizagem é concebido desde a integração dialética entre o professor e o aluno, para sua formação integral, um processo de troca entre professor e aluno, até a que segue conteúdos programáticos e metodologias prescritas, além de cronometração rígida do tempo para exposição da matéria e sua fixação.

Uma das professoras queixou-se que teve que alfabetizar os alunos, visto que não sabiam ler nem escrever. Mas neste caso teria mesmo que partir do seu conhecimento prévio. É isto que propõe a pedagogia crítico social. Ao professor cabe, de um lado, garantir a ligação dos conhecimentos universais com a experiência concreta dos alunos (continuidade) e, de outro lado, ajudá-los a ultrapassar os limites de sua experiência cotidiana (ruptura). Libâneo (2007) e Saviani (2008), quando tratam deste tema, expressam que o professor deve iniciar o trabalho escolar pela prática social do aluno, do que o aluno sabe. Portanto não importa que seja professora da 3ª série do ensino fundamental e os alunos ainda não estão alfabetizados. Partir da prática social destes alunos supõe que deve prover e prever a estrutura cognitiva necessária para que eles se desenvolvam. Então terá que alfabetizá-los, porque sem proporcionar esta estrutura cognitiva eles irão engrossar a lista dos que evadem e reprovam.

Libâneo (2006), Saviani (2011) e Gasparin (2011), destacam a importância dos conteúdos para a formação do aluno, na medida em que são trabalhados levando em conta a interdisciplinaridade, mas, sobretudo contextualizados com a realidade sociocultural. Portanto os conteúdos tornam-se, nessa visão, instrumentos de análise crítica da realidade.

Não se prioriza a interdisciplinaridade, a pedagogia de projetos ou a problematização, mas sim a pedagogia de gaveta, pois os conteúdos são tratados de modo fragmentado. Coincide muito mais com uma relação expressa na pedagogia tradicional ou tecnicista, do que dialética. Observou-se também a ausência frequente de uma professora em sala de aula durante vários momentos. Ela precisaria saber que o professor tem um compromisso moral com seus alunos, com a comunidade e com a própria profissionalidade docente. Para isso deve dispor de conhecimentos específicos, técnicas e recursos, como também ser dotada de um senso político e ético.

Numa das escolas afirmam que seguem o conteúdo programático, levando em consideração o que o aluno traz de conhecimento. Procuram atingir todos os alunos, pois não tem uma turma homogeneia. Isto é, a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes. Pelos discursos, o aluno é considerado em suas experiências, pois se traz algo, contribui e a aprendizagem se torna significativa. A maneira como atuam na

escola, reflete no resultado final do processo, se uma concepção mecanicista ou significativa.

Pelas observações constatou-se que nas três escolas há bastante participação dos alunos, excetuando-se uma turma em uma das escolas. Há participação principalmente quando instigados com perguntas pelas professoras ou vice-versa. Também através de jogos didáticos e atividades escritas e orais.

Diante das constatações é imprescindível entender que a aprendizagem é antes de tudo um processo contínuo, vai desde o nascimento e se estende por toda a vida. Todas as escolas estudadas dizem seguir a linha construtivista ou sociointeracionista. Na linha de pensamento sociointeracionista, o processo de ensino aprendizagem se dá não apenas pela interação entre sujeitos, como também pela mediação do professor ou pessoa que domina o conteúdo (Zona de desenvolvimento proximal).

O papel do professor e do aluno no processo ensino aprendizagem

Nas escolas o papel do professor é entendido, pela maioria, como mediador, mas também como orientador e facilitador. O primeiro implica ser mediador entre o aluno e o meio, na medida em que ambos, professor e aluno, trabalham para o progresso dessa relação (interação), que resulta na aquisição do conhecimento. Esta característica configura-se como abordagem reflexiva crítica, mas o segundo se insere na construtivista ou escolanovista que procede na máxima do aluno aprender a aprender, sendo o professor o facilitador na busca dos meios. Contudo, na prática, através das observações, o que prevalece é exposição oral do conteúdo, seguida de tarefas de fixação. As professoras, salvo exceções em alguns momentos de jogos, conversas e leituras, ainda se guiam por métodos expositivos, ou a mera execução de exercícios, atividades de repetição, com alunos dispostos em fileiras para ficarem comportados, caracterizando-se como tendência liberal de educação.

Essa visão do professor como facilitador é próprio do escolanovismo em que o aluno, como centro do processo, é guiado pela autodescoberta e o professor deve lhe fornecer os recursos necessários para tal. O docente, portanto, facilita na medida que disponibiliza os meios. O professor se dedica em desenvolver um estilo próprio para facilitar a aprendizagem dos alunos buscando a aceitação da pessoa do aluno, procurando ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante. Sua função restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, utilizando técnicas de sensibilização onde os sentimentos de cada um possam ser expostos, sem ameaças. Assim, o objetivo do trabalho escolar se esgota nos processos de melhor relacionamento interpessoal, como condição para o crescimento pessoal.

Quanto ao papel do aluno, é considerado pela maioria das educadoras, como construtor do conhecimento, mas também como o ser que será lapidado, no qual a escola irá trabalhar para construir o cidadão desejado. A professora que aborda sobre a necessidade de lapidá-lo para adequá-lo à sociedade, revela aquilo que a pedagogia liberal entende por educando, alguém que desempenhará um papel na sociedade, mas para isso é necessário moldá-lo às necessidades do meio social. Essa modificação reside na forma de se fazer a educação, impondo os modelos e programas pré-estabelecidos. Nesse caso a educação se constitui em uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. Ao contrário do que se busca na pedagogia crítico social que é a autonomia dos estudantes e seu ponto de partida é a prática social.

Há também outro posicionamento quanto ao aluno. Uma professora disse “O aluno é receptor do ensino”. Se há receptor há o emissor que é o professor. Nesta concepção, o aluno é totalmente passivo, predominando a transmissão de conteúdo por meio de aula expositiva e memorização, não havendo vínculo com a prática social. O professor ensina e o aluno absorve. Estas são as características da tendência tradicional. Será que é por este motivo que esta professora está encontrando dificuldades no relacionamento com seus alunos? Afirmou que são muito rebeldes, pois tem muitos problemas em casa.

Ainda quanto ao aluno, três entrevistadas mencionaram que é pesquisador, aquele que se interessa pelo processo de aprendizagem. Uma destacou que o aluno precisa adquirir habilidades e competências tais como realizar pesquisas em livros, sites, internet, entender o que lê, tomar notas, fazer síntese, redigir, interpretar gráficos e dados, realizar experiências e discutir os resultados obtidos e, ainda, usar instrumentos de medida quando necessário, bem como compreender as relações que existem entre os problemas atuais e o desenvolvimento científico. Esse modo de pensar pode ser a disposição de valorizar o aluno como ser pensante e coparticipante do processo educativo, ser capaz de se relacionar com o mundo natural e social através do conhecimento adquirido na perspectiva sócio crítica. Mas pode revelar também uma visão da escola nova com a ideia de aprender fazendo. Valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de solução de problemas. Considera a pesquisa como processo de ensino.

É certo que os professores não devem ater-se apenas a função de dar aula, deve sempre se lembrar que o que acontece fora da escola repercutirá na sala de aula. Por isso o professor precisa atuar de modo a ver o aluno em sua totalidade, em sua completude, conhecendo sua realidade, de sua comunidade. E o estudante não pode se esquecer que tem responsabilidades também, uma vez que deve, sob a mediação

do professor, fazer a reconstrução ativa dos conhecimentos personificados nos conteúdos.

Estratégias de ensino e material didático.

A respeito das estratégias, métodos e matérias didáticos foi mencionado: reforço escolar paralelo, apostila extra, aula expositiva e dialogada, atividades contextualizadas, jogos, atividades para alfabetizar, grupos de estudo, conversas, diagnóstico prévio, explanação de ideias, leitura, raciocínio lógico, material dourado, apostila, data show, aula no auditório, uso de livros didáticos e paradidáticos, revistas, vídeos e uso de mala de leitura entre outros. Uma escola que usa mais o livro didático e o quadro branco.

Nas observações foram frequentes as exposições dialogadas como técnica de ensino com as cinco professoras. Ao menos quatro professoras, após a exposição, seguiram com atividades avaliativas, e na sequência correção das atividades no quadro ou oralmente. Ao menos duas realizam leitura oral com os alunos, utilizam logotipos e caça palavras.

Quanto as estratégias de ensino e material didático há indícios de uma prática crítico social no dizer das professoras, mas ao mesmo tempo apresentam contradições como a afirmativa de que todas trabalham sempre com livro didático e uma escola é subsidiada pelo material do sistema Uno de Ensino Internacional.

Segundo uma das professoras, “Usa-se o livro didático, pois ele serve como roteiro, uso como uma sequência de conteúdo, mas às vezes me guio pela matriz curricular”. O livro didático tem sua importância como um recurso, mas não pode ser usado como um fim em si mesmo. A aula não deve ser pautada única e exclusivamente no livro didático, pois caso aconteça isso faz com que ele seja visto como única fonte de conteúdos e das estratégias de ensino.

Na tendência pedagógica tecnicista o material instrucional encontra-se sistematizado nos manuais, nos livros didáticos, nos módulos de ensino, nos dispositivos audiovisuais e outros. Nesta, os métodos de ensino consistem nos procedimentos e técnicas necessárias ao arranjo e controle das condições ambientais que assegurem a transmissão recepção de informações. Novamente constata-se características da escola tecnicista, pois nesse caso, nem o professor, nem o aluno participam da elaboração do programa educacional. Ambos são espectadores frente à verdade objetiva. A comunicação professor-aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é garantir a eficácia da transmissão do conhecimento.

Vesentini (2007 apud OLIVEIRA, 2007, s/p.), a respeito do livro didático, diz que “o bom professor deve ver nele, tão somente um apoio ou complemento para a relação

ensino aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo”. Quando serve de roteiro e sequência de conteúdos como afirmou uma das professoras, se caracteriza como tecnicista, pois tem como interesse o de produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. Os conteúdos de ensino são as informações, princípios científicos, leis entre outras, estabelecidos e ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas. O material instrucional encontra-se sistematizado nos manuais, nos livros didáticos, nos módulos de ensino, nos dispositivos audiovisuais etc. O professor administra as condições de transmissão da matéria, conforme um sistema instrucional eficiente e efetivo em termos de resultados da aprendizagem; o aluno recebe, aprende e fixa as informações. O professor é apenas um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno, cabendo-lhe empregar o sistema instrucional previsto. Debates, discussões, questionamentos são desnecessários, assim como pouco importam as relações afetivas e pessoais dos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Uma das três escolas faz uso de recursos e materiais diferenciados: Além das técnicas de ensino já tradicionais. “Nós adotamos aquele livro Professor Nota Dez, o qual possui muitas técnicas de ensino, muitas metodologias, que ajudam o professor, direciona”. Ainda “O livro Professor Nota Dez é como se fosse a nossa cartilha, somos direcionados por ele, inclusive somos cobrados pela coordenação para estarmos sempre atentos às técnicas, fazendo sempre consulta e adequando as técnicas de acordo com as necessidades e a disciplina”.

Na perspectiva da pedagogia crítico social, as unidades ou sequências didáticas consistem em “organizar e desenvolver o ensino através de unidades amplas, significativas e globalizadas de conhecimento de forma a integrar os conteúdos de uma mesma disciplina ou de várias disciplinas curriculares” (HAYDT, 2011, p. 160).

Relação com os alunos e seu desempenho no processo de Ensino e Aprendizagem

Nas escolas pesquisadas foi definida como relação de amizade, afetividade, proximidade e respeito. Há comunicação com os pais, inclusive uma destacou o uso de WhatsApp. Apenas uma professora confidenciou: “Eles estão no 3º ano sem saber ler, são crianças rebeldes, com problemas em casa. Então é muito complicada minha situação em sala de aula, mas aos poucos estou conseguindo a parceria deles, a amizade, que eles entendam que estão aqui para aprender, que é importante respeitar o professor, a escola, mas é difícil”. Pelas observações se confirmou o que as professoras revelaram nas entrevistas sobre a relação professor e aluno.

Quanto a relação professor-aluno, esta é, sem dúvida, a chave para o andamento do processo educativo dentro da sala de aula, apesar de não ser o único fator determinante. Dessa relação resulta o tipo de comunicação que se estabelece entre ambos e, conseqüentemente os resultados, bons ou ruins.

Libâneo (2006) destaca dois aspectos dessa relação na sala de aula, o aspecto cognoscitivo e aspecto sócio emocional. O aspecto cognoscitivo é um processo que ocorre durante a intervenção pedagógica docente na sala de aula, tem a ver com a comunicação dos conteúdos, da realização de atividades e exercícios. Também esse aspecto envolve a escuta sensível, o docente deve ouvir seus alunos, dando-lhes atenção e cuidado, para que se sintam livres para uma participação ativa. Dessa maneira o professor fará um diagnóstico sobre o aprendizado de seu alunado.

Neste enfoque as trocas se acentuam entre professor e aluno. Logo o professor não se contentará em satisfazer apenas as necessidades de carências, mas buscará despertar outras necessidades, exigindo o esforço dos alunos e desenvolvendo hábitos de disciplina e de estudo metódico. Caso uma estrutura cognitiva não está a contento, cabe ao professor provê-lo.

O aspecto sócio emocional, segundo o autor (ibdem), está vinculado à relação afetiva entre professor e aluno, e às normas disciplinares. O professor deve ter a capacidade de manter a autoridade (que é inerente à sua profissionalidade), o respeito e o afeto. E o aluno não pode ignorar as regras estabelecidas, importantes para o convívio social. Esse aspecto está diretamente ligado à questão da disciplina na classe, uma vez que “quanto maior a autoridade do professor (no sentido que mencionamos) mais os alunos darão valor às suas exigências” (ibdem, p. 251). Daí a disciplina estar associada à competência profissional, moral e técnica do professor e à motivação do aluno no processo de ensino aprendizagem.

A autoridade (não o autoritarismo) e a “autonomia são dois polos do processo pedagógico. A autoridade do professor e a autonomia dos alunos são realidades aparentemente contraditórias, mas, de fato, complementares” (ibdem, p. 251).

Quanto ao desempenho foi qualificado de Ótimo a Muito Bom pelas entrevistadas. Consideram que melhoraram principalmente na leitura e na motivação, alguns foram alfabetizados. A coordenadora de uma escola disse: “O rendimento final, bem como o aproveitamento tem sido satisfatório, acima de 90% de aprovação”.

Quanto ao aproveitamento pelas observações: numa turma os alunos demonstram não saber ler e escrever. Em outras três turmas não deu para concluir sobre este indicador. Já a turma que a professora utiliza o sistema UNO se evidenciou que os alunos possuíam muitas informações relevantes.

Mas, concluindo sobre esta categoria de análise, propomos que a prática pedagógica, precisa de uma intensa discussão sobre as concepções que permeiam a organização do trabalho educativo na escola.

Planejamento e Avaliação

Ao predominar o planejamento individual e em casa, como manifestado pelas participantes da pesquisa, não se inscreve na concepção histórico-crítica de educação que prevê encontros coletivos para trocas e reflexão da prática pedagógica. Ao contrário, destaca-se a importância do planejamento como indispensável ao trabalho pedagógico, constituindo-se em momento de programação da ação docente e avaliação de sua prática.

Luckesi (2008, p. 106), diz que por causa da intencionalidade do planejar ele assume um comprometimento ideológico, estando embasado em “opções filosófico-políticas” (p. 106). O autor então discorre sobre o planejamento como um ato político, bem como a importância de que os que planejam tenham essa mesma visão. Para o autor o fato de alguns considerarem o planejamento apenas como um ato técnico, faz com que se esqueçam de dimensionar os resultados políticos de suas ações. Não se trata unicamente dos resultados imediatos (a realização do projeto e alcance dos objetivos de ensino), mas também da “finalidade social, a médio e a longo prazos” (ibidem, 107).

Enquanto planejar é pensar no que será construído, a avaliação é a verificação do percurso feito, e reflexão crítica dos resultados. Na tendência pedagógica crítica a avaliação escolar não é a mera aplicação de questionários escritos ou orais seguidos de atribuição de notas, como na concepção tradicional. Ela não pode mais ser encarada simplesmente em sua dimensão quantitativa, como na pedagogia tecnicista.

Quanto a avaliação nas escolas pesquisadas, pontuaram que é contínua e formativa, constitui-se de prova escrita bimestral somada à qualitativa, que é a pontualidade, assiduidade, participação, comportamento, os trabalhos feitos, dos jogos pedagógicos, das atividades em sala de aula e de casa. Quanto aos erros, se forem cognitivos, é feito uma retomada do assunto e corrigidos na lousa. Ou pedem para eles relerem e tentarem concertar o erro, e explicam se necessário. Uma das professoras destacou que procura fazer com que os alunos mesmos percebam o erro, mostrando a eles perguntando: “será que é assim? ”, “será que você fez corretamente? ”, “vamos observar se fez corretamente”.

No PPP de uma escola reza que a avaliação permite verificar progressos e dificuldades, e em outra que o aluno será avaliado através do senso de

responsabilidade, da criatividade, da participação, da sociabilidade e civilidade, da pontualidade e assiduidade de atitudes éticas.

A avaliação em uma concepção histórico-crítica de educação deve ser processual contínua e sistematizada, isto é, planejada ao longo do processo. Deve girar em torno dos objetivos de aprendizagem e funcionar como guia da aprendizagem, visto que evidenciará as dificuldades e acertos dos alunos. Contudo a avaliação também é uma análise da ação docente, de sua forma de trabalhar, de seu planejamento, todo planejamento tem de ser revisado com base nos resultados da avaliação e, se necessário, refeito. Quanto a intencionalidade, o professor deve estar ciente de o porquê avaliar, como avaliar e como interpretar os resultados.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada não é compreendida pelas participantes da pesquisa como resultado da reflexão da prática pedagógica assumida individualmente e também em grupos. Não superaram ainda a concepção de que se busca formação através de treinamentos, para a instrumentalização do ensino. Ao entenderem a formação através de cursos esporádicos, não consideram as experiências e a realidade cotidiana, não valorizam as necessidades e interesses dos professores, e, sobretudo, ignoram o processo de formação. Entendemos, que as práticas pedagógicas exercidas pelos professores podem ser formativas, quando o professor em suas atividades de ensino, gera e mobiliza saberes, desencadeando sua autoformação, além da construção e reconstrução de sua prática. Pela mobilização e reelaboração de saberes, pela reflexão crítica sobre a prática, o professor pode participar de uma constante autoformação.

Mas apenas a reflexão sobre a prática não é suficiente para compreender os seus condicionamentos. Giroux (1990, *apud* Pimenta, 2002, p.25) afirma que: “A mera reflexão sobre o trabalho docente de sala de aula é insuficiente para uma compreensão teórica dos elementos que condicionam a prática profissional”. Sabemos que o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Pimenta (2002, p.24) chama a atenção escrevendo que a centralidade na aula como lugar de experimentação e de investigação e no professor como o que se dedica individualmente à reflexão e à melhoria dos problemas é uma perspectiva restrita, pois desconsidera a influência da realidade social sobre ações e pensamentos e sobre o conhecimento como produto de contextos sociais e históricos.

E, complementando, a formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica de

atuação do professor. Mas não estão ocorrendo iniciativas nesta direção nas escolas investigadas.

Precisam se conscientizar da importância da formação continuada, mas que seja balizada em princípios que provoquem a reflexão sobre a prática e para além dela e valorizem os professores como protagonistas de sua formação. Mas se constata que, a escola, professoras e coordenadoras pedagógicas, nem cogitam a possibilidade de uma reflexão da prática e das condições sociais para uma compreensão teórica dos elementos que condicionam a prática profissional. Está ocorrendo uma incoerência em se identificar o conceito de formação continuada com práticas de treinamentos que possam ser consumidos por um pacote a ser aplicado tecnicamente. Se os professores não estão voltando sua atenção para sua prática, muito menos contemplam as condições sociais nas quais essa prática acontece, que seria o ideal.

Tendência que a escola segue

Tendência ou abordagem pedagógica pode ser entendida como uma concepção de educação baseada em um entendimento de sociedade e de homem ideal para esta, bem como os modos e meios de se fazer essa educação. Para isso são postos objetivos, metas e todo um planejamento, execução, avaliação do processo. Essa visão de educação tem sofrido variações à medida que a sociedade também muda, rompe com velhos paradigmas e são criados novos. Veremos quais as tendências pedagógicas que as participantes dizem assumir nas suas escolas:

Das sete entrevistadas, quatro constataam a tendência construtivista ou interacionista e três reconhecem a existência do sócio interacionista, apesar de admitirem que assumem uma posição eclética, mistura de concepções pedagógicas ou de apenas crer que é sócio interacionista. No PPP da escola 2, está bem definido o sócio interacionismo como tendência pedagógica a assumir. Na escola 3, não há clareza quanto a tendência pedagógica da escola e a coordenadora diz levarem em consideração os alunos e seus interesses, mas ao mesmo tempo utilizam-se de vários recursos. Parece transitar pelo construtivismo ao priorizar os alunos e seus interesses e tecnicismo por oferecerem vários recursos, também identificado na metodologia e recursos que a escola disponibiliza. Se fôssemos levar em conta apenas o que revelam os discursos, haveria uma predominância do construtivismo ou interacionismo. Mas lendo com mais atenção percebe-se um equívoco no entendimento de tendência interacionista (construtivista) e sócio interacionista entre as participantes da pesquisa. Conclui-se que há muito mais um desconhecimento teórico de cada uma delas, pois há afirmativas equivocadas e contraditórias.

A prática das educadoras investigadas deveria se orientar por ideias, concepções e teorias, que não foram claramente explicitadas, se revelando em certos momentos de forma contraditória entre o que disseram e o que fazem. Por essa razão, a hipótese levantada confirmou-se, ao menos teoricamente, que o processo de ensino aprendizagem constitui-se em um fazer eclético. Teoricamente, porque percebeu-se muito mais uma falta de conhecimento sobre as tendências pedagógicas assumidas ou ignoradas, do que um exercício eclético do fazer pedagógico. Mas, a escola, para exercer sua função de educar, necessita se embasar em uma teoria de educação, a qual inevitavelmente concebe um tipo de homem inserido em um determinado contexto sócio histórico.

Se o aluno necessita de uma estrutura cognitiva na qual possa se apoiar, o educador também necessita desta estrutura cognitiva, e a mesma deva iniciar com a superação de uma prática empirista, difusa e sincrética, reflexo talvez de uma formação tecnicista, fragmentada, para uma prática teorizada cientificamente, sistematizada de forma metódica e objetiva. Como pedagogas, são cientes de que a pedagogia caracteriza-se pelo esforço teórico e sistematizado de pensar a ação educativa, em sentido amplo, e de pensar, ao mesmo tempo, num sentido mais restrito, os problemas que surgem da relação entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem e da própria relação pedagógica. Há necessidade de superar o empirismo da prática, ou seja, compreender o princípio educativo pedagógico, para a elaboração consciente de uma determinada fundamentação teórica, enquanto base e orientação para o pensar e o agir do educador que se pretende crítico.

Saviani (2007) defende a importância de uma fundamentação teórica para que o educador possa superar o empirismo da prática. A deficiência de conhecimento teórico que subsidie a prática do professor não é uma questão restrita à realidade das participantes da pesquisa, mas, uma questão que atinge muitos profissionais da educação. Para Weisz e Sanchez (2001), ao ampliar a consciência de sua prática pedagógica, o professor pode apropriar-se mais adequadamente do processo, deixando de agir intuitivamente.

Para interpretar adequadamente o que está acontecendo com a aprendizagem de seu aluno, com base em que tendência se assenta, o professor precisa de um conhecimento que é produzido no território das ciências. Apoiar-se no conhecimento científico disponível para a ampliação do conhecimento a respeito do processo ensino-aprendizagem pode guiar o professor na sua tarefa educativa e no exercício mais reflexivo de sua prática para assumir conscientemente uma pedagogia e seus impactos.

Atuando sem consciência clara de sua ação, ou seja, de forma intuitiva, gera uma sensação de despreparo que se mostra nas contradições entre o que se observa

na prática e o que se relata no discurso. As práticas das professoras ainda refletem um senso comum pedagógico, que prejudicam a tão almejada qualidade de ensino. Como consequência, mesmo sem perceber, acabam sendo as transmissoras de uma ideologia dominante.

Considerações Finais

Diante dos estudos e reflexões apontadas no presente trabalho pode-se dizer que a escola para exercer sua função de educar o ser humano multicultural como um todo, necessita se embasar em uma teoria de educação, a qual inevitavelmente concebe um tipo de homem inserido em um determinado contexto sócio histórico.

Através da pesquisa de campo, a qual se configurou em análise documental do Projeto Político Pedagógico de cada escola, de entrevistas e observações, confirmou-se, ao menos teoricamente, o que foi levantado como hipótese, isto é, o processo de ensino aprendizagem constitui-se em um fazer eclético.

Portanto conclui-se que nas escolas, as coordenadoras pedagógicas e professoras apesar de optarem por uma abordagem construtivista ou crítica reflexiva de educação, em sua prática fazem uso da abordagem tradicional, escolanovista e mesmo do neotecnismo, o que pode não deixar claro qual o ideal de homem, de sociedade que se deseja, bem como a falta de um entendimento crítico de educação. Mas, podem se tornar as transmissoras da ideologia dominante e colaborar para a formação de cidadãos, não sujeitos do processo de conhecimento, mas passivos, submissos e acríticos.

Sem a pretensão de sermos taxativos, pois em pouco tempo de pesquisa é impossível analisar um processo tão complexo como é o educativo, concluímos através deste trabalho que o conhecimento das participantes sobre as teorias pedagógicas é superficial e confuso e o trabalho pedagógico, embasa-se na própria prática ou nos livros didáticos, sem respaldo teórico, por isso a hipótese confirmou-se, ao menos teoricamente.

A deficiência de conhecimento teórico que subsidie a prática do professor não é uma questão restrita à realidade das participantes da pesquisa, mas, uma questão que atinge muitos profissionais da educação. Nesse sentido, embora não generalizando, os resultados apresentados nos levam a sugerir que as participantes da pesquisa representam um universo maior da realidade da prática docente nas escolas de Palmas, orientadas mais pela intuição, do que por um real preparo decorrente de formação e reflexão no âmbito da prática, a respeito das teorias que fundamentam as tendências pedagógicas no espaço educacional. E após as apropriações necessárias, considerou-se a importância do embasamento teórico para superar o empirismo da

prática, para a elaboração consciente e consistente de uma fundamentação teórica, como base e orientação para o pensar e o agir do educador que se pretende crítico.

Evidenciou-se que há uma lacuna na formação do professor e diz respeito aos fundamentos da educação, mais especificamente às tendências pedagógicas e às teorias que fundamentam o trabalho do professor num dado momento histórico. Mas percebemos a importância da formação continuada dos professores, para que eles se apropriem de conhecimentos fundamentais à realização do trabalho pedagógico.

A educação nesta perspectiva, que intitulamos de transformadora, parte do desejo e possibilidade de uma mudança social. Ela inicia quando o professor e alunos exercem uma prática contextualizada com o meio natural, social e cultural, quando a educação que se faz, leva à reflexão e à crítica sobre esses elementos, quando modifica a prática social dos envolvidos no processo educativo. Para isso, é preciso ter em mente que a educação crítica ou transformadora não é neutra e, somente cidadãos conscientes de seu papel, podem atuar na sociedade de modo a modificá-la.

Referências

- ALARCÃO, Isabel.; TAVARES, José. Paradigmas de formação e investigação no ensino superior para o terceiro milênio. In: ALARCÃO, I. (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofia da educação**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1998.
- CONTRERAS, Domingo J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.
- HAYDT, Regina C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 2011.
- LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2008. pp. 19- 82.
- _____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19 ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- PIMENTA, Selma G. Formação de professores identidade e saberes da docência. In: _____ (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- _____. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas SP: Autores Associados, 2007.
- WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, (2001).
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em 14 de agosto de 2017.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

O EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA ATUANTE NAS SECRETARIAS MUNICIPAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM PALMAS: FUNÇÕES DESEMPENHADAS

Stefanny Thuanny Neres Messias

PROIC/ITOP. Email: stefannythuanny@hotmail.com

Elizabeth Maria Lopes Toledo

Unitins. Email: elizabeth.ml@unitins.br

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo explorar as funções que são exercidas pelos pedagogos nas secretarias de educação estadual e municipal, com sede em Palmas-TO, bem como as contribuições que o curso de Pedagogia UaB/Unitins proporcionou para o bom desempenho das atividades desempenhadas por eles. Participaram dessa pesquisa dezessete (17) pedagogos, sendo quinze (15) da secretaria estadual de educação e apenas dois (2) na secretaria municipal. Certificou-se que o número de pedagogos que atuam em tais secretarias é bem maior dos que participaram da pesquisa, no entanto, como a participação é de caráter voluntário, a amostra foi inferior às expectativas. Inferiu-se que o curso de Pedagogia na modalidade a distância da Unitins contribuiu significativamente para o exercício profissional desses pedagogos nas secretarias. Entretanto, certificou-se também, por meio das sugestões dadas pelos entrevistados a necessidade de uma adequação da estrutura curricular do curso para melhor preparar profissionais para atuar nas secretarias de educação como também em outros espaços não escolares.

PALAVRAS CHAVE: Pedagogos; Secretaria de educação; Pedagogia/UaB.

INTRODUÇÃO

Por muito e muitos anos, os cursos de graduação foram oferecidos exclusivamente de forma presencial, em que alunos e professores encontravam todos os dias com horários e disciplinas previstas em um currículo embasado nas diretrizes curriculares nacionais vigentes.

Após a revolução industrial e o advento das tecnologias, a sociedade tornou-se mais exigente e a necessidade de profissionais melhor qualificados para o mercado de trabalho vem se ampliando a cada dia.

Diante dessa realidade surgiu a modalidade da educação à distância no Brasil, principalmente para atender àquelas pessoas que residem em municípios pequenos, situados em vários locais do país e que não possui nenhuma instituição de ensino superior, lugares de difícil acesso e desprovido de condições de quase toda a natureza, dentre elas, a financeira.

Tal modalidade iniciou-se com os cursos de formação de professores com o objetivo de formar e qualificar profissionais que já atuavam nas escolas sem a devida formação, por se tratar de um público menos favorecido economicamente, com

infraestrutura inadequada e por vezes de pessoas que necessitam de melhores salários para prover as necessidades individuais e familiares.

O estado do Tocantins oferece a modalidade a distância através da Unitins desde 2001 e para quase todos os municípios do estado, além de ter estado presente em todos os estados da federação até pouco tempo.

Além da grande necessidade de qualificação profissional, alguns motivos que levaram ou ainda levam as pessoas a procurarem essa modalidade é o fácil acesso às aulas, o custo baixo ou muitas vezes sem nenhum custo, exigência de menor tempo físico em sala de aula, a oportunidade de aprender a utilizar as ferramentas tecnológicas para viver em um contexto social globalizado, dentre outros.

A Unitins vem oferecendo seus cursos de graduação, de forma especial o de Pedagogia a distância, com professores capacitados e qualificados, oferecendo as vídeo aulas que são disponibilizados para o aluno em tempo record, utiliza uma metodologia participativa, por meio dos fóruns de discussão, encontros presenciais regulares para avaliação da aprendizagem, oportunizando ao aluno a possibilidade de estabelecer seu próprio horário de estudo.

Esta pesquisa foi pautada por investigar o curso de Pedagogia-EaD/Unitins, os pedagogos formados por ela, as secretarias de educação estadual e municipal sediadas em Palma e as contribuições que o curso, na referida modalidade, proporcionou àqueles que atuam como profissionais em tais secretarias. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário contemplando as informações que comprovem o objeto dessa investigação: “O curso de Pedagogia contribuiu para a atuação do pedagogo nas secretarias de educação?”

No cotidiano das secretarias de educação os pedagogos que participaram dessa pesquisa, expressaram com admiração sobre sua trajetória enquanto acadêmicos, da grande realização de se fazer um curso superior, dos obstáculos enfrentados, mesmo na modalidade a distância, mas também dos frutos colhidos como por exemplo, trabalhar em uma secretaria de educação de uma capital promissora como Palmas.

REVISÃO DE LITERATURA

A formação do pedagogo na modalidade à distância

Atualmente a Educação a Distância (EAD), é uma modalidade implantada no Brasil na década de 1930 e veio como objetivo possibilitar a ampliação da educação e permitir maior interação entre as pessoas através das tecnologias. Com a evolução desses meios de comunicação: rádio, televisão, filmes e o computador, é que os cursos a distancia foram utilizando dois meios, sendo o mais recente de todas as tecnologias a

internet. A interação entre esses interlocutores passa a serem por chats, debates, fóruns virtuais, ou seja, a comunicação oral e visual.

A implementação da EAD existe desde o século passado e foram implantados na Unitins em 2006. Desde 2001 antes os cursos aconteciam no regime tele presencial contando com a colaboração de recursos particulares. A oferta deste tipo de curso passou a acontecer por meio de programas educacionais na modalidade a distância - EAD.

Essa modalidade deve ajudar aqueles que realmente necessitam de uma qualificação para o mercado de trabalho e residem em locais onde não oferece cursos na modalidade presencial. A tecnologia hoje em dia está cada vez mais avançada e influenciando a vida das pessoas principalmente em sala de aula, em que os métodos tecnológicos vêm a auxiliar professores e, exige deles o domínio do uso das ferramentas estas, se utilizadas de forma inadequada não trarão benefícios para os alunos e, conseqüentemente, os objetivos não serão alcançados.

Se as novas tecnologias de comunicação e da informação estão avançando velozmente, obter o domínio total delas é uma tarefa árdua, visto o curto ciclo de vida que estas estão apresentando. Quando se aprende um domínio, possivelmente ele já está sendo ultrapassado por outro. Por isso, é preciso ter sempre bem claro que a capacidade intelectual é o principal insumo e o principal produto da nova Era do Conhecimento e da Informação.

O egresso do curso de Pedagogia em EAD

O curso de Pedagogia foi criado a partir de 1939, com intuito de formar professores para as series normais e professores primários. Mas com a criação do curso de pedagogia em EAD facilitou muito para aqueles que procuravam o curso para se formar na área. Muitos daqueles que procuram o curso de Pedagogia, que buscam a área de educação desejam ser educadores, independentemente de se graduar na modalidade presencial ou à distância. A modalidade a distância é muito utilizada para a formação inicial quanto para a formação continuada.

O pedagogo, independentemente da modalidade escolhida para sua formação, às competências profissionais devem ser desenvolvidas com a mesma intensidade. No tocante às competências profissionais, que o pedagogo deve ter, são indispensáveis que o mesmo esteja apto a adquirir estas ao concluir seu curso. Segundo Ramos (2002, p. 5), "A noção de competência é, então, apropriada ao processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e das negociações".

As competências são à base da formação, por isso é necessário que elas estejam bem definidas e aclaradas aos alunos do curso para que os mesmos tenham

conhecimento das habilidades que estarão aptos a praticar no desenrolar do curso e depois de graduados.

O papel do Pedagogo nos espaços escolares e não escolares.

A dificuldade de hoje a respeito do papel do pedagogo, está em determinar sua verdadeira identidade de atuação, por ser um profissional versátil, que norteia a prática educativa, e que ajuda no saber e no fazer das pessoas. Importante esclarecer que, independente de seu âmbito de atuação, cabe ao pedagogo também educar nas organizações (empresas e escolas), contribuindo para que a aprendizagem permita aos adultos e crianças construindo sua trajetória de conhecimentos.

Ao estudar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, e em Licenciatura, normas foram construídas e definidas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão vinculado ao Ministério de Educação. Observa-se, em seu artigo 5º, a declaração que todo o profissional formando no curso de Pedagogia deverá estar habilitado para as seguintes tarefas:

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas. (BRASIL, DCN, 2006, p.2-3).

O pedagogo no espaço escolar tem como papel orientar e mediar o trabalho pedagógico. As atribuições deste profissional na gestão escolar propõe atividade nas transformações sociais, étnicas e raciais; sua formação e atuação profissional desencadeiam mudanças de organização na equipe de trabalho, um processo contínuo de qualidade, formação continuada, gestão democrática e comprometimento com suas funções.

O papel do pedagogo nos espaços não escolares tem a função de mediar e articular a aprendizagem e a organização, em locais fora da escola, em virtude de vivermos em tal sociedade em que exige de todos, atualização e uma visão inovadora. Há uma preocupação no mercado de trabalho, pois quanto mais uma sociedade se desenvolve as funções e ocupações se diversificam, exigindo versatilidade das pessoas e adaptação ao novo. Isso se dá pela necessidade do convívio e de se garantir como profissional no contexto social.

A atuação do Pedagogo nas Secretarias de Educação

Hoje outra realidade que nos deparamos é o grande número de pedagogos exercendo funções fora da escola, funções essas, pedagógicas ou não pedagógicas. Tais funções são de cunho técnico e ou administrativo, em organizações escolares e não escolares, de regime público e privado. Entende-se que isso vem a ocorrer pelo próprio desconhecimento do real papel desse profissional, havendo a não ampliação do exercício da função de cunho pedagógico nessas instituições, ou por vezes por necessidade de ordem administrativa, em se tratando de gestão de pessoas e ou de material.

Há distintas ações de cunho educativo que são relevantes para a sociedade, e em geral estão sendo desenvolvidas pelo pedagogo que merecem ser evidenciadas:

Os sindicatos contratam pedagogos para ministrar cursos, elaborar projetos e planejamentos sobre as ações da organização. Nos Órgãos Judiciários, o pedagogo atua nas varas da Infância e adolescência integrando equipes psicossociais. Nas emissoras de TV e Rádio, o pedagogo é responsável pela área de Difusão Cultural, elaboração de mensagens educativas sobre variados temas tais como: educação ambiental, AIDS, drogas, saúde etc. além de análise da programação infantil. (SILVA, 2007, p. 3021).

No ambiente não escolar, há diferentes profissionais que exercem funções variadas; inclusive o pedagogo que mesmo exercendo funções pedagógicas assume uma postura diferenciada. Não há um manual contendo as atribuições ou perfil indicado para esse pedagogo que atua em espaços não escolares, ou seja, há apenas resultados de observações, de pesquisa e trabalhos realizados que demonstram o perfil desse profissional nesses contextos em que ele se encontra inserido.

Neste sentido, enumeramos alguns indicadores, resultados de observações e relatos de pesquisa, que delineiam o perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares, como por exemplo, as Secretarias de Educação conforme apresentamos a seguir:

1. Ter flexibilidade em suas ações.
2. Demonstrar conhecimento e experiências relativos à gestão participativa.
3. Ter competência e habilidade na busca de soluções para os impasses enfrentados, com compreensão do processo histórico, social, administrativo e operacional em que está inserido.
4. Ter comprometimento e envolvimento com o trabalho.
5. Preparar-se para gerenciar e administrar conflitos.
6. Zelar pelo bom relacionamento interpessoal.
7. Gostar de trabalhar com pessoas.
8. Primar por um processo de comunicação eficaz.
9. Conhecer os princípios de educação popular.

10. Demonstrar competência e habilidade para planejar, organizar, liderar, monitorar e empreender, dentre outros.

Pelos indicadores citados percebe-se que o pedagogo necessita desenvolver muitas habilidades além daquelas já aprendidas no curso de graduação. Como é sabido esse profissional exerce as mais variadas funções, portanto, presume-se que ele vai aprendendo as especificidades da função à medida que adquire conhecimentos e experiências.

Pode-se considerar que o exercício profissional do pedagogo, necessita estar habilitado a desenvolver várias atividades que abrangem:

[...] formulação e gestão de políticas educacionais; formulação e avaliação de currículos e de políticas curriculares; organização e gestão de sistemas e de unidades escolares; coordenação, planejamento, execução e avaliação de programas e projetos educacionais, para diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos, terceira idade); formulação e gestão de experiências educacionais; coordenação pedagógica e assessoria didática a professores e alunos em situações de ensino e aprendizagem; coordenação de atividades de estágios profissionais em ambientes diversos; formulação de políticas de avaliação e desenvolvimento de práticas avaliativas no âmbito institucional e nos processos de ensino e aprendizagem em vários contextos de formação; produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico do campo educacional; formulação e coordenação de programas e processos de formação contínua e desenvolvimento profissional de professores em ambientes escolares e não escolares; produção e otimização de projetos destinados à educação à distância, programas televisivos, vídeos educativos; desenvolvimento cultural e artístico para várias faixas etárias. (FRANCO, LIBÂNEO E PIMENTA, 2007, p. 85).

São várias as funções desempenhadas pelo pedagogo nas Secretarias de Educação. Dentre elas, podemos citar: a coordenação pedagógica, supervisão pedagógica e ou educacional, inspeção escolar e demais funções de cunho administrativo. Vale ressaltar que a concepção a respeito da atuação do pedagogo, ainda está restrita a ser educador de crianças e ao contexto da escola. Os próprios cursos de Pedagogia ainda enfatizam que “lugar de pedagogo e na escola”. Portanto, é urgente e necessário que seja expandido o espaço para esse pedagogo e que seja feito um reconhecimento de ele existe e que há espaço para atuação desse profissional fora do ambiente escolar.

São várias as funções desempenhadas pelo pedagogo nas Secretarias de Educação. Dentre elas, podemos citar: a coordenação pedagógica, supervisão pedagógica e ou educacional, inspeção escolar e demais funções de cunho administrativo. Vale ressaltar que a concepção a respeito da atuação do pedagogo, ainda está restrita a ser educador de crianças e ao contexto da escola. Os próprios cursos de Pedagogia ainda enfatizam que “lugar de pedagogo é na escola”. Portanto, é urgente e necessário que seja expandido o espaço para esse pedagogo e que seja feito

um reconhecimento de ele existe e que há espaço para atuação desse profissional fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, o gestor da pasta da educação, denominado “Secretário(a)” necessidade tem a necessidade de compor sua equipe com profissionais que possuam a devida qualificação, experiência e vivência educacional, a fim de que estes possam auxiliar o chefe do poder executivo no fortalecimento e desenvolvimento de uma das mais importantes pastas sociais: a secretaria de educação, municipal ou estadual.

O pedagogo é o profissional, senão o mais indicado para atuar nas secretarias de educação, que, juntamente com o gestor público, buscam o fortalecimento e desenvolvimento da educação pública de qualidade.

Cada realidade pedagógica exige do profissional pedagogo o exercício de várias funções. As secretarias de educação, composta por vários setores, oportuniza a esse profissional vivenciar variadas experiências.

Os pedagogos são requisitados para atuar nas secretarias de educação por meio de concursos públicos, contratos temporários, funções comissionadas e ou indicações por parte de políticos e partidos.

Será que o pedagogo está realmente preparado para desempenhar tantas funções? Será que o curso de Pedagogia o qualifica para atuar fora da escola?

Essa pesquisa teve como objeto de estudo, pedagogos que atuam nas secretarias de educação municipal e estadual e que foram formados pela Unitins na modalidade a distância. A maioria deles demonstrou ter sentido falta em seu curso do preparo para atuar fora da escola, principalmente nas secretarias de educação. Alegaram também ter sentido dificuldades para exercer suas funções mesmo aqueles que atuam nos setores de currículo, coordenação pedagógica, supervisão escolar.

Nesse contexto, é urgente repensar os currículos dos cursos de Pedagogia para que formem profissionais melhor qualificados para atuar em diferentes espaços, escolares e não escolares.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica adotada, na presente pesquisa, foi predominantemente qualitativa, pois, concordando com Laville & Dionne, os objetos de pesquisa nas ciências humanas *“são dotados de liberdade e consciência. A realidade dos fatos humanos é delas amplamente tributária, e raramente se pode determiná-la, em toda sua complexidade, sem considerar os múltiplos elementos que a compõem”* (2009, p.32).

Por isso, para compreender e certificar se o curso de Pedagogia UaB/Unitins prepara seus profissionais para atuar nas secretarias de educação, torna-se

indispensável refletir sobre a qualidade dos cursos de Pedagogia, especialmente aqueles na modalidade a distância que habilitou profissionais para as secretarias municipal e estadual que atuam em Palmas. A reflexão qualitativa, neste sentido, não se ocupou somente dos fenômenos em si, mas das estruturas internas da consciência pelas quais os fenômenos são compreendidos, constituindo as significações da realidade em sua complexidade, na medida em que esta é carregada de valores sociais, políticos, econômicos, culturais, jurídicos, dentre outros.

Neste sentido, foram definidos os procedimentos da presente pesquisa qualitativa tendo como parâmetro os seguintes itens:

1. Revisão de literatura - a respeito da área de estudo, a formação de pedagogos para atuação em espaços escolares e não escolares, o estudo foi embasado em estudiosos como Libâneo, Carbello, Souza, Silva entre outros. A pesquisa foi definida como descritiva na capital Palmas – TO, com uma amostra de 17 pedagogos, sendo 02 da secretaria municipal de educação Semed e 15 da secretaria estadual de educação Seduc que cursaram sua graduação na Unitins/EaD.

2. Seleção das escolas envolvidas na pesquisa – levou-se em consideração os profissionais pedagogos que atuam na sede das secretarias municipal e estadual com sede na capital.

3. Aplicação de questionário contendo dezoito (18) questões, sendo 17 (dezessete) objetivas e 01 (uma) discursiva. Foram aplicados e respondidos 17 (dezessete) questionários em pedagogos que trabalham na Semed e Seduc, em Palmas. Os dados coletados a partir da tabulação deste instrumento permitiram uma apreciação qualitativa como também quantitativa, por meio da análise temática de conteúdos, que, segundo Laville & Dionne “*consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação*” (1999, p.214).

4. Análise temática dos conteúdos. Depois da coleta dos dados, foi feito um estudo minucioso do conteúdo, palavras e frases que o compõem, visando analisar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta pesquisa teve como alvo investigar as funções exercidas pelos pedagogos nas secretarias de educação. Partindo da análise e interpretação dos dados deu-se a partir dos resultados alcançados mediante a tabulação das questões objetivas e discursiva. Os resultados serão apresentados conforme a sequência de cada item pesquisado por meio do instrumento utilizado.

Dada a permissão, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, O questionário foi aplicado em tais pedagogos já formados que se dispuseram, voluntariamente em respondê-lo. Assim, contou-se com um total de 17 formados de Pedagogia, sendo 2 da secretaria municipal, 15 da secretaria estadual, perfazendo um total de 17 profissionais pesquisados, o que não facilitou muito a comparação e a interpretação dos dados.

1. Sexo

A predominância dos pedagogos do sexo feminino foi consideravelmente mais elevada que o masculino nas duas secretarias. Sendo 94%, mulheres e 6%, homens. Esses dados revelam que as mulheres ingressam com mais facilidade no curso de Pedagogia que os homens, pois muitos ainda têm o pensamento de que a mulher tem mais paciência e instinto materno que os homens, além de a mulher na sociedade ainda ser menos remunerada que os homens; esse pode ser o motivo pela resistência das pessoas do sexo masculino e por eles, teoricamente, ainda continuam sendo vistos como provedores da família.

2. Ano de conclusão do curso de Pedagogia

Os entrevistados desta pesquisa são pessoas que, ao término do ensino médio já tinham uma opinião formada a respeito de qual curso iria fazer, neste caso, Pedagogia; algo que muitos adolescentes não têm nenhuma noção do que cursar. Alguns entrevistados me perguntaram se eu já estava concluindo o curso e, ficaram surpresos pelo fato de eu estar no último semestre encerrando o curso. Um deles fez o seguinte comentário: “você é tão nova e tão segura da profissão que quer assumir, considerando que pessoas com mais idade e com experiência de escola, normalmente são as que buscam fazer esse curso”. Pelo gráfico anterior percebeu-se a faixa etária dos entrevistados. O ano de conclusão, comparado à idade, é possível constatar que a maioria já tinha uma idade mais avançada quando se formaram em Pedagogia. A pesquisa constatou que 62% dos entrevistados concluíram antes de 2004; 13% concluíram em 2004; 13% em 2007; e 12% dos entrevistados concluíram a sua formação em 2009.

3. Locais de atuação antes da conclusão do curso de Pedagogia

Os entrevistados ao responderem o questionário já tinham uma visão do que fazer antes de se tornar um professor pedagogo. 59% deles não trabalhavam diretamente com a alfabetização de crianças, mas atuavam em outros setores dentro da escola. Alfabetização aqui mencionada não se refere apenas à decodificação de símbolos impressos, mas refere-se ao ler e escrever corretamente, o domínio das quatro operações e à visão do mundo que em que vive. Apenas 17.7 % já trabalhavam na secretaria de educação, os outros 17.7% trabalhava em outros locais, é apenas 5,9%

não trabalhavam em lugar algum. Esses dados demonstram que a experiência na escola prevaleceu, o que muito deve contribuir para a atuação na secretaria de educação, uma vez que, é fundamental ter a vivência de escola para melhor compreender e orientar o processo didático pedagógico em um contexto macro como é a secretaria da educação.

4. Atuação nas secretarias de educação no momento da pesquisa

Todo o processo burocrático percorrido até o momento de abordar os participantes constitui-se de uma longa caminhada, uma vez que encontramos algumas dificuldades para chegar aos formados em Pedagogia-EaD. Na secretaria municipal de educação apenas 11,7% dos indicados se propuseram a responder o questionário, correspondendo a apenas dois (2) profissionais, Já nas secretarias de educação estadual encontramos também pequenos obstáculos até chegar ao pesquisado, no entanto, houve maior participação de profissionais, perfazendo um percentual de 88%, equivalendo a um total de 15 pessoas que disponibilizaram seu tempo e paciência a responder com satisfação as nossas questões.

5. Setores em que os pedagogos atuam nas secretarias de educação

Atualmente o mercado de trabalho do pedagogo é muito vasto e um dos locais que necessita desse profissional é a secretaria de educação. São vários esses setores que compõe tal secretaria. Nesta pesquisa. Detectamos 6% desses profissionais atuando no setor de Recursos humanos; 6% na Gestão de Pessoal; 6% atuando na Supervisão das escolas; 12% na Diretoria de Tecnologia e inovação; 12% na Gerência de alimentação escolar; 6% na Diretoria de Educação; 5% na Gerência de Certificação e Inspeção Escolar e 4% na Gerência de Educação à distância.

Percebe-se que há pedagogos nos mais variados setores das secretarias, desde o pedagógico até os de caráter estritamente administrativo. Os cursos de Pedagogia de modo geral, em suas estruturas curriculares, apresentam disciplinas específicas de cunho muito mais pedagógico do que administrativo, o que nos leva a crer que tais profissionais não saem do curso com o devido preparo para atuar nos diversos setores da secretaria. Supõe-se que eles vão aprendendo com seus pares durante o dia a dia de trabalho, ou melhor, vão reproduzindo o que os outros fazem.

8. Cargo comissionado/confiança

A partir do art. 37, inciso V da Constituição Federal de 1988 dispõe que: "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento".

O texto acima diz que não há uma diferença precisa entre as funções exercidas, pois para haver uma diferença e preciso que o mesmo esteja ocupando o

lugar no quadro funcional de Administração. Portanto, dos entrevistados tiveram apenas 11,8 % que afirmaram ter algum dos cargos citados, os outros 88,2 % não exercem nenhuma das funções citadas.

9. Funções/atribuições específicas do setor que em que trabalha

Ao estudarmos Pedagogia como ciência, conforme já citado anteriormente, temos um 'leque de opções' na área escolhida, além de diversas atribuições que nos são dadas, com base nisso os entrevistados mencionaram outras funções/atribuições que são exercidas por eles. Essas outras funções não são ensinadas no âmbito de formação, no entanto, muitas outras habilidades nos são exigidas ao adentrarmos no mercado de trabalho. Apresentamos aqui apenas algumas como: técnica de referência, técnica de alimentação escolar, gerente no setor de modulação (lotação), entre outras funções.

10. Tempo de serviço na secretaria de educação

Atuar na área de formação é um desejo que assim que terminamos nosso curso já queremos estar ingressado em algum trabalho, se efetivar em uma área da educação, era aprovado em um concurso público, estar exercendo uma função comissionada, estar à disposição de alguém ou até mesmo dar as ordens. Essa pesquisa demonstrou que há um bom tempo esses pedagogos estão trabalhando nas secretarias de educação e muitos não pretendem sair e se aventurar em outro setor fora da educação. Assim, 24% dos entrevistados já estão há um ano atuando na secretaria; 18% já estão entre um a três anos trabalhando, e 6% estão nas secretarias de três a cinco anos e, os demais estão há mais de cinco anos atuando na secretaria estadual e municipal. Percebe-se que muitos desses pedagogos se sentem "mais importantes" trabalhando na secretaria e outros não querem atuar na escola, alegando ser cansativo, além de levar muitas tarefas para realizar em casa.

11. Situação Funcional atualmente na secretaria de educação

Hoje muitos pedagogos, ao término da sua formação pensam somente em arrumar um emprego, poucos pensam em fazer uma pós-graduação, um mestrado ou doutorado. Muitos também desejam fazer um concurso público, para adquirir estabilidade, salário fixo, licenças, capacitações, ascensão profissional e aposentadoria. Estas foram muitas das afirmativas citadas pelos 88% dos entrevistados que escolheram fazer o concurso tão logo tenha concluído o curso; outros 12% que afirmaram ser contratados, mas usufruírem de benefícios como: salário fixo, férias, mas afirmaram também que existem algumas desvantagens, mas não foram citadas. Se a maioria tem uma situação estável, ou seja, é concursado significa que assumiram de fato a profissão de professor pedagogo, embora não esteja atuando diretamente na escola.

12. Visão do egresso do curso de Pedagogia quanto à modalidade à distância

A educação a distância veio para facilitar a vida de muitos estudantes, isto foi o que todos os entrevistados citaram durante a abordagem feita para preencher o instrumento de pesquisa. Afirmaram que tal modalidade atende também sempre a um público bem jovem, visto que a barreira de comunicação é quebrada por meio das ferramentas tecnológicas, proporcionando àqueles que não residem em municípios que não tem faculdade ou em locais de difícil acesso, ou mesmo porque não tem condições financeiras suficientes para pagar uma faculdade, fazer um curso superior se torna uma realidade e um sonho realizado para muitos. Nesse sentido, 9% dos entrevistados consideram essa modalidade excelente, 68% afirmam ser ótima, 14% afirmam ser boa e os outros 9% não se pronunciaram a respeito dessa modalidade de ensino. Percebe-se que a maioria aproveitou a oportunidade para fazer um curso superior à distância, além de reconhecer a modalidade à distância como muito positiva, ou seja, ótima.

13. Recomendação do curso de Pedagogia na modalidade – EaD, pelos egressos

Dos 94% dos pedagogos entrevistados recomendaram a outrem a fazer o curso de Pedagogia à distância, afirmando ainda as vantagens de se fazer um curso na modalidade à distância. Apenas 6% dos entrevistados afirmaram não recomendar essa modalidade de ensino a ninguém, pois não viram vantagens de se estudar nessa modalidade de ensino. A procura por cursos a distância tem crescido cada vez mais nos últimos anos. Além de alguns serem gratuitos, muitos cobram uma mensalidade acessível, além de diminuir os custos com transporte, horário fixo, ausência de casa, entre outros, se comparado a um curso de graduação na modalidade presencial.

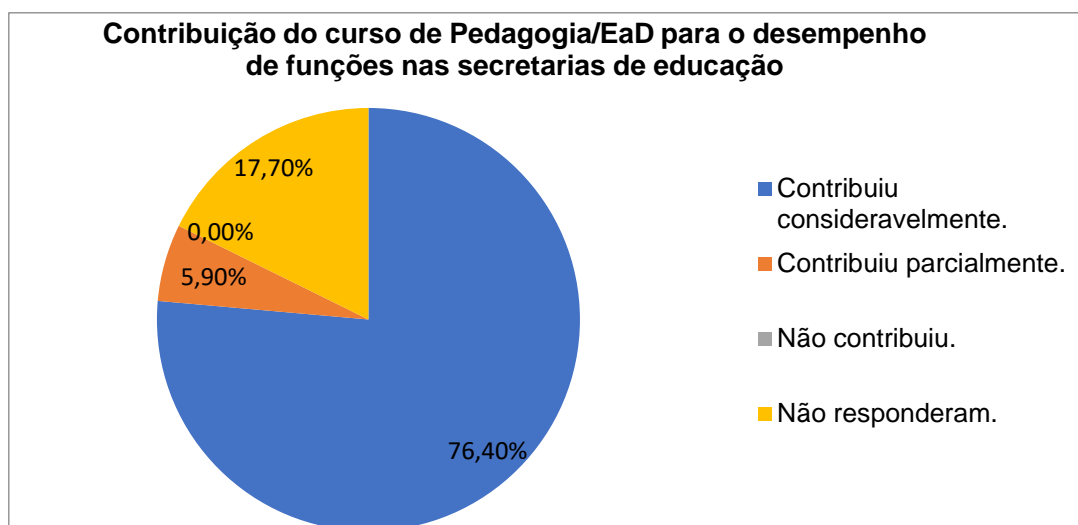
14. Contribuição do curso de Pedagogia/EaD para o desempenho de funções nas secretarias de educação

Muitos profissionais, ao término de sua graduação acreditam que somente a sua formação é o suficiente para se tornar um profissional e já pensam estar aptos na sua área durante toda a vida. No entanto, a realidade atual demonstra que o inverso dessa situação que é a verdadeira. Após o término do curso e ao depararem com um contexto competitivo e exigente, a maioria busca a formação continuada através de cursos de pós-graduação, procurando se especializarem em uma área que melhor se identifica ou em outra área em que pretende atuar ou que já atua. Assim, os conhecimentos são construídos e as habilidades desenvolvidas contribuindo para a melhoria da qualidade no desempenho de suas funções.

Dos entrevistados, 76% afirmaram que o curso de Pedagogia a distância contribuiu consideravelmente para sua formação; apenas 6% afirmaram que tal curso contribuiu parcialmente para sua atuação profissional, Ninguém afirmou que não houve

nenhuma contribuição. No entanto, 18% dos entrevistados omitiram suas opiniões a respeito da contribuição ou não contribuição para sua atuação profissional.

Veja o demonstrativo no quadro a seguir:

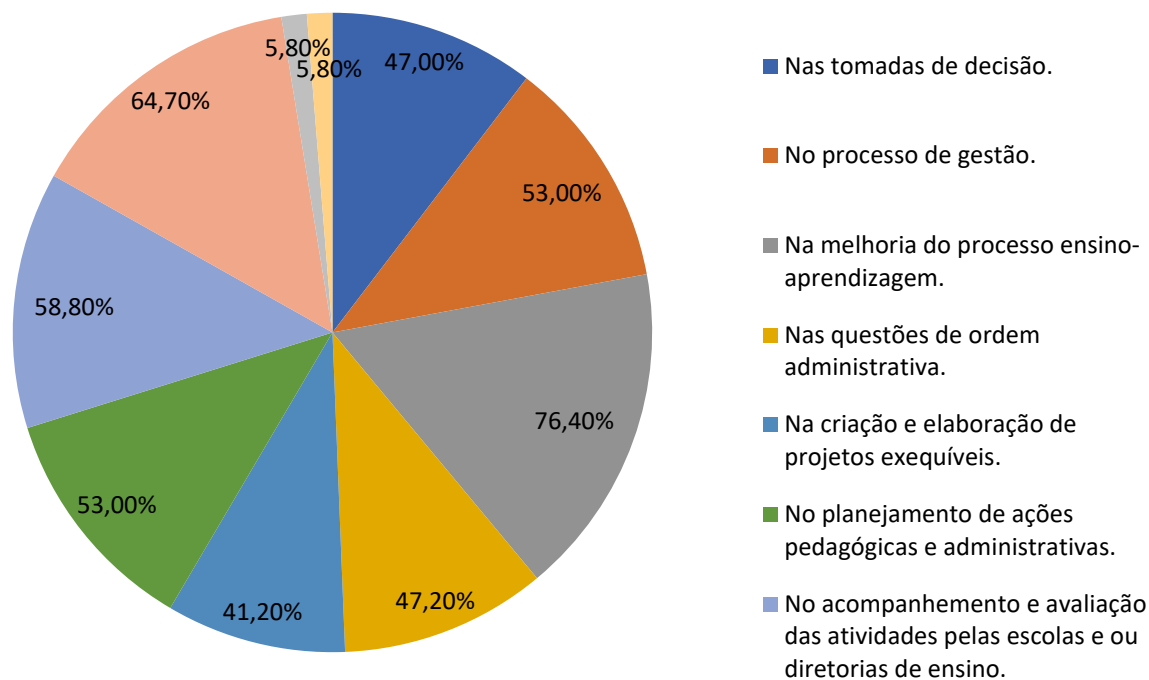


15. Aplicação dos conhecimentos do curso de Pedagogia/EaD para desempenho de funções do pedagogo nas secretarias de educação.

Embora muitos pedagogos se julguem preparados quando concluem o curso de Pedagogia, sentindo-se aptos a colocar em prática os conhecimentos construídos e ou adquiridos durante a formação acadêmica, percebem que a realidade deparada no contexto profissional é muito diferente daquela teoria estudada em sala de aula. O gráfico a seguir demonstra de forma clara a relação teoria-prática e sua aplicabilidade no dia a dia das atividades profissionais. Dos entrevistados, 10% afirmaram que o curso contribuiu para suas tomadas de decisão no trabalho; 12% afirmaram ter contribuído para o seu processo de gestão; 17% disseram ter auxiliado na melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos enquanto professora; 10% nas questões de ordem administrativa; 9% na criação e elaboração de projetos exequíveis e 12% no planejamento de ações pedagógicas e administrativas.

Esses resultados demonstram que o curso de Pedagogia/EaD contribuiu de forma significativa e de diversas maneiras para a formação e a atuação profissional de nossos entrevistados. Observe o gráfico a seguir:

Aplicação dos conhecimentos do curso de Pedagogia/EaD para desempenho de funções do pedagogo nas secretarias de educação.



Quando se trata da Educação que objetiva a formação profissional de um pedagogo, os alunos já estão aprendendo na própria consecução do curso de Pedagogia, pois como TARDIFF (2002, p.119) ressalta “(...) assim como não existe trabalho sem técnica, também não existe processo de ensino-aprendizagem sem pedagogia”.

Ainda, há que se refletir que a Educação não se faz apenas na academia, por meio da formalidade de um curso. Ela ultrapassa suas paredes e abarca todas as possibilidades de interação social que constituem o dia a dia de um sujeito, e no caso específico, de um sujeito cujo preparo para ser professor inicia-se antes mesmo de que ele nasça, uma vez que ele já é alguém de quem se fala cuja subjetividade, portanto, já está sendo construída naquele tempo e naquele espaço.

Teoria e prática são entendidas como dois componentes indissolúveis da práxis que, na visão de Adolf Sánches Vásquez (1977, p.241), define-se como —atividade teórico-prática, ou seja,

tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar isolando um do outro. Trata-se de uma interpretação que compreende a relação teoria e prática numa concepção dialética. Conforme Gamboa (2007), para se entender esta inter-relação dialética é preciso se ater a algumas condições. A primeira diz respeito à unidade dos termos, o que significa dizer que não se pode conceber a teoria separada da prática (o ser separado do pensamento), tendo em vista que a existência de uma ou outra depende da relação mútua entre elas. É na relação com a prática que se inaugura a existência de uma teoria, esta não existe solta, é sempre a teoria de uma prática. De outro modo, a prática existe como sendo a prática de uma

dada teoria. Neste raciocínio é a própria relação entre elas que possibilita a sua existência.

Nesse sentido, é possível inferir que o curso de Pedagogia fundamenta e alicerça a base teórica para uma prática em contextos escolares e não escolares. Contudo, o curso não possui um manual ou um livro de receitas; compete a cada pedagogo ter as competências e habilidades necessárias para fazer a transposição didática para a função específica que for desempenhar. Além disso, o profissional deve estar predisposto a aprender por meio de formação continuada, oferecida pela secretaria ou mesmo por conta própria; aprender com seus pares e aproveitar todas as oportunidades que lhe proporcione aprendizado e crescimento em todos os setores da educação como um todo.

16. Sugestões dadas pelos entrevistados no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do curso de Pedagogia no que tange às funções desempenhadas pelos pedagogos nas secretarias de educação.

Embora tenha se percebido que os cursos de Pedagogia precisam ser estruturados do ponto de vista curricular, o pedagogo vem se transformando no contexto histórico/social. Antes era visto como detentor do conhecimento, sendo ele somente o centro de tudo e não podendo ser questionado sobre o que ensinava; hoje eles não são mais vistos dessa forma, uma vez que a Pedagogia tem como um de seus propósitos, formar o aluno como um ser crítico, questionador, pensante, criativo, havendo a necessidade de o pedagogo ter uma postura similar a esse perfil de sujeito que necessita ser formado, afinal é ele o formador por excelência.

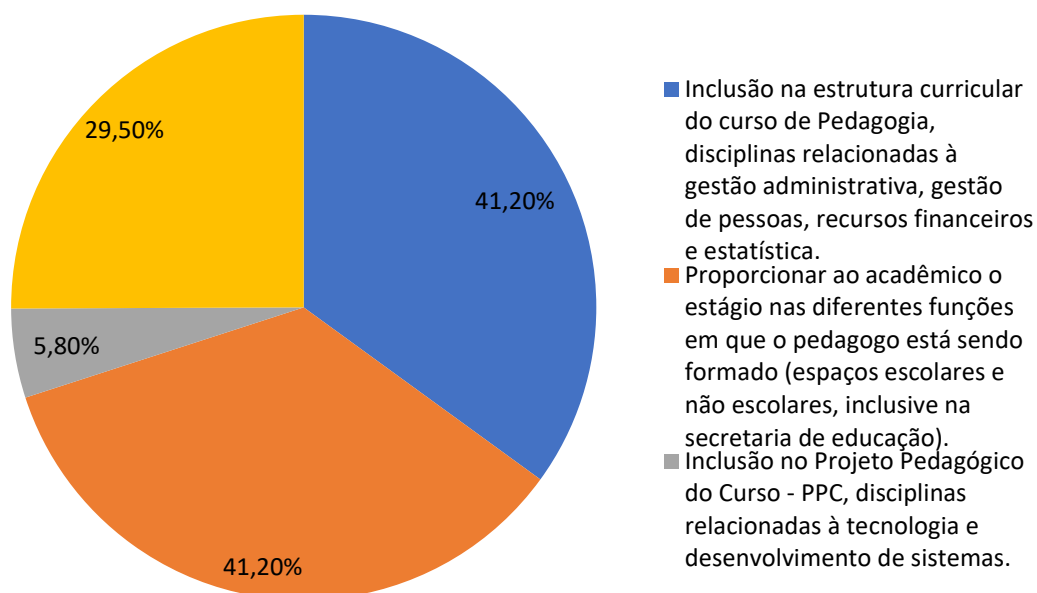
A seguir, apresentadas tais sugestões: - 35% indicam a inclusão na estrutura curricular do curso de Pedagogia, disciplinas relacionadas à gestão administrativa, gestão de pessoas, a gestão de recursos financeiros e estatísticos.

- 35% sugerem que o curso proporcione ao acadêmico o estágio nas diferentes funções em que ele poderá desempenhar tanto nos espaços escolares, quanto nos não escolares.

- 5% indicam a inclusão no Projeto Pedagógico do Curso – PPC, disciplinas relacionadas à tecnologia e desenvolvimento de sistemas.

- 25% dos entrevistados preferiram não sugerir nenhuma proposta de melhoria para o curso em formação. Confira no gráfico a seguir.

Sugestões dadas pelos entrevistados no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do curso de Pedagogia no que tange às funções desempenhadas por eles nas secretarias de educação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, todos os profissionais querem reconhecimento, desejam ser respeitados profissionalmente, ter bons salários, serem solicitados para trabalhar, serem admirados enquanto pessoa e profissional, enfim deixar um legado para as gerações vindouras.

Fazer um curso de graduação nas últimas décadas tem se tornado mais acessível para um índice considerável da população brasileira. No estado do Tocantins essa probabilidade tem se tornado uma realidade para muitos, por meio da modalidade à distância.

Com esta pesquisa foi possível comprovar que o curso de Pedagogia a distância possibilitou a muitos cidadãos essa oportunidade, visto que o setor de Recursos Humanos das secretarias forneceu uma relação de muitos profissionais graduados à distância, mas fizemos o recorte apenas daqueles pedagogos formados pela Unitins/Ead e, destes, mais da metade não se disponibilizou a responder. No, entanto, dos dezessete que participaram da pesquisa constituiu uma amostra significativa para certificar a importância do curso na vida de cada um deles.

No entanto, detectou-se que a maioria dos pesquisados não exercem funções pedagógicas e sim de cunho meramente administrativo. Esta comprovação permite compreender a razão pela qual eles reconhecem a importância do curso, do título de pedagogo, mas, deixa claro que a estrutura curricular do curso de Pedagogia

EaD/Unitins deve ser reestruturada no sentido de preparar profissionais para os mais diversos setores em que o pedagogo tem o direito de atuar, inclusive nas secretarias de educação. Sugerem estágios específicos, disciplinas com maior aplicabilidade da teoria na prática, além de maior ênfase nas tecnologias educacionais, por se tratar de um curso a distância pautada quase que exclusivamente online.

Diante desse cenário, é possível observar-se que o curso necessita de uma reestruturação da matriz curricular com vistas a uma formação profissional mais integrada que promova a interdisciplinaridade, visto que, o projeto pedagógico do curso – PPC foi construído há mais de uma década, pelo ano de conclusão do curso do público alvo investigado. Assim sendo, o futuro profissional pedagogo a ser graduado pela Unitins possa ter uma formação mais sólida partindo da articulação teoria-prática nos contextos escolares e não escolares.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-ABED, Waldomiro Loyola; este traz um panorama da história da Educação a Distância na revista **Guia da Educação a Distância**.

BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. **Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa, 1970.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 2494/98 | Decreto no 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109744/decreto-2494-98>. Acesso em 04/04/2017.

BRASIL Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**. (*) Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf acesso em 06/03/2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, Licenciatura. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

BRZEZINSKI, Iria. **A formação e a carreira de profissionais da educação na LDB**. Campinas: Papyrus, 1986.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **A atuação do pedagogo na gestão democrática da escola pública: a participação da comunidade como um desafio**. IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1995/146>>.

FERREIRA, A. S.; FIGUEIREDO, M. A. **Perfil do aluno da educação à distância no curso de didática do ensino superior**. 2011. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/7.pdf>>. Acesso em 14/04/2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Elementos para a Formulação de Diretrizes Curriculares para Cursos de Pedagogia**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. p.63 a 97.

GIEBELEN, E; BRENNAND, E.G.G.; ALMEIDA, J.F.F. **Educação superior à distância e a participação feminina: caso da UFPB virtual**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a

Distância, v. 12, 2013, p. 123-138

JAEGER, F. P.; A. ACCORSSI. **Tutoria em educação à distância**. 2005. Disponível em: [http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos_ead/700/2005/11/tutoria_em_educacao_a_distancia_](http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos_ead/700/2005/11/tutoria_em_educacao_a_distancia) Acesso em 16/05/2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para que?** 8ª ed. São Paulo Cortez. 2005.

_____. **Organização e gestão escolar**. Teoria e prática. 5ª ed. Revista ampliada-Goiânia. Editora Alternativa. 2004.

PRETI, O. **Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada**. In: (org.). Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: EdUFMT, 1996. p. 15-56.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: a atuação do pedagogo na empresa**. Rio de Janeiro. Ed. Wak: 2003.

SOUZA, C. A. N. **Um estudo sobre as principais causas da evasão na educação à distância** –EaD. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas. 2009.

SOUZA, L. B. de. **Educação Superior a Distância** – o perfil do “Novo” aluno Sanfranciscano. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 11, 2012, p. 21-33.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina** - arte e prática da organização que aprende. São Paulo: Editora Best Seller, 2002. SENGE, 2002, p.47

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: a atuação do pedagogo na empresa**. Rio de Janeiro. Ed. Wak: 2003.

SILVA, Laura Andréa de Souza Prado e. **O Pedagogo em Espaços não Escolares**. In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Universidade Camilo Castelo Branco. São Paulo, SP, 2007.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2010, p. 14. **O papel da escola e do pedagogo**. MARAYNNE FURTADO VIEIRA. Artigo publicado https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2746/3/Bullying_qual%20o%20papel%20da%20escola%20e%20do%20pedagogo_Artigo_201 Acesso em 03/04/2017.

Recebido em 20 de agosto de 2017.

Aceito em 16 de setembro de 2017.

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA FACULDADE ITOP

Renária Dias Duarte

PROIC/ITOP. Email: renariad_d@hotmail.com

Adriano Castorino

UFT. Email: adrianocastorino@uft.edu.br

RESUMO

A política de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior exige acompanhamentos, diálogos e participação das instituições que ofertam vagas para esse público. Esta pesquisa se volta para a análise da política de acesso da Faculdade ITOP, porque nesta instituição há a possibilidade de ingressar estudantes indígenas Xerente. Nesse sentido, o objetivo foi conhecer os estudantes ingressados, entender o fluxo acadêmico e se possível ou necessário for, propor melhorias na política de acesso e permanência. Nesse sentido, este trabalho evidencia a história de vida de Ailton Pnerê Xerente, desde o ingresso até sua formatura. A política de ingresso se mostra como uma iniciativa de grande importância, todavia ainda é carregada de conflitos sobretudo porque o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior não é uma simples ação de inclusão. Por isso, este projeto se volta para esta política para conhecer e entender os efeitos que ela produziu. A metodologia de trabalho foi a pesquisa etnográfica, com base na leitura de alguns textos e no diário de campo. Os resultados apontam para a imensa dificuldade de os estudantes terminarem o curso para o qual ingressaram e também para a dificuldade de interação no ambiente acadêmico.

PALAVRAS CHAVE: Xerente, Educação Superior, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Neste texto relato as experiências que tive desde as conversas iniciais para me inscrever, leituras e estadias na aldeia, para a realização do projeto de iniciação científica (PROIC), ofertado pelo Instituto Tocantinense de Educação Superior e pesquisa (ITOP), onde tenho como foco pesquisar a ingressão e permanência de estudantes indígenas xerentes na faculdade.

Em Junho de 2015 é lançado um novo edital do PROIC para novos acadêmicos que desejassem se inscrever, apesar de ofertarem uma bolsa de 50% no valor da mensalidade, não demonstrei muita excitação devido às dificuldades de tempo para conciliar maternidade, casa, trabalho e estudos. Depois de algumas conversas com o professor Adriano Castorino, decidi me inscrever e depois de participar de alguns processos seletivos iniciamos o projeto.

Sempre tive um interesse pela temática indígena, não por ser um grupo de minoria que precisassem de qualquer curiosidade, mas por terem uma cultura diferente e um modo de viver que me chamava atenção e que até então eram desconhecidos por

mim. Nas conversas iniciais que tive com meu orientador pude entender o sentido das coisas que eram faladas, mas jamais em nossas conversas pude entender a emoção que ele sentia e passava ao falar dos índios. Logo vieram as leituras, tive a oportunidade de ler alguns livros e textos nos quais pude aprender bastante sobre a temática como, diversidade cultural, ritos e crenças, língua indígena e vida política.

Dentre esses textos pude acompanhar a monografia do Ailton Penirê Xerente, acadêmico indígena do ITOP, ao acompanhar sua monografia desde o início, tive uma noção mínima das grandes dificuldades encontradas por acadêmicos indígenas no ensino superior, dificuldades estas que vão desde a forma com que eles escrevem a dificuldades que eles têm para entender algo que explicamos devido a sentidos diferentes que algumas palavras apresentam para eles, com isso o texto no princípio me pareceu um pouco confuso, não entendia bem o que o acadêmico queria passar em alguns momentos, após algumas releituras compreendia melhor o texto e organizava uma frase ou outra.

Com a leitura da monografia tive ricas informações sobre educação, ritos e crenças e culturas específicas do povo AKWĒ/XERENTE, ia afunilando assim a pesquisa ao tema desejado. Quanto mais eu lia sobre os povos AKWĒ, era despertada e mim uma vontade de conhecê-los melhor e entender o modo como viviam, no texto compreendi muitas coisas das quais nunca tinha visto ou ouvido falar.

Com essa motivação, me adentrei na questão que motivou esse projeto: como se dá o ingresso e a permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Essa pergunta, aqui no contexto desse projeto, visa a compreender como se deu a trajetória de Ailton, então estudante do curso de pedagogia da Faculdade Itop. Essa pergunta de pesquisa, por assim dizer, é ampla, todavia, eu percebi que seria preciso conhecer como é foi a trajetória e o percurso de Ailton para eu poder entender as dificuldades que existem no processo de formação acadêmica dos estudantes indígenas.

Também preciso dizer que como minha pesquisa é focada apenas na vida de um estudante isso poderia ser pouco representativo. Sim, de fato, por esse viés, é pouco representativo, por isso, sobretudo, fui também conhecer outras histórias, fui ver como se dá os deslocamentos da Aldeia até a Faculdade Itop, que é onde estudo e onde Ailton estudou, e também como os demais que estudam, sobretudo na UFT, fazem para se deslocar e se manterem firmes nos estudos.

Ainda assim, meu foco está na história de Ailton. Não perdi de vista que meu interesse é conhecer a história de vida e as formas de ele resistir diante das dificuldades. Por isso, na parte seguinte já apresento as bases que me ajudaram no desenvolvimento deste projeto.

REVISÃO DE LITERATURA

Como esse é um trabalho de pesquisa com base numa metodologia etnográfica, a primeira coisa que fiz foi partir para uma fundamentação bibliográfica. Li alguns textos sem os quais eu não conseguiria entender e nem desenvolver esse projeto. O primeiro deles foi o de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), *O trabalho do antropólogo*. Nesse texto, o autor defende que na pesquisa etnográfica é preciso *olhar, ouvir, escrever*. Esses fundamentos para este trabalho foram da maior importância, porque eu mesma tive de aprender a olhar, assim como também aprender a ouvir e sobretudo a escrever.

A primeira tarefa da pesquisa, como diz Oliveira (1996) esteja na prudente construção da perspectiva do olhar. Não se deve olhar o campo como se já soubéssemos o que veremos. “Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque a partir do momento que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Ainda sobre as bases da interação entre a minha pessoa, como interessada no trabalho de campo para ouvir a história do Ailton, eu pude entender que o ato de ouvir tinha, assim como o ato de olhar, de ser problematizado, questionado. “O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla. Portanto, uma verdadeira interação” (OLIVEIRA, 1996, p. 21).

Por fim, há de se comentar um pouco sobre a escrita, que como Oliveira (1996) uma coisa é quando eu estou na aldeia, quando falo, quando ouço, quando olho. Outra é quando estou aqui, num recolhido de minha escrita, já distante do que vivi. Nesse sentido, essa escrita que agora faço tem um dupla importância, uma é que me faz lembrar, relembrar o que vivenciei, a outra é que aprimoro em mim própria, a tessitura do texto como se narrasse, em palavras, as vivências que tive.

Saindo um pouco do ofício da pesquisa e do trabalho de campo, me volto agora para o conceito do que seria o *índio*. Para eu compreender mais fui ao livro de Júlio Cezar Melatti (2007), eu aprendi um pouco mais sobre a história indígena, de modo geral. A abordagem que Melatti utiliza para explicar as várias sociedades indígenas do Brasil é muito boa. Uma coisa que mais gostei foi do fato de ele explicar as bases da pré-história indígena. Isso foi muito bom porque nos dá uma visão mais completa que aquela que recebemos na escola, por exemplo.

O estudo de Melatti foram para mim um itinerário muito bom, porque problematiza o conceito de índio, explica os primeiros estudos feitos sobre essa temática no Brasil. E essas informações me foram muito oportunas, porque me ajudaram a entender como a questão indígena precisa ser encarada com mais calma, com mais

atenção. Não se pode, por exemplo, incluir um estudante indígena no ensino superior como se este estudante tivesse de se adaptar, assim, de modo simples.

Também li um pouco da noção de *descrição densa* de Clifford Geertz (1989). Para esse autor “em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento” (GEERTZ, 1989, p. 4). Essa noção de que a etnografia, como possibilidade de construção do conhecimento para mim foi um ato de novidade. Porque eu percebi que tanto eu quanto o Ailton nos tornávamos mais conhecidos um para o outro na mesma medida em que nos falávamos, mesmo que na fala o meu interesse fosse mais no sentido de entender minha pergunta inicial.

Um exemplo de como esse entrelace, essa interação se constrói, Geertz (1989) nos fala como uma piscadela, por exemplo, pode ser um conjunto de signos culturais. Isso significa dizer que a aproximação minha com o contexto da Aldeia foi se dando pelos detalhes que em mim ia fazendo sentido. Foi uma leitura que me ajudou a perceber que a descrição, essa tarefa de escrever o que a gente vê, é difícil porque normalmente o que se vê a gente vê é muito mais o que estamos treinados para ver. Assim, quando eu estava no contexto da Aldeia Funil, na escola onde o Ailton trabalha, era mais possível eu ver o que eu estava treinada para ver. Foi importante compreender que a descrição prescinde um olhar com mais acuidade, com mais sensibilidade.

O trabalho de Valéria Melo (2010) também foi muito importante para que eu pudesse entender alguns aspectos atuais da sociedade Akwê/Xerente. Valéria Melo fez uma pesquisa com muita densidade e conseguiu focar os aspectos que circundam a vida desta população, como as relações com educação, meio ambiente e sustentabilidade. Foi com base nesse trabalho que pude fundamentar minhas observações de campo.

Além desses textos, todos muito bons e com diferentes formas de abordagem, também eu vi dois filmes para que eu pudesse ter mais vivência com a temática indígena. Um foi *Terra Vermelha*, de Marco Bechis (2008). Nesse filme a questão dos Guaranis Kaiowá é abordada de maneira incisiva e poética. Me ajudou muito a compreender como a sociedade nacional trata o desmonte das sociedades indígenas. O outro filme foi *Da Luz da Vida a Água que Morre*, de Monise Busquets (2012). Esse filme fala da situação do povo Xerente depois da construção da UHE Lajeado. A maneira como esse filme foi feito é de uma delicadeza, as falas, a narração do mito de formação da sociedade Xerente. É tudo muito bom.

Além dessas bases conceituais, eu também não posso deixar de lado um mestre maior da minha formação pedagógica, Paulo Freire, em especial sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2002). Há uma frase nesse texto muito oportuna aqui: “A educação como processo libertador, deseduca a tradicional ideologia pedagógica, educadores(as) para educandos(as) e educa a educação nova no verdadeiro princípio educadores(as) com educandos(as) mediados(as) todos(as) pelo mesmo objeto que procuram conhecer, não mais como objetos uns/umas de outros/as, mas como todos(as) sujeitos, e quando homens e mulheres se tornam sujeitos eles/elas se libertam” (FREIRE, 2002. p. 184).

Eu cito essa frase porque a concepção de uma educação bancária ainda é o obstáculo maior para que a inclusão de outras perspectivas aconteça com mais humanidade. Por isso, o pressuposto metodológico, a fundamentação do trabalho de pesquisa também conta com Paulo Freire.

Com essas fontes, eu me lancei no trabalho, foi muito bom, porque ao ler e tentar compreender a situação tanto de meu projeto quanto da situação Xerente eu própria fui me aproximando lentamente de uma perspectiva mais humana, mais profunda. As leituras me trouxeram novas formas de ver o mundo e isso me ajudou muito. Ler também é uma forma de pertencer.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nesta etapa, vou escrever sobre como eu consegui desenvolver este trabalho. Eu tive de fazer uma imersão no tema. Retomando os pressupostos de Oliveira (1996) e de Geertz (1989) o trabalho aqui é uma tentativa de narrar a vivência que tive tanto com o Ailton quanto a que tive na Aldeia. Para Geertz “O ponto a enfatizar agora é somente que a etnografia é uma descrição densa” (1989, p. 09). Como descrição densa, a tessitura do texto é um esforço de narrar tanto o trabalho em si quanto a metodologia que fora empreitada para fazer o trabalho.

O começo foi conhecer o trabalho do Ailton, como passo a seguir a descrever. Como o tema desse trabalho é fazer uma pesquisa sobre a estada do Ailton no ensino superior, eu precisaria logo de início conhecer seu trabalho. Assim, meu itinerário tem início por ai. Durante a pesquisa conheci por intermédio do meu orientador Ailton, cujo nome completo é Ailton Penirê Xerente, estudante indígena do ITOP que estava escrevendo sua monografia. Tive a oportunidade de acompanhá-lo durante esse processo e ajudá-lo com as normas da escrita, pois ele tinha dificuldades em organizar o seu texto como era exigido pela faculdade. Lendo o seu texto pude aprender muitas coisas sobre a cultura de seu povo, por meio de histórias que ele relatava como, o surgimento do fogo e os clãs, festas culturais, família e a diferença da educação ofertada no Warâ para a das escolas dos não indígenas nas aldeias. Ajudávamo-nos

voluntariamente, era uma troca de experiências e conhecimentos, onde ambos saiam ganhando.

Durante esse período entendi que as dificuldades relacionadas ao ingresso deles no ensino superior não se dão apenas em realizar o ato da matrícula ou o fato de eles terem ou não uma bolsa que pague suas mensalidades. Os estudantes indígenas tem uma maneira diferente de ver o mundo devido a sua cultura. Essas diferenças, no contexto da sala de aula, por exemplo, como me disse o Ailton em nossas conversas, podem resultar em comportamentos preconceituosos, como os de piadinhas, de conversas jocosas. Evidentemente que isso afasta, que exclui e que machuca.

Agira quero falar do dia da defesa do Ailton. No dia da defesa, ele se caracterizou como em dias de eventos na aldeia. Estava de short, sem camisa, com o corpo pintado de acordo com o seu clã e usava um adereço em sua cabeça. Estavam presentes seus irmãos e outro convidado da aldeia. Seus pais não puderam ir, pois sua mãe estava internada devido a uma enfermidade. A banca avaliadora estava composta por Kyldes Vicente, Alcides Moreira e seu orientador Adriano Castorino. Depois chegaram a coordenadora do curso de pedagogia e a diretora da instituição.

Ailton estava nervoso, o que era normal para um dia como aquele. Seu orientador pediu que ele apresentasse da forma que ele se sentisse mais a vontade, ele preferiu apresentar sentado. Durante sua defesa percebi que o discurso não era algo que ele dominava, não pelo nervosismo, mas aquilo não era comum para ele e nem para o seu povo. Ele explicava devagar, tentando que entendêssemos o que ele estava falando e suas palavras diversas vezes tinham a pronuncia diferente da nossa. Ailton apresentou como o exigido pela instituição, mas não poderíamos entender tudo o que ele nos falou naquela tarde com o mesmo sentido ou importância que tinha para eles.

Pesquisa campo

Chegou um momento da pesquisa que jugamos necessário vivenciar alguns momentos na aldeia e conversar com alguns estudantes indígenas. Eu e meu orientador conversamos diversas vezes para organizarmos nossa ida, não sabíamos quando seria possível, pois já fazia algum tempo que eu estava com alguns problemas de saúde e não podia arriscar me sentir mal na aldeia, também tenho um filho pequeno o que dificultou ainda mais nossa ida. Quando melhorei meu estado de saúde, decidi que era o momento de finalmente irmos.

Sai da minha casa em um dia de sexta feira, era feriado em Palmas, sai cedo, meu filho ficou dormindo, era umas sete horas da manhã, não comi nada, estava ansiosa para a minha primeira experiência na aldeia. Na estrada para Tocantínia ia calada, observava a estrada com os olhos, mas minha mente não era capaz de perceber nada,

pensava mil coisas, estava receosa, sempre que comentava com alguém que ia à aldeia ouvia uma serie de comentários que não eram baseados em nada, além do pré-julgamento que as pessoas têm sobre os povos indígenas ou por qualquer outra coisa que não conhecem.

Pouco antes de chegarmos a Tocantínia entramos por uma estrada que dava acesso a aldeia Funil, a qual Ailton trabalhava, era com ele o meu encontro. Ao parar o carro peguei caderno e caneta para algumas anotações e duas bananas caso sentisse fome, logo que desci do carro fui recepcionada por varias crianças que correram ao nosso encontro, fui apresentada a elas que carinhosamente me receberam com um “Seja bem vinda professora”, não pude conter a emoção em ver a pureza e simplicidade com que aquelas crianças me acolheram. Ao entrar na escola Ailton estava a nossa espera, nos apresentou a outras pessoas que trabalhavam na escola e nos mostrou a estrutura física da mesma. Era uma escola pequena, com um formato tradicional, salas quadradas, as crianças sentadas em filas, uma estrutura comum, bem parecida com as que eu estava acostumada.

Já em uma sala início minha conversa com Ailton, estávamos sós, ele tão tímido quanto eu. Demos inicio falando sobre a escola em que ele trabalhava e como era para ele estar trabalhando. As escolas implantadas nas aldeias representam para eles uma grande conquista, pois através delas crianças e jovens tem a oportunidade de estudar sem ser preciso que saiam da aldeia. Conversamos sem formalidades ou com algum modelo de entrevista, a caneta e o caderno ficaram de lado, me atentei apenas em ouvi-lo. Nessa conversa, agora quando escrevo, retomo o texto de Oliveira (1996) quando ele diz da necessidade de questionar a domesticação do olhar, do ouvir. Quando o ouvia, pude perceber meu estranhamento, em ouvir, e o dele em falar. Aqui percebi, de modo indireto, uma resposta para a minha questão de pesquisa: saber ouvir os estudantes indígenas.

O ingresso deles no ensino superior é carregado de um sentido de solidão, sobretudo porque não há muitas possibilidades de interação, em especial quando se trata de ouvir, de escutar suas histórias, porque como vi, ali na minha estada com o Ailton, a imensa dificuldade de saber ouvir o que ele tinha para me dizer. Aqui me vem à mente uma afirmação de Geertz: “fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 1989. p. 09).

As crianças estavam agitadas com minha presença, sempre apareciam na janela da sala em que estávamos isso descontraia o momento. No decorrer da conversa Ailton

relatou como foi que ficou sabendo da bolsa que estava sendo ofertada pela faculdade e como foi seu ingresso. Algumas informações demoram a chegar a aldeia. Quando ficou sabendo o prazo para as matrículas já estavam quase encerrando. Ele precisava sair de sua aldeia e ir até a cidade de Palmas para fazer sua inscrição no vestibular. Devido a falta de carro para fazer o transporte de pessoas da aldeia para a cidade Ailton precisou pedir para que alguém o levasse de moto até a cidade de Tocantínia para que ele pegasse o ônibus. Ao chegar em Palmas ele teve dificuldade para encontrar onde era a faculdade, que ainda era desconhecida para ele. Após realizar a prova do vestibular que era uma redação sobre um determinado tema escolhido pela faculdade, Ailton conseguiu ser aprovado.

Depois de conversarmos, saímos da sala e fomos para o pátio da escola que ao lado tinha um campo de terra, me sentei no chão e fiquei a observar as crianças por algum tempo, que se encontravam em sua última aula, naquela manhã. Algumas ainda estavam de short ou saia, outras estavam apenas de peça íntima, elas tiraram as roupas para se sentirem bem a vontade enquanto disputavam um jogo de futebol. Elas rolavam no chão e se sujavam sem nenhum pudor, no final da aula simplesmente vestiram a roupa, pegaram seus materiais e foram pra casa. Já era horário do almoço, nos despedimos e voltei para Tocantínia.

Já na cidade pegamos Valdimar Calixto Xerente, que nos levaria até a sua aldeia, Riozinho, a qual o seu pai é Pajé. Atravessamos o rio de voadeira e almoçamos na cidade de Miracema. Retornamos a Tocantínia e pegamos também Maciel, mais um colega indígena que iria conosco. A aldeia Riozinho é mais distante que as outras, são mais ou menos cinquenta e sete quilômetros de estrada de chão para chegar até lá, esta dificuldade faz com que Valdimar more na cidade de Tocantínia para facilitar sua locomoção até a faculdade, em Palmas.

Assim como a história de Ailton, a de Waldimar é a mesma situação. Ele fica no fundo da sala. Ele estuda comigo, na mesma turma, então percebo várias situações que ouvi na história do Ailton, no meu convívio com o Waldimar. Há uma pretensa timidez, que nada mais é que uma dificuldade de se relacionar, de interagir. Isso, como posso observar na minha vivência na sala de aula quanto a que vivi na aldeia, se explica porque a perspectiva, a forma de os estudantes indígenas se relacionarem com os não indígenas faz com que eles se sintam retraídos. Porque quase sempre os não indígenas fazem piadinhas, tiram sarro da cara deles.

Além destas características mais do comportamento, me lembro de aqui de um texto de Daniel Munduruku (2009): “Para o pensar indígena a ideia de acumular, produzir, poupar ou guardar traz consigo uma concepção de tempo que empobrece

a própria existência porque torna as pessoas mais vazias e egoístas” (MUNDURUKU, 2009, p. 23). Isso significa dizer, por exemplo, que o tempo da Faculdade é muito regido pela lógica que impõe um ritmo acelerado, de concorrência mesmo. Já para os estudantes indígenas, como me disseram a Eliete, o Ailton, o Pedro, e a convivência com o Waldimar, percebo que para eles os compromissos com as festas, com os rituais da aldeia, estão sobre o calendário das aulas. Isso dificulta e muito a vivência deles na Faculdade, porque é como se eles não tivessem compromisso, inclusive alguns colegas chegam a pensar e falar isso.

Por isso, a leitura de Daniel Munduruku (2009) foi para mim um alento, porque ele é um intelectual indígena, fala do lugar de indígena, ele compreende o que passa o ser indígena em interação com a nossa sociedade. “A educação indígena só pode, pois, ser compreendida pela indissociabilidade da tríade corpo-mente-espírito, cada um desses pólos sendo o responsável pelo desabrochar dos sentidos, da experiência da vida e dos sonhos” (MUNDURUKU, 2009, p. 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa percebi que a educação ofertada pelo estado que por muito tempo não fazia parte do cotidiano dos povos indígenas se torna hoje necessária para eles, se tornando também uma forma de luta por seus direitos. Depois da conversa com Ailton Penirê Xerente e outros estudantes da aldeia entendi que mesmo sendo de muita importância para desenvolver a pesquisa, as obras que li não me teriam permitido entender as reais dificuldades enfrentadas por jovens indígenas ao ingressarem em um curso superior.

Durante o curso de pedagogia conheci Eliete, estudante indígena que além de mulher é uma liderança que defende a causa de seu povo. Eliete foi mais uma entre muitos estudantes a desistir do curso por não ter condições mínimas de se manter estudando em um curso superior. Durante uma rápida conversa a estudante ressaltou que além das inúmeras dificuldades enfrentadas ainda teve que superar preconceitos vindos de suas colegas de curso.

Enquanto estava na Aldeia Porteira fui apresentada a Pedro Xerente, graduado em pedagogia, pela UFT – Campus Universitário de Miracema no ano de 2014. Em sua monografia Pedro relata que, não é fácil para os indígenas passar no vestibular e quando isso acontece, eles têm muita dificuldade em se deslocar da aldeia para o local das aulas. Os estudantes não podem contar com um transporte adequado e acabam dependendo do transporte escolar das crianças para chegar até a cidade de Tocantínia. Além das dificuldades de deslocamento Pedro resalta as dificuldades que ele sentia em ter os estudos dentro de uma sala, em entender uma língua diferente da deles,

algumas disciplinas que ele não conseguia entender, os livros que apresentavam uma linguagem mais técnica e desconhecida por ele e a metodologia utilizada pelos professores.

O que mais pude entender é que a busca dos povos indígenas por um modelo de educação ofertada pelo estado se dar devido ao interesse de lutar pelos direitos e em busca de melhorias para seu povo. A implantação das escolas nas aldeias não eliminou os graves problemas enfrentados durante a formação escolar dos indígenas, problemas esses que se agravam ao chegar ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, 1989.

MUNDURUKU, Daniel. Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 21-29, jan. / jun. 2009. Texto disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/ML/article/view/324/322>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. 1996. Texto disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>

Recebido em 20 de setembro de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

A BAIXA PROCURA PELO CURSO DE PEDAGOGIA EM PALMAS/TO: PROFESSOR – PROFISSÃO EM EXTINÇÃO?

Pedro Henrique Ribeiro Guedes
PROIC/ITOP. Email: phrguedes@hotmail.com

Elizabeth Maria Lopes Tolêdo
Faculdade ITOP. Email: beth.toledo95@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida nas escolas do ensino médio da rede de ensino da cidade de Palmas –TO. Essa investigação teve como objetivo reconhecer “porquê” cada vez mais diminui o número de pessoas que desejam ser professor, isto é, porque a procura pelos cursos de Pedagogia em Palmas está cada vez menor. Utilizou-se uma abordagem quantitativa -qualitativa para a realização dessa pesquisa. Como instrumento dessa investigação foi aplicado um questionário contendo questões objetivas categorizadas de forma a atender aos objetivos propostos no projeto. Teve como amostra, noventa e quatro alunos concluintes do ensino médio de Palmas, sendo duas escolas públicas e duas particulares. Os dados coletados foram descritos e analisados com base em autores e pesquisadores sobre o tema. Concluiu-se que os alunos da rede privada, bem como os da rede oficial de ensino revelaram que admiram muito o ofício de professor, no entanto, reconhecem ser uma profissão desvalorizada pela sociedade e pelos próprios alunos, além das condições de trabalho desfavoráveis, os salários relativamente baixos pela carga horária semanal extensa além da grande responsabilidade exigida pela função. O cenário delineado nessa pesquisa certifica a baixa procura pelo curso de Pedagogia e a falta de desejo pela profissão. No entanto, não justifica apenas atribuir a culpa ao governo, a escola, aos pais e aos alunos, visto que, se o professor não lutar por melhores condições para o exercício da profissão e não demonstrar comprometimento com a função desempenhada, a situação tenderá, cada vez mais a caminhar para o caos e o número de pessoas a se interessar por essa profissão será cada vez menor.

PALAVRAS CHAVE: Curso de Pedagogia. Ofício de professor. Indesejo pela profissão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo analisar os motivos pelos quais tem diminuído cada vez mais a procura pelos cursos de Pedagogia em Palmas, ou seja, porque as pessoas não querem mais ser professor. A escolha do curso superior pode ser vista como uma das etapas mais conflitantes na trajetória escolar, pois “assume grande importância no plano individual, já que envolve a definição das futuras experiências profissionais, significando, principalmente, a definição de quem ser, muito mais do que fazer” (BOHOSLAVSKY, 1987; GATI; KRAUPZ; OSIPOW, 1996 apud PRIMI, 2000, p. 451).

Assim, os motivos e as expectativas que determinam o processo de escolha precisam ser considerados, uma vez que são etapas significativas para a formação acadêmica e profissional dos indivíduos. Contudo, há de se considerar que a

preocupação com os níveis precedentes de escolarização e as práticas culturais e sociais compartilhadas, bem como o caminho percorrido pelo indivíduo até ingressar na universidade, apesar de significativos, estão longe de ser contemplados nos investimentos destinados à formação e ao desenvolvimento profissional. As experiências precedentes às escolhas dos alunos não podem ser omitidas, uma vez que estas não são neutras, mas influenciadas por fatores diversos.

Destacam-se, neste contexto, a família e os demais grupos de referência, os meios de comunicação, as condições socioeconômicas da família, a baixa concorrência do curso, o desejo de ascensão social, dentre outros. Face às considerações, no universo desta pesquisa, propôs-se o mapeamento dos diversos fatores que tem contribuído cada vez mais pela baixa procura pelos cursos de Pedagogia em Palmas, chegando mesmo a não formar uma turma com o número suficiente de alunos para que se inicie o curso em algumas faculdades de educação. Em Palmas, duas faculdades de renome não oferecem mais o curso de Pedagogia pela falta de procura por este curso. As poucas instituições que ainda o mantém vivem assombradas com o fenômeno da evasão e do abandono.

A definição do objeto de estudo justifica-se pelo fato da baixíssima procura pelo curso de Pedagogia e a pesquisa feita nas escolas de ensino médio assinala que essa situação poderá perdurar se realmente não houver mudanças significativas no que tange à valorização e as condições de trabalho dos professores, principalmente nas escolas de educação básica.

No cotidiano das escolas de ensino médio é visível para os alunos que participaram dessa pesquisa que, mesmo com a admiração que muitos têm pelo professor e com o desejo de alguns que gostariam de exercer a profissão eles ponderam que, os baixos salários e a desvalorização profissional os desestimulam em fazê-lo.

Participaram desta pesquisa 93 estudantes do 3º ano do ensino médio, sendo 44 de duas escolas públicas e 49 de duas escolas privadas, todas localizadas no município de Palmas. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário contendo questões objetivas e apenas uma questão aberta para sugestões. Neste artigo, o qual contempla os resultados da pesquisa, após os dados coletados, estes serão interpretados e analisados à luz de autores e estudiosos sobre o tema em tela.

REVISÃO DE LITERATURA

A Pedagogia e os pedagogos

A ideia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar

crianças. O pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, o modo de ensinar a matéria. Trabalho pedagógico seria o trabalho de ensinar, de modo que o termo pedagogia estaria associado exclusivamente ao ensino.

Há, de fato, uma tradição na história da formação de professores no Brasil segundo a qual o pedagogo é alguém que ensina algo. Essa tradição teria se firmado no início da década de 30, com a influência implícita dos chamados “pioneiros da educação nova”, tomando o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória. O raciocínio é simples: educação e ensino dizem respeito a crianças (inclusive porque “peda”, do termo pedagogia, vem do grego “paidós”, que significa criança). Ora, ensino se dirige a crianças, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ‘ensinador’ de crianças, é preciso fazer um curso de Pedagogia. Foi essa ideia que permaneceu e continua viva na experiência brasileira de formação de professores.

A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educacional. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na empresa, nos meios de comunicação, na política, na escola, de modo que não podemos reduzir a educação ao ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino.

Podemos dizer então que, a toda educação corresponde uma pedagogia. A educação é assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal. O pedagogo alemão (SCHMIED-KOWARZIK, 2002, pág. 87) assevera que:

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos

humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais.

São esses processos formativos que constituem o objeto de estudo da Pedagogia. Contudo, esse conjunto de processos intervém basicamente através da comunicação e intercâmbio da experiência humana acumulada, isto é, dos saberes e modos de agir construídos pela humanidade.

Em síntese, a Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento global e intencionalmente dirigido dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos fornecidos pelas demais ciências da educação.

As inquietações, as buscas e os desafios recentes da Pedagogia

A discussão sobre a Pedagogia, a formação do pedagogo, da mesma forma que os cursos de formação de professores para o ensino fundamental e médio, constituem em um impasse. Para Libâneo (2001) no início, a Pedagogia no Brasil, vivia um grande paradoxo: enquanto é verificada uma intensa pedagogização da sociedade com o impacto das inovações tecnológicas da informática, dos meios de comunicação, da difusão cultural e científica e da propaganda, no meio educacional, ela se encontra no descrédito, assim como a atividade docente.

Ainda para o autor, a Pedagogia como campo científico foi perdendo prestígio e espaço acadêmico com o movimento da educação nova a partir dos anos 20 e, mais tarde, com o tecnicismo educacional, depois com a onda crítico-reprodutivista dos anos 70-80. Mais recentemente a carga de contestação vem do chamado pensamento pós-moderno, uma vez que a Pedagogia se constituiu dentro do mundo “moderno” e representa ainda o ideário iluminista. É nosso entendimento que, de fato, a condição pós-moderna põe à educação desafios bastante concretos. Ao mesmo tempo, pensamos que a Pedagogia, herdeira dos ideais da modernidade, precisa continuar postulando seus ideais numa perspectiva crítica, todavia “no interior das condições de existência do mundo pós-moderno e não em oposição a elas” (GIROUX, 1993).

A comprovação de que o professorado e a escola assumem uma importância cada vez maior traz como consequência, para os docentes, uma série de críticas que excedem os limites da sua preparação profissional e das suas condições de trabalho, sendo, de forma frequente e injusta, responsabilizados pelos insucessos escolares,

colocados como “*bode expiatório*” de todos os problemas da sociedade, confrontados com inúmeras demandas educacionais decorrentes do desenvolvimento social, cultural e político e que, inevitavelmente, fogem ao controle da instituição escolar e dos seus profissionais.

O mal-estar profissional assume reflexos mensuráveis na expressão quantitativa do pedido de licenças para cuidados de saúde que se relacionam com estresse, mais recentemente, podemos observar uma forte vontade de abandonar a profissão, com recurso a programas de rescisão propostos pelo governo, e um elevado número de aposentadorias pedidas antes do término da vida profissional.

A enorme ambiguidade e avaliação pública a que o trabalho do professorado se encontra sujeito exercem uma pressão que situa os docentes entre dois extremos: a luta permanente para ampliar a sua margem de autonomia no processo de trabalho, o seu poder e prestígio, que, simultaneamente, se encontram submetidos à autoridade das cúpulas hierárquicas, como sejam as direções escolares, cada vez mais distantes de processos de gestão democrática.

Sobre os desafios enfrentados pelo professor ROSA, M. (2011, p. 06), assegura que:

Os indicadores remetem o trabalho docente para processos cujas características e resultados são os mesmos para a maioria dos trabalhadores assalariados, num processo racionalizado por uma lógica capitalista que impõe aspetos como a rotinização do trabalho, a vertente multifacetada de tarefas a que está sujeito e a intensificação das relações de subordinação hierárquica, contribuindo para um processo de desqualificação e de perda de autonomia, que implica a perda do controle e do poder decisório sobre o próprio processo de trabalho.

Enfim, precisamos cada vez mais de professores capacitados, estimulados e bem valorizados, mesmo assim estes profissionais precisam ter consciência de que sempre será uma profissão desafiadora e que, por mais autonomia que se conquiste será considerada, pelo próprio contexto histórico social, uma carreira que exige conhecimento, formação permanente, vocação, porém em contrapartida há indicadores de que tal profissão está longe de ser reconhecida como deveria.

Profissão Professor: uma carreira desprestigiada

O professor é fundamental para a sociedade e exerce um trabalho importante, nobre, gratificante e de muita responsabilidade. Mas, muitos que concluem o curso não querem ir para a sala de aula. É o que ouvimos da grande parte dos jovens brasileiros hoje. O trabalho é mal remunerado e o docente é confrontado pelos alunos, esquecido pelo governo e desvalorizado pela sociedade. Nos meios de comunicação e de acordo com pesquisas feitas nas faculdades de educação constata-se que são pouquíssimos os candidatos que apontam a Pedagogia ou algum tipo de Licenciatura como primeira

opção de carreira. Esse fato tem conexão com o panorama dos maiores vestibulares do país. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2009, Pedagogia, Licenciaturas e outros cursos ligados à formação de professores têm uma relação candidato/vaga bastante desfavorável.

Sobre a valorização do professor ALFREDO, F. C. H (2010, p. 37), assevera que:

É indiscutível que o professor é fundamental para o progresso de qualquer sociedade. Sob sua responsabilidade, formam-se vários profissionais, e, por este fato, a profissão de professor é, muitas vezes, apelidada de “profissão das profissões”. Entretanto, só isso não basta para caracterizar sua dimensão. É preciso olhar para o professor com olhos de quem quer ver um país melhor”.

Um estudo da Unesco, divulgado em fins de 2010, apoiado em dados de 2008, obtidos em 38 países, revela que os professores brasileiros da educação básica cumprem até tripla jornada e seu salário médio em início de carreira está entre os mais baixos dos países em desenvolvimento. O salário médio inicial do professor brasileiro só está um pouco acima apenas do Peru e da paupérrima Indonésia. A defasagem ressalta-se quando se compara com a Argentina, com o Uruguai e, principalmente, com a Suíça, que lidera os países desenvolvidos. Ainda, entre 43 países, o Brasil tem a sexta maior média de aluno/professor (28,9) no ensino fundamental e a maior no ensino médio (38,6). O máximo recomendado pela Unesco e Organização Internacional do Trabalho está entre 20 e 30 alunos/professor. O número excessivo de alunos leva o professor a um estresse, prejudicando o seu rendimento e o rendimento do aluno.

O desestímulo ao magistério abarca, de maneira degradante, diversos ângulos, trazendo imagens de penúria, de às vezes até de desconsideração ao ser humano. O quadro do magistério público no Brasil é considerado por muitos totalmente desprestigiados. Se a educação é vista dessa forma, fica cada vez mais difícil despertar nos jovens o desejo pela carreira de professor. Como esperar que os jovens se entusiasmem e se enveredem nessa direção?

Se quisermos bons professores torna-se necessário que novas políticas públicas sejam delineadas e postas em prática, em prol de uma educação de melhor qualidade começando pela valorização do professor. Será fundamental um investimento maior na qualidade das licenciaturas e nos cursos de formação de professores, elevação dos salários, delimitação de uma carga horária suficiente e capaz de permitir ao professor fazer bom planejamento, além das condições de desenvolver bem as suas aulas para que o aluno aprenda e sinta prazer de frequentar a escola; só assim, será possível resgatar a imagem, o prestígio e o valor do professor.

Escola pública: porque quase ninguém mais quer ser professor?

Há um cenário social nacional que deixa evidente o desinteresse dos alunos pelos estudos, aumento dos casos de indisciplina, violência e atos infracionais nas escolas que preocupam os educadores e pais. Além disso, os baixos salários e as más condições de trabalho são as principais causas geradoras de angústia, insatisfação, medo, desestimulando os professores para o exercício da profissão. Frase como, por exemplo: “os jovens de hoje não têm limites”, “não querem saber de nada”, “não estudam”, “são apáticos”, “sem educação”, tornaram-se comum. As escolas públicas são muito mais vulneráveis a esses problemas pelas suas características: plural, universalizada, composta por uma clientela heterogênea quanto à condição econômica, social e cultural.

A educação básica na escola pública aparentemente não está bem. As universidades reclamam, dizendo que os alunos que chegam até ela não tem as condições necessárias para iniciar uma formação superior, nem tampouco capacidade para compreendê-las. De quem será a culpa? Da escola? Dos educadores? Do Estado? Dos Jovens? A racionalidade nos indica que a culpa não é dos nossos jovens, afinal, eles não nasceram prontos, foram produzidos assim na configuração política e social em voga. Sabemos que desde que o “mundo é mundo” os jovens sempre manifestaram certa rebeldia. O que mudou foi à configuração da rebeldia. A indisciplina e a violência revelam-se cada vez mais cruel e intensa.

A indisciplina e a violência na escola é a reprodução da violência que ocorre na sociedade. A escola não é desconectada da sociedade, faz parte dela. As condições políticas e sociais do país, má distribuição de renda, impunidade, corrupção, baixa escolaridade e de renda, da maior parte da população são exemplos de problemas sociais que refletem na escola. Além disso, as mudanças sociais contemporâneas ocorridas no modelo de família refletem na formação dos jovens. Atualmente os pais necessitam trabalhar, as crianças e adolescentes tem ficado cada vez mais aos cuidados de terceiros ou sós, numa fase da vida tão importante para a educação de valores indispensáveis à boa convivência humana. Muitas vezes, a família não é uma boa referência. Esses problemas tendem a se agravar nas famílias de baixa renda, quando são impossibilitadas de acompanhar de perto o desempenho da vida escolar de seus filhos. Faltam vagas nas creches e em projetos alternativos que possam acolher de forma satisfatória as crianças e adolescentes enquanto os pais trabalham.

Pois bem, esses jovens indisciplinados e violentos estão nas escolas, não é a maioria, mas são muitos. Não estão lá para estudar, estão porque a escola é um ambiente social que favorece a formação de grupos e a convivência com seus pares, porém alguns estão lá porque são obrigados pelos pais ou para se manter no trabalho.

No final dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio os problemas tendem a se agravar. Aumenta a falta de respeito, alunos se recusam a fazer atividades e atrapalham as aulas, brigas, xingamentos, palavrões, depredação do patrimônio público, bullying e ameaças são exemplos de ocorrências diárias no cotidiano das escolas. E o professor que deveria estar ali para transmitir conhecimentos, facilitar a aprendizagem, passa a maior parte do tempo mediando conflitos, chamando a atenção de alunos, enfim, nem sempre as condições são favoráveis para que o processo ensino/aprendizagem ocorra.

Os educadores trabalham em situações de estresse, nervosismo, medo e angústia. Preparam bem suas aulas e nem sempre conseguem colocá-las em prática. Não é possível produzir se o ambiente e as condições não são favoráveis: o resultado é a baixa qualidade do ensino. A maioria dos professores é consciente de suas responsabilidades: transformar vidas, mudar a realidade caótica de muitas crianças e adolescentes, prepará-los para exercerem a cidadania, despertar a consciência para uma formação moral e ética para que a sociedade se torne melhor. O paradoxo é que eles são responsabilizados pelo fracasso e o insucesso escolar e as condições de trabalho e o salário tem se distanciado cada vez mais de uma vida digna para um profissional de tamanha importância como o professor.

Este cenário tem contribuído cada vez mais para a diminuição do número de jovens nas faculdades de educação. Ninguém quer ser professor em uma sociedade que não valoriza o profissional, que paga baixos salários e que não proporciona as condições de trabalho suficientes para que de fato tenham uma educação de qualidade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica adotada, na presente pesquisa, foi predominantemente qualitativa, pois, concordando com Laville & Dionne, os objetos de pesquisa nas ciências humanas *“são dotados de liberdade e consciência. A realidade dos fatos humanos é delas amplamente tributária, e raramente se pode determiná-la, em toda sua complexidade, sem considerar os múltiplos elementos que a compõem”* (2009, p.32).

Por isso, para desvelar os “porquês” que cada vez mais tem diminuído o número de jovens que querem ser professor, torna-se indispensável à reflexão sobre a situação que se encontra a escola e a qualidade da educação no município de Palmas, bem como o desinteresse dos jovens que estão concluindo o ensino médio pela carreira do magistério. A reflexão qualitativa, neste sentido, não se ocupou somente dos fenômenos em si, mas das estruturas internas da consciência pelas quais os fenômenos são compreendidos, constituindo as significações da realidade em sua complexidade, na

medida em que esta é carregada de valores sociais, políticos, econômicos, culturais, jurídicos, dentre outros.

Sobre a abordagem qualitativa convém ressaltar que, como destaca Chizzotti (2006), vários teóricos resumiram as transformações e progressos, no século XX, dentre eles Denzin & Lincoln (2000), mas não existe uma metodologia predominante definida como qualitativa, ou seja, coexiste “*uma gama de questões teórico-metodológicas abertas pelos pesquisadores qualitativos*” (2006, p.56). Portanto, a presente pesquisa conjugou métodos e técnicas para atingir os objetivos estabelecidos.

Neste sentido, foram definidos os procedimentos da presente pesquisa qualitativa tendo como parâmetro os seguintes itens:

Revisão de literatura - a respeito da área de estudo, a opção ou não-opção pela profissão de professor, o estudo foi embasado em estudiosos como Libâneo, Schmied-Kowarzik, Giroux, Alfredo, Rosa. A pesquisa foi definida como descritiva em Palmas – TO, com uma amostra de 93 alunos de quatro escolas de ensino médio, duas públicas e duas privadas, que concluirão o ensino médio no final deste ano de 2016.

Seleção das escolas envolvidas na pesquisa – levou-se em consideração a natureza da escola, ou seja, pública e privada, tendo como referência os concluintes do ensino médio.

Aplicação de questionário contendo dezenove (19) questões, sendo 18 (dezoito) objetivas e 01 (uma) discursiva. Foram aplicados e respondidos noventa e três (93) questionários em estudantes do 3º ano do ensino médio residentes no município de Palmas. Os dados coletados a partir da tabulação deste instrumento permitiram uma apreciação qualitativa como também quantitativa, por meio da análise temática de conteúdos, que, segundo Laville & Dionne “*consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação*” (1999, p.214).

Análise temática dos conteúdos. Depois da coleta dos dados, foi feito um estudo minucioso do conteúdo, palavras e frases que o compõem, visando analisar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais.

Uma das primeiras tarefas dos pesquisadores foi efetuar um recorte dos conteúdos em elementos e esses elementos constituíram as unidades de análise. Certamente, nem todas as palavras ou unidades de análise, definidas *a priori* foram aproveitadas ou tiveram interesse para a realização da referida apreciação.

O objetivo foi reunir os elementos repetidos nas respostas dos estudantes em função de sua significação, ensejando que “*esses elementos sejam portadores de sentido em relação ao material analisado e às intenções da pesquisa*” (LAVILLE &

DIONNE, 1999, p.217). Cada uma dessas unidades, que na prática representa fragmentos do conteúdo maior, deve ter sentido completo em si. É como se cada trecho do texto em análise trouxesse em si mesmo uma parte do significado completo do texto. No momento do recorte desses elementos, o pesquisador precisou se deter em palavras-chave que irão traduzir as ideias ou o sentido ligado, direta ou indiretamente, ao objeto da investigação, sem perder de vista os objetivos da pesquisa, neste recorte intencional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e interpretação dos dados nesta pesquisa deram-se a partir dos resultados alcançados mediante a tabulação das questões objetivas e transcrição da questão discursiva, com apanhado de seu conteúdo descrito no item material e métodos. Os resultados são apresentados conforme a sequência dos itens pesquisados por meio do instrumento utilizado.

Natureza da escola

Foi previsto no projeto a pesquisa em seis escolas (três da rede pública e três da rede particular). No entanto, por questões administrativo-burocráticas não foi permitida a pesquisa nessas seis escolas. Foi possível obter a permissão de apenas quatro escolas, sendo duas públicas e duas da rede privada. Os questionários foram aplicados em estudantes concluintes do ensino médio que se dispuseram, voluntariamente em respondê-lo. Contou-se com um total de 44 alunos da rede pública e 49 alunos da rede privada, perfazendo um total de 93 alunos. O número de alunos das duas escolas foi relativamente equivalente (44 e 49), o que facilitou a comparação e a interpretação dos dados.

Sexo

A predominância dos alunos do sexo feminino foi consideravelmente mais elevada que o masculino nas duas escolas. Na rede pública 66% são mulheres e na particular 58%, enquanto na escola pública apenas 34% pertencem ao sexo masculino e na particular, 42%. Esses dados revelam que de acordo com as estatísticas no Brasil, nascem mais pessoas do sexo feminino que masculino e de que muitas das adolescentes costumam dedicar mais aos estudos e concluírem o ensino médio antes dos meninos.

Idade

Com relação ao fator idade, 81% dos alunos da escola pública estão na faixa etária entre 18 e 20 anos e somente 19% entre 20 e 25 anos. Na rede privada todos os estudantes entrevistados, isto é, 100% têm de 18 a 20 anos. Acredita-se que os alunos que frequentam a escola no período diurno têm idade menor em relação aos alunos do

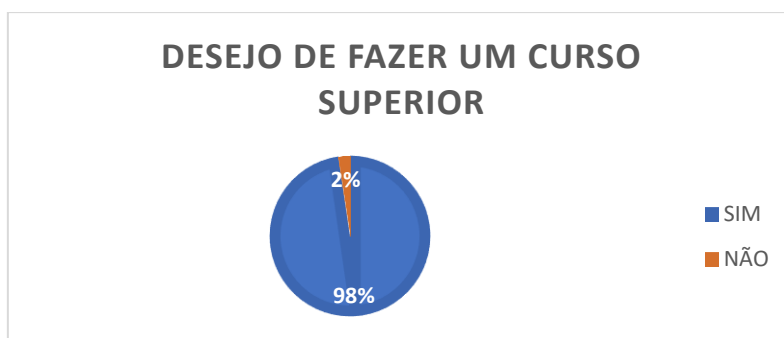
turno noturno, pois estes normalmente já trabalham. Como o acadêmico-pesquisador faz Pedagogia no período noturno, optou-se por aplicar o questionário no turno matutino; talvez se o instrumento tivesse sido aplicado no período noturno encontraríamos pessoas com idade superior aos pesquisados. Via de regra, as pessoas mais maduras já definiram a profissão que desejam exercer e os mais novos não tem muita clareza em relação a isto. Talvez seja este um dos motivos que levou grande parte dos alunos pesquisados a não almejar ser professor.

Desejo de fazer um curso superior

Os alunos que preencheram o questionário foram quase unânimes em demonstrar a vontade de fazer um curso superior. Nas escolas da rede privada 100% deles disseram que querem fazer uma faculdade. Na escola pública, apenas 2% respondeu que não.

Nos dias atuais se torna cada vez mais importante a necessidade de se ter um certificado do ensino superior na inclusão no mercado de trabalho, onde é cada vez mais acirrada a disputa e a busca pela capacitação individual, o que justifica a busca por qualificação para se ascender profissionalmente cada vez mais no mundo globalizado. Pode-se constatar com facilidade que estas mudanças estão levando as organizações formais a se reestruturarem o que, inevitavelmente, repercute no delineamento de um perfil profissional mais compatível com a nova realidade.

O desenvolvimento científico e tecnológico, suporte fundamental da globalização, aumenta a complexidade do mundo e passa a exigir um profissional com competência para lidar com um número cada vez mais expressivo de fatores (GÍLIO 2000). Observe o gráfico a seguir:



Desejo de ser professor

Dos 44 alunos investigados da escola pública, 93% afirmaram não ter nenhuma vontade de ser professor; apenas 7% responderam positivamente. No entanto, na escola particular um número consideravelmente maior, isto é, 23% manifestaram o desejo de ser professor e 77% também não tem o desejo de ser professor. A maioria dos estudantes do ensino médio, tanto da rede pública como privada não querem ser

professor. O que poderia justificar o índice maior de alunos de a escola particular ser um pouco maior que na pública se deve ao fato de que nessa mesma pesquisa foram obtidas informações que o professor da rede privada é mais respeitado e valorizado que o da escola pública.

Para Mattos (2014, p. 05

É bem verdade que a maioria dos professores das escolas particulares tem outras características como: melhores condições de trabalho, salários mais elevados, por isso os alunos se destacam sempre nos exames nacionais que são realizados pelos órgãos oficiais do governo e ainda ocupam as melhores vagas nas IES.

Concordando com a posição do autor, este deve ser uma grande motivação para muitos professores buscarem exercer sua função nas escolas particulares: melhores condições de trabalho, melhor remuneração e destaque nas avaliações de larga escala dos órgãos oficiais do governo estadual e federal.

Observe o gráfico a seguir:



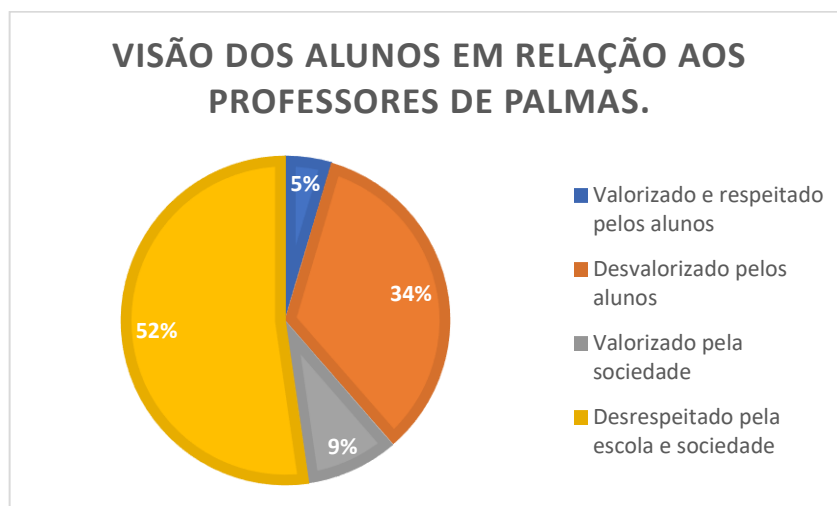
Visão dos alunos em relação aos professores de Palmas

Os alunos do ensino médio têm visões bastante diferentes sobre o professor em Palmas. Na escola pública apenas 3% dos estudantes disseram que o professor é valorizado e respeitado pelos alunos, enquanto na escola particular 37% consideram que o professor é bem visto. Na escola pública 35% consideram o professor desvalorizado enquanto que na particular o percentual é de 43%. Na visão dos estudantes das escolas particulares apenas 6% afirmam que o professor é desvalorizado pela sociedade e na rede privada todos pensam que ele é valorizado pela sociedade. E ainda, 56% dos estudantes da escola pública têm a percepção que o professor é desrespeitado pela escola e sociedade, em contrapartida 20% não pensam dessa maneira.

Conforme já descrito no item anterior os professores da escola particular são muito mais bem vistos e respeitados pelos alunos como também pela sociedade. As próprias condições de trabalho, os salários relativamente mais altos e o destaque que as escolas privadas ocupam nas avaliações de larga escala como Enem, Saeb, dentre outras, confere a esse professor maior valorização.

Essa visão dos alunos em relação ao professor da escola particular ser mais respeitado e valorizado que a pública pode também constituir em um paradoxo: muitas vezes o mesmo professor atua nas duas redes de ensino. Isso comprova que em uma sociedade capitalista como o Brasil, os melhores salários e o poder de consumo são fatores que podem determinar a valorização do profissional.

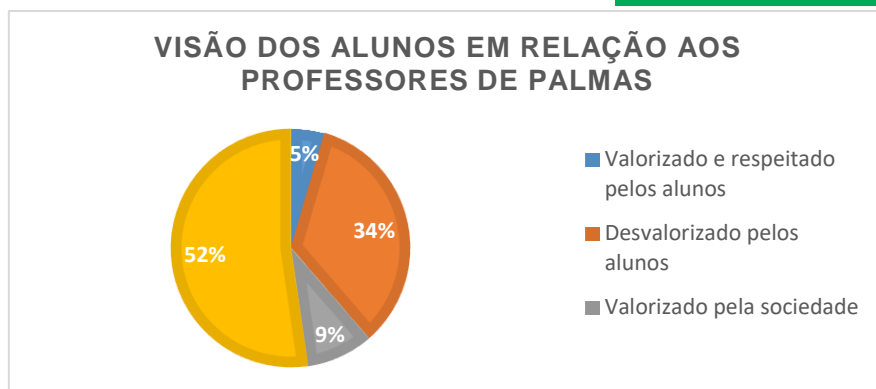
Observe o gráfico a seguir:



Visão dos alunos em relação ao governo estadual e municipal sobre a valorização dos professores de Palmas

O olhar e a percepção dos alunos sobre o governo estadual quanto ao municipal é bem semelhante. Praticamente, 95% dos alunos das duas redes de ensino afirmam que os governos não valorizam os professores. Apenas 4,5% e 6,0% disseram sim a esse questionamento.

Acredita-se que essa percepção dos alunos em relação aos governos estadual e municipal de Tocantins e de Palmas está relacionado às paralisações, greves, morosidade nas negociações, os próprios salários e as condições de trabalho. Nos últimos anos os meios de comunicação de massa têm dado muita ênfase a eventos dessa natureza e o acesso das pessoas a eles tem crescido muito, dessa forma a população acompanha de perto as mazelas relacionadas à profissão. Observe o gráfico a seguir



Percepção dos alunos sobre o salário do professor

Pelos dados coletados confirmou-se que os alunos da escola pública como da particular percebem os salários dos professores de forma bastante próxima. Observe a demonstração no quadro a seguir:

Quadro 1. Percepção dos alunos sobre o salário dos professores

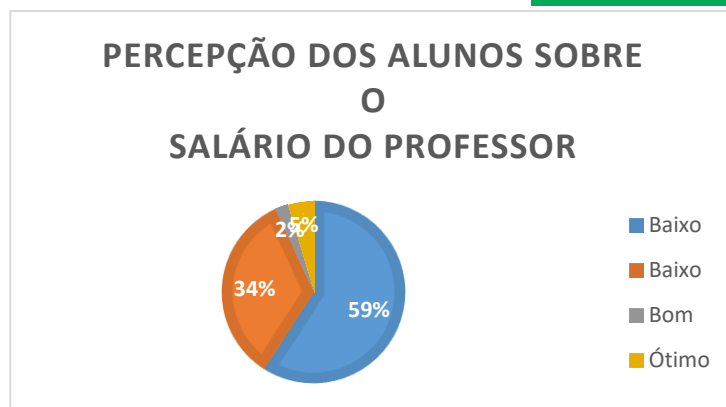
Salário dos professores	Escola pública	Escola particular
Baixo	59%	47%
Razoável	34%	44%
Bom	2%	6%
Ótimo	5%	3%

Fonte: Instrumento utilizado na pesquisa

Conforme o quadro é possível perceber que a maioria dos alunos de ambas as escolas acreditam que os professores ganham mal. Embora os alunos da escola particular pensem que os professores são mais respeitados e valorizados, certamente eles não associam salário com valorização profissional.

O salário médio do professor no Brasil é de R\$ 1.874; enquanto outras categorias com curso superior ganham, em média, R\$ 29 por hora trabalhada, o professor brasileiro da educação básica recebe apenas R\$ 18. A remuneração média dos professores brasileiros é equivalente a 51% do valor médio obtido, em 2012, pelos demais profissionais com nível superior completo. Há sete anos, esse percentual era de 44%. Atualmente, o salário médio do docente da educação básica no País é de R\$ 1.874,50. Essa quantia é 3 vezes menor que o valor recebido por profissionais da área de Exatas, como por exemplo, os engenheiros.

Uma das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), vigente, 2011-2020, é equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas com as outras categorias. Observe o gráfico a seguir:



Se o valor do rendimento médio do docente já é inferior ao ser comparado com outras profissões, o presidente do CNE lembra que há alguns anos, a situação era ainda mais complicada. "O salário do professor já ficou abaixo do salário mínimo. Era irrisório mesmo. E, infelizmente, ele ainda continua baixo. Os esforços para mudar essa situação ainda não foram suficientes", diz Lima. Um desses esforços citados pelo presidente do CNE foi a criação do piso salarial do magistério. O valor atual desse piso nacional é de R\$ 1.697. O rendimento tem como referência o professor com jornada de 40 horas semanais.

Vagas para professores em Palmas na visão dos alunos

Sobre as vagas para professores em Palmas, os alunos das escolas privadas acreditam que existem mais vagas que os alunos da escola pública. Enquanto 88% dos alunos da rede particular veem as possibilidades de vagas nas escolas, apenas 44% dos alunos da rede pública acreditam nisso. Enquanto 55% da rede pública não consideram que existam vagas, somente 10% da escola particular considera a pouca existência de vagas. Acredita-se que esta visão tenha relação com o quantitativo de professores que passa pela escola particular, ou seja, a mobilidade de profissionais, uma vez que as escolas particulares recrutam professores competentes e comprometidos em busca de um ensino de melhor qualidade.

Pedagogo: atuação além dos muros da escola

A maioria dos alunos tem conhecimento que o pedagogo pode atuar não só em espaços escolares como também em ambientes além da escola. Na rede pública 82% afirmaram ter esse conhecimento, apenas 18% afirmam desconhecer essa possibilidade. Na rede particular essa visão é ainda maior: 90% têm essa informação e apenas 10% não sabiam que o pedagogo poderia trabalhar fora da escola.

É muito provável que os alunos têm essas informações sobre os vários campos de atuação do pedagogo, mas certamente não tem conhecimento dessas funções de forma específica. Observe o gráfico a seguir:

Sobre a atuação desses profissionais da educação formados pelo curso de Pedagogia, estes devem atuar em vários campos sociais da educação, decorrentes de novas necessidades e demandas sociais a serem regulados profissionalmente. Tais campos são: as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; a áreas da saúde; as empresas; os sindicatos e outros que se fizerem necessários. (Libâneo (2001).

Sobre a atuação dos pedagogos fora da escola o mesmo autor assevera que:

Em todos esses campos de exercício profissional, desenvolverá funções de formulação e gestão de políticas educacionais; organização e gestão de sistemas de ensino e de escolas; planejamento, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos educacionais, relativos às diferentes faixas etárias (criança, jovens, adultos, terceira idade); formação de professores; assistência pedagógico-didática a professores e alunos; avaliação educacional; pedagogia empresarial; animação cultural; produção e comunicação nas mídias; produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional e outros campos de atividade educacional, inclusive os não-escolares. Portanto, a formação dos profissionais da educação deve contemplar a preparação daqueles profissionais da área educacional demandados pela sociedade brasileira, em sua configuração atual, para atuarem na organização e na gestão de todos os segmentos do sistema nacional de ensino. Com igual insistência, é também necessária a formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundante de toda formação técnica e docente. (LIBÂNEO, 2001, P. 15)

Até hoje, a preparação formal e sistematizada de agentes e lideranças culturais que se especializassem no exercício de funções pedagógicas nesses ambientes não-escolares não recebeu a devida atenção, levando em conta sua importância como mediadores da educação, necessária e devida presente mesmo no processo informal de consolidação de uma cultura que seja articulada com uma proposta de construção da cidadania.

Carga horária do professor nas escolas públicas e privadas e o planejamento das aulas

De acordo com os dados coletados, a maioria dos alunos das duas redes de ensino tem conhecimento de que o pedagogo pode atuar na escola pública quanto particular e que também grande maioria desses profissionais trabalha 12 horas por dia, perfazendo um total de 60 horas semanais. Os resultados mostram que 82% da escola pública e 90% da particular afirmaram ter essa informação e apenas 18% e 10% respectivamente afirmam que tinham esse conhecimento. No entanto, eles percebem que o professor que trabalha nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), com uma carga horária máxima de 60 horas, não consegue planejar bem as suas aulas. Veja a opinião dos alunos: 75% da escola pública e 81% da escola privada não conseguem planejar bem; apenas 25% e 19% respectivamente, acreditam que é possível o professor planejar bem suas atividades.

É legalmente permitido aos profissionais da saúde e da educação trabalhar 60 horas semanais. Todavia, também é sabido que a função do professor acaba sendo comprometida para aqueles que têm essa carga horária máxima; restando apenas o final de semana que deveria ser reservado para o descanso, sendo utilizado para o planejamento das aulas e a correção das atividades dos alunos. Com o passar do tempo, gera o estresse laboral.

Para Valle (2015, p. 06), o estresse ocupacional é definido como

um desequilíbrio que provoca reações físicas, cognitivas, emocionais e comportamentais quando as exigências excedem as capacidades, os recursos ou as necessidades do trabalhador. Esse desequilíbrio parece estar presente nas situações diárias que o trabalhador enfrenta na atualidade, especialmente na ocupação de professor. O estresse no docente resulta, entre outras causas, da dificuldade em acompanhar mudanças rápidas nas metodologias, nas tecnologias, nos materiais e nos meios de ensino, além das mudanças provocadas pela globalização, que causam desgaste físico e sofrimento psíquico. Muitos docentes sentem-se impedidos de desempenhar sua atividade profissional satisfatoriamente devido a altos níveis de estresse. A sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional, a insatisfação salarial, problemas com a infraestrutura, ritmo acelerado de trabalho, cobrança em relação à qualificação do trabalho para manter-se empregado são alguns aspectos encontrados na rotina desses profissionais que geralmente provocam estresse, causando danos à saúde.

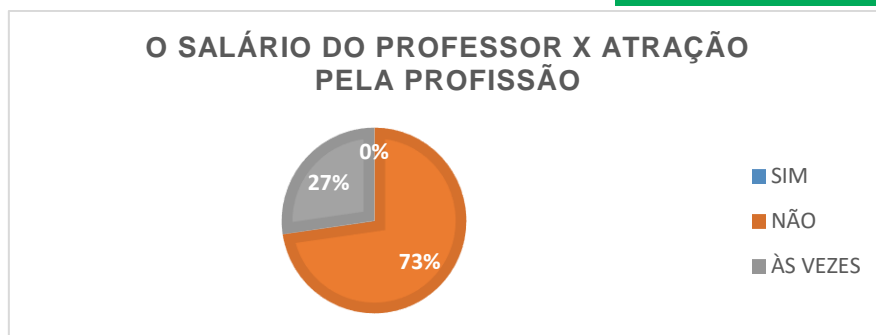
Esse estresse ocupacional do professor poderá desencadear uma série de outros problemas, levando-o a se afastar das atividades por meio de licença médica, falta ao trabalho, causando o comprometimento da qualidade do ensino e da educação.

O salário do professor X atração pela profissão

A maioria dos alunos opinou que a carga horária e o salário dos professores não atraem pessoas para o exercício da profissão. Nenhum deles afirmou ser atrativo, mas 73% (escola pública) e 84% (escola particular) disseram que não atraem; 27% e 13% respectivamente disseram que às vezes poderá atrair. Isso significa que se as condições salariais melhorarem, certamente despertará o desejo nas pessoas para a opção da profissão de professor.

Além dos fatores do desgaste da profissão e os salários ruins, há ainda no atual contexto de ampliação do mercado de trabalho, novas graduações surgindo a cada ano nas universidades. “A alta expectativa em adquirir bens, motivada pela sociedade de consumo e pelo apelo das novas tecnologias, faz com que a questão salarial tenha grande peso na hora de escolher a carreira”, afirma Patrícia Cristina Albieri de Almeida, pesquisadora da FGV.

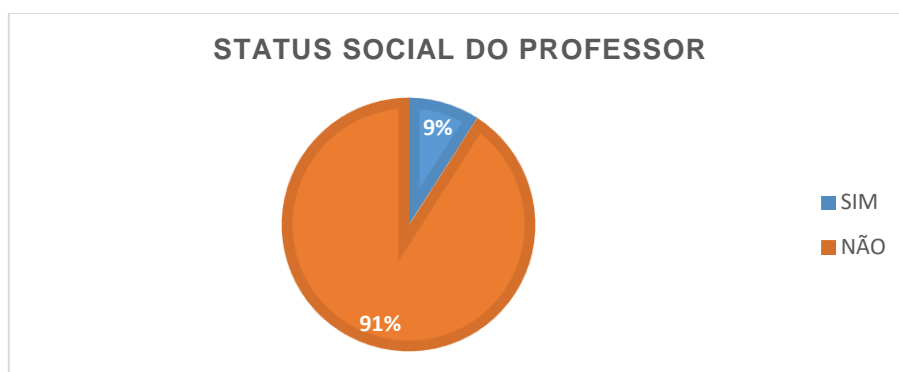
Observe o gráfico a seguir:



Status social do professor

Sobre o status social ocupado pelo professor no atual contexto, os pesquisados foram quase unânimes em afirmar que o professor não ocupa uma posição destaque na sociedade. Nas escolas públicas, 90% disseram não e nas particulares 98%; apenas 10% e 2% respectivamente responderam que sim. Diante dos aspectos analisados no decorrer da pesquisa, fica cada vez mais evidente que a profissão que não remunera bem e ainda exige atividades além da carga horária, não atrai, nem tampouco confere um status relevante na atual sociedade.

Observe o gráfico a seguir:



Razões da busca pelo curso de Pedagogia

Foi perguntado aos alunos do ensino médio o que eles pensam sobre o nível sócio econômico das pessoas que procuram uma faculdade de educação, ou seja, que buscam fazer um curso de Pedagogia: ser professor.

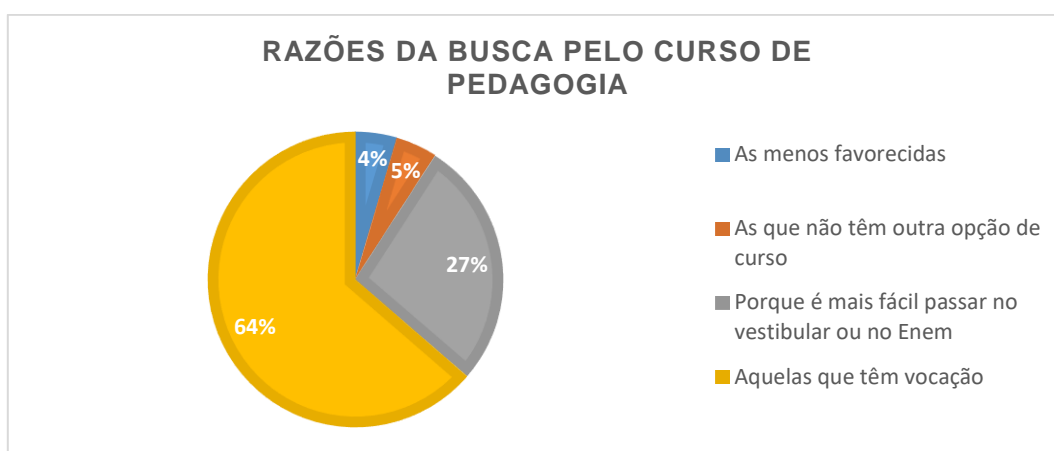
Confira no quadro abaixo sobre o que pensam os alunos.

Quadro 2. Razões que levam as pessoas a fazer uma faculdade de educação

Razões que levam a busca pelo curso de Pedagogia	Escola pública	Escola particular
As menos favorecidas (mais pobres)	4,5%	2%
As que não têm outra opção de curso	4,5%	20%
Porque é mais fácil passar no vestibular ou no Enem, uma vez que a concorrência é muito baixa	27%	14%
Aquelas que têm vocação	64%	64%

Fonte: Instrumento utilizado na pesquisa

Conforme demonstrado, a maioria dos alunos acredita que as maiores razões que levam as pessoas a fazer um curso de formação de professor é a “vocação”. O percentual da escola pública e privada é o mesmo, isto é, representa a maioria – 64%. Por achar que é mais fácil ingressar na faculdade pela baixa concorrência, apenas 27% (escola pública) e 14% (escola privada), assinalaram que sim, enquanto poucos acreditam que quem busca fazer Pedagogia são as pessoas das classes menos favorecidas economicamente. Os cursos de Pedagogia, ou melhor, os cursos de licenciatura, de modo geral, oferecem as mensalidades mais baixas do mercado, além das opções das universidades públicas na modalidade presencial e a distância. Veja o gráfico a seguir:



Nas palavras dos jovens, essa é uma profissão exige “vocação”, “dom”, “amor”, ou seja, as questões técnicas do trabalho estão extremamente desvalorizadas. “Um professor tem que ter o dom, tem que ser uma pessoa iluminada para poder ensinar”, opina outra aluna, de uma escola particular de Palmas. Sua colega concorda: “O essencial é ter vocação e muita paciência para lidar com as pessoas”.

Retomando a história da educação, até aproximadamente na década de 70, a maioria era do sexo feminino e uma das condições primordiais para ser professor era ter vocação, gostar de crianças, ter amor a profissão e não depender economicamente do salário para sobreviver, uma vez que os casamentos eram mais duradouros e o cônjuge era o provedor da família. Com a evolução da sociedade, a criação e o aumento de ofertas de vagas e opções de cursos, além da independência financeira da mulher e da igualdade de gênero, a profissão de professor foi ficando desvalorizada e economicamente menos atrativa para as pessoas. O que se percebe atualmente é que a vocação não tem tido tanta importância para os jovens, haja vista a proliferação dos cursos de medicina no país e no exterior e o alto índice de procura pelos alunos que concluem o ensino médio, por ser uma das profissões melhor remunerada no Brasil.

Pedagogia: você faria um financiamento para cursá-lo?

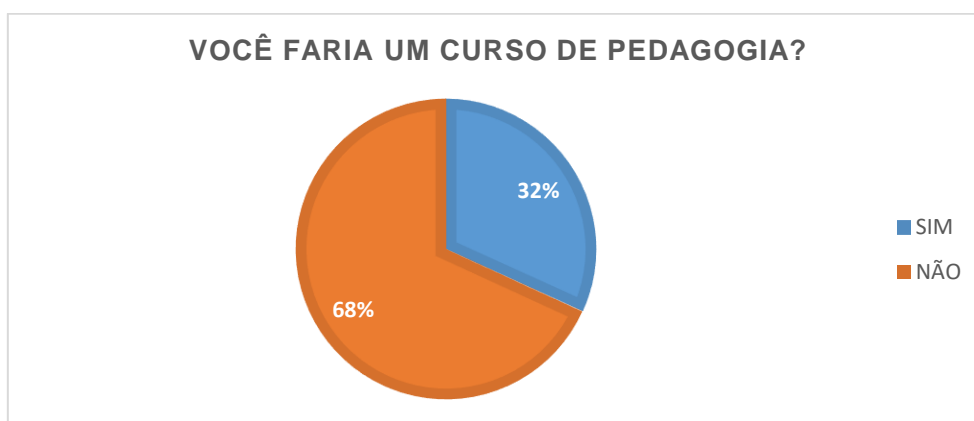
Uma das questões abordadas nessa pesquisa foi: você faria um financiamento - FIES ou PROUNI para cursar Pedagogia? A maioria respondeu que não se submeteria a um financiamento ou mesmo à concessão de bolsa do Prouni. 89% - rede particular e 84% - rede pública. Apenas 11% e 14%, respectivamente, afirmaram que fariam um financiamento. Essas respostas já estão delineando a resposta para o objeto investigado nessa pesquisa. Com tantas opções de curso e concessões de crédito para cursos que dão maior status e melhor remuneração. Certamente estas são consideradas razões relevantes que tem contribuído para o esvaziando cada vez maior nas faculdades de educação.

Você faria um curso de Pedagogia?

Dos alunos que foram investigados sobre a opção pelo curso de Pedagogia, 68% da escola pública disseram que sim, enquanto 32% responderam que não. Quanto aos alunos da escola particular 92% deles disseram que não faria e apenas 8% responderam que fariam sim um curso de Pedagogia.

Essas respostas dadas pelos alunos de não optar pelo curso de Pedagogia é reflexo das posturas demonstradas por eles por meio das respostas referentes às questões anteriores sobre as condições de trabalho, baixos salários, desvalorização profissional, entre outros. Acredita-se que o percentual maior de alunos que cursariam Pedagogia está concentrado na escola pública dada as condições socioeconômicas dos alunos serem relativamente menores que os alunos da escola particular, uma vez que os cursos de licenciatura, principalmente o de Pedagogia possuir mensalidades mais acessíveis. Além da influência dos pais que exercem profissões consideradas nobres das mais diversas áreas.

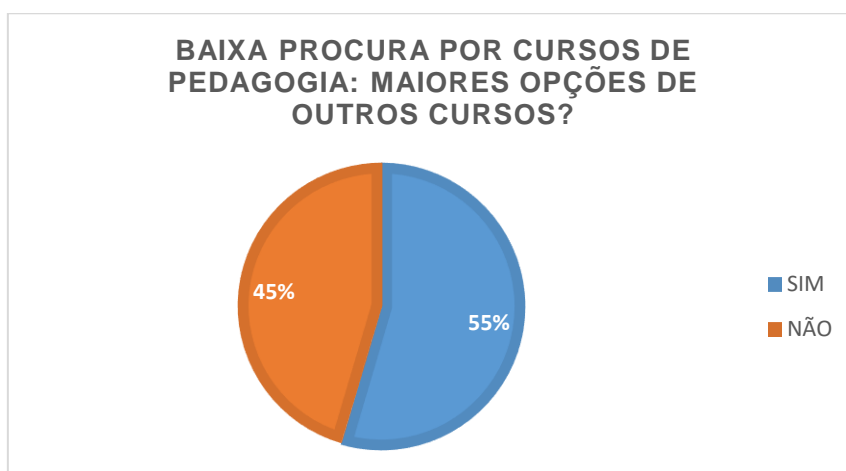
Veja o gráfico a seguir:



Baixa procura por cursos de Pedagogia: maiores opções de outros cursos?

Os alunos pesquisados foram indagados sobre a baixa procura pelo curso de Pedagogia pelo fato de Palmas possuir muitas outras opções de curso de graduação,

daí a razão pela qual eles não querem mais ser professor. 55% dos alunos da escola pública disseram que sim e 32% disseram que não. Já na escola particular 32% disseram que sim e 68% disseram que não. A maioria dos alunos da escola pública acredita que há muitas opções de cursos em Palmas, já os da escola particular não acreditam que seja a baixa procura pelo curso de Pedagogia pelo fato de ter muitas opções de curso, os que procuram a Pedagogia é por vocação, por amor à profissão como já foi mencionado anteriormente.



Sugestões de melhoria da profissão de professor

Em uma única questão aberta que compôs o questionário foi solicitado dos alunos que dessem sugestões para a melhoria do curso de Pedagogia. As sugestões dos alunos da escola pública quanto da escola particular foram praticamente as mesmas. Quase todos foram unânimes em dizer que é necessário respeitar e valorizar mais o professor, tratá-lo com dignidade, ter reconhecimento pelo seu trabalho para que ele possa ter mais prazer em ensinar. Além disso, sugeriram que o professor deverá ser mais bem respeitado e valorizado pelo governo proporcionando a eles melhores condições de trabalho e salários mais justos e dignos equiparado a outras categorias de nível superior, considerando que todos passam pela escola e tem o professor como referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente que todos os profissionais querem reconhecimento, almejam serem respeitados profissionalmente, terem bons salários, serem requisitados, admirados enquanto pessoa, marcar positivamente a geração e assim deixar um legado que as pessoas possam sentir orgulho deles. Este comportamento é inerente aos seres humanos e por isso percebe-se todos os dias as pessoas trabalhar, estudar para crescer

e adquirir o seu sustento, além de conseguir obter sucesso na vida profissional e pessoal.

Mas ultimamente uma parcela significativa da população tem ficado muito preocupada com alguns profissionais da educação que deveriam estar realizando um excelente trabalho, porém não conseguem.

Esta pesquisa realizada pelos alunos concluintes do ensino médio em relação à opção pelo curso de Pedagogia revelou que, embora muitos admirem a profissão de professor, mas não optariam por ela, pois alegam que o principal problema é a falta das reais condições para o desempenho da profissão com qualidade.

No entanto, um cenário que não é favorável não justifica a prestação de um serviço de má qualidade no qual muitos professores, não preparam bem as atividades e "ministram" aulas sem planejamento; fazem uso do celular em sala de aula, mas querem proibir os alunos de usá-lo, nem tampouco usam como recurso tecnológico para enriquecer suas aulas e alguns não cumprem os horários, mas querem exigir que os alunos cumpram.

A formação dos professores realizada pelas universidades é muitas vezes inadequada, os professores faltam às aulas e na maioria das vezes estas aulas não são repostas, visto que, descumpra a LDB nº 9394/96, em que estabelece o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais.

Atribuir a culpa aos professores, aos pais, aos alunos, aos gestores e ao governo não é o melhor caminho, ou seja, não será o suficiente para solucionar o problema da educação em nosso país, mas compete a cada um reavaliar suas práticas educacionais e seu comprometimento com os alunos.

Não se pode esperar ficar esperando que as condições ideais aconteçam para realizar um trabalho de qualidade, pois conforme Jean Paul Sartre: "O homem não é senão o seu projeto e só existe na medida em que se realiza". Quem é de fato educador, que tem vocação para ser professor, ou o é, por qualquer que seja o motivo, deverá procurar fazer sempre o melhor, mesmo em situações adversas, até mesmo para se realizar profissional.

Os pais, os professores, os alunos e todos envolvidos na educação precisam reavaliar a postura que cada um vem adotando, uma vez que não resolve o problema atribuir a culpa aos outros porque a educação vai mal, pois ela é fruto daqueles que no passado não souberam fazê-la corretamente com qualidade e hoje estamos pagando um alto preço pelo modelo excludente e frágil que herdamos daqueles que sempre estiveram no poder.

Precisamos superar o descaso do governo, a indiferença dos pais, a falta de compromisso e insatisfação dos professores e o desinteresse dos alunos; se assim não

o fizermos não será possível alterar o fim do fracasso que nos espera e que poderá ampliar cada vez mais.

Devemos valorizar aqueles e aquelas que têm a coragem de defender os professores através da luta sindical, mas isto não será o suficiente se não existir compromisso daqueles que são os protagonistas desta profissão, que a fazem no seu dia a dia nas escolas e nas salas de aula em todos os recantos do Brasil.

REFERÊNCIAS

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GIROUX, H. A. **O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional**. In: SILVA, T. T. (Org.). Teoria Educacional crítica em tempos pós-modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. **A construção do saber - Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2001.
- SCHIMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- <http://www.apagina.pt/?aba=6&cat=502&doc=15115&mid=1> **Ser professor: inquietações e desafios**. Página da educação. Acesso em 22 de jul. 2016.
- MATTOS, Eloisio Alves de. **Professores insatisfeitos**, pais indiferentes e alunos desmotivados. Março de 2014. <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/131943/Professores-insatisfeitos-pais-indiferentes-e-alunos-desmotivados.htm>
- NOVA ESCOLA**. Francisco Caloia H. Alfredo. **Banalizando o professor: que sociedade a construir?** Outubro de 2012
- <http://novaescola.org.br/politicas-publicas/carreira/ser-professor-escolha-poucos-docencia-atratividade-carreira-vestibular-pedagogia-licenciatura-528911.shtml> acesso em 20 jul. 2016.
- PRIMI, R. et al. **Desenvolvimento de um Inventário de levantamento das dificuldades da decisão profissional**. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre. v. 13, n. 3, p. 451-463, 2000. Disponível em Acesso em: 01 jul. 2016.
- RIBEIRO, Luiza Elena L. **Estresse Ocupacional do professor**. Revista Psiquê <http://psiquenciaevida.uol.com.br/ESPS/Edicoes/83/artigo272948-1.asp>. Nº 123, 2015. Acesso em 30 de jun. 2016.

Recebido em 20 de setembro de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

A LITERATURA INFANTIL TOCANTINENSE: MARCAS DE AUTORIA NAS IMAGENS E NAS NARRATIVAS

Edna da Silva Ribeiro

PROIC/ITOP. Email: ednaribeiro.jung@gmail.com

Kyldes Batista Vicente

Faculde ITOP. Email: kyldesv@gmail.com

RESUMO

As correntes de discussão acerca da autoria na literatura se desenvolveram devido ao fato de que o lugar do autor no texto literário apresenta-se como elemento marcante no processo de identificação de estilo, características, aspectos de formação social da obra. Com isso, o presente trabalho é importante pelo fato de buscar-se o entendimento da formação social da obra produzida no Tocantins ou sobre o Tocantins, destinada às crianças. A partir disso, propôs-se a discutir como são estruturadas as narrativas infantis produzidas no Tocantins; quais as referências da cultura tocantinense construídas para crianças tocantinenses; qual imagem da cultura tocantinense é construída nas narrativas infantis; e se essas narrativas colaboram para que as crianças conheçam o universo tocantinense. Este texto é o resultado dessas reflexões.

PALAVRAS-CHAVE: autor, literatura infantil, Tocantins.

Introdução

A literatura é a porta para variados mundos. Esses mundos nascem das várias leituras que dela se fazem. Os mundos que a literatura cria não se desfazem na última página do livro, nem na última frase da canção ou na última fala da apresentação, muito menos na última tela do hipertexto: incorporados como vivências, eles permanecem nos leitores, constituindo-se marcos da história de leitura de cada um.

A literatura dá existência ao que ficaria inomeado sem ela, mas, ao mesmo tempo que cria, também aponta para o provisório da criação. As histórias que a literatura conta não precisam ser verdadeiras e também não precisam ser inverídicas: é sempre um equívoco pedir à literatura atestado que comprove a existência do que ela afirma.

A literatura fala do que poderia ter sido. O mundo literário é o mundo do possível. O que realmente acontece é matéria da História. O compromisso da literatura, portanto, é com o mundo do possível e não com o mundo do real. Mesmo assim, a criação literária nasce de uma imaginação que tem a realidade como referência: aquilo de que ela trata tem sempre um fundo de verdade, pois “o compromisso da literatura com um *mundo possível* não abandona o projeto de fazer do presente seu ponto de partida ou de chegada”. (LAJOLO, 2001, p. 48)

Os mundos fantásticos criados pelo texto não caem do céu e nem são inspirados por anjos ou musas: o mundo criado pela literatura, por maior que seja seu simbolismo, nasce da experiência que o escritor tem de sua realidade histórica e social. O autor e o leitor, a partir da criação do primeiro (autor) e da recriação do segundo (leitor), compartilham um universo correspondente a uma síntese, intuitiva ou racional,

simbólica ou realista, do aqui e agora da leitura. Mesmo que o aqui e agora do leitor não coincida com o aqui e agora do escritor.

Um ponto controvertido, no estudo da literatura, é o que cabe ao estudo do autor. Isso pode ser verificado devido a duas grandes ideias de discussão, no campo dos estudos literários, do lugar do autor na obra literária. A primeira delas identifica o sentido da obra à intenção do autor (ideia ligada ao positivismo, ao historicismo e à filologia). A segunda, mais moderna, denuncia a pertinência da intenção do autor para determinar ou descrever a significação da obra, sua divulgação foi feita pelo estruturalismo francês, o formalismo russo e o *New Critics* americanos.

As correntes de discussão acerca da autoria na literatura se desenvolveram devido ao fato de que o lugar do autor no texto literário apresenta-se como elemento marcante no processo de identificação de estilo, características, aspectos de formação social da obra. Com isso, o presente projeto justifica-se pelo fato de buscar-se o entendimento da formação social da obra produzida no Tocantins ou sobre o Tocantins, destinada às crianças.

Assim, partiu-se das perguntas: Como são estruturadas as narrativas infantis produzidas no Tocantins? Quais as referências da cultura tocantinense construídas para crianças tocantinenses? Qual imagem da cultura tocantinense é construída nas narrativas infantis? Essas narrativas colaboram para que as crianças conheçam o universo tocantinense?

Para investigar as possíveis respostas de tais perguntas, definimos como objetivos de pesquisa: analisar livros da literatura infantil, publicados no Tocantins, sob a perspectiva do autor; indagar sobre a presença da literatura infantil publicada por autores que se intitulam tocantinenses; verificar a composição da literatura infantil publicada por autores que estão no Tocantins sob aspecto temático; e identificar as marcas de autoria nas narrativas dedicadas à criança, publicadas por autores tocantinenses.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, que consistirá na busca em livros, revistas, artigos, documentários. Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos institucionais, dentre outros. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa é uma fase que é realizada após estudos bibliográficos, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados e a metodologia aplicada.

REVISÃO DE LITERATURA

AUTOR

O conceito de autor vem sendo discutido desde antes do século XIX: a noção de “autor” medieval, “autor” construtor de glórias do Renascimento, a noção de gênio no Romantismo. No entanto, o problema da noção de autor, conforme o conhecemos na contemporaneidade, é de natureza relativamente recente, e pode configurar-se em torno das alterações epistemológicas que ocorrem no século XVIII.

Nos estudos literários e a partir de paradigmas históricos, biográficos e psicológicos, o autor é denominado autor empírico: portador de uma identidade biográfica e psicológica que pode ser identificada extratextualmente. Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1992, p. 227) apresenta um estudo sobre o conceito de autor e salienta que:

[...] preferimos as designações de *autor empírico* e de *autor textual*, de modo a ficar bem clara a ideia de que o primeiro possui existência como ser biológico e jurídico-social e de que o segundo existe no âmbito de um determinado texto literário, como uma entidade ficcional que tem a função de enunciador do texto e que só é cognoscível e caracterizável pelos leitores desse mesmo texto.

Assim, segundo Aguiar e Silva (1992, p. 228), este autor textual será entendido como o escritor. E mais: as relações de origem, anterioridade e responsabilidade direta com a obra são entendidas como fundadoras:

O autor textual [...] é o emissor que assume imediata e especificamente a responsabilidade da enunciação de um dado texto literário e que se manifesta sob a forma e a função de um eu oculta ou explicitamente presente e actuante no enunciado, isto é, no próprio texto literário.

Entidade de ampla projeção, o termo autor está envolvido com problemas exteriores à teoria narrativa e ligados à problemática da criação literária e das funções sociais da literatura. Reis e Lopes (2002), ao apresentarem o conceito de autor no *Dicionário de Narratologia*, vão buscar em Barthes as considerações iniciais acerca do termo. De acordo com os autores, Barthes apresentará a distinção entre escritor e escrevente: o primeiro seria aquele que trabalha a palavra; o segundo seria o que utiliza a palavra como meio.

O mesmo Roland Barthes, no texto *Introdução à análise estrutural da narrativa*, apresenta uma discussão acerca do autor com um questionamento:

Quem é o doador da narrativa? Três concepções parecem até aqui ter sido anunciadas. A primeira considera que a narrativa é emitida por uma pessoa (no sentido plenamente psicológico do termo); esta pessoa tem um nome, é o autor, em que trocam sem interrupção a “personalidade” e a arte de um indivíduo perfeitamente identificado, que toma periodicamente a pena para escrever uma história: a narrativa (notadamente um romance) não é então mais que a expressão de um eu que lhe é exterior. A segunda concepção faz do narrador uma espécie de consciência total, aparentemente impessoal, que emite a história do ponto de vista superior, o de Deus: o narrador é ao mesmo tempo interior a seus personagens (pois sabe tudo o que neles se passa) e exterior (pois não se identifica mais com um que com outro). A terceira

concepção, a mais recente (Henry James, Sartre), preconiza que o narrador de limitar sua narrativa aos que podem observar ou saber os personagens: tudo se passa como se cada personagem fosse um de cada vez o emissor da narrativa. (BARTHES et. al., 2008, p. 49-50)

Essas três dimensões parecem, para Barthes, constrangedoras porque atribuem ao narrador e às personagens o papel de autor. Para ele, o autor de uma narrativa é um ser material e não pode ser confundido com o seu narrador. No entanto, é importante salientar que:

[...] os signos do narrador são imanentes à narrativa e, por conseguinte, perfeitamente acessíveis a uma análise semiológica; mas para decidir que o próprio autor (que se mostre, se esconda ou se apague) disponha de 'signos' com os quais salpicaria sua obra, é necessário supor entre a 'pessoa' e sua linguagem uma relação sinalética que faz do autor um sujeito pleno e da narrativa a expressão instrumental desta plenitude: a isto a análise estrutural não pode resolver a si mesma: quem fala (na narrativa) não é quem escreve (na vida) [...]. (idem, p. 50)

Assim, autor é, para Reis e Lopes, a entidade materialmente responsável pelo texto narrativo, é o "sujeito de uma actividade literária a partir do qual se configura um universo diegético² com suas personagens, acções coordenadas, temporais, etc." (2002, p. 39).

Mikhail Bakhtin também desenvolveu uma discussão acerca da autoria. Em seu texto intitulado *O autor e o herói na atividade estética*³, Bakhtin apresenta a distinção entre o que ele chama autor-pessoa e autor-criador. O primeiro é definido como o escritor, o artista. O segundo é aquele que desenvolve a "função estético-formal engendradora da obra". Assim, o autor-criador é o que constitui o objeto estético, o que dá forma ao objeto estético, o que sustenta a unidade do texto consumado.

Essa posição estético-formal tem como característica principal a capacidade de tornar material a relação entre herói e seu mundo. Carlos Alberto Faraco (2005, p. 39), ao apresentar um estudo sobre autor e autoria em Bakhtin afirma que:

O autor-criativo é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente. O ato criativo envolve, desse modo, um complexo processo de transposições refratadas da vida para a arte: primeiro, porque é um autor-criador e não o autor-pessoa que compõe o objeto estético (há aqui, portanto, já um deslocamento refratado à medida que o autor-criador é uma posição

² O termo **diegese** foi primeiramente utilizado por Gerard Genette em sua obra *Figures III*. Posteriormente, em *Nouveau discours du récit*, o autor considera que o termo é melhor utilizado para designar o universo espaço-temporal no qual se desenrola a história. De acordo com Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (2002, p. 107-108), "o termo diegese fora já utilizado por E. Souriau no âmbito de pesquisas sobre a narrativa cinematográfica: neste contexto, opunha-se o universo diegético, local do significado, ao universo do écran, local do significado fílmico. É exactamente nesta acepção que Genette julga pertinente a transposição do termo diegese para o domínio verbal: **diegese** é então o universo do significado, o 'mundo possível' que enquadra, valida e confere inteligibilidade à história."

³ O texto *O autor e o herói na atividade estética* foi publicado no livro *Estética da Criação Verbal* sob o título O problema do herói na atividade estética.

axiológica conforme recortada pelo autor-pessoa); e, segundo, porque a transposição de planos da vida para a arte se dá não por meio de uma isenta estenografia (o que seria impossível na concepção bakhtiniana), mas a partir de um certo viés valorativo (aquele consubstanciado no autor-criador).

Michel Foucault, ao discutir o conceito de autor, retoma a ideia de Barthes para completá-la. Com a acepção ligada ao papel do discurso na construção do autor, Foucault propõe o conceito de “função autor”, caracterizado pelo modo de circulação, funcionamento de certos discursos no interior de certa sociedade. Para ele, o que deve ser levado em consideração são os modos e as condições de existência social do discurso.

A ideia de que o autor tem uma função no texto remete ao contexto discursivo e também ao contexto do reconhecimento. Ao discursivo por sua relação com o texto produzido, o discurso elaborado. Ao contexto do reconhecimento por ligar-se ao mercado, ao reconhecimento de sua obra, de aspectos estilísticos que marcam a sua obra e que permitem a análise.

É importante entender que a literatura é um fenômeno: fenômeno estético. É uma arte: a arte da palavra. Não visa a informar, ensinar, doutrinar, pregar, documentar, mas, secundariamente, ela pode conter história, filosofia, ciência, religião: o literário ou o estético inclui o social, o histórico e o religioso, etc., porém transformados em estético.

A literatura, às vezes, pode servir de veículo de outros valores. O seu valor e significado, no entanto, não residem nesses valores, mas no seu aspecto estético-literário, que lhe é garantido pelos elementos próprios de sua estrutura e pela finalidade específica de despertar no leitor um tipo especial de prazer: o sentimento estético, prazer que não pode ser confundido com informação, documentação, crítica. Não fossem a natureza específica da literatura e o prazer que dela retiramos, as obras literárias não resistiram ao tempo, nem às mudanças de civilização e cultura.

A literatura não é documento. A literatura é monumento. Ela não pretende ensinar, informar ou documentar. Leitor algum deve procurá-la para cumprir essas finalidades: a literatura parte dos fatos da vida e os contém; esses fatos, no entanto, não existem nela como tais, mas, apenas, como ponto de partida. Isso porque a literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada pelo espírito do artista e transmitida pela língua para os gêneros; neles, ela toma corpo e nova realidade, passando a viver outra vida: autônoma, independente do autor e da realidade de onde proveio. Isso porque os fatos dos quais ela se originou perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, nascida da imaginação do artista. Agora, portanto, são fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência, pela história ou pelo social.

A verdade estética é diferente da verdade histórica. O artista literário cria ou recria um mundo de verdades. Essas verdades, no entanto, não podem ser avaliadas pelos mesmos padrões das verdades fatuais. A literatura é vida. A literatura parte da vida. Não se pode admitir conflito entre uma e outra: por meio das obras literárias, entramos em contato com a vida nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque próprias da condição humana. A literatura tem existência própria. Seu campo de ação e seus meios são as palavras e os ritmos, usados não como veículos de valores extra-literários, mas por si mesmos (LAJOLO, 2001).

A literatura participa de uma das propriedades da linguagem: simbolizar. Por meio da simbolização, afirma e nega, simultaneamente, a distância entre o mundo dos símbolos e o dos seres simbolizados. Logo, uma das compreensões possíveis da literatura é que ela é uma situação especial de uso da linguagem. A literatura, linguagem entre as linguagens e código entre códigos, leva ao extremo a ambiguidade da linguagem: cola o homem às coisas, reduzindo o espaço entre o nome e o objeto nomeado e, ao mesmo tempo, exprime a artificialidade e instabilidade dessa relação.

Esse fenômeno ocorre diferentemente em diferentes momentos, com tipos diversos de textos e para diferentes pessoas. Não há prescrições: “Toda e qualquer palavra, toda e qualquer construção linguística pode figurar no texto e literalizá-lo. Ou, ao contrário, não literalizar coisa nenhuma (...)” (LAJOLO, 2001, p.35-36)

A literatura não se configura pelo uso de um ou de outro tipo de linguagem. A linguagem, qualquer que seja ela, não anula e nem provoca o literário. O que caracteriza um texto como literário ou não-literário é a relação que as palavras estabelecem com o contexto e com a situação de leitura. Logo, a condição *sine qua non* para que qualquer linguagem se torne literatura ou não-literatura é a situação de uso. A literatura acontece quando, mediados por um texto, autor e leitor suspendem a convenção do momento, fecundando-a.

Quando falamos em produção textual, de narrativa, é importante não perdermos de vista o que na prosa de ficção vamos chamar de narrador. O autor, escritor, ao assumir a máscara de um terceiro que narra, delega a direção da narrativa para alguém (o narrador ou o sujeito da enunciação). Na criação poética, ocorre fenômeno semelhante: quando o escritor-poeta pretende traduzir em palavras os conteúdos de sua imaginação, está cedendo a outra voz a direção do ato criador. Logo, é o “eu” poético e não o autor, o autor-civil ou o autor-poeta que é o narrador ou sujeito da enunciação. Enfim, o “eu” poético é um personagem ficcional criado pelo autor-poeta para expressar seus sentimentos, pensamentos e emoções. A teoria da narrativa fala em elementos fundamentais do texto narrativo, ela se refere aos personagens, tempo, espaço, enredo e foco narrativo.

O foco narrativo é um elemento ficcional como os demais elementos essenciais da narrativa, criado pelo autor, para conduzir a apresentação dos fatos que constroem o enredo, sucessos e ações vivenciados pelas personagens. Isso significa que narrador não é sinônimo de autor. Este é o elemento civil que assina o texto. O narrador, por sua vez, é o elemento ficcional, criado pelo autor, para narrar os acontecimentos que compõem a história apresentada por uma novela, conto ou romance. Reis e Lopes (2002, p. 257) consideram que

Se o **autor** corresponde a uma entidade real e empírica, o **narrador** será entendido fundamentalmente como o **autor textual**, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o **discurso**, como protagonista da **comunicação narrativa** (grifos do autor).

A entidade que toma a palavra numa narrativa, conforme já se afirmou anteriormente, é tão fictícia quanto a personagem de quem narra as peripécias. Trata-se, portanto, de um sujeito com existência textual, assim como o é a personagem de quem ou sobre quem fala e o narratário, a pessoa a quem o narrador se dirige.

Confundir o narrador com o autor seria ignorar que aquele é uma invenção deste, que pode projetar sobre aquele atitudes ideológicas, éticas, culturais, etc. que defende, mas isso não significa que o faça de forma direta e linear. Ao contrário, recorre, para isso, a estratégias ajustadas à representação artística dessa atitude, como por exemplo a ironia.

As funções do narrador não se limitam ao ato de enunciação que lhe é atribuído: protagonista da narração, ele é detentor de uma voz. Essa voz pode ser observada em nível do enunciado, por meio de vestígios mais ou menos discretos de sua subjetividade, articuladores de uma ideologia ou de uma simples apreciação particular acerca dos eventos relatados e das personagens consideradas.

Oscar Tacca (1983, p. 36) assinala: “Toda a obra pertence, em princípio, a um autor. É ele, em primeiro lugar, quem dá a cara. Assume a palavra, a autoria, o relato. Identifica-se com o narrador, mas é mais do que isso”. Assim as funções e lugares do autor e do narrador devem estar bem claras ao se propor a análise de um texto narrativo, seja ele literário ou audiovisual, já que, muitas vezes, o autor pode assumir graus diversos de subjetividade ou objetividade. Isso será definido pela sua intenção.

A NARRATIVA

A finalidade, aqui, é desenvolver questões mais gerais da narrativa, no qual buscaremos conceituar esse gênero literário, expor seus elementos fundamentais e evidenciar as características do conto; A narrativa para crianças e jovens, aspectos

teórico-pedagógicos, a vinculação dos textos com a faixa etária das crianças e adolescentes, nos quais se intenta desenvolver o gosto pela leitura.

A narrativa: elementos estruturais

A narrativa são organizações de acontecimentos reais ou imaginários, que abrange inúmeras classificações, tais como: O mito, a lenda, a fábula, o conto, a novela, as epopeias, a história, a tragédia, o drama e a comédia são narrativas. As narrativas podem utilizar a linguagem oral ou escrita, a imagem fixa ou móvel, o gesto ou a mistura de todos esses elementos: quando falamos em narrativa, não estamos nos referindo apenas ao texto oral ou escrito, mas também a outras linguagens que podem representar pensamentos, significados, conceitos e ideias.

A narrativa está tão visceralmente ligada à nossa vida cotidiana que, às vezes, não percebemos sua existência, mesmo havendo, em função de diferentes substâncias, uma grande variedade de gêneros, a sugerir que todo e qualquer assunto pode dar origem a uma narrativa. Até nossa identidade é narrativa. Parece mesmo que o mundo é uma grande narrativa. De acordo com Gancho (2003, p. 6), narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde sua origem.

As gravações em pedra nos tempos da caverna, por exemplo, são narrações. Os mitos – histórias das origens (de um povo, de objetos, de lugares), transmitidos pelos povos através das gerações, são narrativas; a Bíblia – livro que condensa história, filosofia e dogmas do povo cristão - compreende muitas narrativas: da origem do homem e da mulher, dos milagres de Jesus etc. Modernamente, poderíamos citar um sem-número de narrativas: novela de TV, filme de cinema, peça de teatro, notícia de jornal, gibi, desenho animado [...] Muitas são as possibilidades de narrar, oralmente ou por escrito, em prosa ou verso, usando imagens ou não.

A capacidade de narrar é um aspecto imanente dos seres humanos. Estamos frequentemente narrando acontecimentos ou contando eventos de que participamos, assistimos ou tudo que ouvimos falar. Uma narrativa representa **uma exposição de fatos com** uma sequência de acontecimentos interligados, que são transmitidos em uma estória. As estórias sempre reúnem aqueles que as narram e aqueles que as ouvem, leem ou assistem. Quem narra, por sua vez, “escolhe o momento em que uma informação é dada e por meio de que canal isso é feito” (PELLEGRINI, 2003:64).

O Tocantins

O Tocantins pode ser visto como um estado em busca de identidade, um estado entre fronteiras. Segundo Póvoa, etimologicamente Tocantins significa em tupi, “nariz grande”, a expressão designava uma tribo dessa região, que habitou as margens do rio.

Significa em tupi, grafado tu' ka tim, 'bico de tucano, nariz de tucano', em referência ao nariz aquilino dos indígenas dessa tribo.

Geograficamente, o rio Tocantins nasce no estado de Goiás, e banha os estados de Tocantins, Maranhão e Pará, até chegar à foz do rio Amazonas, onde desemboca. Suas nascentes são localizadas entre os municípios de Ouro Verde de Goiás (ao sul do córrego à direita), Anápolis (ao leste do córrego à direita) e Petrolina de Goiás (ao norte e ao oeste da nascente do córrego à direita).

Após a união dos rios Maranhão e Paranã, entre os municípios de Paranã e São Salvador do Tocantins, ambos localizados no estado do Tocantins, passa a ser chamado efetivamente de rio Tocantins. Durante a época das cheias, seu trecho navegável é, aproximadamente, de 2000 km, entre as cidades de Belém – PA e Lajeado –TO. O Tocantins é o segundo rio totalmente brasileiro. O primeiro rio é o São Francisco um dos mais importantes cursos d'água do Brasil e de toda a América do Sul. O rio também atravessa o estado da Bahia, fazendo sua divisa ao norte com Pernambuco, bem como constituindo a divisa natural dos estados de Sergipe e Alagoas, e, por fim, deságua no Oceano.

A história da formação do estado.

O estado do Tocantins se deu após uma luta de quase um século, A Conorte apresentou à Assembleia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do Estado. Foi criado a União Tocantinense (união supra- partidária) e o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, com objetivo de conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins.

O deputado Siqueira Campos foi um dos percussores do Tocantins, ele redige e entrega a fusão de emendas criando o Estado do Tocantins que foi votada e aprovada respaldada no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins. foi escolhida como capital provisória a cidade de Miracema do norte, que no dia 1º de janeiro de 1989 foi instalado o Estado do Tocantins e empossados o governador, senadores, deputados federais e estaduais. Através de um decreto foi mudado o nome de algumas cidades com a terminações “ do Norte” para “ do Tocantins” como por exemplo Miracema do Norte para Miracema do Tocantins.

No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado, feita nos moldes da Constituição Federal. Foram criados mais 44 municípios além dos 79 já existentes. Atualmente, o Estado possui 139 municípios.

A construção de Palmas

Esta capital recebeu o nome de Palmas em homenagem a luta de Joaquim Teotônio Segurado, o qual a mais de um século já lutava pela criação do Estado e também pela grande quantidade de palmeiras na região. Palmas a mais nova capital planejada do país Foi construída, no centro geográfico do Estado, numa área de 1.024 Km² desmembrada do município de Porto Nacional. Foi fundada em 20 de maio de 1989 para ser a sede do governo estadual. Por falta de estrutura física para sediar o governo estadual, a capital esteve provisoriamente na cidade vizinha de Miracema do Tocantins, na qual somente em 1º de janeiro de 1990, Palmas passou a ser a capital do Tocantins.

A população de Palmas segundo o IBGE de 2016, chega aos 279.856 habitantes, sendo a maior cidade do estado do Tocantins, é também a última cidade do século XX completamente planejada, pois foi criada de forma semelhante a de Brasília. Tal semelhança na qual está caracterizada e estruturada em dois eixos demarcados por duas grandes avenidas, Av. JK, sentido leste-oeste e Av. Teotônio Segurado, sentido norte e sul, tendo endereços com os pontos cardeais, preservação de áreas ambientais e a forma de migração dos construtores para esta cidade.

De onde vieram os habitantes de Palmas?

Palmas por ser uma cidade planejada contém um fenômeno migratório em um contexto relevante, semelhante ao de Brasília a capital do Brasil, onde desperta o interesse de pessoas de várias regiões do Brasil, desde intelectuais a servidores braçais para a construção civil, comerciantes, aqueles que almejam empregos públicos e outros envolvidos no processo de construção desta capital. O índio também compõe a população de Palmas, pois o estado porta sete etnias (Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, krahô Canela, Apinajé e Pankararú), totalizando aproximadamente 10 mil índios, distribuídos em 82 aldeias.

Pelas ruas da capital existe uma mistura de cidades e regiões, ou seja, Palma ainda está em busca de sua identidade. O fluxo migratório é responsável pelo aumento de número de habitante do estado e desta capital. Dardel (2011) ressalta que o “amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL, 2011, p. 1-2). O que acontece nesta capital, não é diferente, em que as pessoas veem atraídas por oportunidades de trabalho, e pelo desenvolvimento econômico e social, passa a contribuir de forma involuntária para o processo de formação da identidade de Palmas.

Palmas, que é uma das cidades que mais cresceu nos últimos anos. O município tinha 228.332 habitantes no último Censo (2010). Isso coloca o município na posição 1

dentre 139 do mesmo estado. Segundo IBGE de 2014 na pesquisa sobre “população residente no Tocantins que são de outros estados” revela que a população de Palmas e do estado vieram em grande parte dos estados vizinhos, estando em primeiro lugar o estado do Maranhão com 134 mil em segundo lugar o Goiás com 99mil e em terceiro lugar o estado do Piauí com 42 mil, ficando em quarto lugar o estado do Pará com 40 mil. Portanto estas pessoas vem atraídos por oportunidades de trabalho, e pelo desenvolvimento econômico e social, que o Tocantins e a capital apresenta.

Estas produções de referências identitárias influenciam em nossa forma de concebermos nossos espaços. Dardel (2011) já nos orientou nesse sentido quando afirmou que o “amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL, 2011, p. 1-2). O existir implica numa estreita relação com o lugar e influencia em nossa identidade a partir de nossas experiências. Por isso torna-se importante analisar como as pessoas existem no lugar, que sentidos e significados elas atribuem ao pertencer a uma dimensão espacial com a qual estabelecem trocas, constroem relações e vivem o cotidiano.

IRMA GALHARDO

Irma Galhardo é escritora, cordelista e contadora de histórias. Referência na literatura infantil tocantinense, tem cinco livros publicados e vários prêmios por editais. É membro da Academia Palmense de Letras no Tocantins, membro correspondente de algumas Academias de Letras do Brasil/Suíça e já participou oficialmente de Salões do Livro na Suíça e na Itália.

Irma Galhardo é graduada em Direito com registro na OAB, especialista em História da África e do Negro no Brasil e em Docência do Ensino Superior. É membro da Academia Palmense de Letras e membro correspondente da Academia de Letras do Brasil/ Suíça, Academia de Letras de Araraquara-SP, Academia de Letras, Música e Artes de Salvador-BA e Academia de Artes de Cabo Frio-RJ. Tem cinco livros publicados, dez prêmios em editais de cultura e participação oficial no 27º e 28º Salão do Livro e da Imprensa de Genebra e Salão Internacional do Livro de Turim 2014. Irma Galhardo publica seu primeiro livro “Epopéia Tocantinense” em 2011.

Epopéia Tocantinense

A Epopéia Tocantinense nasce pela percepção da autora sobre a ausência de registro em literatura infantil sobre a falta sobre a história do estado e cultura tocantinense. É uma poesia livre de fácil entendimento, cujo Núcleo central é a História do Tocantins.

O enredo desta poesia desenvolve em torno da História e cultura do estado do Tocantins, desde a descoberta do rio Tocantins em 1610, por uma expedição chefiada pelo Francês Monsieur de La Blanartier, a luta centenária pela divisão do estado, fundação dos primeiros Arrais originados pela busca do ouro, a presença dos Jesuítas e os portugueses, a presença de várias etnias indígenas e suas culturas, a criação da comarca do norte tendo como ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, até a criação do Estado em 1988 e a história de Palmas.

A autora apesar de não ser tocantinense vive hoje no Tocantins, onde vivenciou momentos históricos deste estado e também teve contatos direto com a população infantil e jovem. Tais experiência inspirou a mesma a compartilhar de forma literária transformando a história de forma imaginária para o real em forma de poesia épica, levando conhecimento da história e cultura do próprio habitat da criança tocantinense.

Irma Galhardo escreve sobre o Tocantins em forma de epopeia onde relata a história do Tocantins em uma ordem cronológica bem definida e detalhada, começando em 1610 com a descoberta da foz do rio Tocantins, iniciada pela exploração na região norte do Brasil pelos pesquisadores franceses. A autora faz uma viagem de tempo e espaço implementado dados históricos e culturais para melhor compreensão da população infantojuvenil.

Resumo da história.

Em 1610 foi descoberto a foz do rio Tocantins, com 2.400 quilômetros sendo que uma grande parte navegável, se classificando como o segundo maior rio totalmente brasileiro. Fatos culturais como A religião trazida pelos Jesuítas, a busca pelo ouro pelos imigrantes, se misturam com a cultura do povo indígena que ali já habitavam, destacam os Krahôns com a lenda milenar da Machadinha, Apinajé, Javaé, xambioá, Karajá, Xitxocô, Xerente, Akwê e outros, cada tribo com sua cultura.

Em 1909 foi criada a comarca do norte, onde D. Pedro nomeia o ilustre Joaquim Teotônio Segurado que em 1815 funda a Vila de São João das Palmas, o qual já pensava que a divisão trazia a autonomia que consolidava o crescimento e desenvolvimento de uma região. Cria-se o movimento separatista e jornais com espírito libertador, fortalecer a divisão do norte goiano. O brigadeiro Lysias Rodrigues conhecedor da nação por “terra, água e mar” voltar a confirmar que a divisão desta região resulta em somar. Em 1967 com a nova constituição na presidência de Castelo Branco o movimento separatista reforça o mesmo argumento, chegando a criar



o hino do novo estado. Em 1981 em prol do objetivo comum, oitenta mil assinaturas comoveu político a atender a voz do povo, dentre prisões e greve de fome Siqueira Campos consegue em um só dia a tão sonhada ementa que aprova a divisão do estado de Goiás onde nasce o estado do Tocantins, mas só em 1988 que oficialmente surge o estado do Tocantins para que todo norte goiano pudesse assim contemplar e para fortalecer a divisão do norte goiano.

O segundo capítulo da história centenária foi a sua própria constituição para a regularização dos 139 municípios, no qual se elege a cidade de Miracema como capital provisória. Nasce do meio da mata, no centro geodésico do país a nova capital totalmente planejada, assim como Brasília a capital do país.

O novo estado agora pode ressaltar com orgulho seu multiculturalismo e suas riquezas como: O rio Azuis que é o menor do mundo, situado a menos de trezentos metros da nascente até a foz, o paradisíaco Taquaruçu, “as terras de São Domingos”, que o rei D. Pedro II se dignou a doar, a igreja de Natividade (patrimônio histórico Cultural), temos a flora e a fauna amazônica, um lago que contorna a capital, o famoso Jalapão. Cultura típica do Tocantins são: o artesanal feito com o capim dourado, quebradeira de coco, a fava de bolota, a dança da Jiquitaia.

O Tocantins depois de tanta luta, hoje já aponta um futuro promissor, começando seu progresso com biodiesel, energia, turismo, Educação exemplar para o país, As personagens desta obra podem ser classificadas como heróis, pois enriquece o enredo com sua bravura e perseverança para conquistar seu objetivo alvo. Podendo também destacar os índios que muito contribuiu para a cultura.

Tema

O tema abordado que incorpora esta obra literária é um registro da história do Tocantins e sua cultura. Tema bastante polêmico, no qual envolve aspectos políticos, sociais, culturais, psicológico e econômico de um estado novo. História marcante que envolve a população tocantinense numa corrida em busca da identidade do seu próprio estado, almejando uma vida social melhor para todos.

Este tema reforça na leitura a possibilidade de inserção na cultura Tocantinense, trazendo ao leitor um grande conhecimento do lugar onde mora, como também melhor compreensão dos tempos atuais, contribuindo com a formação de cidadão crítico.

O Pirarucu encantado

O Pirarucu Encantado é uma narrativa de ficção do gênero Folclore, por ser baseada em crenças difundidas, na qual tem uma transmissão popular, ou seja, de boca em boca. A autora registra através linguagem escrita o que era apenas uma linguagem

falada. Preservar o folclore tocantinense e uma preocupação da autora, então mostra através da literatura infantil os fragmentos desta cultura, que com o tempo vem se perdendo.

Esta é uma obra literária muito rica, por ser destinada as crianças que já sabem ler palavra e também para aquela que ainda leem apenas imagens. A capa do livro infantil é o primeiro chamado para a leitura, não só a capa como toda obra possuem os recursos lúdicos e a forma artística que chama a atenção da criança ressaltando os olhos, transladando direto ao imaginário, fazendo com que a mesma identifique e participe através da imaginação transportando pela as imagens para o seu próprio mundo real.

Imagens

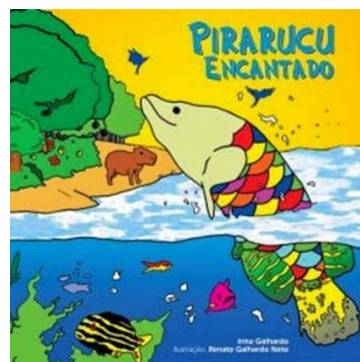
Realizar competentemente a leitura de imagens não é bem complexo, porque exige experiência, sentimentos e as capacidades de ver o visível e, também, o invisível. Ao observar esta obra literária percebe se que a autora cumpre os requisitos necessários para uma “alfabetização visual”, pois a interpretação das imagens envolve aprendizagem, permanente exercício e capacitação do observador (COSTA, 2009).

Lima (2008, p. 76) complementa esse pensamento a respeito das contribuições das ilustrações à formação de um bom leitor, salientando que, além disso, as imagens possibilitam a ele “reconstruir o passado, refletir o presente, imaginar o futuro ou criar situações impossíveis no mundo real”. Então, percebe-se que a leitura eficiente de imagens também é promotora de ricos conhecimentos, por isso proporcionando o desenvolvimento do sujeito.

Análise do texto **O Pirarucu Encantado**

Segundo Peter Hunt a criança é um leitor em formação e com vivências limitadas por força da idade. Portanto, o texto deve ser adequado à competência linguística da criança para ler os signos, tanto quanto às suas experiências de vida.

Ao analisar O livro “O Pirarucu Encantado” constata se que o mesmo contém poucas páginas, letras graúdas no formato caixa altas e também harmonia com as cores das ilustrações, espaçamento correspondente com uma linguagem de fácil entendimento, ou seja, tudo combinando com a maturidade do leitor. Portanto esta obra literária tem requisitos suficientes para que a criança caia na toca do coelho, assim como Alice no país das Maravilhas.



Resumo

Esta é uma interessante história sobre o peixe que se transforma em um lido rapaz, baseada no folclore tocantinense. O enredo discorre através de uma lenda desta região que ao sair para pescar em noite de lua cheia pode encontrar um peixe grande que salva pessoas. Este peixe se chama Pirarucu que repousa no fundo do rio. O pirarucu existe para alegrar as pessoas em perigo de afogamento.

Ao amanhecer o peixe sai para nadar e se transforma em um lindo homem, mas ao pôr do sol ele perde o encanto e vira peixe novamente. Porém quando está encantado ele é charmoso e jovem. Gosta muito de dançar nas festas da cidade, pois dança todos os tipos de música e muito bem, depois some por muito tempo, porém deixa as moças grávidas e só volta novamente quando seus filhos já estão adultos.

Características dos personagens

A personagem é o coração de uma história. Na obra literária “O Pirarucu encantado” o peixe pirarucu é o personagem principal da história, que se destaca como o protagonista, no qual tem o papel de herói por salvar pessoas no rio, mas pelo recurso do folclore o peixe passa a ser um coadjuvante, quando se transforma em um rapaz lindo que engana e seduz as moças da cidade. O personagem passa a ser o trapaceador de má índole.

As personagens coadjuvantes desta obra literária são as moças das festas das cidades, que se apaixonavam pelo peixe encantado. Os personagens figurantes que ajudam a enriquecer este cenário são: os pescadores de noites de lua cheia, as pessoas afogadas que foram salvas pelo Pirarucu Encantado. Tais personagens também foram importantes no cenário, por contribuir com o desenvolvimento da história.

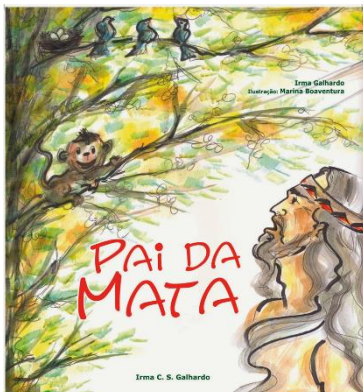
Espaço e tempo da narrativa

A história do Pirarucu Encantado acontece por volta de quase cem anos atrás, onde a autora cita que o Personagem “some por completo nunca mais até ter neto”. Como também pelo fato de ser um folclore. Esta história discorre nas margens de algum rio de grande porte no estado do Tocantins, Pois a autora usa os recursos textuais como também da linguagem visual, na qual está representada pelo peixe Pirarucu que é típico da bacia Amazônica e existe aqui no Tocantins, como também as imagens da Fava de Bolota, capivara, arara azul, piranha e as festas do interior com fogueiras.

Tema abordado

O tema desta obra literária infantil foca no conhecimento do folclore tocantinense que pode ser usado para que a criança tocantinense ajudar na preservação do seu próprio folclore. Outra vertente é a preservação e conhecimento da própria cultura. Contribuído para tornar-se um pequeno leitor crítico para nossa sociedade.

Analise do livro Pai da Mata



O Pai da Mata é um livro conduzido por poema narrativo do gênero lenda, no qual a fantástica é transmitida pela tradição oral através dos tempos. Irma Galhardo registra esta história oral para a linguagem escrita direcionada ao público infantil, através da poesia. A fim de que a fantasia da criança chegue ao imaginário. Levando a criança o poder de participar da história a partir da sua própria imaginação. Portanto esta obra oferece recursos que desperta a imaginação da criança.

A história que por sua vez dirige ao leitor visual como também ao leitor ouvinte, a sua própria capacidade de percorrer caminhos, para entender a correlação do personagem de etnia indígena com os habitantes que está entre nós, ou seja, comparar o imaginário com o real. Em tese, uma boa obra literária é aquela que apresenta a realidade de forma nova e criativa, deixando espaço para o leitor descobrir o que está nas entrelinhas do texto.

Esta obra literária aborda recursos enriquecedores para trabalhar de forma pedagógica, lúdica e prazerosa, o tema “poesia”. Há um desejo grande de todos os envolvidos na educação de que a criança entre na leitura pela porta do prazer, entretanto, temos como objetivo que ela conquiste na leitura uma consciência da sua própria humanidade, e é por isso que consideramos a leitura algo tão importante, como nos diz Cândido, a literatura não corrompe nem edifica, mas humaniza em sentido profundo, por que faz viver. (CÂNDIDO, 1972, p. 806). Ao pensarmos na leitura como um hábito disponível a qualquer um que a faça todos os dias tiramos dela a potência transformadora, porque tiramos dela a possibilidade de encontro com a nossa consciência. Acredito que precisemos sim, estimular os nossos alunos a lerem sempre, mas precisamos, antes, ter nos tornado mais humanos pelas leituras que fizemos, precisamos ter consciência do ato de ler antes, muito antes de ensinar os nossos alunos a terem o prazer.

A autora que sabe conduzir este difícil e complexo ato de uma literatura infantil. Uma boa obra literária é aquela que apresenta a realidade de forma nova e criativa, deixando espaço para o leitor descobrir o que está nas entrelinhas do texto.

O livro “O pai da Mata” se destaca por ser um livro de fácil entendimento. Sabemos que quanto menores as crianças, mais requer ilustrações, textos curtos e vocabulários simples. Portanto Irma Galhardo valida estes requisitos em sua obra “O pai da Mata”, com muita sutileza e profissionalismo, onde a autora usa duas páginas para a representação da linguagem visual com a linguagem escrita. As imagens em movimentos enriquecem as ações dos personagens. A obra esboça textos curtos com os elementos que poesia oferece principalmente a rima que já faz parte do mundo infantil. Resultando ainda um vocabulário ao nível da faixa etária da criança, onde expectativa e mistério são essenciais nesta fase (2 a 6 anos).

A narrativa para crianças, além de ter características peculiares como a dramatização e a movimentação, há que se levar em conta a adequação da obra a idade da criança como bem coloca Cunha (1990). Para esclarecer esta questão Mara(2001) apresenta cinco diferentes fases de leitura apontadas por Shliebe Lippert e A. Beinlich, citados por Bamberger: pensamento mágico –2 aos 5 ou 6 anos de idade; fantasia -5 aos 8 ou 9 anos; histórias de aventuras 9 aos 12 anos; Apresenta todas estas sugerindo leituras próprias para cada uma, mas orienta também que se tratam apenas de indicadores, visto que se desconsideram as características e o desenvolvimento individuais, bem como o sexo, também apresentado como possibilidade de determinação dos interesses de leitura.

Resumo da história

Dentre as muitas as produções humanas em busca da compreensão da origem do universo e da vida estão as lendas, encontrados em todas as culturas do mundo e perpetuados ao longo dos tempos. Este livro traz uma lenda que apresenta diferentes olhares a respeito da preservação da natureza e a cultura indígena.

Pai da Mata é um livro que relata através da poesia uma lenda. de um pajé bem velho, que por estar muito cansado resolveu morar sozinho. Isolou da aldeia e decide a ser o protetor da mata. Então começa a perseguir os devastadores de floresta e proteger os animais, proteger a mata contra incêndios e castigar todos os que tentam destruir a natureza.

Seus cabelos cresceram tanto que servia de proteção para seu corpo. Ao ficar furioso, recebia poderes de uma força brutal, que destruíra motosserras, ao ver o grande mistério, os devastadores da mata se assustavam e corriam desesperados. Usa seus mistérios de pajé, para destrança suas tranças e neste momento pensa como criança e assim como criança luta pela justiça exigindo mudanças a favor da natureza.

O pajé em sua cultura acredita que “quem faz o bem recebe o bem”, portanto se alguém tentar lhe fazer algum mal, nada o atingirá, porque ele ao fazer o bem-estará

sempre protegido do mal. O Pai da mata acredita que só não morreu ainda porque ele não mata. Em contrapartida tem também seus misteriosos e longos cabelos que serve como escudo e laço. Estes tipos de proteções são bons, porque não precisa usar os braços. Ele é tão bondoso e agradecido que prefere usar os braços para dar um abraço em quem ajuda a ele a proteger a natureza.

Características dos personagens

No livro “O pai da Mata” o personagem principal é um velho pajé que se chama “Pai da Mata” nome este que faz jus a suas ações,

O Pai da mata e o personagem principal da história, no qual se classifica como herói por defender a natureza, ele é um revolucionário da tribo por discordar com algumas coisas da sua cultura como, por exemplo, matar animais. Um homem bondoso, justiceiro e protetor, portador de grande sabedoria e mistérios, tem seus próprios ideais. Não satisfeito com a tribo resolve sair da tribo para proteger a natureza e os animais de forma mais humana.

Os personagens coadjuvantes são os devastadores de florestas que derrubam as árvores da mata com motosserras,

Os personagens coadjuvantes são os devastadores de florestas que derrubam as árvores da mata com motosserras, eles são pessoas que não tem consciência do desequilíbrio ecológico. Outro fator que leva estes personagens a praticar estas ações são o poder econômico e a falta de conhecimento. Temos como personagem figurante os índios da tribo e as pessoas boas que ajudam o pajé a proteger a mata.

Espaço e tempo da narrativa

O enredo se passa em uma época não determinada, provavelmente desde os tempos que os colonizadores portugueses descobriram o pau Brasil, até os dias de hoje, pois fatos semelhantes estão acontecendo. Por ser uma lenda uma narrativa fantasiosa transmitida através dos tempos sem registro escrito, podemos calcular que esta história é muito antiga que vem de nossos antepassados.

Esta história se passa na mata, quando o personagem Pai da Mata, decide abandonar a aldeia e morar em qualquer lugar na mata, como diz a lenda ele é um espírito do bem e por intermédio de seus mistérios, ele está em todos os lugares.

Tema abordado

Esta é uma obra que aborda através da lenda, diferentes olhares a respeito da preservação da natureza, proveniente da cultura indígena e aqueles que lutam pelo equilíbrio do universo, como também aqueles que agredem a natureza. Outra vertente

é mostrar este elo de natureza e sociedade e seus valores, tal como “quem faz o bem recebe o bem”.

CONSIDERAÇÕES

O tema principal é levar as crianças tocantinenses, a história do seu próprio estado através da literatura infantil por meio das lendas. Os recursos da poesia que ajudam a enriquecer esta obra. O que mais impressiona nesta obra é modo em que a autora leva o conhecimento sobre a cultura do estado de forma atual em uma linguagem infantilizada. A riqueza simbólica deste texto faz destes livros uma ótima opção de leitura para crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Campo intelectual e projeto criador**. Trad. Rosa Maria Ribeiro da Silva. In: POUILLON, Jean et. al. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURNEUF, Roland; OUELLET, Réal. **O universo do romance**. Trad. José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.

BUSCOMBE, Edward. Ideias de Autoria. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica**. vol. I. São Paulo: SENAC, 2004.

CADEMARTORI, L. O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. O que é literatura infantil? São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos).

COMPAGNON, Antoine. O Demônio da Teoria: Literatura e Senso Comum. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **Qu'est-ce qu'un auteur?** Disponível em: <<http://www.fabula.org/cours.php>>, acesso em 16 de março de 2009.

DARDEL, Eric. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e Autoria. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2005.

FORMAÇÃO ONLINE. **Experiência, identidade e a criação do Tocantins**. Jean Carlos Rodrigues. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/827/1085>>. Acesso em 19 mai 2017.

FORMAÇÃO ONLINE. **Experiência, identidade e a criação do Tocantins**. Jean Carlos Rodrigues. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/827/1085>>. Acesso em 19 mai 2017.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura**. Tocantins História. Disponível em < <http://seden.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultura/tocantins---historia/-criacao-do-estado-do-tocantins---1988/>> Acesso em 03 mar 2017.

HEATH, Stephen. Comentário sobre “Ideias de Autoria”. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica**. vol. I. São Paulo: SENAC, 2004.

HUNT, P. Crítica, teoria e literatura infantil. São Paulo: Cosacnaif, 2010.

IBGE. **Brasil Tocantins Palmas**. População. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/to/palmas/panorama>> Acesso em 02 jun. 2017.

JORNAL DO TOCANTINS. **Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense** - Disponível em: < <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/economia/tocantins-%C3%A9-8-9-maranhense-6-5-goiano-e-2-8-piauiense-1.997302>> . Acesso em 21 mai 2017.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LEAL, Ondina Fachel. **A Leitura Social da Novela das Oito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

LIMA, Graça. Lendo Imagens. In: INSTITUTO C&A; FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **Nos caminhos da literatura**. São Paulo: Peirópolis, 2008. p. 36-43.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Senac, 2001.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Lopes. **Dicionário de Narratologia**. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2002.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. 8. ed., Coimbra: Almedina, 1992.

TACCA, Oscar. **As vozes do romance**. Coimbra: Almedina, 1983.

TOCANTINS. **História**. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.asp?nome=Tocantins&area=historia>>. Acesso em 19 mar. 2017.

VANOYE, Francis; GOLIOT-L'ÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papyrus, 3. ed., 2005.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido em 20 de agosto de 2017.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA REALIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS

Denia Tranqueira Silva

PROIC/ITOP. Email: deniacmpleto20@gmail.com

Alcides do Nascimento Moreira

Faculdade ITOP. Email: alcidesdonascimentomoreira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada sobre a construção histórica do serviço social no Brasil e sua realidade no estado do Tocantins. Essa investigação teve como objetivo compreender o processo histórico do Serviço Social no Brasil: de sua criação e implantação, bem como a situação atual no Estado do Tocantins. Utilizou-se uma abordagem qualitativa para a realização dessa pesquisa. Os resultados foram descritos com base em autores e pesquisadores sobre o tema, tais como: Bogdan, Biklen, Faleiros, Yamamoto, Martinelli, Pimentel e Yazbek, entre outros, formaram o corpo teórico para o desenvolvimento deste trabalho. Partido do princípio que a produção do conhecimento científico é indispensável para possibilitar aos profissionais de suas respectivas áreas apropriarem-se de habilidades e competências ancoradas no bojo teórico e prático, inerentes às atividades, ligadas diretamente ao campo de exercício profissional. Neste sentido os conhecimentos construídos por meio desta pesquisa constataram que o processo histórico na área profissional do Serviço Social, é indispensável uma vez que se apresenta de forma consistente como produto da investigação científica, ratificando o processo histórico em que a profissão foi se consolidando por meio da luta aguerrida dos Assistentes Sociais.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social; processo histórico; sociedade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo conhecer o processo histórico do serviço social no Brasil, com ênfase na realidade do Estado do Tocantins, por se entender que a sociedade é um organismo vivo que está em constante movimento e, conseqüentemente, em constantes transformações. É, diante das transformações que ocorrem na sociedade e devido ao sistema capitalista cada vez mais acirrado, que o Serviço Social e passa também por uma nova reconfiguração no seu processo de construção histórica. A realidade social e o desenvolvimento no campo teórico e prático coloca a formação profissional em Serviço Social no cenário contemporâneo da sociedade brasileira.

Nessa pesquisa constatou-se, por meio dos autores consultados que, a pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, apresenta resultados consistentes, no caso, o processo histórico do Serviço Social no Brasil e no estado do Tocantins, desde o seu surgimento até os dias atuais, atendendo as especificidades da construção

científica na área das ciências sociais aplicada em sua trajetória histórica e na constituição do perfil profissional do assistente social.

Os teóricos Bogdan, Biklen, Faleiros, Iamamoto, Martinelli, Pimentel e Yazbek, entre outros, formam o corpo teórico para o desenvolvimento das atividades que foram realizadas no decorrer da pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

O processo histórico do serviço social no Brasil

Ao se propor falar sobre a história do Serviço Social, seja em qualquer ponto do País, precisa-se conhecer suas origens no Brasil. Sem esse aporte da história, não se tem a compreensão da totalidade e do presente. Assim, cabe aqui localizar onde principia essa história e os fatos mais relevantes ao seu surgimento e trajetória. Apesar da riqueza contida na história que deu origem ao Serviço Social no Brasil.

Para compreendermos melhor essa trajetória histórica, vale apresentar que o Serviço Social no Brasil surgiu em uma sociedade urbano-industrial dos anos de 1930, que apresentava uma conjuntura característica do desenvolvimento capitalista que foi marcado por conflitos de classe, pelo aumento quantitativo e qualitativo da classe operária urbana, bem como pelas lutas sociais contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania empreendida pela classe trabalhadora. Nesse contexto, o Serviço Social surgiu com o incremento da Ação Social e da Atuação Católica da Igreja, que assumiu o monopólio para a formação de agentes sociais especializados.

Quanto a esse momento histórico do Serviço Social, IAMAMOTO e CARVALHO apresentam que:

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais [...]. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. [...]. O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 213, destaque do autor).

De acordo com os autores, verifica-se que, a Igreja Católica foi muito importante na concepção e configuração da identidade que marcou o início do Serviço Social no Brasil, sendo a própria Igreja responsável pelo ideário inicial, empreendendo ações que deram origem as agências de formação dos primeiros Assistentes Sociais no país.

Dessa forma, apresentar este cenário e destacar na história do Brasil, as políticas sociais a partir da emergência do processo de industrialização do país, principalmente a partir de 1930, quando do surgimento do Serviço Social no Brasil, é consubstanciar o processo histórico que deve-se levar em consideração para a compreensão da área de conhecimento do Serviço Social.

Observa-se que no Brasil, o Serviço Social marca o seu surgimento no início da década de 30, com a iniciativa dos setores da burguesia, vinculando também a Igreja Católica, seguindo o paradigma dos moldes do Serviço Social europeu.

Martinelli (2010) destaca que:

...ao chegar ao Brasil, o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento, até mesmo no sentido de somar esforços com aqueles que por elas estavam lutando. (p.127)

O avanço do processo de industrialização que marcou essa época, conjuntamente com a população das áreas urbanas se apropria de elementos das comunidades rurais para fortalecer os movimentos reivindicatórios, surgindo da necessidade de fiscalizar a classe operária. As reivindicações da população giravam em torno de: alimentação, moradia, saúde, e reconhecimento social por meio de uma lei social e salarial mais justa. Após as reivindicações o Estado e a Igreja se uniram com novas estratégias para tentar sufocar a voz do povo iludindo-os com possíveis melhoras.

Vale ressaltar que foi no cenário de desenvolvimento econômico, em que o Brasil vivenciava o intenso processo de urbanização e industrialização, o que já havia ocorrido em muitos países da Europa que se encontravam muito à frente na industrialização. Desse modo, as lutas pelos direitos da classe operária já aconteciam de forma mais organizada no continente europeu, o que garantiu várias vitórias sobre a burguesia.

Nesse processo histórico, o Serviço Social precisava dar um passo a frente, tendo em vista que no Brasil, não havia, ainda, uma legislação trabalhista que amparasse a classe operária, o que faz emergir vários conflitos na luta pelos direitos básicos como redução da carga horária, melhores salários e condições de salubridade no local de trabalho.

Conhecer esse processo histórico de lutas e mudanças requer “compreender o capitalismo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como modo de produção associado a um sistema de ideias e a uma fase histórica, tendo como elemento central o caráter comercial do capitalismo” (IAMAMOTO, 1998).

A primeira escola de Serviço Social no Brasil é datada de 1936 em São Paulo é foi coordenada por Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl. Ambas eram sócias do Centro de Estudos de Ação Social vinculado a Igreja Católica. Neste centro eram

organizados cursos de qualificação para organizações leigas no catolicismo, adequando política e ideologicamente a classe operária.

Já na década 1960, mais precisamente no ano de 1965 surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com o objetivo de apresentar um novo rumo à profissão devido às profundas transformações econômicas e sociais que a sociedade brasileira atravessava.

Nesse cenário, os agentes profissionais avocaram o movimento de conceituação como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do Serviço Social no continente latino-americano, envolvendo o exercício profissional e os seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, reflexão e para a crítica. Esse Movimento buscou aglutinar em volta dos seus objetivos a maioria dos agentes profissionais. Martinelli (2010).

Na década de 50, o Serviço Social brasileiro entra em contato com o modelo americano de formação, colocando em sua construção o pensamento conservador e positivista, muito longe da ideologia libertária marxista. Sobre esse contexto histórico, pode-se observar que

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (YAZBEK, 2009, p. 146).

Veja que o Serviço Social brasileiro dar início a suas funções adotando um modelo conservador norte americano, lugar em que o capitalismo se fortalecia. Dessa forma, o Serviço Social insere em seu discurso humanista cristão, os conceitos técnico científicos, de inspiração ideológica social positivista, reafirmando o pensamento conservador na profissão.

De acordo com Faleiros (2005), a reconceituação, de linha marxiana, foi situada como o oposto ao Serviço Social tradicional com o questionamento crítico na busca de uma fundamentação teórica no marxismo.

Nessa trajetória de construção histórica, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS que aconteceu em 1979 foi um marco para a redefinição do Serviço Social brasileiro. O Serviço Social, a partir daí assumiu definitivamente o seu compromisso com a classe trabalhadora, na defesa da democratização e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, sendo bandeira de luta até os dias atuais.

O Serviço Social brasileiro passou por diversas alterações ao longo das últimas décadas. Destaca-se que, dos oitenta anos de profissão no país, os últimos trinta anos registram amadurecimento do posicionamento crítico ao projeto capitalista de sociedade. Ao mesmo tempo, as transformações seguidamente implementada pelo

capital, para a manutenção de sua hegemonia, colocam desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam a todo o momento criar estratégias de intervenção que materializem a construção profissional histórica de emancipação da classe trabalhadora.

O curso superior foi oficializado pela lei nº 1889 de 1953, em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Devido a isso a 15 de maio se comemora o dia do/a Assistente Social A prática profissional é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população. Não pode haver qualquer tipo de discriminação no atendimento profissional.

O Serviço Social no Estado do Tocantins

Nestas oito décadas de história pode-se visualizar a consolidação da profissão e o trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social até os dias atuais. Nesse movimento destaca-se o projeto ético – político profissional, o conjunto CFESS/CRESS, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, que expõem o comprometimento da categoria profissional, com a construção de uma nova ordem societária e democrática e que garanta os direitos das pessoas.

Foi nesta perspectiva de lutar com a classe trabalhadora que se construiu um projeto profissional radicalmente democrático e com isso o Serviço Social se tornou uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que analisa o conjunto de desigualdades para intervir na realidade social em movimento.

Com o passar dos anos, a profissão teve uma vasta expansão, hoje os assistentes sociais atuam nas mais diversas áreas: assistência social, justiça, saúde, previdência, educação, habitação, lazer, entre outros. O assistente social desempenha um papel de intervenção nas relações entre pessoas no dia a dia da vida social, por meio de atividades com a finalidade sócio - educativa e de prestação de serviços.

Atualmente o Serviço Social encontra-se regulamentado pela Lei Nº 8662 de 07 de junho de 1993, que trata do Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais e suas competências e atribuições privativas do profissional. Além desta Lei, os profissionais contam também com o Código de Ética Profissional que teve o intuito de atualizar ao longo da trajetória do Serviço Social.

E meios a avanços e lutas da categoria, os assistentes sociais do Tocantins também fizeram parte desta trajetória, em 1995, os profissionais já se articulavam realizando atividades e encontros para discutir o exercício profissional no Estado. Em 1998, foi instituído em Palmas a Delegacia Seccional de GO/TO 19ª Região, ligada ao CRESS de Goiás, com diretoria provisória. O Conselho Regional de Serviço Social do

Tocantins – CRESS/TO 25ª Região integra o Conjunto CFESS/CRESS, criado quando a profissão de Assistente Social foi regulamentada, pela Lei nº 3.252/57 e pelo Decreto nº 994/62 (hoje alterada para Lei 8.662/93) como uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei.

Compete ao CRESS orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Serviço Social; zelar pelo livre exercício, dignidade e autonomia da profissão; organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e das pessoas jurídicas que prestam serviços de consultoria; zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional do Assistente Social funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional; prestar assessoria técnico consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social, junto com outras entidades da categoria; fixar em assembleia da categoria o valor das anuidades.

Registra-se que no ano de 1998 foi criada a Seccional Tocantins ligada ao CRESS 19ª – Goiás. Desde então, é histórica a luta da categoria do Estado do Tocantins pela emancipação (17 anos). O CRESS 25ª Região foi criado em 10 de dezembro de 2007 pela Resolução do CFESS nº 514 e em 05 de janeiro de 2008 passa a ter existência legal.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O método de pesquisa qualitativo tem se firmado nos últimos 30 anos dentro do contexto das pesquisas sociais. Este tipo de método busca proporcionar novos conceitos, categorias, construção e/ou revisão de novas abordagens no que tangem a melhor compreensão a cerca do fenômeno estudado.

Sobre a abordagem qualitativa convém ressaltar que, como destaca Chizzotti (2006), vários teóricos resumiram as transformações e progressos, no século XX, dentre eles Denzin & Lincoln (2000), mas não existe uma metodologia predominante definida como qualitativa, ou seja, coexiste *“uma gama de questões teórico-metodológicas abertas pelos pesquisadores qualitativos”* (2006, p.56). Portanto, a presente pesquisa conjugou métodos e técnicas para atingir os objetivos estabelecidos.

De acordo com (BOGDAN e BIKLEN, 1998:16) *“A investigação qualitativa em [...] assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos.”* Considerando ainda que, na investigação científica a pesquisa qualitativa *“é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam os aspectos do mundo.”* (BOGDAN e BIKLEN, 1998:134).

Dentro do método de pesquisa qualitativo existem diversidades quanto à forma, método e aos objetivos. Entre as diversidades existentes na pesquisa qualitativa deve-

se considerar: O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; O caráter descritivo; O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o Enfoque indutivo.

A respeito das estratégias que podem ser utilizadas, de forma geral pode-se considerar: A Etnografia; A Teoria Embasada; Os Estudos de Caso; As Pesquisas Fenomenológicas e As Pesquisas Narrativas.

Discorreu-se a cerca da entrevista como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, onde a mesma se destaca como estratégia mais utilizada no trabalho de campo. As entrevistas podem ser classificadas em: sondagem de opinião, entrevista semi-estruturada, entrevista aberta ou em profundidade, entrevista focalizada, entrevista projetiva e grupos focais.

Também fora discorrido a respeito do possível viés do entrevistador que pode ocorrer quando se tratam de pesquisas dentro de um contexto de interação entre seres humanos.

No que diz respeito à análise e interpretação dos dados coletados discute-se a cerca da neutralidade que deve estar presente nessa fase primordial da pesquisa, cabendo primeiramente ao pesquisador descrever os fatos e analisar conforme os significados foram atribuídos ao entrevistado, sendo, portanto indicado que somente ao final se analise à luz da importância social da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa e da elaboração deste trabalho, buscou-se refletir acerca dos fundamentos da profissão de serviço social no Brasil, articulado ao projeto ético-político profissional – a uma história em construção.

Como profissionais de Serviço Social, atuantes nas diversas frentes de trabalho e de política sociais, são chamados cotidianamente para intervir nas chamadas expressões da “questão social” e sem precisar se aprofundar na análise tem, na atualidade, um cenário de grande dificuldade, pessimismo e desalento, que, contudo, desafia a entendê-lo e de forma coletiva ser criativos na busca de sua superação.

O contexto em que se inscreve essa discussão é o da mundialização do capital, no qual se aprofundam as desigualdades sociais e se precariza as condições de vida do trabalhador. Contexto de crise econômica, política, de construções de novos valores sociais e culturais, cujo resultado mais grave desse processo é a degradação da vida humana e da natureza, com reflexos a redução das garantias mínimas conquistadas historicamente pela luta da classe trabalhadora, bem explicitada, inclusive na história da profissão.

O Serviço Social ao longo de sua história emergiu e profissionalizou e se institucionalizou a partir da execução de serviços e políticas sociais voltadas para o controle e o enfrentamento das expressões da questão social. Na sua trajetória se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho numa perspectiva de atender a um projeto de sociedade voltado para exploração e integração da classe trabalhadora à lógica do capital. Mas no decorrer histórico, influenciado e apropriando-se de uma perspectiva crítica, buscou-se romper com esta visão e desde então, vem traçando suas ações com base num projeto profissional que visa o rompimento com posturas reacionárias, tradicionais e (neo) conservadoras numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e democrática nos acessos aos direitos.

Cabe ressaltar que o posicionamento crítico profissional, o qual vem se solidificando nas últimas três décadas, é, de certo modo, uma elaboração recente, visto que o Serviço Social brasileiro já alcançou oitenta anos de profissão.

Isto é, somente a partir da década de 1980, que a luta travada por grande parte da categoria profissional, procurando formular uma alternativa ao conservantismo profissional que se manifestava até então, culminou na elaboração de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva de contribuição profissional dirigida à construção de uma nova ordem societária, sem que haja exploração de uma classe sobre outra. Referimo-nos aqui ao projeto ético-político profissional.

A materialização desse projeto, como já sinalizado, constitui-se num grande desafio e para tanto, “necessário conjugar competência política, teórico-metodológica e realidade socioeconômica com os valores preconizados no Código de Ética Profissional” que tem como valor central a liberdade, emancipação dos indivíduos, numa defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, destacado por Simas & Ruiz(2015, p.91)

A expectativa com esse texto é contribuir para o debate do tema Projeto ético-político e os fundamentos da profissão, contudo sem a pretensão de esgotá-lo, dada a complexidade do assunto e a emergência de debates mais aprofundados seja na academia ou no campo profissional. Esperamos com a realização deste artigo, trazer para o corpo docente e discente do Curso de Serviço o interesse em aproximar-se e aprofundar a temática discutida.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1998.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. v. 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

IAMAMOTTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social no Brasil**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** – 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. in **Caderno de pesquisa**, n 114, p. 179-195, novembro, 2001. Disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>

YAZBEK, Maria Carmelita. **Direitos e Competências Profissionais: Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social**. Brasília: In CFESS/ABEPSS, 2009.

Recebido em 6 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

REFLEXÕES ACERCA DA AUTORIA E DA COAUTORIA EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Sandra Conceição Campos

PROIC/ITOP. Email: sandra.conceicao.campos@gmail.com

Kyldes Batista Vicente

Faculde ITOP. Email: kyldesv@gmail.com

Cássia Araújo Moraes

Faculde ITOP. Email: cassia_moara@hotmail.com

RESUMO

A produção de artigos científicos é, atualmente, uma prática mais utilizada para a divulgação de resultados de pesquisa. Muitos periódicos estabelecem regras estruturais e conteudísticas com o objetivo de atingir melhores índices nas avaliações de suas revistas. Um ponto que causa discussão, em determinadas áreas, refere-se lugar que cabe ao autor e ao coautor. Neste texto, trazemos algumas reflexões acerca deste assunto, a partir de uma revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: autoria, produção científica, artigos científicos.

Introdução

O desafio é utilizar todas as potencialidades dos meios eletrônicos, aprimorando os aspectos positivos e os padrões de qualidade do fluxo de comunicação científica tradicional e definindo políticas que sustentem a nova estrutura, a fim de garantir a preservação e distribuição da informação como bem público. O acesso livre pela internet contribui para a democratização e o acesso equitativo à informação científica.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, que consistiu na busca em livros, revistas, artigos, documentários. Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos institucionais, dentre outros. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa é uma fase que é realizada após estudos bibliográficos, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados e a metodologia aplicada.

REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de autor vem sendo discutido desde antes do século XIX: a noção de “autor” medieval, “autor” construtor de glórias do Renascimento, a noção de gênio no Romantismo. No entanto, o problema da noção de autor, conforme o conhecemos na contemporaneidade, é de natureza relativamente recente, e pode configurar-se em torno das alterações epistemológicas que ocorrem no século XVIII.

Nos estudos literários e a partir de paradigmas históricos, biográficos e psicológicos, o autor é denominado autor empírico: portador de uma identidade

biográfica e psicológica que pode ser identificada extratextualmente. Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1992, p. 227) apresenta um estudo sobre o conceito de autor e salienta que:

[...] preferimos as designações de *autor empírico* e de *autor textual*, de modo a ficar bem clara a ideia de que o primeiro possui existência como ser biológico e jurídico-social e de que o segundo existe no âmbito de um determinado texto literário, como uma entidade ficcional que tem a função de enunciador do texto e que só é cognoscível e caracterizável pelos leitores desse mesmo texto. [sic.]

Assim, segundo Aguiar e Silva (1992, p. 228), este autor textual será entendido como o escritor. E mais: as relações de origem, anterioridade e responsabilidade direta com a obra são entendidas como fundadoras:

O autor textual [...] é o emissor que assume imediata e especificamente a responsabilidade da enunciação de um dado texto literário e que se manifesta sob a forma e a função de um eu oculta ou explicitamente presente e actuante no enunciado, isto é, no próprio texto literário. [sic.]

Entidade de ampla projeção, o termo autor está envolvido com problemas exteriores à teoria narrativa e ligados à problemática da criação literária e das funções sociais da literatura. Reis e Lopes (2002), ao apresentarem o conceito de autor no *Dicionário de Narratologia*, vão buscar em Barthes as considerações iniciais acerca do termo. De acordo com os autores, Barthes apresentará a distinção entre escritor e escrevente: o primeiro seria aquele que trabalha a palavra; o segundo seria o que utiliza a palavra como meio.

Mikhail Bakhtin também desenvolveu uma discussão acerca da autoria. Em seu texto intitulado *O autor e o herói na atividade estética*⁴, Bakhtin apresenta a distinção entre o que ele chama autor-pessoa e autor-criador. O primeiro é definido como o escritor, o artista. O segundo é aquele que desenvolve a “função estético-formal engendradora da obra”. Assim, o autor-criador é o que constitui o objeto estético, o que dá forma ao objeto estético, o que sustenta a unidade do texto consumado.

Michel Foucault, ao discutir o conceito de autor, retoma a ideia de Barthes (2008) para completá-la. Com a acepção ligada ao papel do discurso na construção do autor, Foucault propõe o conceito de “função autor”, caracterizado pelo modo de circulação, funcionamento de certos discursos no interior de certa sociedade. Para ele, o que deve ser levado em consideração são os modos e as condições de existência social do discurso.

A ideia de que o autor tem uma função no texto remete ao contexto discursivo e também ao contexto do reconhecimento. Ao discursivo por sua relação com o texto

⁴ O texto *O autor e o herói na atividade estética* foi publicado no livro *Estética da Criação Verbal* sob o título de *O problema do herói na atividade estética*.

produzido, o discurso elaborado. Ao contexto do reconhecimento por ligar-se ao mercado, ao reconhecimento de sua obra, de aspectos estilísticos que marcam a sua obra e que permitem a análise. Antoine Compagnon, ao apresentar o curso *Qu'est-ce qu'un auteur?*⁵ afirma que o autor é também uma autoridade, que é conquistada a partir dos processos de reconhecimento e consagração de certo autor. E, quando o assunto é autoridade, há que se considerar a conquista dessa autoridade: a relação do autor com seu público e a sociedade que a rodeia é responsável pela gestação desse reconhecimento. Pierre Bourdieu (1968, p. 107), no texto *Campo intelectual e projeto criador*, fala sobre esse assunto quando salienta que:

[...] à medida que se multiplicam e se diferenciam as instâncias de consagração intelectual e artística tais como as academias e os salões (onde, sobretudo, no século XVIII, com a dissolução da corte e de sua arte, a aristocracia se mistura à *intelligentsia* burguesa, adotando seus modelos de pensamento e suas concepções artísticas e morais), e também as instâncias de consagração e de difusão cultural tais como as editoras, os teatros, as associações culturais e científicas; à medida, também, que o público se expande e se diversifica, o campo intelectual se constitui como sistema sempre mais complexo e mais independente das influências externas (daí por diante mediatizadas pela estrutura do campo), como campo de relações dominadas por uma lógica específica, que é a da concorrência pela legitimidade cultural.

Portanto, é importante entendermos o autor como pertencente a um meio social. Nesse aspecto, autor deixa refletido em sua obra sua experiência social, política, histórica. Pierre Bourdieu (1968, p. 105) abre o texto *Campo intelectual e projeto criador* com a discussão de que:

Para dar à Sociologia da criação intelectual e artística seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, é preciso perceber e considerar a relação que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra são afetadas pelo sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual (ela própria função, ao menos por um lado, de sua obra anterior e da aceitação obtida por ela).

Antoine Compagnon, ao apresentar o curso *Qu'est-ce qu'un auteur?* Afirma que:

Le nom d'auteur est indispensable à toute classification bibliographique : il désigne une œuvre comme une étiquette sur un bocal. Mais le nom d'auteur

⁵ Le nom d'auteur est indispensable à toute classification bibliographique : il désigne une œuvre comme une étiquette sur un bocal. Mais le nom d'auteur n'est pas seulement une *référence* commode sur la couverture d'un livre, une cote embryonnaire. C'est également le nom propre d'une *personne* qui a vécu de telle à telle date (ou qui vit encore, mais les auteurs sont morts de préférence). On écrit des vies des auteurs ; c'est même ainsi que l'histoire littéraire a commencé, à des fins d'attribution et d'authentification. Et l'auteur est aussi une *autorité*: une valeur, un (plus ou moins) grand écrivain, un membre du canon littéraire. Toute personne qui écrit ou a écrit n'est pas un auteur, la différence étant celle du *document* et du *monument*. Les documents d'archives ont eu des rédacteurs ; les monuments survivent. Seul le rédacteur dont les écrits sont reconnus comme des monuments par l'institution littéraire atteint l'autorité de l'auteur. Enfin, un auteur, comme dit Foucault, c'est une *fonction*, en particulier pour le lecteur qui lit le livre *en fonction de l'auteur*, non seulement de ce qu'il en sait, de qu'on en sait, mais de ce que l'hypothèse de l'auteur permet comme opérations de lecture et d'interprétation, de ce que la codification juridique de la propriété intellectuelle permet comme utilisation (elle interdit la contrefaçon), etc.

n'est pas seulement une *référence* commode sur la couverture d'un livre, une cote embryonnaire. C'est également le nom propre d'une *personne* qui a vécu de telle à telle date (ou qui vit encore, mais les auteurs sont morts de préférence). On écrit des vies des auteurs ; c'est même ainsi que l'histoire littéraire a commencé, à des fins d'attribution et d'authentification. Et l'auteur est aussi une *autorité*: une valeur, un (plus ou moins) grand écrivain, un membre du canon littéraire. Toute personne qui écrit ou a écrit n'est pas un auteur, la différence étant celle du *document* et du *monument*. Les documents d'archives ont eu des rédacteurs ; les monuments survivent. Seul le rédacteur dont les écrits sont reconnus comme des monuments par l'institution littéraire atteint l'autorité de l'auteur. Enfin, un auteur, comme dit Foucault, c'est une *fonction*, en particulier pour le lecteur qui lit le livre *en fonction de l'auteur*, non seulement de ce qu'il en sait, de qu'on en sait, mais de ce que l'hypothèse de l'auteur permet comme opérations de lecture et d'interprétation, de ce que la codification juridique de la propriété intellectuelle permet comme utilisation (elle interdit la contrefaçon), etc.

Desta forma, o autor é também uma autoridade. Autoridade que é conquistada a partir dos processos de reconhecimento e consagração de certo autor. E, quando o assunto é autoridade, há que se considerar a conquista dessa autoridade: a relação do autor com seu público, com a sociedade que a rodeia é responsável pela gestação do reconhecimento. Pierre Bourdieu (1968, p. 107), no texto *Campo intelectual e projeto criador*, fala sobre esse assunto quando salienta que:

[...] à medida que se multiplicam e se diferenciam as instâncias de consagração intelectual e artística tais como as academias e os salões (onde, sobretudo, no século XVIII, com a dissolução da corte e de sua arte, a aristocracia se mistura à *intelligentsia* burguesa, adotando seus modelos de pensamento e suas concepções artísticas e morais), e também as instâncias de consagração e de difusão cultural tais como as editoras, os teatros, as associações culturais e científicas; à medida, também, que o público se expande e se diversifica, o campo intelectual se constitui como sistema sempre mais complexo e mais independente das influências externas (daí por diante mediatizadas pela estrutura do campo), como campo de relações dominadas por uma lógica específica, que é a da concorrência pela legitimidade cultural.

Buscombe (2004, p.284-285), ao discutir a autoria no cinema⁶, afirma que “A personalidade do autor [...] confere à sua obra uma unidade orgânica.” E acrescenta uma citação publicada em *Cahiers* n.º 172⁷: “[...] l'être doué du moindre talent esthétique, si as personnalité “éclate” dans l'oeuvre, l'emporter sur Le technicien Le plus avise. Nous découvrons qu'il n'y a pas de règles. L'intuitin, La sensibilité, triomphent de toutes théories.” Depois, Buscombe traz a discussão de Andrew Sarris para afirmar que o desenvolvimento de uma teoria do autor serviria como uma forma para medir o valor, uma vez que os filmes se tornam valiosos quando revelam a personalidade para a

⁶ O texto *Ideias de autoria*, de Edward Buscombe, foi publicado em 1973 com o título *Ideas of Authorship*, em *Screen*, 14 (3).

⁷ Texto publicado em *Cahiers du Cinéma*, n.º 172, novembro de 1965, p. 3: *Politique des auteurs? Vingt ans après: Le cinéma américain et La politique des auteurs.*

direção. Assim, a individualidade é uma tida como valor cultural. Sarris, de acordo com Buscombe, considera que a história do cinema se confunde com a história dos autores.

Sobre o texto de Buscombe, Stephen Heath escreve *Comentário sobre "Ideias de autoria"*. Neste texto⁸, Heath afirma que "a ideia de autoria supõe o autor como criador do discurso: é como fonte deste que o autor é apresentado como uma unidade de discurso". No entanto, este autor fará considerações acerca da limitação do discurso para, mais tarde questionar:

O que significa, no entanto, falarmos do autor como uma fonte de discurso? O autor só se constitui na linguagem, e esta, por definição, é social, está além de qualquer individualidade, e, como afirma Saussure acerca da linguagem natural, 'deve ser aceita tal qual é'. (HEATH, 2004, p. 296)

Bem, acerca dessa reflexão, é importante entendermos o autor como pertencente a um meio social. Nesse aspecto, autor deixa refletido em sua obra sua experiência social, política, histórica. Reis e Lopes (2002, p. 40) discutem essa questão quando afirmam que:

Inserido num específico contexto estético-periodológico e histórico-cultural, o autor dificilmente pode eximir-se às suas solicitações e injunções; a criação literária que elabora responde, de forma mais ou menos explícita, às dominantes desse contexto, transparecendo nela, de forma mediata, as suas coordenadas históricas, sociais e ideológicas. É em obediência a tais solicitações, mas operando em princípio pela via de transposições e de procedimentos de codificação especificamente técnico-literários que o autor adopta estratégias narrativas consequentes: opções de gênero, instituição de narradores e situações narrativas adequadas, configuração compositiva, economia actancial, etc. Atentar na especificidade destes procedimentos é, desde logo, uma condição fundamental para se evitar que a relação do autor com a narrativa seja dimensionada em termos de rudimentar projecção biografista.

Entre o conteúdo de uma obra literária e a realidade, não há uma relação de igualdade, mas, inquestionavelmente, de equivalência: a supra-realidade - produto da arte de ver e dizer do escritor - atua com mais profundidade em nosso psiquismo do que a própria realidade. Isso porque, para captar a realidade, não dispomos de duas ferramentas importantes: a sensibilidade e a intuição artística. Numa conferência famosa⁹ sobre literatura que Lima Barreto deveria proferir numa cidade do interior de São Paulo, mas não chegou a fazer, ele afirma, entre outras coisas, que a Literatura é a forma de conhecimento que o ser humano absorve com mais propriedade do que a História, a Filosofia etc., porque ela trabalha mais com a sensibilidade, enquanto as outras disciplinas recorrem mais à racionalidade. Pierre Bourdieu (1968, p. 105) abre o texto *Campo intelectual e projeto criador* com a discussão de que:

⁸ O título original do texto é *Comment on 'The Idea of Authorship'*. Foi publicado em *Screen*, 14 (3), em 1973.

⁹ A conferência que Lima Barreto não pronunciou chama-se *O destino da literatura*.

Para dar à Sociologia da criação intelectual e artística seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, é preciso perceber e considerar a relação que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra são afetadas pelo sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual (ela própria função, ao menos por um lado, de sua obra anterior e da aceitação obtida por ela).

DISCUSSÃO

A competição imposta por uma ciência semi-industrial, na qual a produtividade é medida pelo número de artigos científicos publicados e pelos respectivos fatores de impacto, aliada às novas tecnologias, que promovem uma ciência mais aberta e participativa, fortalecem a coautoria como caminho para a sobrevivência do cientista e sua legitimidade no meio. Cooperar, compartilhar, estabelecer parcerias tornam-se palavras-chaves na ciência, que precisa da união de forças de pesquisadores, instituições e até países para “atacar” os grandes problemas atuais.

Trabalhar em parceria reduz custos, economiza tempo, otimiza recursos humanos e financeiros, favorece uma visão multicêntrica e multidisciplinar e possibilita uma importante troca de experiências para que se chegue a novas soluções – por isso o número de autores por trabalhos aumentou nas últimas décadas e a tendência é continuar em alta.

Mas para a colaboração de fato existir, um artigo científico deve ser o resultado de um esforço desenvolvido em equipe, cada um desempenhando sua função para a construção do produto final. Somente quem participou efetivamente deve ter seu nome incluído no trabalho. A falta de padrão e consenso dá margem a conflitos e distorções. Por isso, é preciso reconhecer a necessidade de discutir os critérios de atribuição de autoria para esclarecer dúvidas e ao mesmo tempo resguardar os direitos (moral, legal e econômico) do autor. Novas normas devem ser propostas e consideradas para tornar esse processo mais transparente e menos político.

Práticas disseminadas como autorias convidadas, pressionadas ou fantasmas devem ser combatidas – mesmo não sendo consideradas faltas graves, apenas mau comportamento – porque elas ferem a credibilidade da ciência, e ainda mais, do cientista que comete esses desvios para se beneficiar na hora de obter financiamento, legitimidade ou ascender hierarquicamente na carreira, em detrimento de colegas que pautam sua conduta pela ética.

Os critérios adotados para definição de coautoria em periódicos científicos variam conforme as áreas: nas Ciências Sociais são comuns autorias únicas, os supervisores raramente são incluídos na autoria; nas Ciências Médicas eles sempre constam da lista de autores. A posição hierárquica tem peso importante ao atribuir

autoria nos artigos médicos; já nas Ciências Sociais há uma distribuição mais igualitária e os coautores fazem um rodízio para definir quem assume a liderança a cada publicação.

Na maioria das áreas, a posição mais importante cabe ao primeiro autor. Mas o último tem papel distinto. Nas disciplinas médicas, o lugar é reservado para o supervisor do projeto de pesquisa, enquanto nas Ciências Sociais em geral indica contribuição menor. Ocupar os lugares intermediários sugere importância menor nas duas áreas.

CONSIDERAÇÕES

A coautoria parece ser o caminho para o futuro da ciência, mas ainda se apresenta impreciso, já que não é possível estimar o impacto das mudanças provocadas pela expansão nas publicações online. Hoje se discute quem deve assinar um trabalho, entretanto pode ser que no futuro o conceito de autoria seja diverso do que conhecemos hoje. Talvez sejam encontrados novos meios de realizar trabalhos colaborativos, com múltiplos autores e modos de autoria, podendo garantir a legitimação da produção científica. Enquanto isso, a autoria é uma discussão em aberto, assim como o próprio desenvolvimento da ciência.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. Trad. Rosa Maria Ribeiro da Silva. In.
- BOURNEUF, Roland; OUELLET, Réal. **O universo do romance**. Trad. José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.
- COMPAGNON, Antoine. O Demônio da Teoria: Literatura e Senso Comum. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- _____. **Qu'est-ce qu'un auteur?** Disponível em: <<http://www.fabula.org/cours.php>>, acesso em 16 de março de 2009.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e Autoria. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- GARCIA, CC ET AL - Autoria em artigos científicos: os novos desafios. In: **Rev Bras Cir Cardiovasc**. 2010.
- LEAL, Ondina Fachel. **A Leitura Social da Novela das Oito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Lopes. **Dicionário de Narratologia**. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2002.
- TARGINO, M. G. A. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos?. **DataGramZero**, v. 3, n. 6, p. A01-0, 2002. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/1272>>. Acesso em: 17 Set. 2017.

Recebido em 18 de agosto de 2017.
Aceito em 16 de setembro de 2017.

AVALIAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS GARIS DE PALMAS, TOCANTINS

Giuliano Cesar Rodrigues Barboza

PROIC/ITOP. Email: giullianocesar93@gmail.com

Fabício Machado Silva

Faculdade ITOP. Email: fabricio_amb@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar os problemas da saúde ocupacional dos garis da cidade de Palmas, que estão sendo assistidos em um modelo de desenvolvimento, no qual a saúde e a segurança do colaborador, nem sempre é objeto de preocupação da Administração Pública, já que os serviços de limpeza urbana são terceirizados. Nesse sentido, o trabalho foi desenvolvido com aplicação de questionário que envolve possíveis riscos socioambientais e avaliação em campo. Após a execução da pesquisa pôde-se então, identificar diversos riscos que os colaboradores da limpeza pública estão sujeitos por falta de uma estrutura de segurança adequada. Por meio desses estudos, a pesquisa sugere medidas e recomendações para melhoria quanto à saúde humana e social da categoria.

PALAVRAS CHAVE: Saúde Ocupacional, Garis, Segurança do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos urbanos vêm crescendo nas últimas décadas e se tornando em um dos maiores problemas da sociedade moderna, isso se deve principalmente pelo aumento do consumo de produtos industrializados e pela proliferação dos “descartáveis” que fazem parte dos costumes ocidentais, e que são responsáveis pela geração de imensas quantidades de resíduos.

Com o advento da industrialização e a concentração da população nas grandes cidades, o lixo foi se tornando um problema. A sociedade moderna rompeu os ciclos da natureza. Até o início do século passado, o lixo gerado – restos de comida, excrementos de animais e outros materiais orgânicos, reintegravam-se aos ciclos naturais e serviam como adubo para agricultura. Porém, com a exarcebada impermeabilização e ocupação dos solos nos perímetros urbanos, todo esse rejeito não retorna ao ciclo natural, transformando-se em novas matérias-primas, e acaba se tornando uma perigosa fonte de contaminação para o meio ambiente além de agravar a proliferação de doenças oriundas de hospedeiros que utilizam do lixo para se desenvolver.

A demanda de resíduos gerados, acompanhada do fortalecimento desta problemática e o estabelecimento no Brasil da Política Nacional de Resíduos Sólidos, fez com que cada vez mais a questão ambiental e os trabalhadores envolvidos ganhassem destaque. A adoção do modelo mundial de terceirização e/ou privatização dos serviços de limpeza urbana nos países em desenvolvimento pode ter um reflexo negativo sobre a saúde dos colaboradores, já que, além de uma redução nos seus

padrões salariais, a rotatividade é extremamente elevada nas empresas privadas do setor. Isso inviabiliza programas de treinamento e de prevenção, podendo resultar em um aumento no número de acidentes e na deterioração dos padrões de saúde dos referidos.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Veloso (1995), foi possível encontrar em sua pesquisa quatro agentes que são capazes de interferir na saúde humana e no meio ambiente, definidos como:

a) Agentes físicos

O odor emanado dos resíduos pode causar mal-estar, cefaléias e náuseas em trabalhadores e pessoas que se encontrem próximas aos equipamentos de coleta ou de sistemas de manuseio, transporte e destinação final. Ruídos em excesso, durante as operações de gerenciamento dos resíduos, podem promover a perda parcial ou permanente da audição, cefaléia, tensão nervosa, estresse e hipertensão arterial, assim como, a exposição ao sol sem o uso do protetor solar pode ocasionar doenças relacionadas a pele (câncer de pele e queimaduras).

b) Agentes químicos

Nos resíduos sólidos municipais pode ser encontrado um grande número de resíduos químicos, dentre os quais merecem destaque pela presença mais constante: pilhas e baterias, óleos e graxas, pesticidas/herbicidas, solventes, tintas, produtos de limpeza, cosméticos, remédios e aerossóis. Uma significativa parcela destes resíduos é classificada como perigosa e pode ter efeitos deletérios à saúde humana e ao meio ambiente, como, metais pesados (chumbo, cádmio e mercúrio), que se incorporam à cadeia biológica, têm efeito acumulativo e podem provocar diversas doenças como saturnismo e distúrbios no sistema nervoso, entre outras.

c) Agentes biológicos

Os agentes biológicos presentes nos resíduos sólidos podem ser responsáveis pela transmissão direta e indireta de doenças. Microrganismos patogênicos ocorrem nos resíduos sólidos municipais mediante a presença de lenços de papel, curativos, fraldas descartáveis, papel higiênico, absorventes, agulhas, seringas descartáveis e camisinhas, originados da população, dos resíduos de pequenas clínicas, farmácias e laboratórios.

d) Agentes Acidentais/ocupacionais

A saúde do colaborador envolvido nos processos de operação do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos municipais está relacionada não só aos riscos ocupacionais inerentes aos processos, mas também às suas condições de vida (ANJOS et al., 2000; VELLOSO, 1995). Nos países latino-americanos não existem dados e

informações sistematizados sobre acidentes de trabalho. Quanto a doenças relacionadas ao trabalho com resíduos sólidos municipais, as informações praticamente são inexistentes (FERREIRA, 1997).

Os riscos de acidentes e de agravos à saúde dependem da atividade exercida pelo colaborador. Alguns dos acidentes mais freqüentes entre colaboradores que manuseiam diretamente os resíduos sólidos municipais (FERREIRA, 1997; VELLOSO et al., 1997) são descritos a seguir:

Cortes e perfurações com outros objetos pontiagudos: espinhos, pregos, agulhas de seringas e espetos são responsáveis por corriqueiros acidentes envolvendo colaboradores. Os motivos são semelhantes aos do item anterior.

Queda do veículo: a natureza dos trabalhos no sistema de limpeza urbana, em especial na coleta domiciliar e operações especiais de limpeza de logradouros, acaba por obrigar o transporte dos colaboradores nos mesmos veículos utilizados para a coleta e transporte dos resíduos. Isso faz com que as quedas de veículos sejam comuns. Dois aspectos são importantes como causas destes acidentes (muitos dos quais fatais): a inadequação dos veículos para tal transporte, onde o exemplo maior é o veículo de coleta em que os trabalhadores são transportados debruçados no estribo traseiro, sem nenhuma proteção (os veículos de coleta são construídos com base na tecnologia dos países desenvolvidos, onde a coleta é realizada por guarnições de no máximo dois homens, que viajam na cabine junto com o motorista) (ROBAZZI et al., 1992).

Atropelamentos: a eles estão expostos tanto os colaboradores da coleta domiciliar e limpeza de logradouros como os trabalhadores de locais de transferência e destinação final dos resíduos. Além dos riscos inerentes à atividade, contribuem para os atropelamentos a sobrecarga e a velocidade de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores e o pouco respeito que os motoristas em geral têm para os limites e regras estabelecidas para o trânsito. Também deve ser lembrada a ausência de uniformes adequados (roupas visíveis, sapatos resistentes e antiderrapantes) como um fator de agravamento dos riscos de atropelamento.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia de estudo de caso pode ser detalhada da seguinte forma:

- levantamento do espaço amostral por meio da Administração Pública em seguida implantação de questionário individual nos quais os autores ficaram encarregados da elaboração e aplicação e também da observação “in loco” de indicadores que venham a comprometer a saúde ocupacional e a segurança dos colaboradores da limpeza pública;

- avaliação por meio de questionário explorando os riscos individuais e ocupacionais a partir da data de admissão ao cargo de gari e também observando durante a entrevista informações que possam chegar a um resultado satisfatório à saúde pública, além de definir melhorias ao Departamento de Limpeza Pública;
- definição de melhorias à saúde ocupacional dos garis através dos dados obtidos e a interpretação das falhas dos colaboradores;
- sugestão de medidas e recomendações de melhorias a saúde humana e social dos colaboradores através da categorização dos tipos de riscos (biológicos, físicos, químicos, ocupacionais/acidentais e sociais) observados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de limpeza urbana é toda coordenada por uma empresa terceirizada contratada pela Administração Pública Municipal, reduzida à coleta de resíduos domésticos e à varrição de ruas da cidade, serviços esses feitos em dias regulares com itinerários definidos, ou seja, sazonalmente durante o mês, o espaço amostral da pesquisa de 25 garis, sendo que 05 estão de licença/atestados ou férias, totalizando 20 entrevistados.

Na avaliação de campo a não conformidade na utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) foi evidente, em decorrência de a empresa não disponibilizar apenas quando necessário, uniformes, bonés e luvas. Os calçados antiderrapantes, máscaras e coletes sinalizadores não são adotados pela gestão da empresa, assim os garis ficam sujeitos a riscos diversos e a morbidade coletiva.

Quanto às doenças identificadas, nota-se que 50% dos entrevistados têm algum problema relacionado à coluna e aos braços. Isto significa que, 10 entrevistados possuem este problema e estão sujeitos a uma aposentadoria prematura e de futuras complicações a integridade física dos mesmos em decorrência dos serviços prestados. Para diminuir esses casos, a sugestão seria adotar a Norma Regulamentadora – NR4, que trata de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, embasados juridicamente pelo artigo 162 da Consolidação de Leis Trabalhistas – CLT.

Nos riscos químicos foi observado que nunca houve ferimento dos garis por produtos químicos, ou seja, 100% nunca sofreram quaisquer tipos de acidentes com esse tipo de produto durante o manuseio e/ou transporte do mesmo. Isso se deve pelo fato de tratar de características de lixo urbano e conseqüentemente, possuírem insignificantes volumes de resíduos químicos. Na identificação dos problemas decorrentes da inalação de odor dos resíduos coletados, observa-se que, 40% dos

entrevistados estão acostumados com o mal cheiro do lixo e que no início do serviço 25% sentiam ou ainda sentem cefaléias diárias.

No contato diário com resíduos e outros fatores físicos durante o serviço, pôde-se observar que, 30% dos trabalhadores da limpeza pública se sentem incomodados com os particulados suspensos no ar, especialmente com as poeiras inspiradas, pois podem causar problemas ao trato respiratório, e outros 20% têm a visão prejudicada.

Durante o manuseio e o transporte dos resíduos diários foi observada a frequência que o entrevistado se acidenta com objetos cortantes ou perfurocortante e notou que 80% dos entrevistados nunca tiveram qualquer tipo de acidente dessa natureza. Pode se dizer isto, pelo fato de todos eles terem contato indireto com o objeto cortante, manuseando por meio de pás, vassouras e/ou carrinho para coleta.

Na identificação dos riscos ocupacionais diários foi perguntado ao entrevistado quanto à ergonomia durante o tempo de serviço. Observou-se que, 60% dos entrevistados têm algum problema de má postura relacionado ao equipamento de uso diário (carrinho, pá e/ou vassouras), ou seja, 12 garis num total de 20. Isso se deve ao fato das ferramentas serem inadequadas à estatura dos garis e a posição incorreta de varrição ou coleta diária. Nota-se, que não está em conformidade com o que prevê a Norma Regulamentadora – NR17, que visa estabelecer parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às condições psicofisiológicas, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente dos colaboradores, embasados juridicamente pelos artigos 198 e 199 da Consolidação de Leis Trabalhistas – CLT (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

A percepção do entrevistado em relação ao serviço de gari e nota-se então, uma disparidade entre eles. Pois, 30% dos garis relatam que sentem muito discriminados pela população e uma outra maioria de 60% dizem que a sociedade gosta do que fazem, ou seja, em uma mesma classe de trabalhadores observam-se opiniões opostas quanto à percepção social. Isso se deve talvez, pelo fato da ignorância intelectual do entrevistado diante da visão social e a incapacidade de observação externa.

Após pesquisa em campo nota-se que 20 entrevistados, ou seja, 100% não utilizam coletes sinalizadores e também se observa a inadequação quanto ao restante dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), na utilização diária pelos colaboradores de limpeza pública. Isto se deve pela má conduta da gestão do Departamento de Limpeza Pública que não fornece com frequência os equipamentos adequados a seus colaboradores e/ou a desobediência dos garis quando é fornecido. Estando em desacordo com as normas regulamentadoras (NR's), em particular as NR6 e NR26, que prevê a obrigatoriedade de fornecimento de EPI's a seus empregados sempre que as condições de trabalho o exigir e a sinalização de segurança nos ambientes de trabalho,

embasados juridicamente pelos artigos 166, 167 e 200 da CLT, respectivamente (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço amostral para este trabalho foi insuficiente para uma correlação confiável e consistente entre saúde ocupacional e segurança do trabalho, em função do quantitativo entrevistado, capacidade de autoavaliação e carência de dados no universo de possíveis doenças adquiridas ao longo do tempo de serviço. Observou-se então, um acentuado risco à saúde dos garis de Palmas, devido à falta de instrumentos que auxiliam na melhoria da qualidade coletiva e na otimização dos serviços prestados. Para maior proteção desses colaboradores, notou-se a necessidade da implantação da NR 5 referente à uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento, por estabelecimento, e constituída exclusivamente por empregados com o objetivo de prevenir infortúnios laborais. Através dessa comissão o trabalhador poderá apresentar sugestões e recomendações ao empregador para que melhore as condições de trabalho, e assim eliminar as possíveis causas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, embasadas juridicamente nos artigos 163 a 165 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

REFERÊNCIAS

ANJOS, L. A. & FERREIRA, J. A. **A avaliação da carga fisiológica de trabalho na legislação brasileira deve ser revista.** O caso da coleta de lixo domiciliar. *Cadernos de Saúde Pública*, 16:785-790, 2000.

FERREIRA, J. A. **Lixo Hospitalar e Domiciliar: Semelhanças e Diferenças – Estudo de Caso no Município do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

RUBERG, C. & PHILIPPI Jr., A. **O Gerenciamento de Resíduos Sólidos Domiciliares: Problemas e Soluções – Um Estudo de Caso.** In: 20o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Anais, CD-ROM III. Rio de Janeiro:

A VELLOSO, M. P. **Processo de Trabalho da Coleta de Lixo Domiciliar da Cidade do Rio de Janeiro: Percepção e Vivência dos Trabalhadores.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

VELLOSO, M. P.; SANTOS, E. M. & ANJOS, L. A. **Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.** *Cadernos de Saúde Pública*, 1997. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999.

Recebido em 10 de agosto de 2016.

Aceito em 16 de setembro de 2017.

MULT! DEBATES

